

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

LUIZA CERIONI SOUTO VILHENA

**A História de um centro cultural em experiência:
Vila Itororó Canteiro Aberto em São Paulo, SP**

São Paulo
2019

LUISA CERIONI SOUTO VILHENA

**A História de um centro cultural em experiência:
Vila Itororó Canteiro Aberto em São Paulo, SP**

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 24 de junho de 2019. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração:
Cultura, Política e Identidades

Orientadora:
Profa. Dra. Madalena Pedroso Aulicino

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Vilhena, Luísa Cerioni Souto

A história de um centro cultural em experiência: Vila Itororó Canteiro Aberto em São Paulo, SP / Luisa Cerioni Souto Vilhena ; orientadora, Madalena Pedroso Aulicino. – 2019
213 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
Versão corrigida

1. Política cultural - São Paulo (SP). 2. Centros culturais - São Paulo (SP). 3. Vila Itororó Canteiro Aberto - São Paulo (SP). 4. Habitação - Aspectos sociais - São Paulo (SP). I. Aulicino, Madalena Pedroso, orient. II. Título

CDD 22.ed.- 306.2098161

Nome: VILHENA, Luisa Cerioni Souto

Título: A História de um centro cultural em experiência: Vila Itororó Canteiro Aberto em São Paulo, SP

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais.

Área de concentração:
Cultura, Política e Identidades

Aprovado em: 24 / 06 / 2019

Banca Examinadora

Prof. Dr.	André Fontan Kohler	Instituição:	Universidade de São Paulo
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____

Prof. Dr.	Airton José Cavenaghi	Instituição:	Universidade Anhembi Morumbi
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____

Prof. Dr.	Martin Jayo	Instituição:	Universidade de São Paulo
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____

AGRADECIMENTOS

Se não fosse minha orientadora, Madalena Pedroso Aulicino, não haveria dissertação e não haveria mestrado. Meu muito obrigada à professora, que com muita dedicação me ajudou nas horas mais difíceis, indicando, com sua experiência, os melhores caminhos a traçar durante o projeto.

Carlos e Ana Maria, agradeço a nossa caminhada lado a lado. Além de serem meus pais, digo que é uma honra poder dividir a trajetória da vida com vocês, que me influenciaram a ter apreço pela arte, pelos estudos e pelo próximo. Fui educada para olhar ao redor e perceber que a minha realidade é cheia de privilégios que deveriam ser direitos para todos. Direito à educação, à moradia, à cidade, ao pertencimento. Tenho a sorte de poder fazer um mestrado com uma família apoiando cada passo, uma fortuna para poucos, infelizmente.

Ao Giulian Drimba, com quem tive o prazer de discutir sobre tudo, por me acompanhar várias vezes à Vila Itororó e por me influenciar em reflexões sobre Zeitgeist.

Meus agradecimentos ao Instituto Pedra, Luiz Fernando Almeida, Norton Ficarelli e Jurandy Valença, por mostrarem os caminhos e permitirem o acesso aos documentos de relatórios do Instituto Pedra sobre o Canteiro Aberto. Este caminho também não seria alcançado se não fosse a Giovanna Almeida que, com toda dedicação e solidariedade, me ajudou a consegui-los. Agradeço ao Benjamin Seroussi, Benjamin Saviani e Fábio Zucker, que disponibilizaram tempo para conversar comigo e tirar dúvidas sobre o projeto.

Muito obrigada aos entrevistados, por enriquecerem este projeto: Edivaldo dos Santos, Alice de Freitas Moura, Paulo Goya, Diogo Rios (Diga), Diógenes Rodrigues de Souza e Gustavo Vieira dos Santos (Guto). Obrigada também por disponibilizarem tempo e vontade para conversarmos na correria do dia a dia.

Obrigada à Professora Lizete Maria Rubano pelas rápidas trocas de e-mail sobre a Vila Itororó; agradeço

Também agradeço ao posicionamento aberto de Pedro Granato, coordenador de centros culturais e teatros da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, o qual, em conversa, me incentivou a produzir um conteúdo para fomentar a discussão de cultura e moradia na Vila Itororó

Agradeço as trocas acadêmicas das amigas Clarissa Paulillo, Adriana Terra e à amiga e irmã ,Virgínia Vilhena. Aos meus companheiros de teatro, Adriano Merlini e Bruno Lourenço, por entenderem meu distanciamento. Ao Simon Fan e Luciana Heuko, meus chefes e companheiros diários de projetos que buscam um mundo melhor através dos alcances da tecnologia.

Nina, Presto e Alessandro obrigada por toparem participar desta dissertação e muitas vezes seguirem madrugada em trabalho.

E muito obrigada aos professores titulares e suplentes que participaram da qualificação e defesa deste projeto: Airton Cavenaghi, Amélia Luisa Damiani, André Fontan, Martin Jayo, Valeria Cazetta e Verônica Fabrini.

RESUMO

VILHENA, Luisa Cerioni Souto. **A História de um centro cultural em experiência:** Vila Itororó Canteiro Aberto. São Paulo, SP. 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão corrigida.

A Vila Itororó, localizada em São Paulo, no Distrito Municipal da Bela Vista, foi construída na década de 1920 e tinha como função principal a moradia. Nos anos de 2010, após ser tombada como patrimônio, a Prefeitura Municipal de São Paulo desalojou o local e retirou mais de 70 famílias para fazer o restauro e torná-lo um centro cultural, a Vila Itororó Canteiro Aberto, o que abriu a discussão da moradia como uma forma de cultura. Esta dissertação buscou entender, através de entrevistas com cidadãos, ex-moradores da Vila, moradores do Distrito Bela Vista e interessados no tema, qual é a assimilação deles para com a Vila Itororó Canteiro Aberto entre 2015 e 2018, durante a gestão do espaço pelo Instituto Pedra. Os resultados obtidos não fazem parte de uma lógica binária e são bastante variados, visto que a Vila Itororó faz parte de uma zona de disputas e interesses entre ex-moradores, Prefeitura de São Paulo, Instituto Pedra, mecenas que financiam o projeto, entre outros, os quais têm suas tensões gerenciadas no espaço do Canteiro Aberto.

Palavras-chave: Centro cultural. Vila Itororó Canteiro Aberto. Habitação. Estudos culturais.

ABSTRACT

VILHENA, Luisa Cerioni Souto. **The Story of a Cultural Center in Development: Vila Itororó Open Construction Site.** São Paulo, SP. 2019. 213 p. Dissertation (Master of Philosophy) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Revised version.

Vila Itororó, located in São Paulo, in the Municipal District of Bela Vista, was built in the 1920s and had dwelling as main function. In 2010, after being registered as a heritage site, São Paulo Mayor's Office expropriated the site and removed more than 70 families in order to restore it and make it a cultural center, called Vila Itororó Canteiro Aberto, which has since sparked the discussion of dwelling as a form of culture. This dissertation sought to understand through interviews with citizens, former residents of the Vila, residents of the Bela Vista District and people interested in the subject, what is their assimilation of Vila Itororó Canteiro Aberto between the years of 2015 and 2018, while it was under Instituto Pedra's management. The results obtained are not part of a binary logic and are the most varied, since Vila Itororó is part of a zone of disputes and interests among former residents, São Paulo Mayor's Office, Instituto Pedra, and patrons who finance the project, among others, which have their conflicts managed in the space of Canteiro Aberto.

Keywords: Cultural center. Vila Itororó Canteiro Aberto. Habitation. Cultural studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 — Planta de 1881 da cidade de São Paulo	27
Figura 02 — Ampliação da parte destacada do mapa da Figura 01	28
Figura 03 — Área do Bexiga e Vila Itororó tombadas pelo CONPRESP em 2002	34
Figura 04 — Desenho territorial do Bexiga e Vila Itororó tombados pelo CONPRESP	35
Figura 05 — Linha do tempo da Vila Itororó	43
Figura 06 — Imagem do Palacete da Vila Itororó, sem data.	47
Figura 07 — Atlante e Cariátide.....	47
Figura 08 — Estátuas de leões.....	47
Figura 09 — Foto do Teatro São José, sem data.....	49
Figura 10 — Mascarões de teatro que estavam no Teatro São José.....	49
Figura 11 — A fonte da Vila Itororó, sem data.....	50
Figura 12 — Palacete e casas para alugar ao redor	50
Figura 13 — Garagem de vidro	51
Figura 14 — Trilhos de trem utilizados na construção.....	52
Figura 15 — Piscina para lazer na Vila Itororó em 1929.....	53
Figura 16 — Ilustração do Projeto de Decio Tozzi.....	55
Figura 17 — Linha do tempo Instituto Pedra, primeiros passos	66
Figura 18 — Imagem da Rua Pedroso em Janeiro de 2011.....	72
Figura 19 — Imagem da Rua Pedroso em Fevereiro de 2014	72
Figura 20 — Imagem da Rua Pedroso em outubro de 2016	73
Figura 21 — Imagem da Rua Pedroso em Janeiro de 2018.....	73
Figura 22 — Primeiro prédio construído na Rua Pedroso depois de 2013.....	74
Figura 23 — Antes e depois do começo do Canteiro de Obras (maio de 2014 e abril de 2015).....	78
Figura 24 — Foto das casas 5, 6 e 7 da Vila Itororó em 1970.....	79
Figura 25 — Fotos das casas 5, 6 e 7 da Vila Itororó em 2011	80
Figura 26 — Fotos das casas 5, 6 e 7 em processo de restauração.....	80
Figura 27 — Foto vista de cima, casa 11 da Vila Itororó em 1970	81
Figura 28 — Imagem da Casa 11	81
Figura 29 — Casa 11 em 2017.....	82
Figura 30 — Entrada do Galpão Canteiro Aberto Vila Itororó.....	85
Figura 31 — Mesa de ping-pong	87
Figura 36 — Linha do tempo do Canteiro Aberto Vila Itororó	92
Figura 37 — Imagem da Festa Junina na Vila Itororó em 2006.....	95
Figura 38 — Festa Junina no Canteiro Aberto Vila Itororó em 2015	95
Figura 39 — Cozinha Pública	97
Figura 40 — Fab Lab e marcenaria da Vila Itororó.....	100
Figura 41 — Móvel arquibancada e espelho no Canteiro Aberto Vila Itororó	100
Figura 42 — Tapume da sala fechada da Clínica Pública de Psicanálise	102
Figura 43 — Casa 8 da Vila Itororó antes do restauro.....	103
Figura 44 — Interior da Casa 8 restaurada pelo coletivo Raumlabor	104
Figura 45 — Interior da Casa 8.....	104
Figura 46 — Fachada do Centro Cultural Ouvidor 63.....	114
Figura 47 — Casa na Vila Maria Zélia	116
Figura 48 — Padrões da Vila Itororó	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 — A Vila Itororó fica no Bexiga ou na Bela Vista?	37
Quadro 02 — Posicionamento dos entrevistados.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAVila	Associação de amigos e Moradores da Vila Itororó
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CNIC	Comissão Nacional de Incentivo a Cultura
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COGEP	Coordenadoria Geral de Planejamento
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.
DOV	Diretoria de Obras e Viação
EMURB	Empresa Municipal de Obras e Urbanização
FICART	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNC	Fundo Nacional da Cultura
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAI	Lei de Acesso à Informação
MINC	Ministério da Cultura
PMH	Plano Municipal de Habitação
ProAC	Programa de Ação Cultural
PRONAC	Programa Nacional de Apoio a Cultura
SALIC	Sistema de Apoio as Leis de Incentivo a Cultura
Sehab	Secretaria Municipal de Habitação
USP	Universidade de São Paulo
VAI	Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISTRITO BELA VISTA	25
2.1 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BEXIGA	38
3 HISTÓRIA DA VILA ITORORÓ.....	41
3.1 PRIMEIRO PERÍODO (1910-1969)	45
3.2 SEGUNDO PERÍODO (1970-2000)	54
3.3 TERCEIRO PERÍODO (2000-2013).....	57
4 UM NOVO PERÍODO: O COMEÇO DO INSTITUTO PEDRA NA VILA ITORORÓ	65
4.1 Os PRIMEIROS PASSOS DO INSTITUTO PEDRA NA VILA ITORORÓ	66
4.1.1 Os MECENAS DO PROJETO	69
4.1.2 ATRIBUIÇÕES DO PROJETO	76
5 O CANTEIRO ABERTO VILA ITORORÓ	85
5.1 ATIVIDADES	93
5.1.1 FAB LAB LIVRE SP E A MARCENARIA ABERTA	98
5.1.2 CLÍNICA PÚBLICA DE PSICANÁLISE	100
5.1.3 GOETHE-INSTITUT	102
5.2 LABORATÓRIO VILA ITORORÓ	106
5.3 PERCEPÇÕES SOBRE O CANTEIRO ABERTO.....	109
6 OUTROS PROJETOS.....	113
6.1 CENTRO CULTURAL OUVIDOR 63	114
6.2 VILA MARIA ZÉLIA.....	115
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
LIMITES DO PROJETO:.....	119
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE A — ENTREVISTA COM EDIVALDO DOS SANTOS.....	131
APÊNDICE B — ENTREVISTA COM ALICE DE FREITAS MOURA.....	137
APÊNDICE C — ENTREVISTA COM PAULO GOYA	141
APÊNDICE D — ENTREVISTA COM DIGA (DIOGO RIOS).....	149
APÊNDICE E — ENTREVISTA COM DIÓGENES SOUZA.....	165
APÊNDICE F — ENTREVISTA COM GUTO (GUSTAVO VIEIRA DOS SANTOS)	169
ANEXO A — LISTA DE APARELHOS CULTURAIS DA BELA VISTA	175
ANEXO B — ATIVIDADES CULTURAIS NO CANTEIRO ABERTO VILA ITORORÓ	179
ANEXO C — FALA DE BENJAMIN SEROUSSI	201
ANEXO D — READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA SEM ALTERAÇÃO DO VALOR APROVADO	207

ANEXO E — TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS.....	209
ANEXO F — E-MAIL COM PROFESSORA LIZETE MARIA RUBANO. 2019	213

1 INTRODUÇÃO

Este projeto foi iniciado a fim de reafirmar a identidade e autenticidade dos ex-moradores da Vila Itororó e reconhecer suas relações com o local, através de um novo ponto de vista, de um centro cultural em experiência, a Vila Itororó Canteiro Aberto, localizado no Distrito Bela Vista, em São Paulo, SP. O complexo de construções do início do século XX tinha como principal função a moradia até 2013, data em que a última moradora foi desalojada para dar lugar ao restauro e, em 2015, às atividades culturais do novo centro cultural de São Paulo.

Ao analisar um centro cultural urbano, é possível verificar valores explícitos e implícitos da política cultural, aquilo que é interessante ser visto e propagado como cultura, a ação contra-hegemônica que pode ser suscitada (CHAUÍ, 2006) e as ações que permeiam entre esses territórios de disputas, os quais fazem parte de um complexo campo cultural.

A Vila Itororó foi tombada no início dos anos 2000 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (CONDEPHAAT) e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). O tombamento é uma decisão que visa preservar um bem de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental, impedindo que seja descaracterizado (IPHAN, c2014), mas que também busca assistir muitas vozes e muitas gerações, sendo, portanto, também um ato que demanda coragem coletiva (AB'SABER, 1986). No caso da Vila Itororó, o tombamento não levava em conta as relações sociais e culturais pré-estabelecidas no espaço (MENESES, 1985) e acabou por desalojar as mais de 70 famílias que habitavam o local, que foram realocadas para prédios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) próximos ao centro da Cidade.

As relações culturais compreendidas nesta dissertação abarcam a complexidade da palavra cultura, originária do latim, do verbo *colere*, que se referia ao cultivo, ao cuidado com a terra, a uma ação que conduz à plena potencialidade como brotar, frutificar, florescer (CHAUÍ, 2006), e que foi conectada ao conhecimento que distingue os homens entre si e da natureza como um valor histórico de ação e em constante mutação, um valor do espírito formador e um valor como modo de vida (WILLIAMS, 1992). É através da cultura que o homem se identifica, se reconhece através do outro, reproduz valores, torna-se consciente de sua própria dinâmica, da

sua localização na malha social, da sua possibilidade de atuação para se autorrealizar e exercer com discernimento a cidadania (BARBOSA, 2011).

O conceito de centro cultural, para compreender a Vila Itororó Canteiro Aberto, foi adotado como um edifício dedicado à propagação das artes e ao fazer artístico de maneira interdisciplinar, misturando áreas como teatro, dança, circo, artes plásticas, artes digitais e lazer (CHAUÍ, 2006) em conjunção com a ideia de cultura como organização da vida no espaço, abrangendo ações como cozinhar e trabalhar. Essa combinação entre as práticas artísticas e o reconhecimento de cultura como modo de vida são discussões trazidas para esse novo centro cultural, o qual implementa ações experimentais que trazem a discussão da cultura como moradia, em atividades que compreendem desde visitas patrimoniais educativas, workshops para discutir os usos do Canteiro Aberto e experimentação de brincadeiras livres até consultas via Clínica Pública de Psicanálise.

A Vila Itororó Canteiro Aberto possui características únicas como centro cultural em São Paulo, que vão para além de suas atividades. Enquanto a Vila Itororó está com o seu conjunto de edificações em restauro, é o canteiro de obras, área para desenvolver operações de apoio e execução à construção, que retirou os seus tapumes e abriu os portões para a população poder acompanhar a obra pública, debater cultura e moradia e ocupar o espaço, seja pelas atividades agendadas ou pelo uso espontâneo do espaço. A população não precisa aguardar a obra ser concluída para frequentá-la.

Existem muitas articulações diferentes que atingem a Vila Itororó, entre elas a dos ex-moradores que ainda articulam seus direitos sobre o espaço pela lei nº 13.105/15, conhecida como Lei da Usucapião; a Prefeitura de São Paulo e Secretaria Municipal de Cultura; os ativistas que lutaram junto aos moradores pelo direito de moradia; o Instituto Pedra, que faz o restauro e gerenciou de 2015 a 2018 o Vila Itororó Canteiro Aberto; os mecenas do projeto de restauro aprovado pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC); entre outros interessados no projeto. Esta dissertação busca compreender, através da dessas forças contrárias que atuam no projeto do centro cultural, qual é a percepção dos cidadãos, entre ex-moradores da Vila, moradores do Distrito Bela vista e interessados no local, perante a Vila Itororó Canteiro Aberto.

Para alcançar esse resultado, primeiro foi feito um levantamento histórico da Bela Vista, para compreender melhor onde a Vila Itororó está inserida, seguido de uma

análise da história da Vila Itororó baseada nas obras de Benedito Lima de Toledo (2015), Sarah Feldman e Ana Castro (2017) e Vivian Barbour (2017b), os quais possuem um aprofundado estudo histórico e de compreensão dos sentidos da Vila Itororó. Acrescento que o item e subitens dedicados à História da Vila Itororó utilizam as epígrafes com trechos da música "Saudosa Maloca" de Adoniran Barbosa para fazer uma representação poética ao que aconteceu no período, ao problema da falta de moradia e ao desalojamento de pessoas que habitavam aquele espaço.

O contexto histórico e geográfico da Vila Itororó foi a preparação para compreender o projeto de restauro enviado ao PRONAC pelo Instituto Pedra e as articulações necessárias para a efetivação como um todo. Para esta verificação, foi importante a Lei de Acesso à Informação (LAI, lei nº 12.527/2011), a qual, tanto pela Federação quanto pela Prefeitura de São Paulo, cedeu os documentos necessários para a apuração. Também foi consultado o projeto pelo VerSalic, Portal de Visualização do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura.

Perante o conteúdo cedido pela LAI e por entrevistas semiestruturadas com ex-moradores, moradores do Distrito Bela Vista e interessados no espaço, foi possível verificar como a Vila Itororó Canteiro Aberto é percebida pelos cidadãos, além de a metodologia semiestruturada ter permitido que os entrevistados se sentissem à vontade para falar sobre suas impressões acerca de outros temas percorridos nos demais itens da dissertação, os quais permitem um aprofundamento do tema.

Os entrevistados além de serem escolhidos por se enquadrarem em ex-moradores, moradores do distrito bela vista, transeuntes e interessados no tema foram escolhidos por apresentarem características e opiniões distintas. Edivaldo dos Santos é um ex-morador participante no Canteiro Aberto Vila Itororó e figura importante para a articulação entre os ex-moradores e o novo centro cultural, participante do Coletivo Riacho, formado para pensar em atividades para o Canteiro; Alice Moura foi moradora da Vila por mais de 30 anos e esteve presente durante toda o período de tensão para o desalojamento; Guto é morador da Bela Vista, apoiador do Canteiro Aberto, palhaço e artista, fez apresentações no espaço, participante do Coletivo Riacho e sempre frequentou a Vila Itororó, Paulo Goya é morador da Bela Vista, dono do Centro Cultural Casarão Belvedere na Rua Pedroso, o qual também é a Rua de entrada do Canteiro Aberto, esteve presente durante toda a luta dos ex-moradores e possui uma visão crítica quanto ao Canteiro Aberto, Diógenes Rodrigues é interessado no tema e participou da produção do livro "Vila Itororó- Uma História em Três Atos", escrito por

Sarah Feldman e Ana Castro (2017); Diga é interessado no tema, desenvolveu atividades artísticas na região e na Vila Itororó, esteve presente na luta dos moradores para continuarem na Vila e têm posicionamento crítico ao Canteiro Aberto. Desta maneira, percebe-se a complexidade dos agentes que atuam na Vila Itororó, os quais não estão na lógica binária polarizada. O último item tratou de reconhecer centros culturais que dividem seus espaços como moradia, a fim de deixar aberta uma continuação para a Vila Itororó Canteiro Aberto como objeto de pesquisa.

As considerações finais cuidaram da importância da discussão dos temas moradia e centro cultural na Vila Itororó para a Cidade de São Paulo. O Canteiro Aberto não é um espaço para ter seus conflitos resolvidos, mas sim, para gerenciá-los, e portanto conclui-se que as percepções do público perante a Vila são divergentes e negociadas em maior e menor grau.

Este projeto permitiu intensificar os projetos culturais de emancipação social, os quais carecem de pesquisas do campo científico e de exemplos concretos que não estão ligadas às leis do mercado, da procura e da oferta. Pode ajudar com o desenvolvimento de projetos envolvendo habitação e cultura em áreas urbanas, assim como dar suporte para os próximos usos do Vila Itororó Canteiro Aberto.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISTRITO BELA VISTA

Para melhor entendimento do Vila Itororó Canteiro Aberto, é importante conhecer sua localização e a história de onde está inserido. Como foi formado, quem o formou, como era a vida cultural e qual era o contexto histórico são perguntas que serão respondidas abaixo, pois a Vila Itororó cresceu e se modificou conforme os acontecimentos urbanos que aconteceram ao seu redor.

Atualmente a Vila Itororó Canteiro Aberto se encontra no Distrito Bela Vista, que tem a maior densidade demográfica da cidade de São Paulo¹ e pertence à subprefeitura da Sé. Porém, antes da construção da Avenida 23 de Maio, este espaço poderia ser considerado pertencente ao distrito da Liberdade devido à sua proximidade.

O Distrito Bela Vista é complexo por abarcar o bairro Bexiga², um espaço que está na memória e imaginário de seus habitantes e da própria cidade de São Paulo. Ele se delimita a partir dos dados culturais e afetivos que seus moradores e frequentadores projetam no espaço, mas também pelas características arquitetônicas, ainda que possua traços representativos de estilos de arquitetura variados.

As características envolvendo o campo do afeto também são importantes para compreender uma cidade muito complexa como São Paulo. Amaral (1998) comenta a necessidade de reconhecer novas associações que caracterizam um espaço, a fim de não estereotipá-lo.

Não é possível pensar a cidade, especialmente as metrópoles, como o lugar da solidão e do individualismo, como o senso comum tende a estereotipar. Na verdade, vivem-se, atualmente, novos tipos de associação, com bases mais “afetivas”, que têm no partilhar um gosto comum e práticas comuns seu elemento mais notável. (AMARAL, 1998, p. 111)

A partir das bases afetivas, que agem nos campos social e cultural, e outras tantas categorias, como documentos sobre a fundação do bairro e tombamento pelo CONPRESP, podemos compreender que a área do Bexiga está localizada na região central de São Paulo, a qual se modificou junto com o crescimento da cidade, que se

¹ 69.460 habitantes em 2,6 km², segundo dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) colhidos no Censo populacional do Município de São Paulo, em 2010. Esta pesquisa está disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm. Acesso em: 16/07/2016.

² A grafia Bixiga fora considerada oficial desde 1883, mas deixou de ser em 2002, data em que a área passou a ser considerada tombada pelo CONPRESP.

remodela constantemente desde sua formação em 1554. Segundo Schneck (2010), a área fazia parte da sesmaria de Capão em 1559 e, dois séculos depois, era parte da Chácara da Samambaia. Em 1794, Antônio Soares Calheiros e Abreu comprou o lugar, que era chamado vulgarmente de Bexiga.

A origem deste nome tem várias hipóteses. Segundo Saint-Hilaire em sua passagem por São Paulo, documentada no livro *Viagem à província de São Paulo* (1976), o proprietário da chácara era conhecido como Antônio Bexiga, por ter tido varíola, e assim o seu nome teria apelidado o espaço também. Para Lucena (1984) há a possibilidade de a região ter servido de refúgio para os doentes de varíola, ou então a nomenclatura foi dada por causa de um matadouro que comercializava bexigas de animais. A história do nome é inconclusiva, e qualquer que seja a verdadeira, deu origem a um nome resistente, pois mesmo sem ter sido oficial, perdurou por muitos anos.

O território tinha uma geografia acidentada, e o Rio Anhangabaú e o Ribeirão Saracura dificultavam o acesso. A área foi muito propícia para a formação de quilombos de escravos fugidos dados como primeiros habitantes da região do Bexiga, os quais se refugiaram no território por encontrar esconderijos.

As capoeiras e campinas que havia em torno do Tanque Reúno, no Bexiga, como em outros pontos da baixada em que corriam o Anhangabaú e o Riacho Saracura, serviram de esconderijo onde se aquilombavam negros rebeldes. Esses matos eram convidativos para esconderijos. Em 1831 foi feito um documento com a tentativa de fechar o acesso do Anhangabaú ao Bexiga, cujo objetivo era impedir o trânsito de escravos fugitivos para o Bexiga. (LUCENA, 1984, p. 24).

Apesar dos quilombos já estarem na região, foi só em 1878 que o Bexiga passou a existir oficialmente. De acordo com Gonçalves (2016), a área foi fundada com a presença de Dom Pedro II, por volta de 80 anos depois de o nome surgir no boca-a-boca.

Considera-se a data de fundação do Bixiga o dia primeiro de outubro de 1878, quando o loteamento foi inaugurado com a presença do Imperador Dom Pedro Segundo, lançando a pedra fundamental de um hospital em um terreno doado por Antônio José Leite Braga à Santa Casa de Misericórdia que, no entanto, jamais foi construído. (GONÇALVES, 2016, p. 66)

As características da região, acidentadas e próximas aos rios que alagavam as ruas mais baixas, desvalorizavam o preço dos terrenos. Quanto mais perto do rio, mais barato era o lote. No mapa a seguir (Figura 01) e no detalhe da figura 02,

podemos perceber a região do Bexiga e sua proximidade com os rios, estando ela entre os rios Ribeirão Saracura, Ribeirão da Bexiga e Ribeirão Anhangabaú.

Figura 01 — Planta de 1881 da cidade de São Paulo



Fonte: Companhia Cantareira e Esgotos, 1881. Destaque nosso.

Figura 02 — Ampliação da parte destacada do mapa da Figura 01



Fonte: Companhia Cantareira e Esgotos, 1881. Destaque nosso.

No mapa, vemos a exata situação em que se encontra a Vila Iitororó, um terreno acidentado, alagadiço, área de várzea e que ainda possuía a nascente de um rio, o Iitororó, em seu espaço, deixando seu valor muito mais acessível do que nas áreas mais altas. Os rios trarão necessidade de urbanização para a Vila Iitororó pela necessidade de saneamento, e também trarão imaginação para Francisco de Castro, criador da Vila Iitororó, o qual, nos anos seguintes, construiu uma piscina em sua Vila.

A cidade crescia em ritmo acelerado: com menos de 65 mil habitantes em 1890, atinge quase 600 mil em 1920. Na época, o número de prédios quase triplicou, passando de 21 mil para 60 mil (CASTRO; FELDMAN, 2017). A formação do Bexiga se modificou por completo entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, momento do surgimento da Vila Iitororó. A população estrangeira composta por italianos, portugueses, sírios, libaneses, armênios, judeus e outros grupos étnicos em São Paulo era maior do que a metade dos paulistanos. Nesse período de intensa

imigração, Francisco de Castro também fez parte do movimento. Era brasileiro, filho de portugueses; estava em Portugal e resolveu voltar para sua pátria aos 15 anos, mostrando a maior liberdade migratória que o período apresentava.

Os recém-chegados imigrantes europeus e os escravos recém-libertos e fugidos, que tinham pouco ou nenhum dinheiro, foram para o Bexiga por causa dos preços baixos e pelas inúmeras construções. Havia um adensamento de edifícios, pequenos de largura e com muita profundidade, e o espaço foi suprautilizado por causa da grande procura. A produção habitacional era de casas compartilhadas, casas-de-cômodos, vilas e casas de pensão. Sobre isso, Lucena comenta que “[No Bexiga] essa proposta habitacional propiciou aparecimento de habitações coletivas; assim, no limiar do século XX, o bairro já se caracterizava como território encortiçado” (LUCENA, 2013, p. 86).

Os cortiços eram opções para aqueles que não podiam pagar um aluguel e aqueles que aceitavam morar em situações precárias. Os parâmetros de cortiço de acordo com a Lei Moura (SÃO PAULO, 1991), art. 1º, são: (i) a existência de uma ou mais edificações no lote urbano; (ii) a subdivisão de funções distintas em um mesmo cômodo, como cozinha e quarto; (iii) o acesso e uso comum dos espaços não edificadas e das instalações sanitárias; (iv) precariedade das instalações e infraestrutura; e (v) superlotação de pessoas .

Barbour (2017b) cita um estudo realizado em 1961 por um grupo de arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, professores e estudantes universitários que resultou num artigo — hoje considerado clássico — sobre o tema dos cortiços em São Paulo: “Em nenhum bairro o cortiço é aceitável, mas há bairros onde ele é pior do que em outros. Querendo estabelecer como uma hierarquia entre os bairros, poderíamos assim enumerá-los: o pior de todos: a Bela Vista” (LAGENEST, 1962, p. 14).

Outro ponto facilitador para se instalar no Bexiga é a sua localização próxima da Avenida Paulista, a qual tinha oportunidades de trabalho aos prestadores de serviços para as famílias ricas (SCHNECK, 2010).

Importa ressaltar que a grande maioria dos imóveis do Bairro destinava-se a pequenos e médios empreendedores. Se os proprietários tinham pouco mais de recursos, os locatários eram gente pobre, que dispoñdo de poucos recursos se sujeitavam a viver em condições difíceis, morando de aluguel em pequenas casas ou mesmo em cortiços, procurando através do trabalho familiar acumular algum capital que propiciasse a compra de um terreno para construção futura de um imóvel próprio. (SCHNECK, 2010, p. 77)

O nome Bexiga deixou de ser oficial com a tentativa de valorizar o terreno. Renomearam o Distrito para algo que agregasse valor, ao invés de ter uma conotação pejorativa que remetesse à varíola. Em 1910, o Bexiga deixa de existir para ser parte do Distrito Bela Vista (LUCENA, 1984), delimitado posteriormente pela Avenida 23 de Maio, Viaduto do Paraíso, Rua do Paraíso, Avenida Bernardino de Campos, Praça Osvaldo Cruz, Avenida Paulista, Rua Frei Caneca e Rua Avanhandava. O novo nome propunha um novo olhar para as áreas mais altas do Bairro, e também mais caras, como se pode apreender da citação a seguir:

Em 22 de Junho de 1883, encaminhado ao presidente da Câmara Municipal de São Paulo um abaixo-assinado solicitando “a mudança do nome de campo do Bixiga para hoje Campo da Bela Vista, visto como aquele nome nenhuma tradição nos faz Recordar”. Essa iniciativa evidencia as intenções dos peticionários: mudar o nome do Bairro para revesti-lo de uma nova conotação e valorizá-lo, libertando-o da alcunha pejorativa de “bexiga” que remete à doença e à topografia acidentada que marcava boa parte da área, enfatizando apenas a “Bela Vista” das duas partes mais altas. Partindo do pressuposto de que as pessoas que assinaram o documento eram proprietários de terrenos no Bairro, é compreensível que quisessem “agregar valor” ao empreendimento. (SCHNECK, 2010, p. 66)

Apesar da substituição do nome, a ação não adiantou e ele continuou no boca-a-boca. Bexiga se tornou um nome extraoficial e a sua identidade continuou a se consolidar entre seus moradores. Camila Teixeira Gonçalves (2016) escreve que o bairro não tinha espaço para grandes indústrias, então seus moradores trabalhavam em fábricas familiares, comércios pequenos e oficinas da região. Dificilmente se saía ou se entrava no bairro para fazer algo, as pessoas só se mudavam dali quando melhoravam de vida, e assim o Bexiga se assemelhava muito a uma cidade do interior, um gueto, onde todos sabiam de tudo o que acontecia. Esse clima interiorano também se alastrou para a Vila Itororó, onde dois dos ex-moradores, Edivaldo e Dona Alice, que deram entrevistas para esta pesquisa, citaram em conversa a identificação com uma vida de cidade pequena, onde todos se conheciam, sabiam da vida alheia, se ajudavam e viviam em comunidade.

Os italianos “investiram a identidade estrangeira na transformação do espaço em lugares pitorescos” (GONÇALVES, 2016, p. 74), dando margem para as práticas artesanais, pequenos comércios, sapateiros, quitandeiros, padeiros, relojoeiros, etc., que não se caracterizavam com os bairros operários.

Com dimensões pequenas do leito carroçável, dos lotes e das calçadas, bem como ausência de arborização, os imigrantes italianos aproveitaram os baixos preços das terras e as ruas íngremes, estreitas e tortuosas, para recriar ambientes da “sua” Itália na grande cidade em modificação, trazendo

também as tradições culturais que marcaram a paisagem local. (GONÇALVES, 2016, p.76)

Não apenas de “Minha Itália” era chamado o distrito, que já abrigava os negros. Um dos redutos dos antigos escravos que permaneceu foi a escola de Samba Vai-Vai, que se localiza perto do Rio Saracura, em espaço antes chamado de “Pequena África” por causa do número de negros que viviam ali (FONSECA, c2013)

No início do Século XX houve uma renovação viária no Bexiga e arredores; seguia-se os pressupostos higienistas e sanitaristas, o que levou à canalização dos Córregos do Bexiga, Saracura e Itororó, transformados respectivamente na Rua Humaitá e Japurá, Avenida Nove de Julho e Avenida 23 de Maio. Esta última Avenida trouxe mudanças significativas para a Vila Itororó, pois foi a urbanização que trouxe interesses imobiliários significativos para o espaço.

Quanto à miscigenação de culturas entre ex-escravizados e europeus, as culturas continuaram se misturando, segundo o site da cidade de São Paulo (SÃO PAULO, c2017) e no ano de 1970 os nordestinos começaram a migrar e se instalaram no antigo Bexiga, assim como os refugiados do continente africano fizeram recentemente, nos anos 2000.

Na Bela Vista, ainda hoje, é possível encontrar solidariedade entre os vizinhos – o habitante da casa ao lado não é um estranho, mas sim um amigo. É um tipo de relacionamento que, praticamente, não existe mais em cidades que atingiram o gigantismo de São Paulo, onde o ritmo de vida impõe uma impessoalidade nas relações humanas, onde o homem deixa de ser um ‘indivíduo’, para ser uma peça na engrenagem que move essa máquina complexa que é a cidade. (MARZOLA, 1979, p.114)

No final dos anos 1980 para os 1990, sob a prefeitura de Luiza Erundina, foi proposto pela Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) um Concurso Nacional de Ideias para Renovação e Preservação do Bexiga em que os moradores ou trabalhadores da região poderiam votar no projeto que preferissem. Para tal procedimento foi produzido um filme documental intitulado *Brique a Braque no Bixiga* (1990) em que mais aparecem as relações culturais entre a vizinhança do que necessariamente as construções; o ator José Celso Martinez Corrêa aparece no documentário falando sobre a Vila Itororó, mas em um plano fechado que quase não aparece o cenário preponderando a concepção de que o Bexiga, mais do que um bairro com construções, é um conjunto de relações culturais.

O filme *Adoniran Barbosa e Elis Regina*, de 1978, sem identificação de direção, mostra os artistas do título caminhando pela Bela Vista e cantando *Iracema*, *Um*

samba no Bexiga e Saudosa Maloca. Nele, Barbosa diz para Regina que eles vão caminhar pelo Bexiga e o quadro os mostra passeando pela Vila Itororó de 1978. Um dos entrevistados para esta pesquisa, Paulo Goya, disse em conversa que esse vídeo está completamente errado ao situar a Vila Itororó como um espaço do Bexiga.

Em 2002, o CONPRESP, no artigo 2º da Resolução nº 22/2002 (SÃO PAULO, 2002), reconheceu a importância da região da Bela Vista e estabeleceu o tombamento da área do Bexiga, cujo nome foi reconhecido novamente pelos órgãos públicos, assim como também reconheceu a área da Vila Itororó a partir de justificativas como:

a) a importância histórica e urbanística na construção da cidade de São Paulo, “sendo um dos poucos bairros paulistanos que ainda guardam inalteradas as características originais do seu traçado urbano e parcelamento do solo”; b) sobressaem-se elementos urbanos agregadores, como ruas, praças, largos, escadaria etc., “com interesse de preservação seja pelo seu valor cultural, ambiental, afetivo e/ou turístico”; c) preservação geomorfológica original que proporciona o entendimento da estruturação inicial do bairro; d) ocupação atual caracterizada pelo uso misto (residencial, cultural e comercial); e) “a vocação do bairro e o seu grande potencial turístico de âmbito nacional”; f) permanência da sua população como manutenção da identidade do bairro; g) a conservação dos bens citados no caso de futuras propostas de melhorias e uso do bairro (SÃO PAULO, 2002, p. 1).

A área delimitada pelo mesmo artigo foi:

I. Área do Bexiga — Delimitada pelo polígono obtido a partir da intersecção das seguintes vias:

1. Rua São Vicente (CADLOG 19613/4);
2. Rua Luiz Barreto (CADLOG 12178/9);
3. Rua Santo Antonio (CADLOG 01521/0);
4. Avenida Radial Leste – Oeste (CADLOG 33667/0);
5. Avenida Nove de Julho (CADLOG 14804/0);
6. Rua Martinho Prado (CADLOG 13614/0);
7. Rua Santo Antonio (CADLOG 01521/0);
8. Rua Conselheiro Ramalho (CADLOG 15849/1);
9. Rua Doutor Ricardo Batista (CADLOG 17075/5);
10. Rua Major Diogo (CADLOG 05887/4);
11. Rua São Domingos (CADLOG 05985/4);
12. Rua da Abolição (CADLOG 00058/2);
13. Rua Com. José Xavier Gouveia (CADLOG 00060/4);
14. Rua Japurá (CADLOG 09941/4);
15. Rua Dr. N. E. Natividade (CADLOG 14509/2);
16. Rua Santo Amaro (CADLOG 01003/0);
17. Viaduto Júlio de Mesquita Filho (CADLOG 11803/6);
18. Rua Major Diogo (CADLOG 05887/4);
19. Avenida Brigadeiro Luiz Antonio (CADLOG 12165/7);
20. Rua dos Ingleses (CADLOG 09191/0);
21. Rua dos Holandeses (CADLOG 08807/2);
22. Rua dos Franceses (CADLOG 07321/0);
23. Alameda Joaquim Eugênio de Lima (CADLOG 10548/1);
24. Alameda Ribeirão Preto (CADLOG 17044/5);
25. Rua Almirante Marques Leão (CADLOG 13564/0);
26. Rua Santo Antonio (CADLOG 01521/0).

II. Área da Vila Itororó — Delimitada pelo polígono obtido a partir da

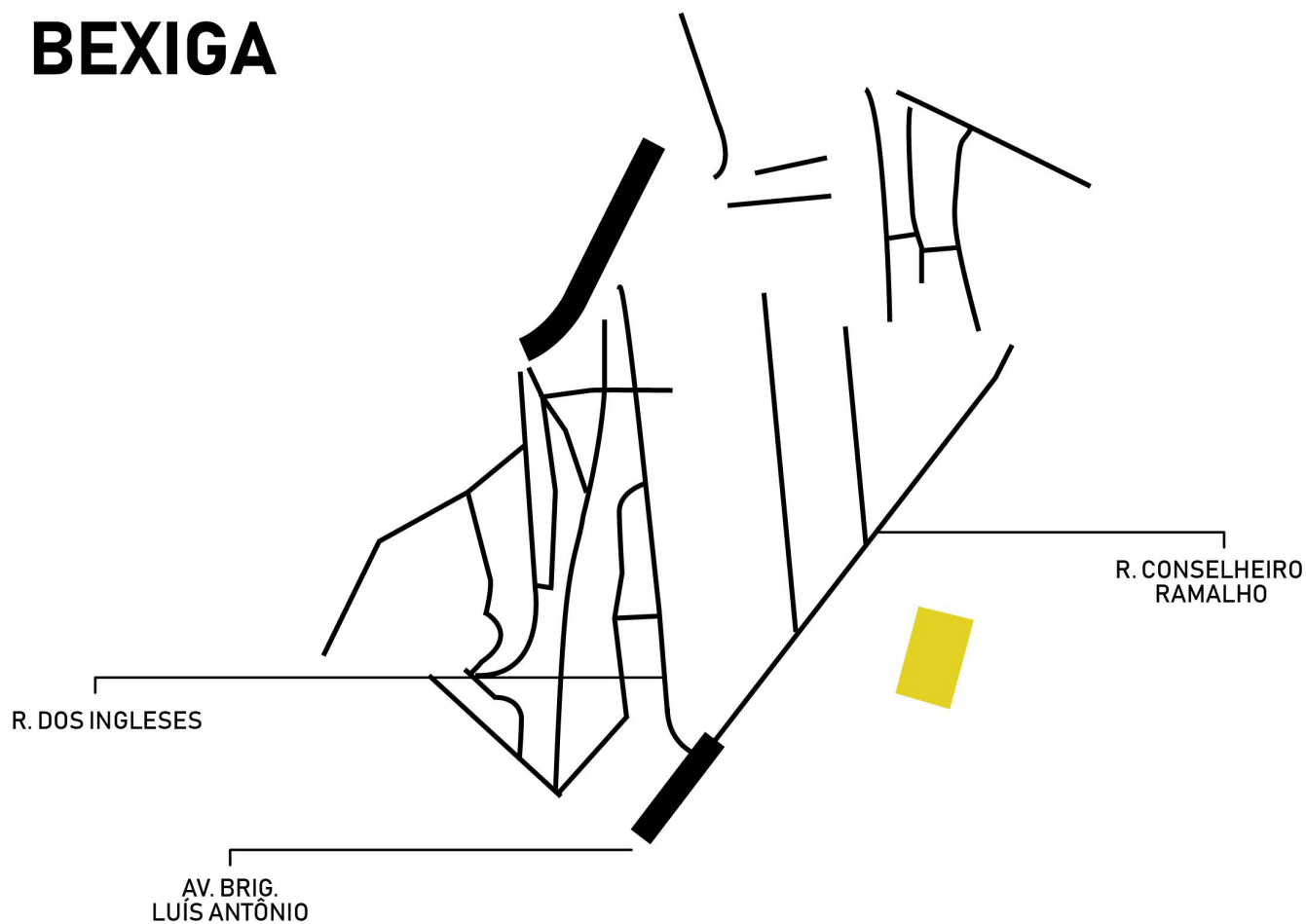
intersecção das seguintes vias:

1. Rua Monsenhor Passalacqua (CADLOG 15570/5);
2. Rua Maestro Cardim (CADLOG 04244/7);
3. Rua Pedroso (CADLOG 16010/5);
4. Rua Martiniano de Carvalho (CADLOG 13619/0). (SÃO PAULO, 2002, p. 1-2)

Os mapas a seguir mostram o Distrito Bela Vista e as áreas reconhecidas pelo CONPRESP como Bexiga e Vila Itororó.

Figura 3: Área do Bexiga e Vila Itororó tombadas pelo CONPRESP em 2002

BEXIGA



MAPA DO BEXIGA
Escala 1: 500 m

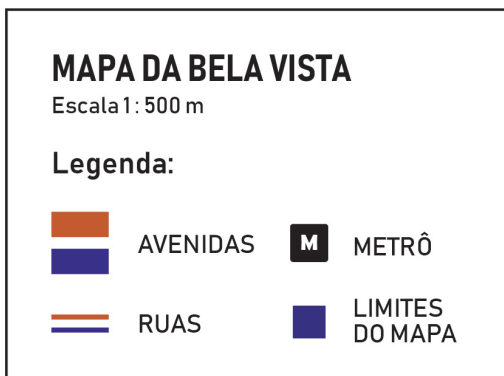
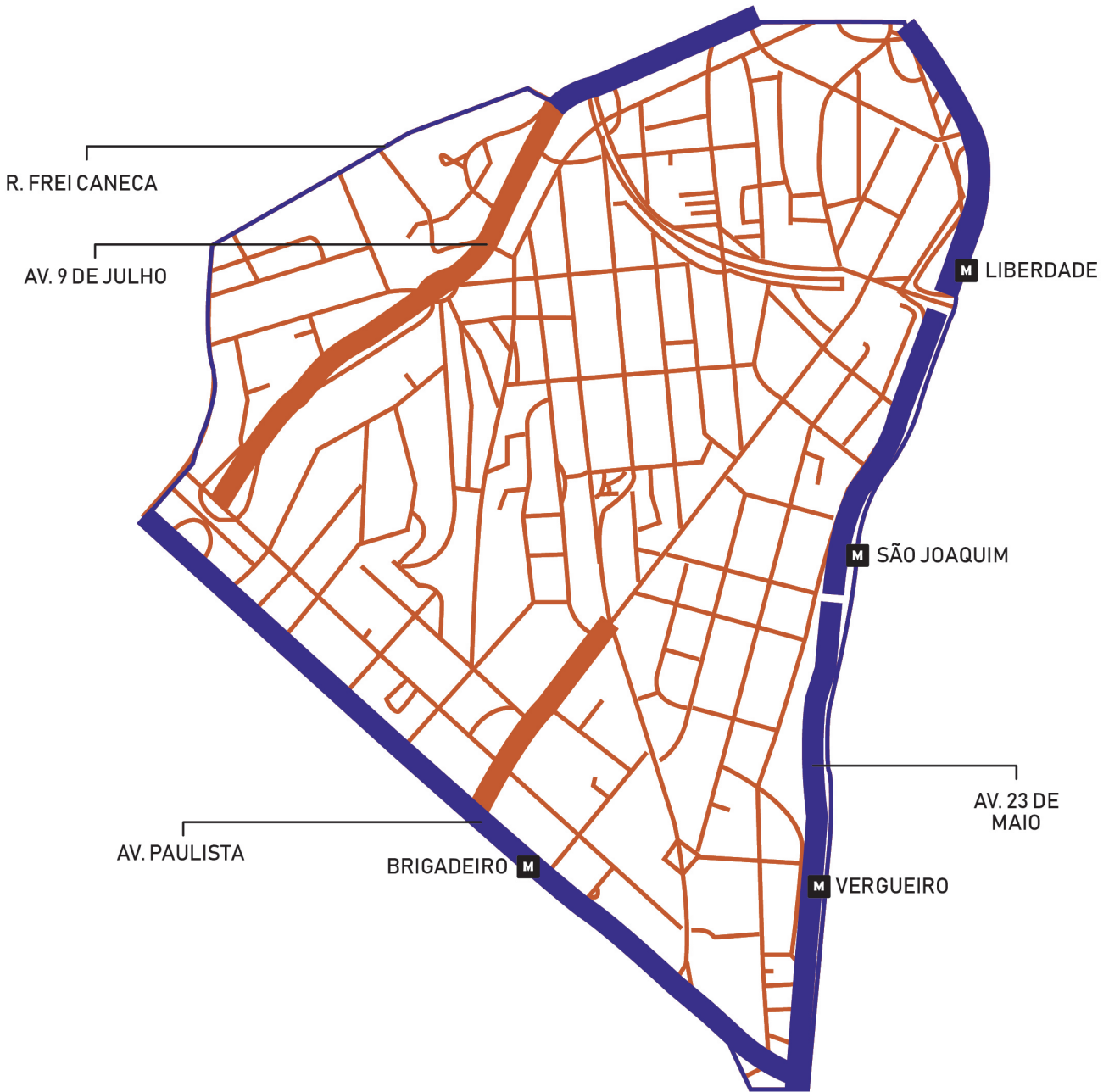
Legenda:

- ÁREAS DO BIXIGA
- VILA ITORORÓ

Reconhecidos pelo CONPRESP

Figura 4: Área territorial do Distrito da Bela Vista

BELA VISTA



Fonte: Google Maps, 2018

O pesquisador Fábio Molinari Bitelli (2017) em sua dissertação de mestrado *Dimensões da Hospitalidade no Espaço Público: Manifestações Culturais no Bairro do Bixiga em São Paulo*, em entrevistas com cinco moradores do Bexiga, pede para que cada um dos entrevistados delimite em um mapa impresso qual é a área do Bexiga. O resultado é diverso, pois “permite a associação da biografia do entrevistado às manifestações culturais compreendidas no Bixiga” (BITELLI, 2017, p. 59). Ele faz ainda outro importante apontamento em sua pesquisa, bastante relevante para esta dissertação: “chama a atenção também que embora não fizesse parte da matriz impressa do mapa entregue aos entrevistados, a localização da Vila Itororó somente foi lembrada a integrar o território Bixiga pela entrevistado Sérgio Mamberti” (BITELLI, 2017, p. 59).

Para esta pesquisa, a maioria dos entrevistados responderam que a Vila Itororó não pertence ao Bexiga, mas é território da Bela Vista. Para Diga, é afirmativo que é Bexiga, o único entrevistado que deixou sua resposta um pouco mais aberta por perceber que alguns situam a Vila no Bexiga ou na Bela Vista devido ao laço afetivo com o território foi Diógenes Rodrigues, mas mesmo assim ele acredita que a Vila está na Bela Vista. No quadro 01 está uma tabela com as falas mais expressivas dos entrevistados; as respostas inteiras encontram-se nos apêndices desta dissertação.

Quadro 01 — A Vila Itororó fica no Bexiga ou na Bela Vista?

A Vila itororó fica no Bixiga ou na Bela Vista?		
Ex-moradores	Alice Moura	“Bela Vista”
	Edivaldo Santos	“Bela Vista, é divisa entre Liberdade e Bela Vista”
Moradores do Distrito Bela Vista	Guto	“Bela Vista total”
	Paulo Goya	“Bela Vista, o Bexiga tem outro rio e aqui tem outro rio”
Transeuntes e interessados no tema	Diógenes Rodrigues	“ É um dilema... A gente achava que o nome oficial era Bela Vista e a galera chamava de Bexiga”
	Diga	“Bixiga”

Fonte: produção própria, 2019.

O quadro 1 é para compreensão territorial a partir do entendimentos dos entrevistados. Como o Bexiga pertence à Bela Vista e a Vila Itororó também, a compreensão de que a Vila pertence ao Bexiga é, não raramente, reproduzida. O ponto de atenção que o pesquisador Bitelli (2017) traz ao dizer que apenas um entrevistado se lembrou da Vila Itororó recorda o fato da Vila estar à margem de seu Distrito, entre Bela Vista, Liberdade e falas que a misturam ao Bexiga.

O Canteiro Aberto Vila Itororó é influenciado por essa mistura de etnias, culturas, línguas, paladares e corrobora o imaginário daqueles que reconhecem a Vila Itororó como um espaço de miscigenação cultural, com negros, com italianos, com nordestinos, com estilos musicais como samba. Tal mistura é tipicamente associada à Bela Vista.

2.1 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BEXIGA

Considera-se importante o entendimento e a listagem das manifestações culturais, assim como dos aparelhos de propagação artística (teatros, centros culturais e museus do Bexiga) para compreender melhor o Canteiro Aberto Vila Itororó e onde este se insere no tecido urbano. As disputas de interesses na região e os valores de cada grupo que pertence ao Bexiga são quase constantemente ressignificados, e desta forma esse Centro Cultural pode através do reconhecimento de sua área atender as demandas dos habitantes.

O Distrito Bela Vista abarca a maior densidade demográfica na maior metrópole do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), e por isso precisa de variados espaços, não uníssonos, ambientes para a brincadeira, fruição artística, contemplativa, histórica e aberta para a demanda necessária do presente — espaços que permitam a reflexão e o autoconhecimento do cidadão permitem o reconhecimento de si mesmos (SEGALL, 2001).

As manifestações culturais no Bexiga possuem uma paisagem urbana com todos os seus elementos mistos de prédios, vegetação, línguas e sotaques. Estes aprofundam e amplificam uma vida cultural cheia de emaranhados e nós. A pesquisadora Camila Teixeira Gonçalves (2016) foi de suma importância para a listagem dos aparelhos e manifestações culturais no Bexiga, assim como o

mapeamento cultural da Bela Vista, proposto por Vivian Barbour (2017a) também completou esta dissertação que:

Relaciona caracteres culturais do distrito, conforme definido pela Prefeitura do Município de São Paulo, com outros indicadores propostos, a fim de permitir um diagnóstico sobre o estado presente do Bairro e possibilidades futuras de intervenção e atuação no território.(SITE VILA ITORORÓ, [201-]d)

Com uma gama tão variada de Serviços Culturais, percebe-se uma forte presença negra, italiana, teatral e museológica no Distrito, campos de disputas que permeiam a Vila Itororó. Um exemplo é o interesse em transformá-lo em um museu do teatro com cantinas italianas, como o projeto de Decio Tozzi, Claudio Tozzi, Burle Marx, Aracy Amaral e Benedito Lima de Toledo de 1975, que esquecia os negros e pobres que viveram na Vila durante anos e escolhia uma cultura em detrimento da outra. Também há contemporaneidade com o Dia do Graffiti, outro ponto de disputa que traz os interesses do presente, que são reconhecidos na Vila Itororó através do Canteiro Aberto. Barbour (2017a) reconhece que a Vila Itororó transcende as disputas, pois não se pode ignorar a sua importância e a possibilidade de suprir demandas da população.

Mas a reflexão acerca dos usos da Vila abarca e transcende a discussão dessa história e disputa pregressas, uma vez que não se pode ignorar o papel que o conjunto desempenha no tecido urbano no qual está inserido, tanto no presente, por meio da apropriação experimental e cotidiana do conjunto feita a partir da experiência do “Canteiro Aberto” quanto no futuro, a partir do diagnóstico de demandas que o bairro apresenta e que a Vila pode ajudar a suprir e atender.(BARBOUR, 2017a, p. 5)

Barbour (2017a) comenta que é inegável a proeminência de teatros na região, corroborando com sua tradição de abrigar uma efervescência teatral desde ao menos os anos 1960, como parte dos movimentos de resistência à ditadura civil-militar instaurada em 1964. Barbour, com base em entrevistas(2017a)³, comenta que a maioria dos entrevistados utilizam serviços culturais dentro da Bela Vista e alguns pontuaram a dificuldade em encontrar serviços mais acessíveis, tanto com relação ao horário, para um público infantil e idoso, quanto com relação aos valores dos ingressos, muitas vezes elevados demais para que moradores e frequentadores da região pudessem acessá-los.

³ “As reflexões aqui apresentadas estão apoiadas nas pesquisas feitas em bancos de dados sobre diversos indicadores do distrito da Bela Vista e também em pesquisa de campo realizada no bairro, consistente em entrevistas. Ao todo, foram feitas 200 entrevistas sendo, dentre estas, 58 respondidas por formulário disponível online e 142 feitas fisicamente em instituições e ruas do distrito” (BARBOUR, 2017a, p. 7).

Com esta listagem dos aparelhos culturais efervescentes no Bexiga, reforça-se a importância do Canteiro Aberto Vila Itororó nesse distrito para suprir as necessidades dos frequentadores, como um espaço que atende as seguintes demandas: (i) lugar para todas as idades, (ii) gratuito e (iii) aberto nos horários matutinos e vespertinos. Ainda aquilo que é aberto para o lazer, para o ócio criativo dos trabalhadores e estudantes que o circundam, pode funcionar também como uma praça em que se pode deitar nos redários depois do almoço e ao mesmo tempo assistir uma peça de teatro gratuita ou fazer um curso de marcenaria. O Canteiro Aberto Vila Itororó será discutido nos próximos itens.

3 HISTÓRIA DA VILA ITORORÓ

*Se o senhor não tá lembrado
Dá licença de contá
Que acá onde agora está
Esse adifício arto
Era uma casa véia
Um palacete assobradado
(Saudosa Maloca, de Adoniran Barbosa).*

A história pode ser apagada, colocada fora de contexto, agir sob vários vieses. Esta dissertação busca preservar a memória da Vila Itororó como um espaço importante por características físicas e sociais.

A ignorância acerca do passado não é necessariamente virtude, da mesma maneira que o conhecimento do passado não é uma garantia de que erros não serão repetidos, mas tal conhecimento fornece ao indivíduo os indispensáveis pontos de referência para analisar o presente e projetar o futuro. (EISNER, 1999, p. 57, tradução nossa)

A Vila Itororó, um espaço com edifício histórico tombado na esfera municipal pelo CONPRESP em 2002 e posteriormente, em 2005, na esfera estadual pelo CONDEPHAAT; é parte importante da história de São Paulo e do Distrito Bela Vista, que traduz em si a formação da cidade em escala menor; possui uma arquitetura excepcional para os padrões da cidade; faz parte da memória e história dos seus locatários, locadores, vizinhos, artistas e turistas e atualmente é um centro cultural em formação que dialoga com seus transeuntes.

Os autores e pesquisadores Benedito Lima de Toledo (2015), Sarah Feldman e Ana Castro (2017), Vivian Barbour (2017b) e Instituto Pedra fizeram estudos aprofundados sobre a história da Vila Itororó, que carecia de pesquisas. Junto aos seus estudos, propõe-se neste item contar os principais acontecimentos de sua história de maneira breve, pontuando três partes importantes momentos da Vila: (i) primeiro Período: 1910-1969 — O surgimento e consolidação como moradia; (ii) segundo Período: 1970-2000 — A primeira tentativa de torná-la um Centro Cultural e a especulação imobiliária; (iii) terceiro Período: 2000-2013 — A desapropriação.

Não é do interesse da autora reescrever essa história, mas é necessário que o leitor entenda a construção plural e sociocultural pela qual a Vila se originou e que ainda reflete de maneira breve a caracterização da cidade de São Paulo. A Vila não é uma coisa só, é um conjunto de edificações, de finalidades, de interesses, de tentativas, de raças, cores, cheiros. Assim como São Paulo se modificou

drasticamente na virada do século XX, deixando de ser um vilarejo com 65 mil habitantes e passando a ser uma cidade cosmopolita com 250 mil habitantes (SILVA, 2003), a Vila Itororó se modificou intensamente dentro do seu próprio território, a princípio como um espaço com algumas famílias, para anos depois habitarem várias famílias em um só espaço, com muitas reformas, pessoas de diferentes classes sociais vivendo juntas, um mesclado de modificações espontâneas. Segundo Luiz Fernando de Almeida, diretor do Instituto Pedra, no filme *Vila Itororó Canteiro Aberto*, a Vila é uma síntese do que aconteceu na cidade de São Paulo.

Para facilidade e melhor visualização do leitor, foi desenvolvida uma linha do tempo com relatos breves de momentos marcantes e mais importantes da Vila Itororó, que serão detalhados nos subitens a seguir.

Os ornamentos utilizados na linha do tempo são adornos que estavam na Vila Itororó, que foram escolhidos pela artista Mônica Nador para virarem padrões em estêncil espalhados nas paredes e tecidos pela Vila Itororó Canteiro Aberto.

Vila Itororó

1890

São Paulo tem menos de 65 mil habitantes.



Imagem - Francisco de Castro



Fonte: Toledo, 2015, p. 22

1892

Francisco, brasileiro filho de portugueses, regressa ao Brasil em busca da ascensão social que o país possibilitava.

1897

Francisco entra para a indústria de tecidos, onde consegue juntar algum pecúlio para investir em imóveis.

Imagem - Construção do Palacete



Fonte: Toledo, 2015, p. 30

1900

Com acelerado crescimento, a população de São Paulo mais que triplica e chega a 240 mil habitantes, que aquecem o setor imobiliário.

1907

Francisco de insere no ramo imobiliário, compra terrenos e constrói casas para locação.

1911

Início da construção da casa principal da Vila Itororó, o Palacete.

Imagem - Palacete inaugurado



Fonte: Toledo, 2015, p. 42

1922

o Palacete da Vila Itororó é inaugurado e outras construções são edificadas, como casas para locatários e garagem de vidro.

1929

Inauguração da piscina com as águas de Itororó. Francisco sonha em construir um clube que será muito agraciado com a construção de uma avenida ao lado da Vila, a qual trará melhorias e urbanização para seus investimentos.

Imagem - Piscina da Vila Itororó



Fonte: Toledo, 2015, p. 28

1932

A avenida não se concretiza, Castro se endivida e hipoteca seus imóveis como garantia. Morre em 5 de dezembro, com 55 anos.

1933

A Vila é leiloada para Augusto Oliveira Camargo. O Palacete foi subdividido em várias moradias e a renda da locação era destinada à Santa Casa de Indaiatuba.

1945

Vila Itororó é doada para a Santa Casa de Indaiatuba e a subdivisão de seus espaços para aluguel é crescente.

1960

Com a finalização da Avenida 23 de Maio, após quase trinta anos da morte de Francisco, o empreendimento Vila Itororó seria, teoricamente, agraciado com a urbanização.

1970

Novos inquilinos, migrantes intraurbanos habitam a Vila Itororó, os quais buscam morar mais perto do trabalho e dos serviços de educação, saúde, cultura, mesmo que em condições piores do que as que viviam anteriormente.



Imagem - Pátio da Vila Itororó



Fonte: Castro e Feldman, 2017, p. 111

1975

Arquitetos e paisagistas como Burle Marx propõem um projeto de transformar a Vila em um espaço dedicado às artes.



1978

A quadra da Vila é listada como imóvel de caráter histórico ou valor artístico pela lei de zoneamento. Projeto Sesc tenta, sem sucesso, negociar a compra da Vila.

1994

Moradores da Vila criam a AMA-Vila (Associação de Amigos e Moradores da Vila Itororó) com o objetivo de se organizarem para não serem retirados do espaço.

2002

A Vila Itororó é tombada pelo CONPRES.

2005

A Vila é tombada pelo CONDEPHAAT.

2006

Decreto de desapropriação do conjunto.



Imagem - Palacete desabitado



Fonte: Nelson Kon, [201-?]

2011

Entre conflitos, começam os despejos dos moradores da Vila Itororó, antes de serem destinados às moradias do CDHU.

2013

Vila Itororó está vazia, o Instituto Pedra começa o restauro do espaço.



3.1 PRIMEIRO PERÍODO (1910-1969)

*Foi aqui, seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca
Mas um dia, nós nem pode se alembra
Veio os homis c'as ferramentas
O dono mandô derrubá
(Saudosa maloca, de Adoniran Barbosa)*

Francisco de Castro nasceu em Guaratinguetá, Estado de São Paulo. Foi morar em Portugal ainda criança com seus pais, mas voltou sozinho para São Paulo aos 15 anos no dia 17 de abril de 1892. Francisco trabalhou como caixeiro viajante, depois entrou para a exportadora de café Companhia Lupton e, sempre em busca de crescimento, passou a ser representante da indústria de tecidos Francisco Muller e Cia, sediada em Americana (CASTRO; FELDMAN, 2017). Foi este último emprego que lhe permitiu juntar algumas economias para comprar diversos terrenos espalhados por São Paulo próximos à área urbana consolidada, no bairro da Mooca, Lapa e ao redor da Av. Paulista para construir casas e alugá-las. A Cidade estava em crescimento acelerado com a chegada dos imigrantes, e ter inquilinos era um retorno garantido para aqueles que conseguiam construir alguma moradia. Francisco, assim, inseriu-se no ramo imobiliário para ter oportunidade de retorno financeiro rápido.

Francisco, no começo do século XIX, compra um terreno no Vale Itororó, próximo das áreas urbanas, entre a Rua Santo Amaro (atual Avenida Brigadeiro Luís Antônio) e a Rua Liberdade (CASTRO; FELDMAN, 2017), mas o Vale era dependente de ações da Prefeitura como o saneamento. Era um terreno alagadiço, acidentado, cheio de matagal e com a nascente do Rio Itororó⁴ - que quer dizer água barulhenta em Tupi Guarani (TOLEDO, 2015). Este se tornou um investimento de baixo custo para Francisco e uma aposta, confiando na urbanização da área.

[Francisco de] Castro adquire terrenos, fundos de quadra, e pequenos resíduos de propriedades conformando uma área irregular com frente para as ruas Martiniano de Carvalho e Itororó, com um acesso pela travessa Arthur Prado (atual Rua Monsenhor Passalacqua) (CASTRO; FELDMAN, 2017, p. 32).

⁴ “O Rio Itororó foi canalizado com a construção da Av. 23 de Maio” (GONÇALVES, 2016, p. 107).

Será esse espaço que acabará por chamar atenção da opinião pública, como disse uma pessoa sobre o feitiço da Vila: “marcará no porvir a tua passagem fecunda pela terra que te serviu de berço” (PMSP/Emurb apud CASTRO; FELDMAN, 2017, p.32).

Francisco era tanto proprietário do terreno quanto construtor, e assumiu a função de assinar e criar a Vila Itororó. Assim como São Paulo se modificava rapidamente e crescia com construtores sem diplomas para atender a demanda, a Vila Itororó também emergia em ritmo acelerado com seu arquiteto e engenheiro formado pela experiência da vida. Desde 1907 Castro encaminhava solicitações e licenças para construção de muros, alinhamentos e prédios em suas propriedades. Francisco Pompêo, prático licenciado em arquitetura e engenharia e construtor das casas de Castro em outros terrenos, era quem assinava o testemunho para autorizar as edificações (CASTRO; FELDMAN, 2017). O texto a seguir demonstra a criatividade e a ascensão social de Francisco, o qual com a sua esperteza e visão, aproveitou o movimento crescente de São Paulo e as oportunidades de investir em imóveis.

Nem diplomado, nem prático licenciado, no duplo papel de proprietário e construtor, na concepção da Vila, sua capacidade criativa, visionária e o desejo de expor o novo *status* social à possibilidade de auferir renda através do aluguel de moradias. Essa engenhosa conjugação de elementos, em que o útil e o excepcional não se excluem, permitiu-lhe desfrutar de uma vida mundana e estabelecer relações com a elite paulistana, intelectuais, artistas e membros da alta sociedade, que passariam a frequentar o conjunto. (CASTRO; FELDMAN, 2017, p. 42)

Em 1911, a primeira construção referente à Vila foi encaminhada à Diretoria de Obras e Viação (DOV). Aprovada, a obra era uma edificação elaborada e grandiosa de 115 m², com sala de visita, sala, varanda, dois quartos, cozinha, banheiro, dispensa e porão. Castro se instala nessa residência, e por mais de 20 anos constrói e reconstrói esse edifício como um quebra-cabeça, subindo andares, colocando colunas ao redor, remontando e desmontando o espaço de maneira que se parecia com um palacete, como fora apelidado.

Em 1922 o Palacete (Figura 06) tinha quatro andares, apenas 10 anos após o início da sua elaboração. O segundo andar era envolto por um estreito corredor que servia de sacada ornamentada por colunas feitas de tijolos. Por toda a construção era possível presenciar cariátides⁵ e atlantes⁶ (Figura 07), vitrais, brasões, estátuas de

⁵ Figuras femininas esculpidas que serviam como suporte de arquitetura.

⁶ Tipo de coluna com forma masculina.

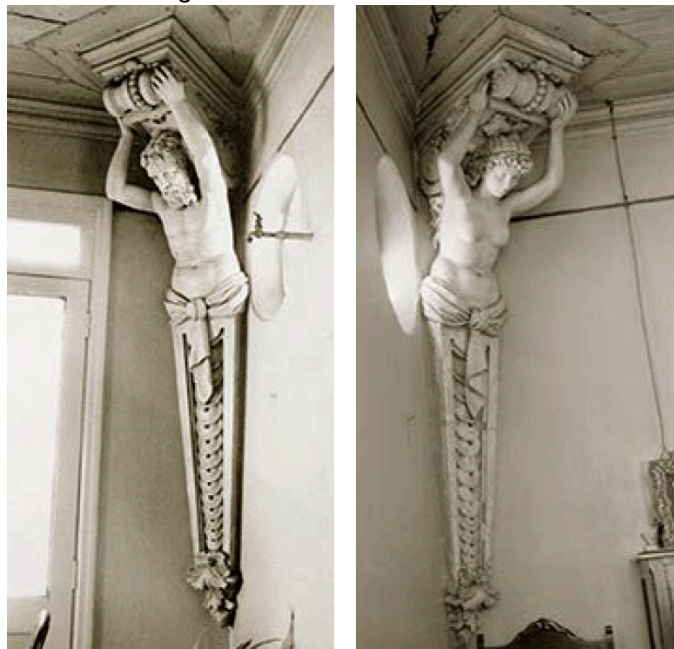
leões (Figura 08) e outros elementos que davam a conotação de um espaço cinematográfico.

Figura 06 — Imagem do Palacete da Vila Iitororó, sem data.



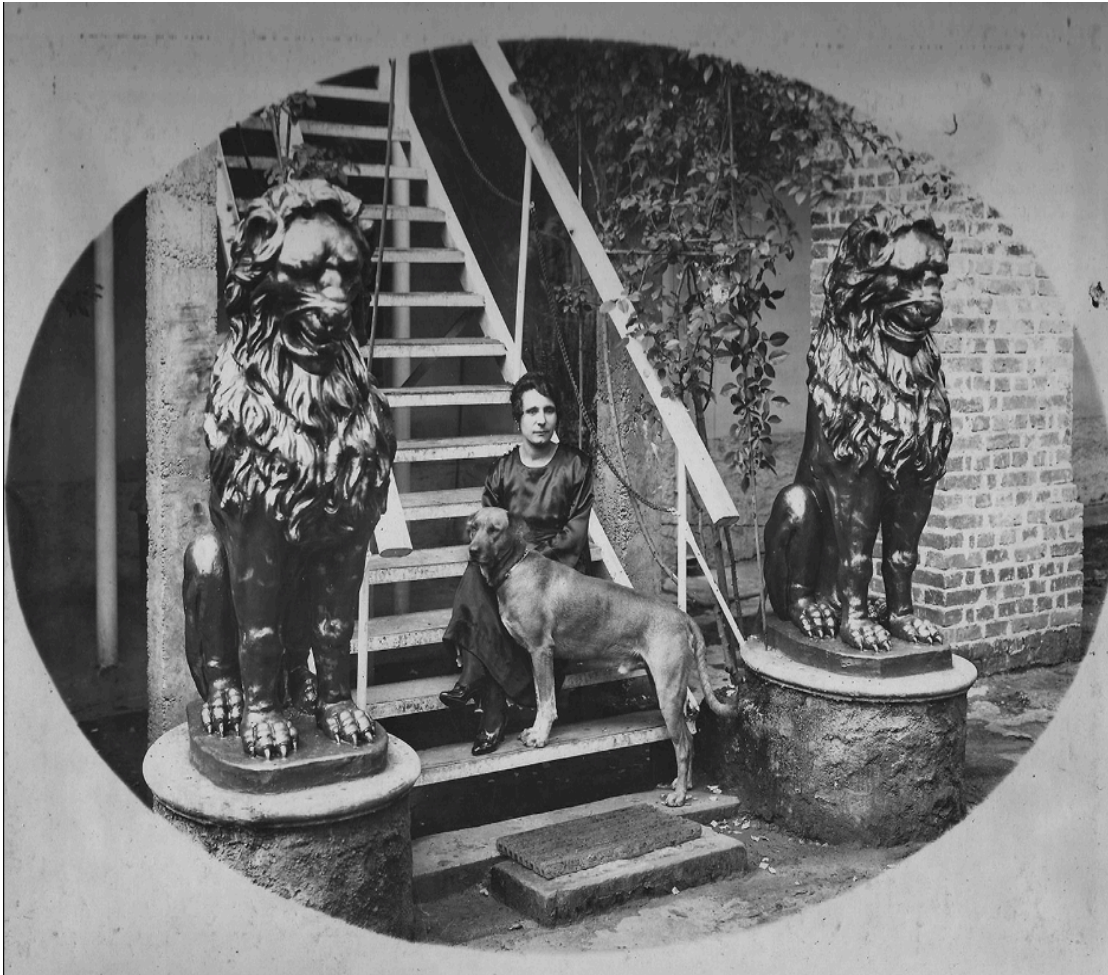
Fonte: Toledo, 2005, p. 42.

Figura 07 — Atlante e Cariátide



Fonte: Toledo, 2015, p. 43

Figura 08 — Estátuas de leões



Fonte: Site Vila Itororó, [201-]a.

Muitos dos ornamentos animais e incomuns, como os mascarões de teatro que ficavam em uma das casas (Figura 10), foram arrematados do antigo Teatro São José (Figura 09).

Figura 09 — Foto do Teatro São José, sem data.



Fonte: Toledo, 2005, p. 75.

Figura 10 — Mascarões de teatro que estavam no Teatro São José



Fonte: produção própria, 2019.

No ano de 1919, para comemorar o centenário da Independência, Castro construiu o Monumento Comemorativo da Fonte de 1822 (Figura 11), a qual já estava na Vila. A água trouxe inspirações exacerbantes para seu dono, que futuramente construiu a primeira piscina particular de São Paulo com dimensões vistas apenas em clubes da Cidade.

Figura 11 — A fonte da Vila Iitororó, sem data



Fonte: Toledo, 2005, p. 25.

As construções e a grandiosidade do espaço não paravam. Francisco edifica casas para alugar ao redor do palacete (Figura 12), uma garagem de vidro (Figura 13) para abrigar seu automóvel “como numa vitrine, ostentando o status que um automóvel representava naquele momento” (CASTRO; FELDMAN, 2017, p. 57), além de colocar um busto homenageando o comendador Franz Muller, fundador da indústria de tecido onde Francisco trabalhara.

Figura 12 — Palacete e casas para alugar ao redor



Fonte: Site Vila Iitororó, [201-]a.

Figura 13 — Garagem de vidro



Fonte: Site Vila Itororó, [201-]a.

A Vila Itororó era um espaço onde Francisco exercia sua criatividade e exuberância, fazia suas homenagens, recebia convidados e vivia em comunidade com os locatários nas áreas comuns, sempre envolto de pessoas. Ele escreve em 1916 “O trabalho é o fecundo propulsor de tudo quanto é útil, de tudo quanto é belo [...] é a origem do trabalho que ele diariamente renova” (CASTRO; FELDMAN, 2017, p. 56).

Uma das características da Vila é a sua arquitetura reutilizável, feita de colagens. O palacete e os outros espaços não têm uma planta original; eles foram construídos, reconstruídos, divididos e acrescentados constantemente por Francisco de Castro. O material utilizado para sua construção também era reutilizável, ora era um portão, ora era ferragem de laje e ora eram de trilhos de trem, como pode ser visto na figura 14. crescia velozmente, não conseguia acompanhar o ritmo de produção para construção, e assim muitos de seus elementos foram comprados em demolições de São Paulo; existem mais de 30 tipos de tijolos utilizados em Itororó.

Figura 14 — Trilhos de trem utilizados na construção



Fonte: produção própria, 2019.

As colagens de figuras, os vasos, as estátuas, as placas de bronze com inscrições de poemas e outras dezenas de ornamentos diferentes entre si que eram utilizadas na Vila propunham leituras de caráter onírico e criativo

O caráter plástico do conjunto se definiu como uma colagem de surpreendente originalidade, com acento onírico e pitoresco, que passou a ser identificado espontaneamente como a vila surrealista.

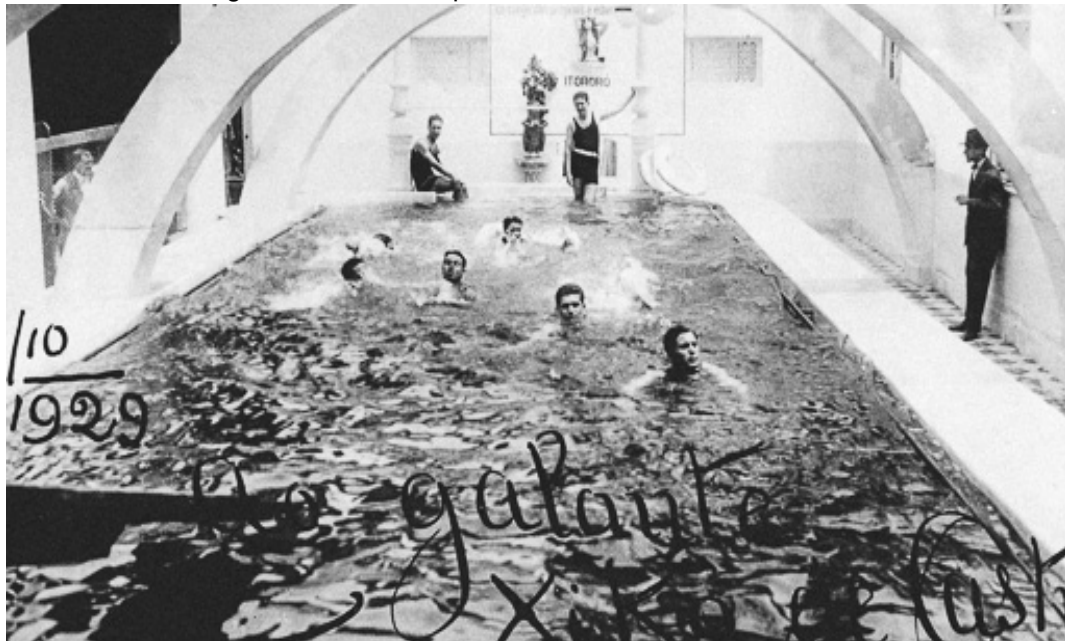
Os materiais comprados em demolições de edifícios eram carregados de significado, tanto para as famílias que puderam importá-los para suas moradias, como aqueles escolhidos pela sociedade paulista ao erigir o Teatro São José. Eles foram reinterpretados na colagem responsável por conferir ao conjunto da vila um caráter singular, dada a irregularidade do desenho e as associações oníricas que os ornatos, carrancas femininas, esculturas de animais, cariátides sugerem aos fruidores daquele espaço.

A ênfase dada nas proporções da casa principal em busca do monumental, a distribuição do intercolúnio das gigantes columnas, os detalhes figurativos conotando defesa da propriedade, erotismo e as fantásticas associações de elementos decorativos, ao lado de um desenvolvido conhecimento construtivo e apurada técnica artesanal, evidenciam os elementos de contradição do mestre Castro, seu realizador. (TOLEDO, 2015, p.19)

Em meio ao ecletismo plástico, às colagens de ornamentos e suas construções exuberantes, a Vila Itororó era um lugar com características marcantes, dona de vários apelidos, sendo Castelo do Bexiga mais um deles (GONÇALVES, 2016). Em 1929, foi inaugurada a primeira prova da piscina de natação com as águas do Rio Itororó (Figura 15). Francisco se respaldava na implantação de uma avenida no Vale Itororó, a qual traria melhorias para o seu empreendimento, e então investiu no “Instituto Helio

Hydrotherapico”. Demoliu quatro casas para iniciar a implantação de um “salão de diversões” e o Instituto teria “banhos a vapor, sulfurosos, perfumados, com aproveitamento das águas de propriedades terapêuticas (...). Aparelhos mecânicos de ginástica e esgrima, salão de dança e jardins para a criança também estavam previstos” (CASTRO; FELDMAN, 2017, p.81).

Figura 15 — Piscina para lazer na Vila Itororó em 1929.



Fonte: Toledo, 2005, p. 28

A implantação da avenida no Vale Itororó não aconteceu no tempo previsto por Castro, e os investimentos fizeram com que o autor da Vila se endividasse e hipotecasse parte dos seus imóveis. No dia 2 de dezembro de 1932, aos 55 anos, Castro falece e deixa como marca a construção de um espaço que se modificava, era vivo, atendia às demandas do seu tempo e de suas necessidades, se modernizava.

A Vila nesse momento era constituída por um palacete com trinta e dois cômodos, quatro prédios assobradados, quatorze casas, salão de ginástica, piscina, garagem com uma cocheira embaixo, dois salões cobertos, um deles com terraço, além de todos os ornamentos. A “Vila vai a leilão em 1933. Por decisão do juiz que considerou que os bens penhorados constituíam um conjunto de difícil, senão impossível, divisão” (CASTRO; FELDMAN, 2017, p. 82).

Um pedaço de seu patrimônio foi transferido para familiares, mas a maior parte da Vila Itororó foi leiloada para Augusto Oliveira Camargo. Em 1945, após sua morte, a viúva, Leonor de Oliveira Camargo, a doou para a Santa Casa de Indaiatuba (CASTRO; FELDMAN, 2017).

A urbanização do entorno da Vila só se completou na década de 1960, com a tão esperada Avenida 23 de Maio, quase 40 anos após a morte de Castro. Tal urbanização era o que Castro pensava ser a solução para o sucesso de seus empreendimentos, mas as décadas seguintes mostrarão que muitos são os interessados nesse território e que a Vila será ameaçada como lugar de moradia, a prática de habitação vinha desde o início de sua construção.

3.2 SEGUNDO PERÍODO (1970-2000)

*Peguemo todas nossas coisas
E fumo pro meio da rua
Apreciá a demolição
Que tristeza que nós sentia
Cada táuba que caía
Doía no coração
(Saudosa maloca, de Adoniran Barbosa)*

A partir da década de 1970, não havia mais quem se responsabilizasse pela arquitetura da Vila. A degradação da construção já estava avançada e com a urbanização completa no entorno da Vila, novos moradores chegam ao espaço. São migrantes intraurbanos que buscam em Itoioró uma moradia próxima do transporte, dos serviços de educação, saúde e cultura. As casas e mesmo o palacete se modificam constantemente, como desde a época de Francisco de Castro, para acrescentar quartos e fazer extensões com a finalidade de abrigar um parente ou alugar um cômodo e garantir uma renda extra, prática comum no Bexiga como visto no item 2 *Contextualização do Distrito Bela Vista*.

Apesar do abandono e cuidado arquitetônico por parte dos proprietários e a sublocação dos cômodos da Vila, “não é possível dizer que (a Vila Itoioró) de fato apresentasse as especificações estabelecidas pela legislação e literatura correlatas para ser considerada um cortiço. Isso porque a própria ocupação do conjunto sempre foi bastante heterogênea” (BARBOUR, 2017B, p. 203). Um exemplo é que no espaço existiam uma piscina e um campo de futebol apenas frequentado por sócios do Clube Éden Liberdade, o qual funcionou até a década de 1990.

Tanto os novos moradores quanto os mais antigos estavam com a sua moradia na Vila Itoioró em risco. De um lado, a inauguração da Avenida 23 de Maio e a primeira linha de metrô de São Paulo, muito próxima à Vila, trazem interesses imobiliários aos

5 mil m²; de outro, a lei de Olavo Setúbal na Prefeitura de São Paulo, Plano de Revitalização do Centro(GONÇALVEZ, 2016), trazia interesses de profissionais da institucionalização do patrimônio à Vila Itororó. Esta lei condenava as manifestações de declínio como fuga, esvaziamento, congestionamento, má conservação e propunha a recuperação da área da Vila Itororó, que tinha valor histórico e simbólico para a cidade (GONÇALVES, 2016).

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) definiu que a Vila Itororó era um espaço de valor cultural, mas não mencionava o que isso acarretaria à Vila, se seria só conservada ou se teria alguma intervenção maior. Os arquitetos Benedito Lima de Toledo, Claudio Tozzi e Decio Tozzi, junto à curadora Aracy Amaral e ao paisagista Burle Marx, criaram um projeto de recuperação urbana para transformar a Vila em um Centro Cultural e depois devolvê-la para a população com espaços para restaurantes, belvederes e ateliês de artistas, excluindo os moradores, expulsando-os de seus lares e substituindo a vida cultural que já existia por outra que classificavam como destinação mais nobre (SITE VILA ITORORÓ, 2017e). A figura 16 é uma ilustração do projeto, que demonstra uma vida social efervescente, fato que sempre existiu no espaço.

Figura 16 — Ilustração do Projeto de Decio Tozzi



Fonte: Tozzi, 1975.

Em 1978, outro projeto criado para a Vila Itororó era articulado pelo SESC São Paulo e provavelmente visava a criação de teatro, restaurante e espaço para shows

(CASTRO; FELDMAN, 2017). Também este plano visava apenas a materialidade do projeto arquitetônico, e não as relações sociais existentes no espaço.

A arquiteta Lina Bo Bardi, que começou as obras do SESC Pompeia em uma antiga fábrica de tambores e geladeiras, em 1977, deu um parecer sobre as relações históricas e arquitetônicas:

Preservar a fábrica é preservar um pedaço da história da cidade, mas um pedaço da história como ela é mesmo, sem disfarces. Nada daquele conceito de que só deve permanecer o que é belo. O que é típico deve ser valorizado. Mesmo que seja simples, como seria obrigatoriamente uma fábrica de tambores. (SACONI, 2013)

A ideia de centro cultural projetada hierarquizava os usos culturais como mais ou menos meritórios, dando crédito a uma Vila que existiu em um período determinado e negando o tempo e as relações que caracterizavam o espaço de agora. Nos anos 80, Ulpiano Bezerra de Meneses, conselheiro do CONDEPHAAT, fez um parecer decisivo criticando o projeto de tombamento da Vila que não levava em conta as relações sociais e culturais pré-estabelecidas.

Assim, propunha-se retirar a Vila da vida cotidiana e inseri-la em um universo “cultural” asséptico: havia uma noção fetichizada de cultura, que a situava na materialidade das construções da Vila Itororó, desconectando-as das relações sociais que elas abrigavam cotidianamente. As consequências dessa concepção no espaço urbano, tão evidentes no caso da Vila, seria o apagamento da passagem do tempo no conjunto, com a busca de um estado original, e a hierarquização de usos como mais ou menos dignos de ocupar um bem cultural. A vida cotidiana de um trabalhador de baixa renda não condizia com o esplendor que se vislumbrava na forma surrealista da Vila. (SITE VILA ITORORÓ, [201-]e)

Ulpiano era veementemente contra a “deportação” dos moradores e buscava um projeto de tombamento que levasse isso em conta. Tais discordâncias de valores sobre patrimônios causaram debates sobre ideais de concepções diferentes em relação à desapropriação ou não da Vila Itororó, as quais permanecem até os dias atuais.

Por causa de uma ameaça para leiloar o imóvel na 9ª Vara da Família e Sucessões, em 1981, foi solicitado o tombamento da Vila, que só se efetivou em 2006 (BARBOUR, 2017b). Nos anos 1970, 1980 e 1990, a Vila Itororó já era uma área valorizada, mas a nova geração de moradores, em sua maioria migrantes intraurbanos que se aproximaram da região central, moravam em condições piores do que seus antecessores, por causa da falta de manutenção do espaço por parte dos antigos proprietários (BARBOUR, 2017b). Em entrevista para esta dissertação, Edivaldo do Santos, ex-morador da Vila, relatou:

PESQUISADORA: A Vila é uma mistura muito grande com todos os tipos de pessoas e várias culturas, moradores que moravam em um pedacinho com menos de 1m de altura e ainda o dividia em dois andares e também pessoas com apartamentos bons. Como era a relação de vocês?

EDIVALDO: Na Vila tinha gente com contrato de locação, senhoras com 80 anos de idade que guardam isso como relíquia e também o morador alcoólatra que vivia nesse espaço pequeno. A nossa associação (AMAVila) se preocupava com ele, dizíamos pra ele que tinha outro jeito de morar, mas ele estava naquela que ninguém o tirava dali. A própria família dele morava na Vila Itororó, mas ele gostava de morar naquele espacinho. Hoje a mente dele está totalmente diferente, a irmã me pediu informação sobre um procedimento jurídico e apareceu com ele, ele me perguntou se eu não o reconhecia e disse “eu sou o Carioca”, estava totalmente transformado, tinha largado o vício, estava morando com a irmã e trabalhando, chego a arrepiar quando falo porque foi uma mudança e tanto, a irmã dele conseguiu a moradia da CDHU, graças a Deus, mas existia realmente várias culturas na Vila Itororó. (SANTOS, E., 2019)⁷

Mesmo com pessoas muito diferentes e interesses distintos dividindo o mesmo espaço, ainda havia a preocupação com o outro e a tentativa de ajudar os pares e a melhorar a situação degradante e perigosa que alguns viviam. Era só uma questão de tempo até precisarem deixar a Vila Itororó. Assim, os moradores se juntaram e começaram a se articular pela luta por moradia, formando a Associação de amigos e Moradores da Vila Itororó (AMAVila).

Este período foi de muitas dúvidas sobre a desapropriação da Vila Itororó, momento em que os moradores começaram a se articular e a discutir seus direitos e suas vontades sobre a Vila. Tais debates foram importantes para fortalecer os interessados em continuar a habitar Itororó e se prepararem para o período que a seguir.

3.3 TERCEIRO PERÍODO (2000-2013)

*Mato Grosso quis gritá
Mais em cima eu falei:
Os homi tá cá razão
Nóis arranja outro lugar
Só se conformemo quando o Joca falou:
“Deus dá o frio conforme o cobertor”
(Saúdosa maloca, de Adoniran Barbosa).*

Em 2002, a CONPRESP delimita o polígono da área da Vila Itororó tombado, e em 2005 o CONDEPHAAT considera tombadas as edificações da Vila situadas na quadra definida pela Rua Martiniano de Carvalho, Rua Monsenhor Passalacqua, Rua Maestro Cardim e Rua Pedroso, no Bairro da Bela Vista.

⁷ Ver entrevista completa no apêndice A.

De acordo com um levantamento feito em 2006 pelo MoSalco⁸ e pelo grupo de pesquisa Vida Associada⁹, identificou-se 71 famílias habitadoras da Vila, num total de 250 pessoas, das quais 27 famílias estavam em situação de moradia precária, 33 em condições adequadas para a habitabilidade e 11 delas não foram classificadas, mas a pesquisa não explica o porquê (MOSAICO, 2015).

Edivaldo dos Santos, ex-morador da Vila, em entrevista, relata a situação precária que alguns viviam:

PESQUISADORA: Como era a situação da moradia na Vila Itororó?

EDIVALDO: Pra mim eu não tinha tanto problema, morava no segundo andar, então eu só tinha que mexer no telhado quando chovia, mas quem morava no térreo tinha bastante problema com esgoto, rato, barata, escorpiões, tinha que ter muito cuidado pra capturar o escorpião. Além do que era patrimônio tombado então a gente não podia mexer muito na estrutura da Vila. Do jeito que estava, principalmente na parte térrea, não tinha como continuar, tinha vez que a água batia no meu joelho e eu tinha que carregar senhoras e crianças, a Vila Itororó fica numa parte baixa e a água escorria pela escadaria. Não dava pra residir. Quando saímos tinha morador que chorava porque não queria deixar a Vila e tinha morador dando “Graças a Deus”. Eu mesmo disse “Graças a Deus” porque a polícia batia na minha porta atrás de pessoas que faziam coisa errada dentro da Vila e quando a polícia chega ela não quer saber, quer ir atrás da pessoa e você tem que responder com jeitinho que ali você está com sua mulher e seu filho, se você recebesse eles de forma agressiva, eles arrebentavam sua porta. Era muito roubo que acontecia aqui na região, mas dentro da Vila nenhuma casa era furtada, pelo menos na época em que eu morei, não. O problema era estar aberto, porque aqui era refúgio de quem fazia coisa errada, tem entrada por quatro quarteirões e dava pra se esconder. (SANTOS, E., 2019)

Edivaldo relata o abandono da Vila Itororó por parte dos donos e como os moradores conseguiam suas casas.

EDIVALDO: Ninguém pagava aluguel, só há muitos e muitos anos atrás. Depois que ficou abandonada, ninguém pagava mais. A Vila Itororó estava no nome dos ex-proprietários que deviam IPTU e a pessoa que vinha cobrar teve alguns problemas e pararam de cobrar. A minha casa era da terceira geração, um passando para o outro. A família da minha cunhada, os primeiros locatários na década de 1970, moraram cerca de 20 anos e se mudaram porque compraram um apartamento, aí colocaram a irmã que morava de aluguel, nessa época já não se pagava mais para morar na Vila, essa irmã conseguiu comprar uma casa e colocou o sobrinho que veio do Amazonas, esse moço casou com a minha cunhada que também comprou um apartamento no bairro Jabaquara, eu morava no bairro Cachoeirinha, na Zona Norte e ele cedeu a casa pra mim durante 4 anos. Tinha gente que vendia a casa da Vila Itororó pra sair, vendia só através da palavra porque não tinha documento nem nada, no valor de R\$5.000,00 mais ou menos, e outros pagavam aluguel para pessoas que sublocavam suas casas, fazia divisa de quatinhos e alugava. (SANTOS, E., 2019)

⁸ Escritório modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie.

⁹ Grupo de pesquisa do Mackenzie

A apropriação dos moradores pelo espaço em que viviam era passada muitas vezes de geração em geração, conhecido para conhecido. A Vila marcava a história de muitas famílias que por ali passaram, o que aumentava a força de luta da AMAVila. Luta intensa, marcada por diferentes movimentos envolvendo advogados, artistas, arquitetos e grupos de ativistas.

Alguns momentos marcaram a ação da AMAVila, como a distribuição de folhetos no Mackenzie com os dizeres “a prefeitura declara a área como ‘utilidade pública’, despeja os moradores e entrega a área para empresas privadas, com uma série de privilégios (...). A desapropriação é um excelente negócio para a especulação imobiliária e uma miséria para o povo pobre” (AMAVila *apud* BARBOUR, 2017b, p. 219).

Outros momentos de destaque seriam o debate no Mackenzie sobre as propostas de recuperação para a Vila Itororó, envolvendo representantes da Prefeitura Municipal, responsáveis pela autoria do projeto e moradores da Vila, organizado pela arquiteta Nádia Somekh. Antônia Souza Cândido, moradora da Vila Itororó e coordenadora geral da AMAVila, fez um pronunciamento significativo, pois segundo Barbour (2017b), Cândido incomodava com sua perspectiva de moradora.

[Cândido] Ela colocava em questionamento o suposto consenso do projeto de que o uso habitacional e a preservação da Vila eram condições opostas. Pela primeira vez o poder público se deparava com uma oposição à sua proposta a partir da ótica de uma moradora do conjunto. Naquele momento, Cândido completava mais de vinte anos vividos na Vila Itororó e o discurso da necessidade de remoção dos moradores como passo necessário para a sua manutenção e exploração de seu valor cultural lhe soava ofensivo. (BARBOUR, 2017b, p. 220).

O arquiteto Decio Tozzi se retirou da reunião no Mackenzie. Segundo Paulo Goya, em entrevista para esta dissertação, o posicionamento de Antônia também era ofensivo: “Quando fizemos uma reunião no Mackenzie, a Antônia começa a insultar o Tozzi, ele levantou e foi embora” (GOYA, 2019)¹⁰.

A artista Graziela Kunsch registrou um posicionamento de Cândido em 2006:

Faço parte da comissão de moradores. Estou tentando buscar esclarecimentos, soluções, procurando saber o que é esse projeto, por que que nós não cabemos dentro dele, por que nós temos que ser expulsos de nossas casas, virar essa página da vida da gente, que vontade louca é essa que esse pessoal todo tem de ver os moradores da Vila Itororó pelas costas, sem uma explicação mais detalhada[...]Eu acho que seria legal que se unisse força, que se unisse recursos, se unisse boa vontade, e a gente realmente devolvesse essa Vila para São Paulo, mas da forma que ela sempre foi: originalmente uma vila residencial, uma vila habitada por pessoas de todas

¹⁰ Ver entrevista completa no apêndice C.

as cores, raças, credos, etnias, e não uma vila pra poucos, que vão pôr os quadrinhos em preto e branco em cada parede contando “aqui foi isso, aqui foi aquilo”, como a gente vê na maioria das casas hoje, né.[...]. Eu acho que a história é uma continuação, e é isso que eu quero pra Vila Itororó, uma continuação. E não vai ser uma continuação sem os moradores, não. Eu moro aqui há vinte e cinco, vou ficar mais vinte e cinco, mais trinta e cinco, as minhas filhas vão ficar aqui, vão ficar por vinte e cinco, por trinta e cinco e vão continuar contando a história da Vila Itororó. (EXCERTOS, 2006)

É necessário destacar que a luta dos moradores da Vila Itororó não era unânime, pois como já foi explicado antes, a Vila era um misto de interesses, valores, culturas e pessoas de diferentes classes sociais que habitavam o mesmo espaço. Em entrevista para esta pesquisa, Edivaldo dos Santos, morador da Vila por quatro anos e membro do AMAVila, relata:

PESQUISADORA: Na associação AMAVila existia muitos desencontros de ideias?

EDIVALDO: No início tínhamos um foco com a AMAVila que era focar na moradia e permanecer, mas com o patrimônio tombado não teve jeito, veio a ideia de desapropriação e a nossa mudança seria para outros bairros da zona leste e zona sul e a nossa vida era na região central, pois aqui do lado tinha uma creche, uma escola e a nossa vida era toda aqui, então nós batemos de frente.

Nesse momento alguns mudaram o foco, que era lutar por um espaço dentro da região central e com isso me lembro de que a Prefeitura assinou com o Governo um decreto de mutuário (de trabalhar e de residir) na região central.[...]. Então, na associação a gente tinha a luta para permanecer, não permanecemos, vamos lutar pelo segundo objetivo. (SANTOS, E., 2019)

Edivaldo narra que de início todos tinham o mesmo foco, mas depois que o Governo assinou com a Prefeitura o decreto de mutuário¹¹, algumas residentes da Vila mudaram o foco de permanecer, isso demonstra os interesses contrários da própria AMAVila, não era uníssono o seu movimento. Edivaldo continua o relato sobre o período da desapropriação da Vila.

a gente observava que era muita violência dentro de uma desapropriação, [...] a gente sempre via isso na mídia, nos jornais, na televisão e isso, nas nossas reuniões aos domingos a cada 15 dias no pátio da Vila, sempre o pessoal abordava o lado da violência, como vamos sair? Nós temos crianças, adolescentes e idosos. E com essa situação, nós às vezes ficávamos dois ou três meses esperando por uma audiência pública e em até menos de 15 minutos acabava a reunião e não produzia nada porque nós moradores tínhamos várias ideias diferentes, a D. Cândido, Presidente da associação tinha a ideia de que a gente só ia sair quando a polícia nos tirasse. Na audiência queriam que a gente assinasse um termo de conduta pra sair pacificamente e nós não assinamos nada, assim as nossas reuniões não davam em nada. Assim, eu falo por mim e por alguns colegas que

¹¹ Um mutuário é a pessoa que recebe um empréstimo para adquirir um bem. Nesses casos, o mutuário recebe o valor logo após firmar contrato e se torna responsável por pagar o montante adquirido ao banco ou à instituição financeira em questão. (Rebel, 2018)

compunham a associação, a gente já estava se cansando, sempre estavam tentando nos retirar e a gente tinha mandato de segurança pra poder permanecer e chegou uma hora que eu falei que não ia participar mais, eu não iria mais agir dessa forma.

[...]Às vezes quando você só quer se impor as pessoas já dizem não, os casos tem que ser estudados.(SANTOS, E., 2019)

Edivaldo expõe o medo por haver muitas notícias nas mídias de violência nas desapropriações, também relata seu cansaço na luta pela moradia e a vontade de negociar os interesses, muitas vezes a contragosto de outras inclinações.

Nisso as reuniões foram produzindo, até que chegou um dia que nos disseram que tinham um prédio pra nós da CDHU[...]Eu já tinha meu apartamento sorteado pra saber qual andar iria tirar, tirei o sétimo andar e troquei com um vizinho pelo primeiro porque ele queria ficar no apartamento ao lado da filha dele, só faltava a gente assinar os documentos. [...]diziam que era pra ninguém ir assinar nada [...]

“eu estou indo amanhã, logo cedo no primeiro horário”. [...] “quem quiser vai comigo na hora tal” aí uma doutora advogada disse que eu não podia fazer isso que o contrato não era certo, respondi que eu já tinha um pouco de conhecimento do contrato e queria conhecer melhor o contrato, perguntei “a senhora vai conosco pra ler o contrato pra gente amanhã?”. Sabe o que ela me respondeu? “Eu não trabalho aos sábados” e eu respondi “então a senhora não serve para nos representar!”, pois uma vez dada a procuração, não importa se é sábado ou feriado. Eu estava estudando direito e falei que poderia ajudar o pessoal pelo o que eu conhecia de contrato e disse “está decidido!” e me retirei da reunião. No dia seguinte a sala estava lotada, cheia de gente em pé, mas a Presidente não estava, nem a família dela, nem a advogada, nem outros três ou quatro moradores que depois foram.

A Presidente só saiu da Vila quando a polícia a retirou, (SANTOS, E., 2019)

A entrevista concedida por Edivaldo dos Santos demonstra os interesses contrários entre os próprios moradores e a diferença entre os moradores e os não moradores que estavam ali para representá-los. Edivaldo, na entrevista, elogia a postura da Presidenta Dona Cândido e ressalta a importância dela por terem adquirido os direitos de moradia no CDHU, mas como disse em sua fala, uma hora ele “já estava cansado”. O episódio retratado com a advogada demonstra que apenas os moradores conseguiam entender as circunstâncias de viver ali. Toda ajuda foi muito importante para eles, mas a decisão final da ação ainda seria dos moradores, pois, parafraseando a música, “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”.¹²

Durante o mandato na prefeitura de São Paulo de José Serra, no dia 24 de janeiro de 2006, o Diário Oficial do Município divulgava a ação do Prefeito: “Vila Itororó vai virar polo cultural” (SÃO PAULO, 2006). Foi feito um acordo entre a Prefeitura e o Governo Estadual, de Geraldo Alckmin, e declarou-se “de utilidade pública, para fins de desapropriação, conjunto de imóveis situado no Município de São Paulo,

¹² Letra de Caetano Veloso, *Dom de iludir*, 1986.

denominado Vila Itororó, necessário à Secretaria de Cultura para recuperação, preservação e conservação” (BARBOUR, 2017b, p.227).

Parte do terreno foi desapropriado pelo Estado e Prefeitura de São Paulo para fins culturais. A posição de Ulpiano Bezerra de Meneses e a dos moradores da Vila sobre um projeto que levasse em conta a não desapropriação de Itororó foi vencido por outro que qualificava um tipo de cultura mais importante do que a cultura habitacional que havia ali desde o início do projeto idealizado por Francisco de Castro.

Apesar de vencidos, os moradores da Vila conseguiram um resultado significativo depois de anos de luta, a relocação dos moradores para as habitações sociais da CDHU na área central (BARBOUR, 2017b), mas muitos prefeririam permanecer na Vila Itororó, e seguem na justiça pedindo, através de usucapião, o reconhecimento da sua moradia, ainda não reconhecido pelo Estado (BARBOUR, 2017b).

A atuação de como se dariam os novos passos da Vila foi dado através de um acordo entre a CDHU, Governo do Estado e Prefeitura Municipal de São Paulo. A CDHU ficou responsável pela realocação dos moradores, o Governo cuidaria da desapropriação na esfera judicial e à Prefeitura ficou a responsabilidade de indenizar os moradores que não aceitassem a proposta da CDHU e a implementação do projeto de restauro para fins culturais.

Barbour (2017b) analisou o Inquérito Civil que permitiu ter maiores informações sobre a parceria entre essas três esferas.

Nesse acordo, havia uma definição, a priori, do uso que se previa para a Vila, presente já na Cláusula Primeira: “o presente acordo tem por objeto a realização de iniciativas, em diferentes campos, com vistas a promover a recuperação física do conjunto da VILA ITORORÓ e parte de sua área envoltória e a destinação das áreas recuperadas para atividades de caráter cultural, educacional, de lazer e eventual moradia temporária” (IC 22/1994, fl. 1058). (BARBOUR, 2017b, p. 228)

Segundo a análise de Barbour (2017b), a concepção de moradia temporária seria para residência artística de estrangeiros, aceitando apenas esse modo de habitação e privilegiando a arte em detrimento de toda a história e luta de moradores que pertenceram à Vila.

Em 9 de dezembro 2009, a Prefeitura fez uma nova contratação para a atualização do antigo projeto de Decio Tozzi, Claudio Tozzi, Burle Marx, Aracy Amaral e Benedito Lima de Toledo, feita pelo mesmo escritório e orçada em R\$ 706.165,83 (SÃO PAULO, 2009). Com o projeto de restauro da Vila Itororó atualizado, no dia 13 de abril

de 2012 pelo Diário Oficial do Estado de São Paulo foi aberta a concorrência Nº 021120130 para a contratação de empresa especializada para a execução das obras de reforma, restauração, conservação e adequação do patrimônio histórico cultural — Vila Itororó. O primeiro lugar ficou com a Concrejato Serviços Técnicos De Engenharia S/A (SÃO PAULO, 2012,), porém, apesar do projeto desenvolvido, a mudança de gestão da Prefeitura de Gilberto Kassab para Fernando Haddad atrapalha a continuação do projeto e a empresa nunca foi contratada.

Em 2013, Durante a Prefeitura de Fernando Haddad, Luiz Fernando de Almeida, arquiteto que foi presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por quase 10 anos e coordenador nacional do Programa Monumenta, que dirigiu a implementação da política de patrimônio no Brasil, estava fundando o Instituto Pedra. Este propôs um termo de doação¹³ para obras e serviços de restauro da Vila Itororó à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SÃO PAULO, 2014), com os termos “fica aberto o prazo de cinco dias úteis para eventual manifestação de interesse, no mesmo sentido, por parte de qualquer outro interessado” (SÃO PAULO, 2014, p. 9). Apenas o Instituto Pedra se mostrou interessado e, enquanto aprovava o termo de doação, o mesmo já havia enviado em 2013 uma proposta de projeto para o Ministério da Cultura através do PRONAC, o qual foi aprovado e resultou no Canteiro Aberto Vila Itororó, que será discutido no item seguinte.

Enquanto os projetos destinados à Vila eram discutidos pela esfera pública, a última moradora da Vila, Maria Helena Katarinhuk, de 58 anos, deixou a sua casa no dia 28 de fevereiro de 2013 (SANT’ANNA; LOPES JUNIOR, 2013) para dar lugar ao que viria a ser o Canteiro Aberto Vila Itororó.

¹³ Um Termo de doação pode ser definido como: “Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra” (Artigo 538 do Código Civil de 2002).

4 UM NOVO PERÍODO: O COMEÇO DO INSTITUTO PEDRA NA VILA ITORORÓ

E hoje nós pega páia nas grama do jardim
E prá esquecê, nós cantemos assim:
Saudosa maloca, maloca querida
Dim-dim donde nós passemos os dias feliz de nossa
vida
Saudosa maloca, maloca querida
Dim-dim donde nós passemos os dias feliz de nossas
vida
 (Saudosa Maloca, Adoniran Barbosa)

A Vila Itororó estava deserta após a retirada da última moradora. As luzes das noites e festas foram sobrepostas e apagadas pelo silêncio e vazio, só restava o fantasma do passado.

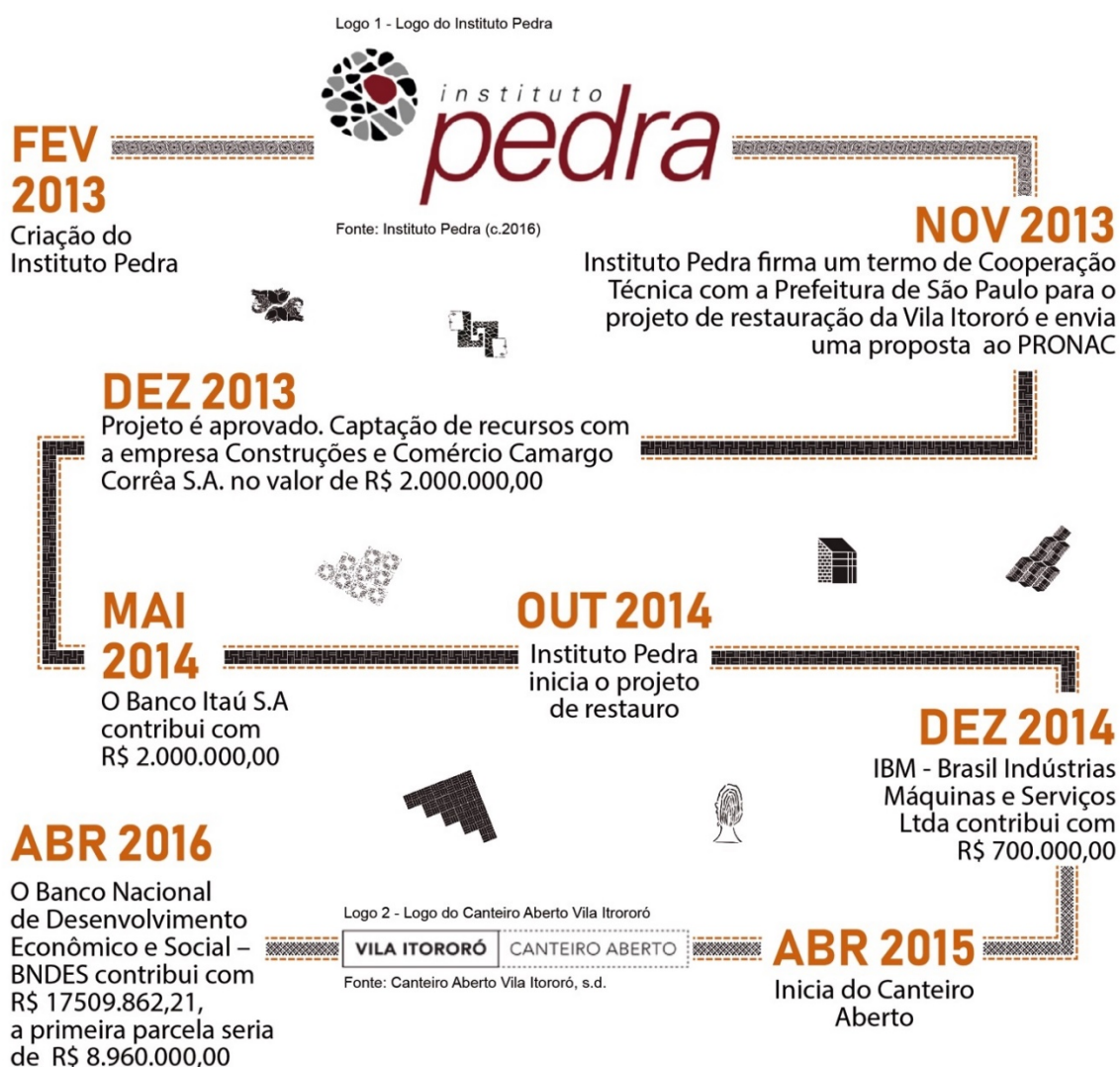
No vídeo *Diálogos com Marx — Cidade* | Stephanie Ribeiro, Mariana Fix, Amélia Damiani e João Whitaker (TV BOITEMPO, 2018), gravado na própria Vila Itororó, a Professora do Departamento de Geografia da USP, Amélia Damiani, ao responder um posicionamento crítico que dois participantes do debate fizeram sobre a memória dos ex-moradores, diz para pensar no vazio não como a falta de alguma coisa, mas no vazio como momento necessário de alavancar a economia, pois ela é quem destitui a propriedade para restituí-la em outros termos. O vazio destitui a propriedade para reconstituí-la em outros termos monetários, e a expropriação é um momento da urbanização crítica que gera a acumulação primitiva do espaço, e assim é necessária a varredura para fazer surgir outros usos e outras formas mais potentes e sintonizadas com o mercado capital.

Então, é no meio desse vazio preenchido por um momento de destituição e um momento para alavancar um novo processo mais sintonizado com o capital que o Instituto Pedra começa seu projeto de restauro na Vila Itororó.

Figura 17 — Linha do tempo Instituto Pedra, primeiros passos

Instituto Pedra

Primeiros Passos



Fonte: Instituto Pedra (2016)

4.1 OS PRIMEIROS PASSOS DO INSTITUTO PEDRA NA VILA ITORORÓ

Luiz Fernando de Almeida, ex-presidente do IPHAN, fundou o Instituto Pedra em 2013 (INSTITUTO PEDRA, 2016). No ano de 2016, o Instituto contava com 19 pessoas, entre conselheiros, associados e equipe, com currículos em importantes

instituições brasileiras e internacionais, como Centro da Cultura Judaica e Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Lugares Históricos da Argentina.

Em 6 de novembro de 2013 o Instituto Pedra firmou um termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de São Paulo para o projeto de Restauração da Vila Itororó (SÃO PAULO, 2013). No termo, um dos acordos era que a coordenação, elaboração e execução do projeto sempre estariam de comum acordo com a Secretaria Municipal de Cultura.

Em 11 de novembro de 2013, o Instituto envia uma proposta ao PRONAC do Ministério da Cultura (MinC), implementado pela Lei Federal de Incentivo à Cultura, mais conhecida como Lei Rouanet (Lei 8.313/1991), que tem a finalidade de estimular a produção, distribuição e acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional (BRASIL, 20--). Pode-se perceber conforme o artigo 1º da lei 8.313/91, as finalidades do PRONAC:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a: [...]

VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro; [...]

VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

(BRASIL, 1991)

É importante frisar que a Lei Rouanet, no período de produção desta dissertação, está em lugar de destaque, sendo investigada pela Polícia Federal por desvios de recursos públicos. Como o período atual sofre uma polarização política, de um lado pelos apoiadores dos governos dos presidentes petistas Lula da Silva e Dilma Rousseff e do outro lado pelos apoiadores dos governos do presidente Michel Temer e do presidente Jair Bolsonaro, as fragilidades da Lei Rouanet têm sido utilizadas politicamente e atacadas, sem que se reconheçam as mudanças necessárias para melhorá-las, apagando assim os pontos positivos de sua produção cultural. O governo petista reconhecia a necessidade de aprimoramento da Lei. Juca Ferreira (PT-BA), ex-ministro da Cultura, criticava o modo como as empresas escolhiam seus projetos para financiamento: “os departamentos de marketing das empresas acabam decidindo”, privilegiando os projetos mais rentáveis em detrimento do valor simbólico e cultural que traria como retorno (MORAES, 2016). Mas a crítica construtiva acabou

sendo deturpada, inflamada pela polarização política. Atacar a Lei Rouanet era um meio de atacar o PT e frequentemente se via, como citado por Moraes em sua reportagem, os cidadãos comuns publicando em suas redes sociais que a Lei Rouanet é “uma maneira de gente de esquerda mamar nas tetas do Governo” (MORAES, 2016).

Portanto, para o entendimento deste processo e de outros temas culturais será detalhado o caminho para se aprovar um projeto pela Lei Rouanet. Primeiramente, o projeto deve passar pelo Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC) e encaminhado ao Ministério da Cultura, o qual analisará suas formalidades, documentos e afins, para a verificação da autenticidade do referido. O MinC enviará a proposta para alguém especializado no tema do projeto, o qual deverá verificar se o projeto é financeiramente viável, e determinará o valor que poderá ser. Caso seja aprovado, o projeto seguirá para a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC). Em votação, os membros do CNIC “decidirão se o projeto será contemplado pelo benefício e, caso autorizado, o autor do projeto poderá procurar empresas interessadas em destinar parte do seu imposto de renda à cultura.” (GUILHERME et al, 2018, p. 224).

Após passar por esse processo, o projeto do proponente Instituto Pedra, intitulado *Restauração da Vila Itororó*, sob o número 1310741, enviado ao PRONAC na área de Patrimônio Cultural no segmento de Restauração de Patrimônio Material, foi aprovado pelo MinC. Assim, houve a necessidade de captar os recursos. As maneiras possíveis de captar investimentos são:

Art. 2º - O Pronac será implementado através dos seguintes mecanismos:

I - Fundo Nacional da Cultura (FNC);

II - Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart);

III - Incentivo a projetos culturais. (2º artigo da lei 8.313/91)

(BRASIL, 1991)

O item III, incentivo fiscal, é realizado através do mecenato, apoio de iniciativa privada aos projetos, os quais podem abater o repasse dos valores do imposto de renda ou restituição. Os autores Guilherme, Issayama, Feital e Silva (2018) explicam que “grosso modo, as empresas contribuintes deixam de pagar o valor total de seus impostos, revertendo uma parcela deste para a cultura, que será posteriormente descontado no montante integral de seu respectivo imposto de renda.” (2018, p. 223).

A forma aprovada para o mecanismo de financiamento da Vila foi através do mecenato.

4.1.1 OS MECENAS DO PROJETO

Os mecenas do projeto são as Instituições que o tornam possível através de seu financiamento. Para Amaral (2006), essas relações trazem inúmeros problemas de coordenação e cooperação intergovernamentais com jogos de interesses privados. “A implementação pode ser mais bem representada como um jogo entre implementadores em que papéis são negociados, os graus de adesão ao programa variam e os recursos entre atores são objetos de barganha” (AMARAL, 2006, p. 168).

No campo do enunciado sociológico, Williams (1992) define que as instituições pós-mercado são a patronal-moderna, a intermediária e a governamental. A patronal-moderna seriam as instituições que mantêm certos tipos de arte que não são viáveis em termos de mercado. A intermediária seria a própria instituição coordenar sua produção, utilizando recursos públicos. Quanto à governamental, os empregados das estatais são os produtores. Analisando mais atentamente a Vila Itororó sob este aspecto, não fica claro o suficiente se a Vila se encontraria em uma situação intermediária ou governamental.

O pedido financeiro para o restauro e projetos na Vila Itororó era de R\$ 51.329.116,17, porém, ao passar pelo processo de análise do MinC, foram aprovados apenas R\$ 17.509.862,21, dos quais R\$ 13.660.000,00 foram captados e outros R\$ 23.315,40 foram obtidos por outras fontes, como rendimento bancário. A captação é um processo demorado e só se pode iniciar o projeto cultural depois de 20% do valor aprovado ter sido captado, ou seja, o restauro só poderia começar depois de captar o valor de R\$ 3.501.972,50.

Os incentivadores do projeto da Vila Itororó são todas pessoas jurídicas, as quais podem contribuir com até 4% do seu imposto de renda¹⁴. O primeiro mecenas, ainda em dezembro de 2013, foi a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., com R\$ 2.000.000,00; em maio de 2014, o Banco Itaú S.A. contribuiu com R\$ 2.000.000,00, o que fez com que o valor captado já ultrapassasse os 20% mínimos para a execução e, em outubro, o Instituto Pedra iniciou o projeto de restauro. Em

¹⁴ No caso de pessoa física, esse valor pode ser até 6%.

dezembro do mesmo ano, a IBM - Brasil Indústrias Máquinas e Serviços Ltda. contribuiu com R\$ 700.000,00 e, em abril de 2016, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contribuiu com R\$ 17.509.862,21, mas a primeira parcela seria de R\$ 8.960.000,00 e o restante só seria liberado se fossem captados por outros parceiros o valor mínimo de R\$ 6.278.318,51. Até abril de 2019, outros mecenas não haviam contribuído com esse valor.

É necessário comentar sobre os mecenas do restauro da Vila Itororó com um olhar crítico, na tentativa de reconhecer se o espaço se encontra entre as instituições patronais-intermediárias ou governamentais (WILLIAMS, 1992), pois essa escolha pode acarretar interesses do departamento de marketing, como dizia Juca Ferreira (MORAES, 2016).

Em entrevista para esta dissertação, Diogo Rios, o Diga, um dos fundadores e integrantes do Coletivo Mapa Xilográfico¹⁵, coletivo artístico com intervenções urbanas, se posiciona contra a atrocidade da retirada dos moradores e o não interesse das entidades envolvidas para que os ex-moradores retornassem ao seu espaço de direito, visto que ainda estão com o processo da ação de usucapião.

Nessa luta, em 2009, começamos a perceber quais são os interesses em retirar os moradores de lá, os interesses são: corpos de pessoas que não têm poder aquisitivo, do ponto de vista de uma cidade espetacular que quer criar o novo centro de embelezamento urbano, são corpos que não coadunam com isso, são comportamentos de uma sociabilidade que não interessam aos vizinhos nem aos especuladores imobiliários. (RIOS, 2019)¹⁶

Diga continua a fala para o Instituto Pedra quanto à escolha dos mecenas do projeto de restauro.

Já está decidido, porque Camargo Corrêa, o Itaú e a IBM não desejam outro desfecho e vocês fecharam com esses patrocinadores. Esses patrocinadores também patrocinam campanhas eleitorais, e os patrocinadores também fomentaram a campanha eleitoral vencedora.”(RIOS, 2019).

Por interpretação dos enunciados de Williams (1992), a fala de Diga aparenta enxergar o Instituto Pedra como um sistema patronal moderno, onde o Instituto teria

¹⁵ Explicação do Diga sobre a ação do Coletivo Mapa Xilográfico no Bexiga e como tiveram primeiro contato com a Vila Itororó: “Nós tomamos contato com a Vila Itororó numa pesquisa do Mapa Xilo, ficamos um ano pesquisando o Bixiga, a gente escreveu um projeto, ganhamos o VAI [Programa de Valorização a Iniciativas Culturais] e começamos com os milagres que a gente faz. O VAI tem recursos baixíssimos e conseguimos fazer um trabalho de um ano que deu resultado num documentário que é quase inteiro filmado pelos alunos da escola Maria José e dois documentários que na verdade são registros com um caráter bem etnográfico”. (RIOS, 2019) Entrevista completa no apêndice D.

¹⁶ Ver entrevista completa no apêndice D.

sua espécie de emprego-empresarial, e responderia seus atos para os mecenas do projeto.

Para o complemento de sua explicação, Diga sugeriu em entrevista que se visitasse o histórico do Google Maps e percebesse que, antes dos moradores serem retirados havia vários estacionamentos, garagens e galpões no entorno da Vila aguardando o processo de gentrificação, a qual “implica no deslocamento das classes populares dos centros” (SMITH, 2006, p. 63), um processo que retira aqueles que não favorecem os interesses do capital para que, no caso da Vila Itororó, no momento seguinte da retirada dos moradores, verticalizassem as moradias ao redor.

Helena Menna Barreto Silva comenta sobre a gestão dos programas e os planos estratégicos:

os investidores só chegam quando percebem a possibilidade de obter lucros significativos (...). Isso vai exigir investimentos na melhoria do espaço público assim como controle das atividades exercidas com recursos públicos, de parcerias ou incentivos (SILVA, 2006, p. 16).

Diga, em entrevista, diz: “o que aconteceu na Vila e na Cidade inteira é mais um processo de especulação imobiliária, no caso da Vila Itororó é um processo de gentrificação através de um centro cultural” (RIOS, 2019). Ele continua, criticando a utilização de um centro cultural, dedicado à propagação das artes, como objeto gentrificador: “pra mim, a educação e a arte não podem fazer esse papel, é outra coisa, isso é um desvio do papel dessas experiências humanas” (RIOS, 2019).

Na figura 18, de janeiro de 2011, o que viria a ser nova entrada do Canteiro Aberto Vila Itororó está à esquerda, entre os dois primeiros postes na Rua Pedroso. Percebe-se que na frente do futuro Canteiro Aberto há dois estacionamentos.

Figura 18 — Imagem da Rua Pedroso em Janeiro de 2011



Fonte: Google Maps, 2019.

Na figura 19, de fevereiro de 2014, depois que os últimos moradores já tinham sido retirados e o Instituto Pedra havia sido contemplado para a captação de recursos via Lei Rouanet, o estacionamento que estava de frente para o futuro Canteiro Aberto começa a verticalizar.

Figura 19 — Imagem da Rua Pedroso em Fevereiro de 2014



Fonte: Google Maps, 2019.

Pelo histórico do Google Maps de outubro de 2016 (Figura 20), é possível perceber que o primeiro prédio construído já estava concluído e repara-se no início das vendas dos apartamentos de outro estacionamento que também fica de frente para a Vila Itororó. Já na figura 21, de janeiro de 2018, percebe-se os tapumes da construção de um novo prédio.

Figura 20 — Imagem da Rua Pedroso em outubro de 2016



Fonte: Google Maps, 2019.

Figura 21 — Imagem da Rua Pedroso em Janeiro de 2018



Fonte: Google Maps, 2019.

A verticalização dos novos empreendimentos na Rua Pedroso são exemplos muito próximos da gentrificação. Segundo Silva “os projetos imobiliários se tornam peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si, justificado pela criação de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais” (SILVA, 2006, p. 10).

Mesmo assim, com um olhar mais próximo a essas novas construções, não é fácil categorizar se o que acontece em torno da Vila é a gentrificação, no caso do primeiro prédio construído em frente à Vila, na Rua Pedroso.

Figura 22 — Primeiro prédio construído na Rua Pedroso depois de 2013



Fonte: Google Maps, 2019.

Pela imagem, é possível notar que não há portaria para entrada do prédio pela Rua Pedroso e as sacadas dos andares estão voltadas para a Avenida 23 de Maio. Alguns apartamentos estão parcialmente de frente para a Vila e outros nem têm visão para o espaço. Se a Vila fosse tão importante para esses interesses especulativos, é possível que essas construções privilegiassem a entrada e a vista para a Vila. Mesmo que essa hipótese seja verdadeira, não pode se excluir uma possibilidade de gentrificação, mas não é claro se isso é uma manobra articulada ou uma resposta ao abandono das políticas progressistas. Desta maneira, o Instituto Pedra aparenta estar mais próximo de uma instituição intermediária, a qual com recursos públicos, que levam o nome de seus mecenas, faz um projeto de centro cultural.

Resta a reflexão: se esses Mecenas não estão interessados na questão de gentrificação, qual outro mecenas poderia estar interessado em manter os moradores na Vila Itororó e estar diretamente ligado ao poder monetário?

Quando Diga foi questionado, em entrevista, sobre quais seriam os outros meios de restauro do projeto sem esses mecenas específicos, ele respondeu:

A sua pergunta me joga uma reflexão de dois personagens do mesmo partido, mas com um lapso temporal significativo. Luiza Erundina de 88-92 e Fernando Haddad de 2013-2016. Talvez a Luiza Erundina tenha sido o último exemplo sem a chave público-privado, quando ela assume a Prefeitura herdada do Jânio da Silva Quadros, que era uma Prefeitura cheia de obras viárias, com túneis embaixo de rio, com gastos e obras superfaturadas etc., quando digo isso é obra civil, contratos com empreiteiras. O que faz a Erundina, na administração pública: ela cancela esses contratos e vai realocar esses recursos em iniciativas voltadas de fato para o interesse público como, por exemplo, o Programa de Mutirão (e Autogestão) de habitação popular, esse programa simplesmente não trabalha com a lógica das empreiteiras, estou dando só um exemplo. (RIOS, 2019)

O Programa de Mutirão e Autogestão citado por Diga foi promovido pela Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina e foi selecionado pelo governo federal para ser incluído no relatório brasileiro a ser encaminhado à segunda conferência da ONU sobre o habitat, em Istambul, como uma das 18 práticas bem sucedidas em política habitacional desenvolvidas no país. O projeto constituía em

“trabalho gratuito dos futuros moradores, mas, sobretudo, na adoção da autogestão. Através desse sistema, o poder público repassa um financiamento a associações comunitárias ou cooperativas formadas pelos futuros moradores, que se responsabilizam pela gestão do empreendimento” (BONDUKI, 1996).

O Programa de Mutirão que dava dinheiro aos trabalhadores para comprarem materiais e contratarem assessoria técnica e mão de obra para a construção tinha preços inferiores aos projetos desenvolvidos em parceria com empreiteiras, além de permitir que os beneficiados construíssem projetos de acordo com os seus desejos e expectativas. A autonomia proporcionada seria complicada quando se trata de patrimônio histórico e a necessidade de uma equipe altamente qualificada para o projeto, mas aqui tratava-se de exemplos a serem estudados sem a lógica público-privada. Diga continua:

E o que a gente vê é uma certa naturalização das parcerias público-privadas, que na verdade é o capital se agigantando de toda e qualquer discussão urbanística da cidade porque, como dizia antes, nas cidades que se desindustrializam, a nova forma de se conduzir o espaço urbano está atrelada ao uso da terra e está atrelada à construção de redes de agenciamento e de sequestro para vidas consumistas. (...) Depois da Erundina, a situação passou por sequelas no gerenciamento e agenciamento do público pela parceria público-privada, é como se não houvesse uma outra alternativa, caminho a não ser pegar recursos da iniciativa privada e isso na verdade é só uma escolha política, porque do ponto de vista de arrecadação, o município de São Paulo é o que mais arrecada no país, existe recurso, a questão é como vou orientar esse recurso. Esse discurso parece fácil da minha parte, mas temos exemplos, olhar a gestão da Luiza Erundina, está lá,

foi feito, então não estou indo contra a iniciativa privada, só que eu posso como gestor – uso essa palavra porque eles gostam – posso criar barreiras em determinados segmentos sociais e impedir que certas atrocidades aconteçam, mas isso demanda clareza política. A Vila Itororó precisa de restauro? Precisa. Vamos discutir restauro para quem? Qual é o projeto? (RIOS, 2019)

O posicionamento crítico de Diga coloca em questão os interesses de todas as forças atuantes na Vila Itororó e suscita reflexão e autocrítica sobre padrões que já estão normalizados, como os padrões de onde os investimentos saem e como proponentes buscam seus investidores.

4.1.2 ATRIBUIÇÕES DO PROJETO

O projeto elaborado pelo Instituto Pedra enviado ao PRONAC se constituía no restauro de todo o conjunto arquitetônico e urbanístico baseado na primeira proposta de Decio Tozzi, Claudio Tozzi, Burle Marx, Aracy Amaral e Benedito Lima de Toledo, de 1975, já citado anteriormente, e readequado em 2010. Entre outros objetivos, também seriam contemplados: a confecção de um livro de distribuição gratuita celebrando a história, os processos de restauro e os novos usos da Vila; a criação de um produto denominado *Curso/Oficina/Estágio*, o qual tinha como objetivo promover a conscientização do valor histórico de Itororó; e aconteceria uma mostra com painéis, imagens e áudios. O parecer técnico disponível no site do SALIC comenta que “embora denominado CURSO / OFICINA / ESTÁGIO, a ação principal aqui proposta é uma EXPOSIÇÃO” (VERSALIC, 201-). Essa exposição seria sobre a história e a trajetória sequencial à desocupação da Vila.

A proposta de exposição busca refletir que o patrimônio material está salvaguardado na monumentalização da arquitetura de Francisco de Castro e, também, segundo esse projeto, recordaria as experiências imateriais dos ex-moradores da Vila. A materialidade do monumento histórico por si só já comporta uma dose de sua imaterialidade, verificada nos simbolismos artísticos do espaço (cariátides, brasões, estátuas, etc.) entre outros muitos simbolismos que podem ser criados por quem o frui. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses explica que o patrimônio material e imaterial não são as duas faces de uma mesma moeda.

Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que

lhe permite realizar-se, As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais. (MENESES, 2007 p. 31)

A moradia está intrínseca à Vila Itororó desde sua formação até 2013. Muitos daqueles que a conheciam e a habitaram continuam com a memória afetiva habitacional, mesmo com a retirada dos moradores. As paredes, abacateiros e escadarias trazem memórias ligadas entre o material, como a própria escadaria, e o imaterial: “aos domingos a gente sentava nas escadas, fazia crochê, uma ensinava ponto pra outro, era divertido, todo mundo era amigo, parecia uma família só” (MOURA, 2019)¹⁷. Neste caso é o material que coabita com o imaterial, a lembrança do fazer crochê traz a memória do seu espaço, a escadaria.

Ligando o pensamento materialidade-imaterialidade com a exposição sobre a moradia na Vila Itororó, há o apreço e reconhecimento da cultura habitacional da Vila dentro do museu, ou seja, são reconhecidas as relações materiais e simbólicas condizentes ao espaço, é incentivada a diversidade cultural, imaterial, simbólica que existente na arquitetura material da Vila.

A atenção está no ponto de quando a imaterialidade é reconhecida apenas em museus, trancada entre paredes e protegida por vidro. Quando essa imaterialidade sai do espaço museológico, ou seja, a cultura de moradia ameaça permanecer na Vila Itororó, transformando-se em materialidade, são criadas tensões que são rejeitadas na interação social, as quais só são permissíveis quando não ameaçam nenhuma hegemonia. Sendo assim, a iniciativa de fazer uma exposição sobre a habitação na Vila é uma maneira de dizer que essa história é importante, mas não é de fato do interesse da hegemonia que age sobre o espaço.

Porém, para por mais um ponto na dialética que atua na Vila Itororó, mesmo com toda a importância e interesse social sobre o espaço, a captação de recursos acontece, mas não é rápida. Frente à baixa verba aprovada para o projeto, menos da metade do que a sugerida, em 2013, a restauração se viu obrigada a criar uma nova estratégia para viabilizar o projeto e o dividiu em etapas, devido também à complexidade do espaço. Para clareza do leitor, esta dissertação só abarcará a primeira etapa, que é referente ao período em que esta dissertação está sendo produzida.

¹⁷ A entrevista completa pode ser vista no apêndice B.

A primeira etapa consistia, entre tantos pontos, de alguns que são mais importantes para esta dissertação: a) canteiro de obras; b) publicação de três livros; c) o restauro das casas 5, 6, 7 e 11; d) Realização de vídeo documentário; e) Produto Curso/Oficina com visitas monitoradas durante o período de execução das obras e Programação cultural de educação patrimonial por meio de atividades diversas dentro do centro cultural Vila Itororó Canteiro Aberto. Analisaremos algumas dessas decisões. O canteiro de obras era necessário devido à complexidade do projeto e o acompanhamento diário de uma ampla equipe técnica e da construtora contratada, a Concrejato. O galpão da Rua Pedroso 238, comprado pela Prefeitura, se tornou esse espaço.

Figura 23 — Antes e depois do começo do Canteiro de Obras (maio de 2014 e abril de 2015)



Fonte: Google Maps, 2019.

Entre outubro de 2014 (início das obras) e abril de 2015 (início do Canteiro Aberto) o espaço só funcionava com a funcionalidade já destinada, canteiro de obras. Os portões do espaço, que antes estavam completamente fechados, agora estão semiabertos e a pintura com cores fortes no chão desenha linhas que, se acompanhadas, levam o olhar do transeunte para dentro daquele galpão aguçam a curiosidade sobre o que é aquele lugar e apontam para um sutil começo de relacionamento entre o público e a obra.

A decisão da publicação de três livros ao invés, de um, seria por dividir o acontecimento histórico em três partes do projeto. O primeiro livro foi de Benedito Lima de Toledo (2015) intitulado *Vila Itororó*, material muito utilizado para esta dissertação, que fala sobre a arquitetura do espaço, além de situar seu valor histórico. O segundo foi o livro chamado *Vila Itororó- Uma História em Três Atos*, escrito por Sarah Feldman e Ana Castro (2017), também muito citado anteriormente e que contextualiza o distrito, a história de Francisco de Castro e fala sobre a moradia e a luta dos moradores pela Vila, além de personalizar e contar histórias de moradores. É um livro cheio de

imagens que valorizam tanto a pessoa que habitava ali, quanto a arquitetura. O terceiro livro não foi produzido, mas seria sobre o processo de restauro da obra e o Canteiro Aberto.

O vídeo documentário disponível no YouTube *Vila Itororó Canteiro Aberto* (2016), produzido por causa do projeto, narra brevemente a história do espaço já trazendo a discussão da moradia através de depoimentos dos próprios ex-moradores. Já a estratégia de readequar a primeira etapa do projeto para o restauro das casas 5, 6, 7 e 11, é mais complexa, pois são casas que permitem a circulação de transeuntes em seu espaço e possuem acesso pela Rua Martiniano de Carvalho (casa 11) e Rua Maestro Cardim (casas 5, 6 e 7).

Uma estratégia para atender a demanda a curto prazo em vista a grande dimensão do projeto. (...) Assim, selecionaram as Casas 5, 6, 7 e 11 que possuem acessos independentes e poderiam ser restauradas sem causar interferência nas obras da vila e nos acessos e circulação dos demais imóveis. (SALIC, 201-).

O palacete, por ser a obra mais comentada e referência da Vila Itororó, será, segundo conversas informais pela visita guiada na Vila Itororó, estrategicamente a última casa a ser restaurada, assim é garantido que todas as casas sejam restauradas, para só então a casa de maior interesse público também o ser.

As figuras 24 a 26 são fotos das casas 5, 6, 7 e 11 e retratam o seu processo tanto de deterioração quanto restauração.

Figura 24 — Foto das casas 5, 6 e 7 da Vila Itororó em 1970



Fonte: Site Vila Itororó, [201-]a.

Figura 25 — Fotos das casas 5, 6 e 7 da Vila Itororó em 2011



Fonte: Google Maps, 2019.

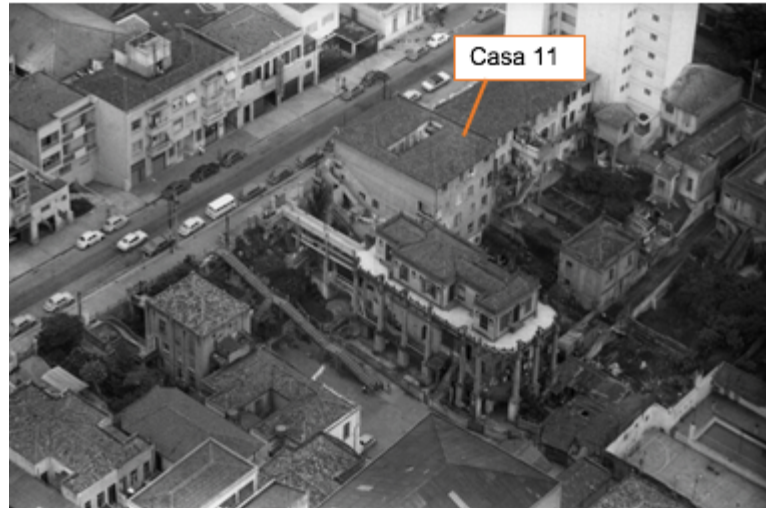
Figura 26 — Fotos das casas 5, 6 e 7 em processo de restauração



Fonte: produção própria, 2019.

A figura 24 mostra as casas 5, 6 e 7 na sua formação entre 1920 e 1930, com a entrada pela Rua Maestro Cardim; na figura 25, de 2011, percebe-se a deterioração e a necessidade de restauro, principalmente pelo telhado que está visivelmente comprometido da casa 5; e na figura 26, de 2019, nota-se que elas já estão quase prontas e esperando um destino para serem utilizadas.

Figura 27 — Foto vista de cima, casa 11 da Vila Iitororó em 1970



Fonte: Toledo, 2015, p. 20.

Figura 28 — Imagem da Casa 11



Fonte: Picolo, 2015

Figura 29 — Casa 11 em 2017



Fonte: SPTV, 2017.

Quando comparada com suas imagens da década de 1970 (Figura 27), vê-se em 2015 (Figura 28) uma perceptível deterioração de suas janelas e paredes. Ela foi a última casa a ser construída e a primeira a ser restaurada (Figura 29), e agora já está pronta e também sem uso específico para o espaço. É possível acessá-la pela Rua Martiniano de Carvalho.

Pode-se notar pelo documento de *Readequação orçamentária sem alteração do valor aprovado*, enviado em 13 de janeiro de 2015, que o projeto tinha a definição dos usos futuros dessas casas:

As casas 5, 6 e 7, por terem, dentro do projeto do Arquiteto Decio Tozzi, usos equivalentes às atuais lojas e escritórios de gestão colaborativa e ateliês [serão usadas] como espaços expositivos. Já a Casa 11, que teve seu projeto de uso revisto em função da alteração de Biblioteca para Alojamentos, que servirão a uma demanda crescente na cidade, que é a de receber temporariamente pesquisadores, acadêmicos, artistas e curadores[...] (Anexo D, 2015.).

A definição de uso dessas casas para ateliês e alojamentos para curadores, artistas e pesquisadores coloca em questão o uso da Vila, propõe uma visão de centro cultural para ocupação dos fazedores identificados dentro da esfera das belas artes e acadêmicos, grupos de práticas hegemônicas. É importante que esses fazedores também tenham seus espaços cedidos pelo Estado para a criação e manutenção de suas expressões, mas a escolha desse tipo de funcionamento para Itororó representa um apagamento de uma história já retirada de seu cerne, é o descontexto do que é a Vila Itororó que sempre esteve mais ligada à cultura popular porque nunca foi ligada à lógica do mercado. O fato de não ser mais moradia já deixa de representar o sentido

daquele espaço, mas transformá-lo em práticas de cultura hegemônicas apagará duplamente os sentidos da Vila Itororó porque agora, apagará até mesmo as discussões sobre o espaço. Entre ateliês e curadores há uma lógica de cultura hegemônica que não representa a Vila. Para complementar, a ex-moradora e Presidenta da AMAVila, Antonia Souza Cândido, diz:

Cultura pra mim é história, cultura pra mim é vivência e essa cultura que eles estão pregando aqui eu não vejo nada disso. Pra você ter um livro, precisa de uma história. Pra você ter um filme, precisa de uma história. [...]Não é apagando a história da Vila Itororó que vão ter tudo isso. (EXCERTOS, 2006).

Essa percepção dos usos sobre Itororó também são vistas pelo Instituto Pedra:

Uma vez que estamos aqui, como assumimos essa contradição que estamos trabalhando, pensando um lugar que foi criado com uma intenção muito clara de matar a vida coletiva que aqui existia. Não podemos fugir dessa questão. Como partiremos dessa ideia? Se não iremos acabar tentando pensar mil coisas e apenas aperfeiçoar o que criticamos. (SEROUSSI, 2018)¹⁸

Benjamin Seroussi, integrante do Instituto Pedra, critica os usos hegemônicos para aquele centro cultural e, apesar de parecer contraditório porque aqueles usos estavam no próprio documento do Instituto Pedra, o projeto atualizado não destina mais quais são os devidos usos, ele apenas aponta como objetivo da segunda etapa que o “modo que a gestão dos espaços em operação e abertos ao público dentro da Vila Itororó sejam os mais coerentes possíveis” (VERSALIC, [201-)

O Produto Curso/Oficina tinha como objetivo realizar visitas monitoradas durante as obras de restauro e também oferecia diversas atividades relacionadas com educação patrimonial e que pudessem fomentar de maneira experimental discussões para os futuros usos da Vila Itororó. Essas oficinas aconteceriam na Vila Itororó Canteiro Aberto, o que será discutido no próximo item.

O projeto do Instituto Pedra para o PRONAC, baseado no projeto de Decio Tozzi, Claudio Tozzi, Burle Marx, Aracy Amaral e Benedito Lima de Toledo desde o primeiro envio em 2013 até 2018, teve seu conteúdo bastante alterado. Percebe-se que houve um amadurecimento do projeto com o passar dos meses, o que seria normal que acontecesse visto a complexidade do local. Ele foi separado por fases, datas foram prorrogadas, repensou-se a definição dos usos dos espaços, e estes

¹⁸ A fala completa encontra-se no anexo C..

foram trocados por experimentações com o público a fim de descobrirem juntos as maneiras de traçarem esse novo caminho.

5 O CANTEIRO ABERTO VILA ITORORÓ

O Instituto Pedra abriu totalmente os portões de ferro do Canteiro Aberto Vila Itororó (Figura 30), localizado na Rua Pedroso, 238, e em uma experimentação de espaço cultural, criaram atividades que discutiam o próprio local, com o tema cultura e moradia permeando a práxis.

Para quem se importa pelo processo complexo de interesses e disputas em cima da Vila Itororó, é uma difícil tarefa experimentar novos usos e debater temas como cultura e moradia, pois depois que o seu principal uso, moradia, fora apagado, resta passar por cima da história e tentar contar uma nova ou tentar lidar da melhor forma com o presente sabendo de todo o passado.

Figura 30 — Entrada do Galpão Canteiro Aberto Vila Itororó



Fonte: GRAPEIA, 2016.

O Instituto Pedra tinha essa nova tarefa, esse novo centro cultural na Vila Itororó, o qual era uma experimentação. A própria composição do local com móveis construídos na própria Vila, os espaços vazios para o uso livre, as oficinas e as visitas educativas, traziam a questão da cultura e habitação diretamente pela proposição em discussões e debates, ou indiretamente, sugerindo um centro de cultura com características únicas, onde os frequentadores podem criar os usos do espaço, podem arrastar os móveis de um lugar para outro, podem acompanhar uma obra de restauro ou participar das atividades propostas pela coordenação do projeto..

A discussão do termo *cultura* abrange muitos resultados relacionados. Originária do verbo *colere*, a palavra se referia ao cultivo, ao cuidado com a terra, uma ação que conduz à plena potencialidade como brotar, frutificar, florescer, (CHAUÍ, 2006). Em fins do século XVIII, particularmente nas línguas alemã e inglesa, o termo se referia a um modo de vida global de determinado grupo, a cultura podia designar algo global e característico ao mesmo tempo (WILLIAMS, 1992).

No sentido global, a palavra cultura poderia se referir ao cultivo mental desenvolvido — pessoa culta, pessoa com interesse em atividades culturais e até os próprios meios, como as artes (WILLIAMS, 1992). Na segunda metade do século XX as definições mais utilizadas para cultura eram a) “tipos de trabalho intelectual que manifestam, relativamente a outras instituições e atividades, os interesses e valores essenciais de um ‘povo’” (WILLIAMS, 1992, p. 12) e b) “investigação desde o caráter conhecido ou verificável de uma ordem social geral até as formas específicas assumidas por suas manifestações culturais” (WILLIAMS, 1992 p. 12).

São essas duas posições da cultura que serão discutida na Vila Itororó, a forma *a* estaria ligada aos fazeres artísticos reconhecidos pelas instituições e pela população como arte, enquanto a forma *b* estaria conectada com as experiências de moradia que caracterizavam a Vila Itororó. A forma *b*, durante a época de estudo desta dissertação, entre 2015 e 2018, não aconteceu na prática, pois a Vila estava esvaziada de seus habitantes, mas o Instituto Pedra discutia essa prática em suas oficinas e reconhecia que cultura não é só o fazer artístico, teatro, artes plásticas, etc, mas também é moradia. Portanto, se esse espaço seria um centro cultural, na teoria também poderia ter moradias, conforme o sentido *b*; na prática, o assunto envolve questões de cunho político que podem complicar essa teoria e discussões sobre o que comporta um centro cultural.

Dentro da discussão da importância de um centro cultural urbano, esse tipo de espaço é uma escapatória para seus habitantes, é um local de cultura viva que conserva, difunde e expõe testemunhos materiais e imateriais produzidos pelo homem, permite a formação de uma consciência sobre a realidade que é a cidade, a cidadania, a cultura, a criação, a fruição, o aprendizado, a troca, a identidade, o reconhecimento e o auto conhecimento. Para Neves, as práticas culturais dentro dos Centros Culturais são através da arte.

Os centros culturais são instituições criadas com o objetivo de se produzir, elaborar e disseminar práticas culturais e bens simbólicos, obtendo o status

de local privilegiado para práticas informacionais que dão subsídios às ações culturais. São espaços para se fazer cultura viva, por meio de obra de arte, com informação, em um processo crítico, criativo, provocativo, grupal e dinâmico. (NEVES, 2013, p. 2)

O projeto do Canteiro Aberto, além das práticas artísticas propostas, também ocupa a função de praça. O próprio Instituto Pedra, em seu projeto, denomina, no site Vila Itororó, o espaço como praça pública, que no caso seria uma espécie de praça coberta, pois além das atividades criadas para atrair o público, o espaço por si só tem áreas de lazer e ócio como redes (Figura 34), mesa de ping-pong (Figura 31), bancos (Figura 33), e jogos de xadrez, que estão ali para serem usados como quiserem, em um espaço receptivo e aberto para o uso espontâneo.

O Canteiro Aberto Vila Itororó não é só o pressuposto do que um centro cultural deve comportar, ele é aberto para novas funções e usos espontâneos, os quais convidam os transeuntes à experimentação. Como exemplo, foi fotografado um almoço comunitário (Figura 35) dentro do local, uso inimaginável em alguns outros centros culturais, como o Centro Cultural Banco do Brasil, que possui a sua importância, mas que não abre muitas possibilidades para o uso espontâneo.

Portanto, além da programação já agendada do espaço, o Canteiro abre caminhos para o livre, o fazer o que quiser, e o transeunte que tem o tempo conscientemente livre consegue se apoderar do lazer e fazer proveito disso na Vila. Segundo Fernando Mascarenhas, o lazer é a forma dominante de apropriação do tempo livre na contemporaneidade, que ele caracteriza como:

um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e um espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia. (MASCARENHAS, 2000, p. 28).

As figuras abaixo são demonstrações do espaço livre e de lazer no Canteiro Aberto Vila Itororó, os quais estão à disposição para a livre utilização dos transeuntes.

Figura 31 — Mesa de ping-pong



Fonte: Luisa Cerioni Souto Vilhena, 2017.

Figura 32 — Bancos e Arquibancada



Fonte: GAMB, 2015.

Figura 33 — Bancos e mesas



Fonte: Site Vila Itororó, [201-]c.

Figura 34 — Biblioteca e Redário ao fundo Figura 35 — Almoço comunitário na Vila Itororó



Fonte: Luisa Cerioni Souto Vilhena, 2019



Fonte: Luisa Cerioni Souto Vilhena, 2019

O Canteiro Aberto Vila Itororó, nessa fusão entre praça e centro cultural é um espaço para o tempo livre, o qual, se utilizada de forma consciente e racional, possibilita ao trabalhador uma consciência cidadã que o libertará da ideia mercantil de que tempo é dinheiro, ao menos pelo tempo em que ele estiver em estado de fruição. É um espaço onde o tempo cria brechas nos ideais puramente mercantilistas, é um tempo que põe em pausa o conceito do dinheiro para permitir outras ideias ou vazios.

Pronovost (2011) afirma ainda que o lazer está ligado à definição e à expressão da identidade social no sentido da autenticidade de si. Essa autenticidade de si, o reconhecimento cultural, se dá pela autonomia do sujeito e reconhecimento de sua cidadania. Para Segall (2001), é através da cultura que o homem se identifica, se reconhece pelo outro, reproduz valores, torna-se consciente de sua própria dinâmica,

da sua localização na malha social, da sua possibilidade de atuação para se auto-realizar e exercer com discernimento a cidadania.

Portanto, explicitar e reforçar as identidades culturais não consiste apenas em fazer o indivíduo saber onde se localiza na malha social, que direitos e deveres tem na sociedade para se auto-realizar. Significa, isso sim, torná-lo também consciente de como ele, ou melhor, seu grupo, contribui para a dinâmica de uma cultura, seja para evitar as manipulações, seja ao reforçar ou afrouxar as hegemonias. É uma consciência fundamental para transformá-lo de eremita em indivíduo social; para adquirir consciência de classe, com seus reflexos ideológicos. (SEGALL, 2001, p. 67)

Mas deve-se ter clareza que ao mesmo tempo que espaços culturais e de lazer podem ser emancipatórios, estes também podem ser limitadores. Pronovost diz que “surgem políticas públicas persuasivas e dissuasivas, ambas tendo como pano de fundo o papel que o lazer pode desenhar na minimização daquilo que se denomina patologia do lazer” (2011, p. 82). Existe um exemplo muito claro da utilização da cultura como pano de fundo para outro interesse, o Sistema S — SENAI, Sesi, SENAC e SESC — criado na década de 1940, durante a presidência de Getúlio Vargas, e que permeava a instabilidade da 2ª Guerra Mundial, quando o ideário comunista aterrorizava o governo do Brasil. Por sua vez, o Sistema S foi criado para combater a inspiração comunista ou revolucionária, e “Sesi e SESC foram instituídos com a missão de promover a paz social, isto é, de se contraporem ou atenuarem a agitação sindical baseada na insatisfação do operariado com as condições de trabalho e com os salários recebidos” (REGO, 2002 p. 13).

A utilização do lazer e cultura para a Vila Ipororó como pano de fundo para outros interesses é exposto na opinião de Diga, que diz que o Canteiro Aberto Vila Ipororó é uma espaço de gentrificação via centro cultural, como comentado no item 4 *Um novo período: o começo do Instituto Pedra*.

O entrevistado Paulo Goya também tem atenção crítica à forma com que o projeto é feito. Acrescenta: “fui aluno do [Roland] Barthes e do [Michel] Foucault [na Universidade Sorbonne], que passaram os dois o tempo inteiro me dizendo ‘cuidado com o poder’. Nós temos que pensar muito o que a gente está fazendo.” (GOYA, 2019). Esse poder que Paulo diz pode ser interpretado como uma força hegemônica que atua na cultura; nesse caso, não seria uma manipulação, nem uma doutrinação, mas uma direção geral de política e de cultura com sentido global. Marilena Chauí afirma que a hegemonia é “uma experiência vivida ou mesmo refletida, global e englobante, cujas balizas invisíveis são fincadas no solo histórico pela classe

dominante de uma sociedade. É o que Gramsci designa como visão de mundo”(CHAUÍ, 2006, p. 22). Ao mesmo tempo que a hegemonia reflete a classe dominante, ela está em constante negociação entre os envolvidos, a qual não é apenas passiva, em um contínuo desafio.

A hegemonia, em sua visão de mundo não-passiva, suscita o surgimento de uma outra visão de mundo, a contra-hegemonia, a qual parte daqueles que “resistem à interiorização da cultura dominante” (CHAUÍ, 2006, p. 22). Saindo do campo abstrato, na práxis do campo Vila Itororó, a cultura dominante e a contra-cultura podem ser entendidas como a Prefeitura de São Paulo com o interesse claro em retirar os moradores daquele espaço e os ex-moradores que reivindicam seus direitos pela lei da usucapião. A questão que fica é quanto ao Canteiro Aberto Vila Itororó, onde esse espaço poderia se encaixar entre força hegemônica e contra-hegemônica.

Para tratarmos dessa questão, utilizaremos o conceito de Williams (1992) de classificação para as relações externas das formações culturais: a) especializadas, as quais seriam atividades de apoio à determinado ramo de arte; b) culturas alternativas, as quais oferecem “alternativas de produção, exposição ou publicação de determinados tipos de obras, quando se acredita que as instituições existentes as excluem ou tendem a excluí-las” (WILLIAMS, 1992, p. 70); c) contestadoras, as quais contestam ativamente as instituições estabelecidas.

O caso do Canteiro Aberto Vila Itororó, dentro de sua complexidade e suas variáveis, pode ser adequar mais ao conceito de cultura alternativa, o qual oferece espaço para atividades que outros centros culturais e espaços de lazer em São Paulo não permitem e contestam, pela ideia de centro cultural para a Vila Itororó como forma de habitação em suas discussões e atividades. Importante deixar claro que o fato da cultura alternativa contestar é diferente das relações puramente contestadoras (WILLIAMS, 1992), as quais começam com ataques às formas de arte e instituições:

Há uma distinção teórica simples entre o alternativo e o opositor, isto é, entre alguém que meramente encontra um jeito diferente de viver e quer ser deixado só e alguém que encontra uma maneira de viver e quer mudar a sociedade. Mas à medida que a área necessária de dominação efetiva se estende esse mesmo significado ou prática pode ser visto pela cultura dominante não apenas como desprezando-a ou desrespeitando-a, mas como um modo de contestá-la (WILLIAMS, 2011, p. 58).

A complexidade do projeto do Canteiro Aberto se vale de suas atividades que permeiam a contestação, mas o projeto também se contempla da Vila Itororó vazia

para fazer atividades culturais, então não é puramente contestador, pois se o fosse eles não estariam ali com financiamento público. Também não é uma formação cultural especializada por, justamente, contestar as formas tradicionais de instituições.

A posição alternativa do Canteiro Aberto Vila Itororó é uma tentativa de renegociação com o espaço dos ex-moradores e a Prefeitura de São Paulo, é uma manobra no processo político e econômico. O Instituto Pedra está inserido nas formas convencionais hegemônicas e, a partir dessa posição, tenta uma articulação política para pensar o Canteiro Aberto Vila Itororó com menos intervenção doutrinária e mais receptiva para as demandas da cidade, é possível perceber isso pelas regras de uso do espaço

1. As ações devem acontecer nos horários de abertura;
2. Não podem ter fins comerciais e/ou publicitários;
3. Cada indivíduo/grupo deve respeitar os demais indivíduos/grupos que usam o espaço (ex: é possível realizar atividade com aparelho ou instrumento sonoro desde que o som não atrapalhe outros usos em curso);
4. Não acolhemos feiras, exposições ou apresentações diversas como parte dos usos espontâneos. Buscamos priorizar processos e ensaios, não resultados, por se tratar de um canteiro de obras onde tudo - incluindo a própria noção de cultura - está em construção.
5. As regras coletivas podem ser revistas e repensadas pelo público junto à equipe de ativação cultural e novas regras podem ser criadas, a partir de inspirações, necessidades e problemas que surgirem dos próprios usos. (SITE VILA ITORORÓ, 2015?)

As regras de uso são abertas e podem ser revistas como apontado no item 5, as regras são mínimas como: respeitar o espaço e o outro, não ter finalidades comerciais e respeitar o horário. A regra 4 diz que não são acolhidos resultados finais como uso espontâneo, mas por análise percebe-se que esses usos podem ser conversados com a equipe do Instituto Pedra para serem acolhidos no espaço, um exemplar é o depoimento de Guto em entrevista, completa no apêndice f, Guto conta que se apresentou duas vezes na Vila, uma recebendo um cachê e outra gratuita.

Para melhor compreensão da cronologia dos principais eventos que ocorreram no Canteiro Aberto Vila Itororó, segundo a escolha mais propícia para o desenvolvimento desta dissertação, segue uma linha do tempo desenvolvida. Os ornamentos utilizados na figura são da artista Mônica Nador, como explicado no item 3 *História da Vila Itororó*.

Figura 36: Linha do Tempo Canteiro Aberto Vila Tororó

Canteiro Aberto Vila Tororó

Espaço cultural no complexo da Vila Tororó

**ABR
2015**

Início do Canteiro Aberto Vila Itororó pelo projeto do Instituto Pedra

Logo do Canteiro Aberto Vila Itororó

VILA ITORORÓ CANTEIRO ABERTO

Fonte: Canteiro Aberto Vila Itororó, s.d.



JUL 2015

Começo do projeto contemplado pelo ProacSP "Adaptação da Casa 11 da Vila Tororó para criação de residência cultural" do proponente cujo nome Fantasia é "Cultura e Território Consultoria" e responsável legal Luiz Fernando de Almeida

SET 2015

Firmado termo de cooperação entre Secretaria Municipal de Cultura e Goethe-Institut para ativação cultural da Casa 8 e residências artísticas

**MAR
2016**

Abertura do FABLAB Vila Itororó

JUL 2016

Início da Clínica Pública de Psicanálise

NOV 2016

Editais propostos pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo para propostas de interessados em formalizar parceria objetivando a Gestão Compartilhada do Projeto "Experimento Vila Itororó"

DEZ 2016

Fim do projeto do Instituto Pedra como proponente e gerenciador do Canteiro Aberto Vila Itororó

**SET
2017**

despacho autorizatório para o Instituto Pedra continuar com a programação cultural

JUL 2017

Novolhar interrompe convênio firmado com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

JAN 2017

reabertura do Canteiro Aberto Vila Tororó com novo proponente NOVOLHAR, vencedor do edital de Gestão Compartilhada do Projeto "Experimento Vila Itororó"

JAN 2018

Laboratório Vila Itororó - Experimentos de uma vida em comum

8 MAR 2018

Final do projeto do Instituto Pedra como proponente e gerenciador do Canteiro Aberto Vila Itororó e período de incertezas sobre a continuação do espaço com ameaças de fechamento.

10 MAR 2018

Gestão do Canteiro Aberto Vila Tororó pela Prefeitura Municipal de São Paulo ...

5.1 ATIVIDADES

No primeiro documento do projeto enviado ao PRONAC, as atividades do Canteiro Aberto Vila Itororó estavam previstas para acontecer nos últimos 3 meses antes da finalização do restauro (SALIC, 201-). Acontece que ela acabou durando mais tempo do que o planejado, de 2015 a 2018.

A equipe do Instituto Pedra, elaborada para a ativação cultural do Canteiro Aberto, eram: Benjamin Seroussi, curador; Fabio Zucker, curador adjunto; Helena Ramos, produtora cultural; Graziela Kunsch, formação de público (INSTITUTO PEDRA, 2016).

Através de documentos cedidos pela Prefeitura de São Paulo por intermédio da Lei de Acesso à Informação, e atualmente expostos no site do Canteiro Aberto Vila Itororó (SITE VILA ITORORÓ, 201-), foi possível acessar todos os relatórios de atividades culturais feitas no Canteiro Aberto enviadas à Secretaria Municipal de Cultura. A lista completa de atividades a cada bimestre está disponível no anexo B.

Em abril de 2015, o Canteiro Aberto Vila Itororó foi oficialmente aberto, com visitas educativas patrimoniais e festa com apresentações musicais. Era o início de um projeto tão complexo, envolvendo interesses diversos de várias partes da sociedade, como ex-moradores, Prefeitura de São Paulo, mecenas do projeto, militantes da luta pela moradia, entre outros interessados no tema, forças diferentes que acabam convergindo para um início de atividades cautelosas, muito mais de apresentação do projeto da Vila Itororó do que propositivas.

No começo do Canteiro, parte da equipe do Instituto Pedra se junta aos moradores do Distrito Bela Vista e ex-moradores para formarem o Coletivo Riacho, que seria um espaço de discussão sobre atividades possíveis para o local.

O Coletivo Riacho, (...) tinha propostas de atividades voltadas para os ex-moradores da Vila Itororó. Os ex-moradores não vinham no Canteiro Aberto, obviamente por todos os motivos do mundo, então eles não conheciam o espaço e a gente tinha a intenção de fazer qualquer tipo de atividade. Conversamos durante muitos meses e falando muito com o Edivaldo, pois ele é que seria o Carro-chefe e que conhecia a maioria das pessoas. (SANTOS, G., 2019)

A tentativa do Coletivo Riacho de atrair novamente os ex-moradores da Vila para o espaço, envolve uma tentativa de recontar uma história que os ex-moradores já conheciam bem, a vida cultural na Vila. O trecho que Dona Alice Moura narra em entrevista demonstra a dificuldade de visitar um espaço que a acolheu por 40 anos. Ela casou, teve filha e ficou viúva enquanto morava na Vila Itororó, e voltar para esse

local e não enxergar as atividades cotidianas de moradia que antes existiam trazia-lhe tristeza.

Foi triste depois que saí, não queria voltar mais lá, quando voltei chorei tanto que eu achei tão triste, não tinha vida. Antes a Vila tinha vida, era criança correndo, mãe chamando, depois que saímos de lá e não tinha ninguém, me bateu uma tristeza tão grande. Até hoje choro. (MOURA, 2019)

Por outro lado, a frequência de ex-moradores nesse espaço que não era mais deles, é também uma tentativa de permanência e resistência. Se não é possível se fixar no local pela maneira da moradia, que seja então por outros meios, como usufruir do Canteiro Aberto e tentar os diálogos possíveis. Guto Santos fala sobre a dificuldade de atrair os ex-moradores para o espaço.

O Edivaldo foi muito claro com todas as propostas que a gente planejava, nenhuma das atividades que não tivessem alguma coisa, fosse um prêmio ou outra coisa as pessoas não se interessariam no começo. Talvez seja interessante você convidar e dar algo para que as pessoas se interessem mais. A primeira atividade que a gente montou foi a Festa Junina, que já existia antes, mas a intenção foi diferente porque o foco seria outro, então começamos a montar as atividades e as brincadeiras que fossem interessantes para as pessoas da Vila, então seriam brincadeiras que as crianças iriam gostar de participar e coisas que as pessoas iriam se interessar. A gente se surpreendeu que os ex-moradores começaram a participar da festa ajudando a fazer quentão, ajudaram a fazer pipoca, a arrumar a mesa compartilhada, que tava uma bagunça, cheia de comida. A mesa de comida era compartilhada, poderia levar e pegar a comida do outro, todo mundo poderia trazer algo e ela ficava numa localização central, a comida era um convite, era interessante para as pessoas. Fizemos uma mobilização para conseguir prêmios para um bingo e as pessoas gostaram bastante, foi bem atrativo para elas (SANTOS, G., 2019).

A fala de Guto, que cita a Festa Junina que já existia, mas que tinha intenção diferente, porque teria outro foco, deixa claro que a festa não seria uma recriação da festividade junina que existia antes da Vila ser desalojada. Para Paulo Goya, a festa junina criada no Canteiro Aberto é uma forma de reprodução: “tem umas coisas que não acredito. Vamos reproduzir a Festa Junina na Vila Itororó” (GOYA, 2019). Diga Rios, em entrevista, também tem uma posição crítica sobre a festa junina:

As pessoas vão criar coisas que são muito legais, novos afetos vão ser reproduzidos, e vai se apagar aquela memória dizendo que se defende aquela memória. Vai se projetar na parede fotos, vão chamar ex-moradores para fazer a Festa Junina da Vila Itororó, por favor, tenham respeito, os caras foram massacrados e ainda vão fazer isso? Não sejam obscenos, é um nível de cinismo extraordinário. (RIOS, 2019)

A fala de Diga sobre a festa junina interpreta uma manipulação cultural para um apagamento histórico. Sem alarde, novas relações são criadas e as antigas, que estavam em batalha pela moradia, são apagadas.

Edivaldo Santos, ex-morador, em entrevista, tem uma visão mais prática da festa junina:

A gente ainda faz festa junina no Canteiro Aberto com a participação dos ex-moradores, nada é pago, tudo é gratuito, a gente mobiliza doações e é aberto para toda a população, convidamos as pessoas pra participar por internet e maioria não chega de mão vazia, é muita comida, tem quadrilha, dança, é uma festa bem comunitária [...] todo ano acontecia (Na Vila Itororó), com no mínimo uma fogueira e umas 30 pessoas em volta assando milho, aí quando o Instituto Pedra chegou nós trouxemos a ideia de continuar a festa junina, pois não podia acabar, era algo que fazia parte da nossa cultura e hoje, como nós estamos em prédio, não temos espaço para fazer esse tipo de festa. (SANTOS, E., 2019)

Para Edivaldo, a festa junina tem que acontecer, e se nos prédios da CDHU não há espaço, então o Canteiro Aberto é uma opção de lugar. Para Dona Alice, que já se acostumou com o prédio da CDHU (2019), pensa em fazer uma festa no prédio mesmo e não cogita o Canteiro Aberto.

Ganhei uma panela pra fazer quentão, to pensando em fazer uma festinha de São João aqui pra durar a noite toda, convido todo mundo e aí ninguém vai reclamar porque vai estar na festa, passo de apartamento a apartamento pedindo, “Quanto você vai dar?” Lá na Vila era assim, eu passava com a listinha pedindo as coisas pras pessoas, depois todo mundo se reunia e fazia. (MOURA, 2019)

A festa junina (Figura 37), por ter sido um acontecimento anual marcante na Vila Itororó, pode trazer interpretações de ser uma tentativa de recriação de algo que já acontecia no espaço, mas a festa junina do Canteiro Aberto (Figura 38) é feita em um canteiro com telhado, na claridade, com outro público, e portanto é claramente uma outra festa, que não tem mais a ver com a anterior.

Figura 37 — Imagem da Festa Junina na Vila Itororó em 2006



Fonte: Cândido, 2006.

Figura 38 — Festa Junina no Canteiro Aberto Vila Itororó em 2015



Fonte: Site Vila Itororó, 2015.

O Coletivo Riacho também idealizou outras atividades e espaços para o Canteiro Aberto, como a Cozinha Pública (Figura 39), como explica Edivaldo em entrevista “a gente conseguiu implementar na Vila uma cozinha coletiva e inauguramos com uma feijoada vegana com um monte de comida, só há algumas normas para agendar a cozinha, mas pode passar o dia todo no Canteiro Aberto” (SANTOS, E., 2019). A Cozinha Pública dispõe de utensílios de cozinha dos mais variados e é aberta para quem quiser usá-la, mediante reserva antecipada. Também há oficinas e almoços comunitários que acontecem mensalmente. Dona Alice expõe, em entrevista, suas impressões sobre o evento da feijoada vegana:

Um dia fui comer lá feijoada, quando eu vi só legumes eu pensei “saí da minha casa pra comer legume?”, aí peguei pouquinho pra não ficar feio, mas menina, gostei tanto que daí voltei lá e peguei bastante, muito bom, era feijão com legumes, suco, adorei a farofa com amendoim, uma delícia. Então de vez em quando vou lá, mais pros eventos de almoço. (MOURA, 2019)

Para Guto, em entrevista, alguns tipos de comida não são atrativas para o público da Vila, assim como a feijoada vegana não fora atrativa para Dona Alice Moura no início.

Os almoços eram feitos com comidas saudáveis ou de xepa, que é um gosto totalmente diferente do que eles já estavam acostumados, eu conversei muito sobre isso com Edivaldo e ele respondeu “Realmente, precisamos de comida popular”, não que as pessoas fossem achar ruim, mas é um gosto diferente, é um arroz diferente que é bom, mas para chamar os outros é mais difícil. Uma vez teve uma xepa com reaproveitamento de legumes e tudo, uma proposta bem legal e foi aberto à todos, mas não era o paladar. Quando você vai fazer um almoço, tem que fazer algo que as pessoas reconheçam, vai chamando as pessoas e aí sim vai fazendo comidas diferentes. (SANTOS, G., 2019)

Com um cardápio que presa por comidas mais naturais, a Cozinha Pública tem bastante adesão, tanto por servir de suporte para confraternizações de outros eventos que acontecem na Vila quanto para eventos destinados à Cozinha Pública, como o Clube de Troca de Receitas onde os integrantes trocam informações e um ensina ao outro sua receita.

Figura 39 — Cozinha Pública



Fonte: Luisa Cerioni Souto Vilhena, 2019

O Canteiro Aberto, além da cozinha, das festas, das visitas patrimoniais pelo espaço, e das oficinas de marcenaria, também tinha brincadeira livres, Cinema sem Fio (onde os participantes escolhiam o filme que passaria na próxima vez) e abrigou inúmeros usos espontâneos, desde caminhadas pelo espaço até debates como *Ocupações e Comunidades na Luta contra os Despejos*, organizado pelos grupos Periferia Ativa e MTST.

Em julho de 2015, foi feito um projeto externo, não assinado pelo Instituto Pedra, enviado e contemplado no mesmo mês pelo Programa de Ação Cultural (ProAC-SP), intitulado *Adaptação da Casa 11 da Vila Tororó para criação de residência cultural* (PROACSP, 2015), do proponente cujo nome fantasia é *Cultura e Território Consultoria*, e que tem como responsável legal Luiz Fernando de Almeida, diretor do Instituto Pedra.

O projeto visava a “adaptação da Casa 11 para a criação de residência cultural para alojamento temporário de artistas, curadores, arquitetos e pesquisadores, composta por 10 apartamentos, salas comuns, cozinha e lavanderia.” (ProACSP, 2015). A proposta de residência artística com usos já definidos não aparenta seguir a mesma linha que o Canteiro Aberto parecia seguir, de absorção cultural das demandas da Cidade, mas como o projeto ainda está em curso e a casa 11 até o término desta dissertação não teve seu restauro terminado, não é certo afirmar que o projeto recebrá esse fim, assim como outros fins já definidos anteriormente em projetos do Instituto Pedra não se concretizaram. Benjamin Seroussi (2018), curador do projeto, disse na palestra que está completa no anexo C que “aprendemos muito neste espaço, a primeira coisa é que as práticas mudam. Não adianta fazer propostas fixas, permanentes, elas não funcionarão. O temporário talvez seja o melhor permanente, pois ele pode sempre se adaptar. (SEROUSSI, 2018). Esse temporário é de natureza híbrida e viva, o que torna o Canteiro Aberto Vila Itororó atento às demandas da Cidade.

O projeto do Canteiro Aberto, que inicialmente deveria durar 3 meses, acabou se estendendo, de abril de 2015 a dezembro de 2016. Em janeiro de 2017, através de uma chamada aberta para Gestão Compartilhada do Projeto *Experimento Vila Itororó* (São Paulo, 2016), a instituição NOVOLHAR foi a selecionada para ser a nova gestora do Canteiro Aberto Vila Itororó, mas em julho do mesmo ano rompeu o convênio firmado, e assim através de um documento de Despacho Autorizatório, o Instituto Pedra retornar à gestão (SÃO PAULO, 2017b).

Apesar do Instituto Pedra ser responsável pelas atividades entre os anos de 2015 a 2018, com uma pequena pausa pelo caminho, ele não estava sozinho. Dividiam o espaço com mais projetos, como o Fab Lab Livre SP, o Goethe-Institut e a Clínica Pública de Psicanálise.

5.1.1 FAB LAB LIVRE SP E A MARCENARIA ABERTA

O Fab Lab é fruto de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Instituto de Tecnologia Social, idealizado pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), e tem o objetivo de oferecer ao público suporte técnico como impressoras 3D, cortadoras a laser, plotter de recorte, fresadoras CNC, computadores com software de desenho digital CAD, equipamentos de eletrônica e robótica e ferramentas de

marcenaria e mecânica para a utilização do público, de maneira aberta e gratuita, sendo apenas necessário agendar um horário, democratizando o acesso às ferramentas e estimulando novas produções.

O Fab Lab (Figura 40) entrou para o espaço da Vila Itororó no dia 22 de março de 2016 e começou a dividir as ferramentas com a Marcenaria Aberta comandada pelo Coletivo GAMB, o qual ministrava cursos de iniciação à marcenaria. Esse espaço era dividido com a produção de carpintaria das obras de restauro, então, nos momentos ociosos das máquinas, é possível que o público acompanhe de perto a produção das obras da Vila Itororó e, através de oficinas e workshops, participe nas construções de projetos pessoais.

Os móveis criados para o Canteiro Aberto foram confeccionados na marcenaria da Vila pelo grupo ConstructLab, o qual, através de uma oficina com cerca de 50 pessoas, discutiu, projetou, elaborou a identidade visual e confeccionou os móveis da Vila (CONSTRUCTLAB, 2016). Os móveis não são fixos, são experimentais, e, assim como o próprio espaço, tudo é móvel e pode ser realocado em outro espaço ou utilizado de formas diferentes. A arquibancada, por exemplo (Figura 41), pode servir como plateia ou bancos e, se virada ao contrário, é espelho para aulas de dança.

A Marcenaria Aberta com o Fab Lab Livre é uma espécie de espaço emancipatório para a cidade: disponibiliza os recursos necessários, as aulas para os interessados e o local para os cidadãos produzirem o que quiserem por meio da sua própria mão de obra, seja uma carpintaria ou um robô. O projeto dialoga com a Vila Itororó no ponto da cultura de auto-produção que havia na Vila: os próprios moradores construíam e reconstruíam seus puxadinhos e suas casas da maneira que podiam. Assim como Francisco de Castro foi o arquiteto de sua própria obra, a Vila Itororó, o Fab Lab e a Marcenaria Aberta possibilitam que essa auto-produção tenha as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de projetos.

Figura 40 — Fab Lab e marcenaria da Vila Itororó



Fonte: Luisa Cerioni Souto Vilhena, 2019.

Figura 41 — Móvel arquibancada e espelho no Canteiro Aberto Vila Itororó



Fonte: Luisa Cerioni Souto Vilhena, 2018.

5.1.2 CLÍNICA PÚBLICA DE PSICANÁLISE

A artista e também formadora de público da Vila Itororó, Graziela Kunsch, idealizou, junto aos psicanalistas Tales Ab'Sáber e Daniel Guimarães, uma experiência piloto de uma Clínica Pública de Psicanálise com atendimentos individuais

e gratuitos que aconteceriam no Canteiro Aberto a partir de julho de 2016. Daniel Guimarães, pelo site Vila Itororó, explica o surgimento da Clínica:

Como ponto de partida, a Clínica seria um espaço de acolhimento para os ex-moradores e as ex-moradoras, para que pudessem se reencontrar, falar a respeito da mudança em suas vidas, pudessem desabafar, elaborar, quem sabe até, a partir dali, se reorganizar para lutar pelas suas antigas casas ou por novas formas de habitar o local. Em nome do “público”, foram expulsas. Em nossa dimensão de público, então, faríamos o caminho inverso, acentuando sua presença (SITE VILA ITORORÓ, 2017).

A Clínica Pública foi mais uma conexão do Canteiro Aberto Vila Itororó que põe em discussão o que é cultura, e, pelo trecho citado de Guimarães, percebe-se o alinhamento de projeto entre o Instituto Pedra e a Clínica ao discutir a moradia no espaço, trazer os ex-moradores para o diálogo e estar disposta a sair dos espaços convencionais fechados de uma clínica de psicanálise e estar aberto ao espontâneo. Camila Kfoury, membra da Clínica Pública de Psicanálise, na gravação para a Rádio Saracura, projeto desenvolvido na residência do Goethe Institut, diz como a Clínica se relaciona com o uso espontâneo: existe uma sala fechada que foi feita pela Marcenaria Aberta (Figura 42), mas os espaços abertos estão mais sujeitos ao inesperado. “Já aconteceu de um de nós estar atendendo alguém que de repente fala algo que lhe custou muito dizer e aí entra um piano violento, catártico. Isso acontece no cinema, não acontece na vida real.” (KFOURI, 2018).

Guimarães diz sobre o direito à cidade psíquica que a Clínica levanta como discussão

Por isso chamo este texto de *O direito à cidade psíquica*. Tomo de empréstimo as noções que Henri Lefebvre¹⁹ e David Harvey²⁰ pensam do termo “direito à cidade”, não apenas como o direito ao acesso às coisas que a municipalidade oferece, mas o direito em si de construir a cidade, de *agir política-terapeuticamente na transformação da cidade que nos forma*. Direito ainda hoje negado às classes populares. Um privilégio do mercado, mais auxiliado do que interdito pelo Estado. Penso a psicanálise como um *urbanismo psíquico crítico e democrático das profundezas e superfícies*, das ruas, vielas, corredores e, principalmente, das periferias por onde se desloca, ou é inibida, nossa libido em desenvolvimento. (SITE VILA ITORORÓ, 2017)

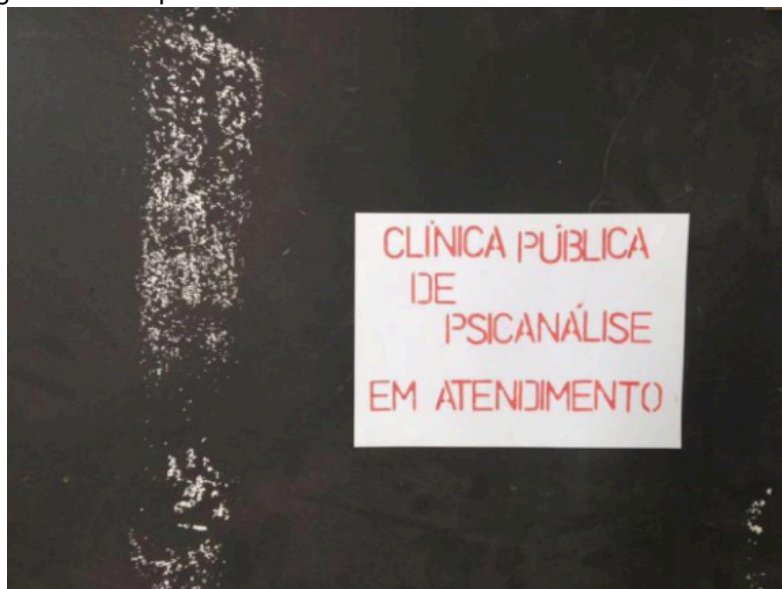
O trecho de Guimarães no site Vila Itororó(2017) do direito à cidade psíquica trata não apenas como algo consumível e ter acesso aos instrumentos, mas o direito

¹⁹ LEFBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. Conexão Editorial. São Paulo, 2010.

²⁰ HARVEY, David. “The right to the city”. *International Journal of Urban and Regional Research*, v27, n.4, 2003.

em si de agir, de existir politicamente. A Clínica Pública de Psicanálise age politicamente prestando serviços gratuitos à população, mas não deve ser vista apenas como prestadora de serviços, ela também é atuante no processo de experimentação do que é o Canteiro Aberto, como a cultura deve ser vista nesse espaço, o qual aparenta abrir uma brecha do que pode ser um Centro Cultural, desta vez com psicanalistas.

Figura 42 — Tapume da sala fechada da Clínica Pública de Psicanálise



Fonte: Site Vila Itororó, 2017.

5.1.3 GOETHE-INSTITUT

O Goethe-Institut é um “instituto cultural de âmbito internacional da República Federal da Alemanha” (GOETHE INSTITUT, c2018b), que promove o conhecimento da língua alemã no exterior e o intercâmbio cultural internacional. Na data de 17 de novembro de 2015, seis meses após o início do Canteiro Aberto, o Goethe-Institut firma um termo de cooperação com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SÃO PAULO, 2015) para o desenvolvimento de projeto cultural na casa 8 (Figuras 43 a 45) da Vila Itororó.

O primeiro grupo convidado pelo Goethe foi o coletivo de arquitetos alemães Raumlabor, os quais restauraram a casa 8 da Vila Itororó para e adequaram o espaço para que outros grupos pudessem fazer residência artística nesse espaço. Este projeto de restauração da casa 8 foi realizado no âmbito de um workshop de quatro semanas, principalmente com estudantes de arquitetura que colaboraram no processo (RAUMLABOR, 2017).

Após o restauro, no ano de 2016, foi realizado uma chamada aberta para receber dez residências artísticas ao longo do ano de 2017 que não fossem comerciais e abordassem “desde as políticas do espaço, a relação centro-periferia, o processo de gentrificação até narrativas singulares e a maneira como o espaço compõe uma dinâmica urbana global e ampla” (GOETHE INSTITUT, c2018a). Com essa narrativa de escolha para projetos, percebe-se que os discursos entre Goethe Institut e Instituto Pedra estavam alinhados. Os dois percebiam a necessidade de projetos que dialogassem com o espaço e contestassem de alguma forma a ordem hegemônica.

Figura 43 — Casa 8 da Vila Itororó antes do restauro



Fonte: Gozzo, 2015

Figura 44 — Interior da Casa 8 restaurada pelo coletivo Raumlabor



Fonte: Raumlabor, 2017

Figura 45 — Interior da Casa 8



Fonte: Raumlabor, 2017

Os dez projetos escolhidos para residência em 2017 foram: A Casa na Bela Vila, do Mestre Ananias, que trazia a discussão do Bexiga como bairro negro através da capoeira e samba de roda; *Queer Bike Story*, recolhiam bicicletas para transformá-las em esculturas funcionais e objetos diversos em oficinas; INTRA-COS, que previa a criação de vídeos na Vila Itororó através da narrativa de *cosplayers*; Aqueologia Viva, que a partir da digitalização de objetos pessoais encontrados na Vila, buscava contar anedotas que transbordavam a história oficial da Vila; *Fire Kitchen*, que

transformava matérias-primas em utensílios de cozinha e depois fazia uma refeição comunitária com os objetos criados; Canteirinho, que através de brincadeiras, criava uma nova maneira de criar relações materiais e imateriais e discussões políticas com crianças; João Faz Tudo, projeto que organizava saídas pela Bela Vista em busca de pequenos consertos de marcenaria a serem feitos (GOETHE INSTITUT, c2018a).

Em 2018, foram escolhidos 8 projetos e desta vez era obrigatório que o trabalho fomentasse pelo menos por um dia a circulação do público pela Vila Itororó. Os projetos foram: Sarau de Cordas, um sarau de intercâmbio com artistas da periferia na Vila Itororó; Inventariando — plantas e histórias da Vila, um inventário da vegetação presente na Vila Itororó e a construção de um herbário; Distentio Anime, uma performance que acontecia nos horários da visitação; Xilo na Vila, oficinas de xilogravura abertas ao público com materiais encontrados na Vila; Praça Kantuta Expandida, jogos lúdicos que integram as relações entre a Bolívia e o Brasil; Rádio Saracura, projeto que propõe discutir a Vila Itororó através de gravações propagadas via rádio FM e online; Phonosophia, oficinas com instrumentos e apresentação; *Speak again, speak like Rain*, projeto de um artista alemão que fez uma compilação visual da Bela Vista e se apresentou na Vila numa espécie de show visual (GOETHE INSTITUT, c2019).

A mudança de 2017 para 2018, quanto à obrigatoriedade da circulação de público pela Vila, fez com que o número de público aumentasse, fomentou o interesse da sociedade e gerou discussão acerca do espaço. A maioria dos projetos trazem relações com a Vila, de contar narrativas diversas através de depoimentos, de materiais, de vegetação, de imagens da Vila, porém os artistas criaram essas relações para atender ao projeto, já que em sua maioria não tinham relação com a Vila Itororó antes da chamada. Por outro lado, novas relações são criadas e discutidas. Benjamin Seroussi, curador do projeto Vila Itororó, em palestra, coloca sua posição:

Fizemos o Goethe na Vila não porque achamos legal as residências artísticas, recebemos muitas críticas de que somos gentrificadores, mas nossa aliança foi por uma razão simples, pode trocar a Prefeitura, podem tirar os trabalhadores, pode até jogar uma polícia militar contra a massa crítica ou o coletivo, mas aposto que a Prefeitura não tirará o Goethe, não criará um problema diplomático com a Alemanha. Ter o Goethe na Vila é uma estratégia muito clara de que nós não sairemos daqui, se há algum problema que falem com a Alemanha porque a Prefeitura não defenderá os nossos interesses (SEROUSSI, 2018).

Frente uma ameaça de fechamento do Canteiro Aberto Vila Itororó que ocorreu no começo de 2018, o posicionamento de Benjamin é articulado no sentido de criar

relações internacionais e tornar o Canteiro Aberto um espaço complexo de interesse da embaixada da Alemanha e com articulações importantes que ao menos discutem a Vila.

5.2 LABORATÓRIO VILA ITORORÓ

O Canteiro Aberto Vila Itororó promoveu o *Laboratório Vila Itororó: Experimentos de uma vida em comum* por três dias, de 18 a 20 de janeiro de 2018, do qual a pesquisadora pode participar para pensar nas próximas possibilidades para a Vila, mesmo sabendo que as ideias discutidas não necessariamente seriam postas em prática. O planejamento tinha a intenção de reunir ex-moradores, frequentadores e interessados para que discutissem por três dias de forma horizontal como poderia ser o funcionamento do Canteiro Aberto. A programação do laboratório foi planejada com debates com convidados, exercícios de imaginação, oficina de planejamento estratégico e uma proposta de implementação concreta para a Vila que não necessariamente seria implementada.

Os três dias tiveram palestras interessantes. O diretor do Instituto Pedra abriu as conversas apresentando os desafios da Vila Itororó, teve fala sobre mulheres negras e a vida comunitária com Bianca Santana, a qual falou sobre a criação dos filhos em comunidades mais pobres, divisão de tarefas, divisão de compras, empréstimos e outros acontecimentos que se passavam na Vila. Houve apresentação dos ex-moradores de Itororó Camila Santana e Edivaldo Santos, entrevistado para esta dissertação, os quais falaram sobre a vida comum na Vila Itororó, o Coletivo Riacho e como os espaços do pátio ampliavam suas possibilidades de criação dos filhos, divertimento, esportes e que não havia data comemorativa que os moradores não fizessem em conjunto um almoço coletivo. Camila contou que atualmente mora com sua mãe, marido e dois filhos e que na Vila sua casa era menor do que o seu apartamento na CDHU, mas na Vila eles só ficavam em casa para dormir, tinham o pátio todo para as crianças brincarem, a escadaria para socializar e no conjunto habitacional não tem um espaço em comum, ou seja, mesmo sendo um apartamento maior, a sensação é de que é menor.

Uma das atividades propostas era que todos estariam sentados em volta de quatro cadeiras, e a regra era: só três pessoas podem estar sentadas nessas

cadeiras. Ou seja, se uma pessoa de fora se sentar na cadeira, alguém que já estava sentado em uma delas teria que sair. Só quem estivesse sentado nessas cadeiras poderia falar sobre o tema proposto, que era *o que é cultura?*.

Um integrante falou da cultura latente no Bexiga com o samba e uma moradora da Bela Vista contrapôs que só se fala no samba e ninguém se lembra dos esportes, da necessidade de trazer os adolescentes para participarem da vida cultural, que as crianças são o futuro e estavam largadas no Distrito, envolvidas em crime e drogas. Dona Alice Moura, entrevistada para esta dissertação, falou que cultura para ela era o teatro, e que muitas pessoas da Bela Vista nunca tinham assistido a uma peça. Essa mistura de opiniões somatórias e outras vezes excludentes permeou todas as atividades participativas, e todos tiveram oportunidade de se posicionar.

A última fala, *A Cultura em Obras: Trocando Ferramenta* (2018), transcrita na íntegra no anexo C, foi de Benjamin Seroussi, curador do projeto Canteiro Aberto Vila Itororó. Benjamin fala sobre as inúmeras propostas para o Canteiro Aberto, mas questiona um posicionamento do que não se quer para o espaço

É importante quando formos pensar nesse “como” e nesse “o quê”, de nos lembrarmos do que não queremos. As minhas respostas são muito simples para o SESC, ele é um lugar que foi feito em 1946 para a Carta da Paz Social, basicamente é para os trabalhadores ficarem felizes e trabalharem melhor, são os patrões que resolvem criar um lugar para os trabalhadores ficarem contentes. É legal, mas a questão é: Se os trabalhadores se organizassem para pensar um espaço, fariam o SESC? (SEROUSSI, 2018)

Seroussi coloca em discussão a apropriação do próprio trabalhador com o seu horário livre e momento de lazer e questiona como seriam os espaços organizados pelos próprios frequentadores. Sobre seu próprio cargo de curador, que teria a tarefa de selecionar atividades, exposições, apresentações para um lugar, ele diz:

Podemos também pensar nos usos espontâneos, pessoas que vem aqui para dançar, para curar sem curadoria, queremos eliminar o curador, o intermediário, aquele que agencia para deixar as pessoas fazerem o que elas querem sem ter alguém que diz o que ela tem que fazer (SEROUSSI, 2018).

Com essa fala, Benjamin pretende que a curadoria seja: sem curadoria, sem agenciamento, um espaço livre para as proposições. Benjamin também discorre sobre a importância desse canteiro de obras estar aberto:

Resolvemos abrir o canteiro de obras daqui, abrimos essa caixa preta, normalmente teria tapumes aqui e ninguém estaria aqui dentro. Estariam neste espaço os “ditos” especialistas discutindo entre eles o que será de Itororó. Poderiam fazer uma consulta pública: o que vocês (população) querem? Criando essa fronteira entre vocês e o nós, nós especialistas e vocês querem o quê? Uma *coisinhazinha*? Um lugar para passear com o cachorro? Faremos algo muito mais legal porque vocês não sabem bem o

que é bom para a cidade. Quando abrimos o Canteiro, quebramos esse distanciamento para colocar na mesma negociação pessoas que usam o espaço. O Coletivo Riacho foi uma construção de dois, três anos e hoje se alguém quer implementar algo para a Vila, o Coletivo Riacho faz essa mesa de negociação. É uma conversa entre Prefeitura, arquitetos, empreiteira, vizinhos, ex-moradores, frequentadores, artistas, movimentos sociais. Quando a caixa preta era fechada, havia apenas conversa entre poucas pessoas, aqui nós conseguimos fazer uma conversa com mais pessoas (SEROUSSI, 2018).

Ser um espaço cultural aberto não é sinônimo de que o público proponha atividades. O Coletivo Riacho era aberto, mas ao mesmo tempo era um grupo de WhatsApp, como explicou Guto em entrevista, que só se reunia para planejar algo pontualmente. Entretanto, ao mesmo tempo que o Coletivo Riacho de fato propunha intervenções, como a Cozinha Pública, o público espontâneo também poderia fazê-lo, como é o exemplo da Gincana do Serviço de Assistência Social à Família Bela Vista na Vila Itororó, ou a exibição do documentário *Cartas da Terra do Futuro/Obra (Anexo A)* que mostrava as impressões sobre a nova terra pelo olhar de grupos sociais que chegaram ao país como refugiados políticos. Essas duas atividades, completas no anexo B, foram articuladas pelo próprio público.

Outro ponto importante na fala de Benjamin é sobre agir no que está acontecendo agora e não ficar planejando as ações para o futuro

Defendo a ideia de não o que será, mas a ideia de já está sendo, a ideia do Canteiro permanente. Quando a Vila Itororó ficará pronta? Nunca! Quando São Paulo estará pronta? Vamos esperar a cidade ficar pronta para usá-la? As coisas não ficam prontas e elas não vão ser, elas já estão sendo, elas já estão prontas e nunca estarão prontas. Não estamos presentes para pensar no futuro da Vila, mas o que ela agora pode ser a mais (SEROUSSI, 2018).

Essa fala de Benjamin expõe a importância das relações serem criadas a partir do momento em que elas já podem existir. Não esperar algo acontecer para então agir. O laboratório aconteceu em janeiro de 2018, pouco tempo antes do encerramento do Canteiro Aberto com a gerência do Instituto Pedra, o qual finalizara em março de 2018, portanto o debate sobre os usos futuros do Canteiro Aberto aparentaram ser mais uma efervescência de ideias e a criação de uma massa crítica do que propriamente discutir o que seria o Canteiro. Benjamin complementa que “é importante criarmos uma massa crítica, aqui temos mais de 30 pessoas, se tivéssemos feito essa convocação em 2014, teríamos três pessoas” (SEROUSSI, 2018).

Entre maio e junho de 2015, aconteceu no Canteiro Aberto algo parecido com esse laboratório, atividade completa no anexo B, o workshop *A cultura da moradia*

conduzida pelo escritório modelo MoSalco da Universidade Mackenzie, o qual fez um projeto completo sobre a Vila Itororó sem a remoção dos moradores da quadra. Diga, em entrevista, falou sobre esse workshop:

A violência que foi ativada ali, só tinha um jeito de ser minimizada, era retomar o patrimônio imaterial, a vida das pessoas da Vila, não tem outra maneira; ou é retomar ou é ficar em um espaço marcado para todo o sempre a gentrificação marcada via centro cultural, feito pelo Instituto Pedra e é isso que ele têm que assumir [...] Fizeram uma oficina, chamaram arquitetos, pessoas pra se pensar em alternativas, a proposição virou atividades do centro cultural, no final enquanto as pessoas apresentavam seus projetos, tinha gente que não estava nem ouvindo. A crítica virou uma atividade no hall de atividades do novo centro cultural, é assim que funciona gentrificação via centro cultural. (RIOS, 2019)

Para Diga, o workshop para pensar o uso da moradia virou uma atividade do centro cultural, e não algo que realmente fosse propositivo. Para Benjamin, o laboratório também era uma formação de massa crítica. As duas interpretações não se descartam, são pensamentos ligados a uma atividade que pode criar massa crítica e formadores de opinião, mas para Diga, só há uma forma de remediar o que já foi feito, seria o retorno dos ex-moradores. Sua intenção é propositiva, enquanto que para Benjamin, como aparece em sua fala, a mudança acontece a partir do que se tem agora, uma Vila desocupada.

5.3 PERCEPÇÕES SOBRE O CANTEIRO ABERTO

A Vila Itororó é espaço de negociação, disputa, cheio de contestação e interesses diversos, e o Canteiro Aberto foi palco para a discórdia em vários sentidos, como o projeto enviado ao ProAC, que não englobava os ex-moradores dentro do espaço, apenas os interesses dos mecenas do projeto. O projeto que foi executado propunha atividades que tentavam levar à participação os ex-moradores, sem que os mesmos pudessem ter direito a moradia na Vila.

As posições controversas sobre o espaço não foram apagadas entre 2013 e 2018, tempo em que o Instituto Pedra permaneceu na gestão do Canteiro Aberto. Mesmo com os debates, oficinas e usos espontâneos, as manifestações contrárias ao apagamento da moradia na Vila permaneceram. Uma delas foi a posição crítica de Stephanie Ribeiro, arquiteta, escritora e feminista negra que, após uma fala explicativa sobre o que aconteceu na Vila, disse: “agora que eu sei da história da Vila Itororó, pra mim é desconfortável estar aqui” (TV BOITEMPO, 2018).

Os entrevistados para esta dissertação, quando questionados, posicionaram suas percepções sobre o Canteiro Aberto Vila Itororó. A questão não foi feita para quantificar os resultados, mas sim expor a opinião e o posicionamento de pessoas que tiveram alguma relação com a Vila Itororó, seja de moradia, de habitar o mesmo Distrito ou por serem interessados no assunto. O quadro 02 demonstra as questões feitas para os entrevistados e suas respostas. A primeira pergunta é se eles frequentam o Canteiro Aberto e a segunda pergunta é o que poderia melhorar no espaço, ambas feitas de maneira semiabertas, para os entrevistados terem a possibilidade de complementarem o assunto. Todas as entrevistas estão completas nos apêndices.

Quadro 02 — Posicionamento dos entrevistados

		Você frequenta o Canteiro Aberto?	O que poderia melhorar no espaço?
Ex-moradores	Alice Moura	“No começo eu não queria mais entrar na Vila, quando vi daquele jeito todo estrupiado. Agora tem as casas reformadas todas bonitinhas, eu fui ver a casa que eu morava lá embaixo. De vez em quando eu vou lá.”	“Um dia para as crianças se divertirem,”
	Edivaldo Santos	“Sim, frequento, ultimamente nem tanto porque estou trabalhando muito e aos domingos é fechado”	“Falta recreações e lazer para a terceira idade”
Moradores do Distrito Bela Vista	Guto	“sim”	“Acho que os horários das oficinas é complicado e limitado para as pessoas que trabalham”
	Paulo Goya	“Quero estar presente”	“Não ousa de forma nenhuma dar uma solução imediata”
Transeuntes e interessados no tema	Diógenes Rodrigues	“Em momentos bem pontuais.”	“Respondendo de bate-pronto, diria que um restauro que desse voz para as pessoas que já habitavam a região”
	Diga	“Não”	“A violência que foi ativada ali, só tinha um jeito de ser minimizada, era retomar o patrimônio imaterial, a vida das pessoas da Vila”

Fonte:Luisa Cerioni Souto Vilhena, 2019.

Na primeira pergunta há variadas respostas entre o não e o sim: Diga responde que não, pois de acordo com a sua posição, o Canteiro Aberto Vila Itororó é um espaço gentrificador via centro cultural; já Guto, que é morador da Bela Vista e participante do Coletivo Riacho, diz que sim, pois além de propor projetos, também faz apresentações no Canteiro. Há outras respostas, como não ter tempo para frequentar, querer estar presente, frequentar só em momentos específicos ou, como no caso da resposta de Dona Alice, que não queria frequentar no começo por não gostar de ver a Vila abandonada, mas que depois que viu o restauro, gostou.

Essa variação de respostas aponta para o espaço de contestação do qual o Canteiro Aberto faz parte. O posicionamento de Dona Alice, ex-moradora, ao não querer frequentar o Canteiro e depois gostar do restauro demonstra a dialética do lugar. Ao abrirem o canteiro de obras para o público acompanhar o restauro, o Canteiro Aberto Vila Itororó, pela coordenação do Instituto Pedra, alcançou uma conversa com pessoas que usufruíram da principal função da Vila, a moradia. A conversa não foi só com os arquitetos e universitários: o Canteiro Aberto conseguiu abrir diálogo também com ex-moradores, como Dona Alice e Edivaldo.

Na segunda pergunta, Diga é enfático ao afirmar que só há um jeito de reparar os danos ocasionados, que é as pessoas poderem voltar para a Vila, terem o seu patrimônio imaterial reparado. Diógenes segue na mesma linha, ao dizer que melhoraria o espaço se as pessoas que habitavam Itororó tivessem voz. Para Paulo Goya, a questão é muito complexa e não ousa dar uma resposta. Já Guto, Edivaldo e Dona Alice, que são pessoas que frequentam o Canteiro Aberto, fizeram declarações de melhorias do centro cultural como recreações para crianças e idosos e horários mais variados das oficinas.

Em entrevista, Edivaldo propõe que a Vila Itororó seja centro cultural junto com habitação, e diz que voltaria a morar no espaço se tivesse regras bem definidas. Já Dona Alice diz que não teria interesse em voltar a morar na Vila, pois se aceitasse voltar, perderia o apartamento da CDHU, que tem a vantagem de se tornar próprio após o pagamento de todas as parcelas, e que assim ela teria uma herança para deixar para sua filha quando morrer. Edivaldo e Dona Alice representam também os variados interesses dos ex-moradores, e a percepção diferente que têm do Canteiro Aberto Vila Itororó.

As percepções são variadas para as melhorias do espaço Canteiro Aberto, e permanece a discussão sobre moradia e cultura no discurso dos entrevistados, como

analisado. O quadro não mostra o dado, mas pelas entrevistas dispostas nos apêndices, nenhum dos entrevistados se posicionou contra a moradia na Vila Itororó. As percepções dos ex-moradores, moradores do Distrito Bela Vista e dos transeuntes e interessados no tema são heterogêneos porque a história e vivência de cada um também o são.

O Canteiro Aberto, entre 2015 e 2018, não solucionou os conflitos, mas abriu portas para todos os conflitos entrarem e a coordenação do Instituto Pedra tentou gerenciá-los ao invés de apagá-los. Nilton Bonder, em *A Alma Imoral*, diz: “a resolução do conflito está em seu reconhecimento e no estabelecimento de relações entre homens e mulheres que aceitem essas tensões como inerentes à própria vida.” (BONDER, 1998, p. 128). As tensões da Vila Itororó são inerentes ao próprio espaço, desde sua formação quando Francisco de Castro ansiava pela construção da Avenida 23 de Maio até o momento do Canteiro Aberto Vila Itororó, mas há momentos em que as tensões são maiores, como na desapropriação do espaço. Para a Professora Maria Lizete Rubano, a qual fez parte da equipe do MoSalco(2015) para projetar um uso para a Vila Itororó junto com os alunos do Mackenzie, ela escreve em uma troca de e-mail, completa no apêndice f, que o “Instituto Pedra chegou em um momento em que os moradores já tinham sido retirados pelo poder público e isso significou uma fragilização de tudo o que veio depois” (RUBANO, 2015). Essa fragilização não aparenta ser escondida pelo Instituto Pedra, o qual trata de moradia e cultura, assunto frágil para a Vila Itororó sem moradores, em muitas de suas atividades.

6 OUTROS PROJETOS

A Vila Itororó, antes de 2013, compartilhava moradia, compartilhava cultura como modo de vida e expressão artística com os grafites espalhados pelas paredes, a arquitetura com colagens, a gravação do vídeo de Adoniran Barbosa e Elis Regina, e também compartilhava lazer com as crianças brincando no pátio, na piscina, com as festas organizadas pelos moradores, entre outras atividades. Em entrevista para esta dissertação, Dona Alice Moura, ao ser questionada sobre a maior diferença entre morar na CDHU e morar na Vila, responde:

Pra começar seriam as amizades, eu vi criança nascer, gente casar, era muito diferente e a gente não brigava [na Vila Itororó]. Então era isso que eu mais sentia falta. À noite tinha futebol de salão, a gente jogava dominó, ia dançar. Aqui não têm essas coisas, só aniversário de criança e eu não vou, eles vêm me trazer pratinho de salgadinho (MOURA, 2019).

Edivaldo, também em entrevista para esta dissertação, responde à mesma pergunta sobre a diferença entre CDHU e Vila. “Na questão do lazer é o que deixa a desejar, e na Vila tinha, mas os jovens, idosos, todo mundo vai pro Canteiro Aberto usar como lazer, meu prédio fica a quatro quarteirões da Vila” (SANTOS, E., 2019). Os dois ex-moradores se recordam do lazer da Vila como a diferença entre os tipos de moradia. Edivaldo complementa com uma proposição para a Vila, se pudesse voltar a morar nela:

Eu até voltaria, mas com muitas mudanças, com regulamento, se fosse uma vila fechada como um condomínio. Poderia ter um Centro Cultural junto, desde que não incomodasse e que à noite fechasse para livre circulação. Eu sou a favor de fazer algo com essas casas. Vamos atender a demanda populacional que precisa de habitação, sou a favor de moradia também na Vila, pois cultura também é moradia (SANTOS, E., 2019).

A entrevista com Edivaldo dos Santos apontou para o problema da demanda habitacional. A pesquisa Censo da População de Rua, realizada em 2015 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), afirma que são 15.905 pessoas em situação de rua na Cidade de São Paulo (FIPE, 2015) e a pesquisa feita pela Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), para o Plano Municipal de Habitação (PMH), realizado em 2009, afirma que do total de 830.192 domicílios em favelas e loteamentos, estima-se a necessidade de 89.953 remoções para novas unidades habitacionais em São Paulo (SEHAB, 2016, p. 44). Dado esses números, no Plano de Metas 2017—2020 consta que 25 mil Unidades Habitacionais serão entregues até 2020 (SÃO PAULO, 2017a), ou seja, as metas ainda estão longe de atender a

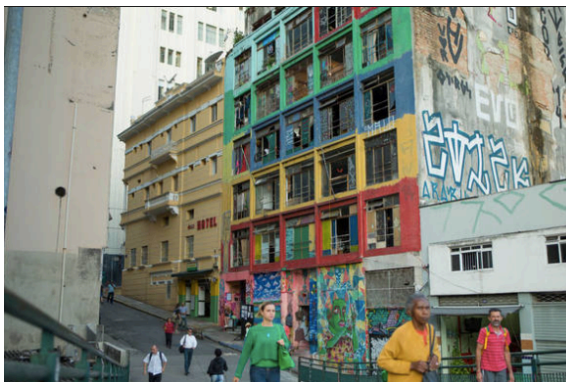
demanda habitacional. Portanto, seguindo as direções apontadas na fala de Edivaldo, de haver um Centro Cultural com moradia na Vila Itororó, esta dissertação estabeleceu exemplos de outros lugares que fazem o mesmo, lugares em que o conceito de cultura como modo de vida e como meios artísticos se correlacionam (WILLIAMS, 1992).

Serão apresentados dois espaços para breve demonstração, os quais possuem características únicas históricas e econômicas, assim como a Vila Itororó possui suas qualidades distintas, portanto serão apresentados a seguir não como um postulado a se seguir ou como objeto comparativo com Itororó, mas como exemplos breves, sugestivos e de demonstração de alternativas encontradas para um centro cultural e uma habitação dividirem o mesmo espaço em São Paulo, habitações em que o lazer e as fruições artísticas também sejam importantes, assim como eram na Vila Itororó.

6.1 CENTRO CULTURAL OUVIDOR 63

Desde os anos de 1950, o Governo do Estado de São Paulo incorporou ao seu patrimônio o edifício localizado na Rua Ouvidor, 63, na região central de São Paulo. O prédio, que já fora utilizado por algumas secretarias estaduais, se encontrara em desuso por mais de 20 anos, até que em 2014 um grupo de artistas decidiu limpar e ocupar o espaço, tornando-o um centro cultural com apresentações, cinema, brechó, exposições e moradia (VEIGA, 2017). Para organização do espaço, há um revezamento da portaria e só se pode circular pelos andares se estiver acompanhado de um morador (VEIGA, 2017). Para submeter qualquer projeto artístico para o espaço, é necessário ter se hospedado por pelo menos 30 dias na residência de algum morador do Ouvidor 63 (VEIGA, 2017). O edifício, que tem 13 andares, comporta 100 famílias de artistas, entre eles pintores, músicos, circenses, e performers. O Centro Cultural Ouvidor 63 é um espaço que consegue correlacionar as atividades de um centro cultural com a moradia através da ocupação de um prédio público em desuso.

Figura 46 — Fachada do Centro Cultural Ouvidor 63



Fonte: acervo pessoal de Daniel Teixeira, 201-.

6.2 VILA MARIA ZÉLIA

Localizada na região leste da Cidade de São Paulo, a Vila Maria Zélia, uma vila de industrial têxtil, foi inaugurada em 1917 e tem cerca de 200 casas, escola, igreja, salão de festas, vendas e ruas por onde circulam carros dos moradores. O espaço é tombado pela esfera municipal e estadual (SCIFONI, 2017).

O Grupo XIX de Teatro, desde 2004, desenvolve seus projetos na Vila, numa construção onde funcionava a antiga farmácia. O grupo realiza mostras, exposições, oficinas e projetos feitos em parceria com a Associação Cultural Maria Zélia — responsável por organizar eventos e visitas ao espaço (GRUPO XIX DE TEATRO, [201-]). Outro grupo que atua em áreas de interesse da vila é a Sociedade Amigos da Vila Maria Zélia, que administra a guarita e organiza atividades esportivas (SOCIEDADE DE MARIA ZÉLIA, [201-]).

A Vila Maria Zélia divide seu espaço de grupo de teatro, apresentações, exposições e visita ao patrimônio histórico junto com o cotidiano dos moradores que habitam o lugar.

Figura 47 — Casa na Vila Maria Zélia



Fonte: Vila Maria Zélia, 201-.

Como comentado, os exemplos são apenas uma demonstração breve de lugares da cidade de São Paulo que dividem a moradia com as artes, cada qual com as suas individualidades e características marcantes. Um espaço é um prédio ocupado por artistas, o outro exemplo é uma vila com 200 casas, com ruas por onde circulam carros. As proporções da Vila Itororó não são parecidas com nenhum dos dois exemplos, mas, apesar de muito diferentes, tanto o Centro Cultural Ouvidor 63 quanto a Vila Maria Zélia são espaços que dividem a habitação com a cultura como forma artística, característica também apontada na Vila Itororó antes de 2013.

Como lembra Diga, em entrevista, “Walter Benjamin²¹ diz que na história nada se acaba até que seja esquecido” (RIOS, 2019). A Vila como moradia não se acaba, até que seja esquecida que ela já foi habitação, e por isso os exemplos dos espaços acima estão expostos com a finalidade de fomentar a ideia de habitação, cultura e lazer para a Vila Itororó. Edivaldo e Dona Alice lembraram: a maior diferença entre morar na CDHU e morar na Vila, a parte mais vantajosa da Vila, era o lazer e a cultura de convivência.

²¹ BENJAMIN, Walter. Das passagen-Werk. In: **Gesammelte Schriften**. Band V. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer a história do Distrito Bela Vista, mapear os acontecimentos da Vila Itororó em etapas, analisar os primeiros passos do Instituto Pedra na Vila e apresentar o Canteiro Aberto Vila Itororó foram caminhos importantes a se traçar para compreender o espaço de disputa no qual o centro cultural da Rua Pedroso, 238 está inserido.

Conhecendo-se o Distrito Bela Vista, percebe-se que a Vila Itororó é uma evidência do que aconteceu na região, influenciada pela mistura de etnias, classes sociais distintas, vida cultural efervescente, demonstração da prática de moradia através de aluguéis e subdivisão das casas para mais pessoas morarem em espaços menores, porém próximos do centro de serviços.

Percebeu-se também, através da listagem dos aparelhos culturais no distrito, que o Canteiro Aberto Vila Itororó supre as necessidades dos frequentadores (BARBOUR, 2017a) como um espaço que atende todas as idades, é gratuito e aberto nos horários matutinos e vespertinos, além de ser um serviço para lazer, que pode até mesmo funcionar como uma praça onde é permitido deitar para tirar um cochilo em uma das redes disponíveis no espaço.

O mapeamento da história da Vila Itororó passa por pontos como i) a sua idealização feita por Francisco de Castro, ii) passando pela década de 1970 em que se discutia projetos de restauro para o espaço, o que ao mesmo tempo abriu caminho para a discussão de que moradores também faziam parte dos valores da Vila, graças ao parecer dado por Ulpiano Bezerra de Meneses, que criticava o projeto de tombamento por não levar em conta as relações sociais e culturais pré-estabelecidas, até iii) os anos 2000, quando a Vila é tombada e os moradores começam a ser retirados do espaço e realocados em prédios da CDHU na região central.

Esse mapeamento histórico dos processos tortuosos das últimas décadas da Vila Itororó foram importantes para o reconhecimento da habitação como uso significativo do espaço, onde a arquitetura e as relações sociais construídas fazem dela um lugar com características destoantes da Cidade de São Paulo. Edivaldo, entrevistado para essa dissertação, deu um bom exemplo ao falar: “eu cheguei a presenciar moradores que moravam no térreo gritando para outro que morava no segundo andar: ‘desce o açúcar que o meu acabou’ e um jogando para o outro o alimento, parecia uma cidade do interior” (SANTOS, E., 2019), ilustrando as relações

de afeto construídas por uma vizinhança que parecia de uma cidade do interior, mas que na verdade eram relações de afeto construídas na região central de São Paulo, dentro de uma Vila.

E então, depois que a Vila estava desabitada, o Instituto Pedra articulou os primeiros passos para a execução de um projeto de restauro no espaço junto com a experiência de um centro cultural. O reconhecimento dos processos do Instituto Pedra para a execução do restauro abriram caminho para discussões sobre os meios de implantação de uma proposta, os interesses dos mecenas no financiamento desse projeto e o amadurecimento do projeto com o passar dos meses. Tais verificações acenturaram as vozes dissonantes dos interesses em cima da Vila, já que de um lado havia a voz dos moradores, lutando pelos seus direitos através da usucapião, e do outro lado, uma força gentrificadora de interesses comerciais em cima do Itororó. O Instituto Pedra chegou em um momento em que os moradores já tinham sido retirados pelo poder público, e isso significou uma fragilização do discurso na possibilidade de moradia. No meio das duas forças o Canteiro Aberto agiu com suas características alternativas (WILLIAMS, 1992) de renegociação do espaço, fazendo manobras no processo político e econômico da Vila Itororó.

Depois de compreender as várias forças contrárias em cima da Vila, foram analisadas a proposta e atividades do Canteiro Aberto Vila Itororó, as discussões em cima de cultura e moradia sugestivas nas suas atividades e a forma aberta com que os móveis foram feitos para serem reutilizados, a cozinha aberta para os almoços coletivos e a marcenaria que dá apoio técnico à obra de restauro e que é aberta ao público quando não está sendo utilizada para essa função. Tais propostas substituem a lógica econômica de comercialização de “um restaurante italiano, uma loja de design, nós quisemos não apenas desconstruir essa ideia, mas propor outra coisa” (SEROUSSI, 2018).

Também foram analisados, no campo das atividades do Canteiro Aberto, parcerias feitas com outras organizações, como o Fab Lab Livre SP, a Marcenaria Aberta, a Clínica Pública de Psicanálise e o Goethe-Institut, projetos que não são apenas prestadores de serviços para o espaço, como também são parte da experimentação do que é o Canteiro Aberto, das narrativas e relações novas estabelecidas, e são ativas nas dimensões de proposição do Canteiro Aberto. A proposta da clínica pública de psicanálise é clara ao se referirem aos ex-moradores, pessoas que, “em nome do ‘público’, foram expulsas. Em nossa dimensão de público,

então, faríamos o caminho inverso, acentuando sua presença” (SITE VILA ITORORÓ, 2017).

A partir do reconhecimento das ações do Canteiro Aberto e de todos os interesses relacionados a ele, foi possível compreender as percepções sobre o Canteiro Aberto Vila Itororó através da visão do ex-moradores, habitantes do Distrito, transeuntes e interessados no tema entrevistados para esta dissertação, não para quantificar os resultados, mas sim expor a opinião e o posicionamento de pessoas que têm algum tipo de relação com o espaço.

A conclusão é de que as percepções dos ex-moradores, moradores do Distrito Bela Vista e dos transeuntes e interessados no tema para com o Canteiro Aberto Vila Itororó são diferentes entre si, não podendo categorizá-los porque a história, vivência e interesses são heterogêneos e não são uníssonos, mas foi perceptível que nenhum dos entrevistados se colocou contra o uso de moradia no espaço e esse tema é um assunto frágil para o Canteiro Aberto Vila Itororó, já que a habitação é tratada em muitas de suas atividades, mas os moradores da Vila não estão mais lá.

É evidente, portanto, que o Canteiro Aberto é um espaço de gerenciamento dos interesses divergentes, é um lugar de conflito, que tenta abrir conversas e discussões sobre a moradia e a cultura e, como disse Paulo Goya em entrevista, “cidade é conflito, não é pra acabar com conflito, é pra gerenciar conflito” (GOYA, 2019). Por fim, esta dissertação buscou compreender como objetivo principal as percepções distintas sobre o Canteiro Aberto Vila Itororó, dando voz às pessoas que se relacionaram com o espaço, dando voz ao material humano que emergiu a partir da Vila Itororó.

LIMITES DO PROJETO:

Dentro dos limites da dissertação está o questionamento sobre outros meios de captação de recursos sem ser pela Lei Rouanet e sem o envolvimento de mecenas, a fim de não envolver interesses de iniciativas privadas em obras públicas. Outro ponto limitador é o tema abordado no item 4.1.1 *Os Mecenas do Projeto* sobre a gentrificação próxima ao Canteiro Aberto Vila Itororó, a qual carece de uma visão mais apurada, mas que, por não fazer parte do objetivo desta dissertação, acabou não sendo mais investigada.

O item 6 *Outros Projetos* serviu para demonstração breve de exemplos possíveis na Cidade de São Paulo de centros culturais que dividem seu espaço com a moradia, ficando, portanto, aberta uma pesquisa mais aprofundada sobre esses exemplos e outros espaços que também possam servir de inspiração para a Vila.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz N. **O tombamento da Serra do Mar**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 21, p. 6-19, 1986.

Adoniran Barbosa e Elis Regina. Sem direção. (10min27s) 1978. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ea5nMXIRxQM>. Acesso em 17 out. 2018.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à brasileira**. Tese (Mestrado em Antropologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais – Universidade de São Paulo. São Paulo: 1998.

AMARAL, Silvia Cristina Franco. Políticas públicas de lazer: existe possibilidade de uma gestão participativa? In: PADILHA, Valquíria (Org.) **Dialética do lazer**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 156-172.

BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B (Org.). **Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões**. Brasília: IPEA, 2011.

BARBOUR, Vivian Moreno. **Mapeamento cultural da Vila Itororó a partir do território da Bela Vista**. São Paulo: Instituto Pedra, 2017a. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/wp-content/uploads/2018/02/BARBOUR-Mapeamento-Cultural-da-Vila-Itoror%C3%B3-Relat%C3%B3rio-final.pdf>. Acesso em 14 mar. 2018.

BARBOUR, Vivian Moreno. **O Patrimônio Existe? Os Sentidos da Vila Itororó**, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017b.

BITELLI, Fábio Molinari. **Dimensões da hospitalidade no espaço público: manifestações culturais no bairro do Bixiga em São Paulo** - Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo: 2017

BONDER, Nilton. **A alma imoral** - Traição e tradição através dos tempos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

BONDUKI, Nabil Georges. Os mutirões autogeridos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 fev. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/12/cotidiano/11.html>. Acesso em 2 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm. Acesso em 21 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de fomento e incentivo à cultura: Gerência de integração e orientação de projetos. **PRONAC: Programa nacional de apoio à cultura. Orientações básicas (Mecenato e FNC)**. 20-- Disponível em: http://www.dhnet.org.br/tecidocultural/curso_acc/3/03_lei_rouanet.pdf. Acesso em 13 out. 2018

Brique a Braque no Bixiga. Direção: EMURB, 1990. (22min06seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6aXw6cmQKEM>. Acesso em 17 jan. 2018

CÂNDIDO, Antonia. **Festa Junina**, 2006. Disponível em: <http://vilaitororo.blogspot.com/2007/01/fotos-antnia-cndido-festa-junina-2006.html>
Acesso em 14 mar. 2019.

CASTRO, Ana; FELDMAN, Sarah. Vila Itororó: Uma história em três atos. in **Cadernos Vila Itororó Canteiro Aberto**, v. 2. São Paulo: Instituto Pedra, 2017.

CASTRO, Márcio Sampaio de. **Bexiga: um bairro afro-italiano**. São Paulo: Annablume, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural. O Direito à cultura**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

COMPANHIA CANTAREIRA E ESGOTOS. **Planta da Cidade de São Paulo**, 1881. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1881.jpg. Acesso em 16 mar. 2016.

CONDEPHAAT, **Resolução SC 09/05, de 10 de março de 2005**, publicado no DOE 20 abr. 2005, p. 25. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/eccf8_RES.%20SC%20N%2009%20-%20Vila%20Itororo.pdf . Acesso em 13 jan. 2018.

CONPRESP, Resolução 22, 10 de dezembro de 2002, **Tombamento do Bairro Bela Vista**. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/49c99_22_T_Bairro_da_Bela_Vista.pdf . Acesso em 13 jan. 2017.

CONSTRUCTLAB. **Fanzine Web**. São Paulo: s. n., 2016. Disponível em http://vilaitororo.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/04/150430_fanzine_web.pdf. Acesso em 13 set. 2018.

EISNER, Elliot. **Educating Artistic Vision**. New York: Macmillian Company, 1999.

EXCERTOS da Vila Itororó, **Depoimento Antônia Cândido**, 2006. Direção: Daniela Krunsch. Disponível em: <https://vilaitororo.naocaber.org/> e <https://vimeo.com/176410299>. Acesso em 14 set. 2017.

FIPE. **Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo**. 2015. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf. Acessado em fev. 2018.

FONSECA, Priscila. Memórias do Bixiga [blog]. **Por que um bairro afro italiano?**. São Paulo, c2013. Disponível em:

<http://memoriasdobixiga.blogspot.com.br/2013/11/por-que-um-%09bairro-afro-italiano.html>. Acesso em: 13 jul. 2017.

FÓRUM CENTRO VIVO. **Dossiê de denúncia: Violações dos direitos humanos no Centro de São Paulo: propostas e reivindicações por políticas públicas.** 200?. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/977/977.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Economia da cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil.** Brasília: Ministério da Cultura, 1988.

GAMB. **Workshop Vila Itororó**, 2015. Disponível em: <https://gamb.com.br/portfolio/workshop-vila-itororo/>. Acessado em 14 de mar. 2019

GARIANI, Lucas Pinheiro. **Entre patrimônio e cidade: conflitos e mediações na produção do Canteiro Aberto Vila Itororó.** Universidade de São Paulo, 200-. Disponível em: http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/8257_lucas_gariani.pdf. Acesso em: 22 abr. 2018.

GOETHE INSTITUT. **Goethe na Vila 2017.** c2018a. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/sup/gnv/gnv2017.html>. Acesso em 23 fev. 2019

GOETHE INSTITUT. **Goethe na Vila 2018.** c2019. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/sup/gnv/gnv.html>. Acesso em 23 fev. 2019.

GOETHE INSTITUT. **Quem somos.** c2018b. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/ueb.html>. Acesso em 23 fev. 2019.

GONÇALVES, Camila Teixeira. **Intervenções Contemporâneas no Bixiga: fissuras urbanas e insurgências.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Scritti Giovanili.** Torino: Einaudi, 1975.

GRAPEIA, Erock. Uma outra Sampa [blog] **Vila Itororó.** 2016. Disponível em: <http://umaoutrasampa.blogspot.com/2016/11/vila-itororo.html>. Acessado em 24 mar. 2019

GRUPO XIX DE TEATRO. **O Grupo.** [201-]. Disponível em <http://www.grupoxix.com.br/01/ogrupos.html>. Acessado em 23 jan. 2019.

GOZZO, Fabiano [blog]. **A Bussola Quebrada, Vila Itororó.** 2015. Disponível em: <https://abussolaquebrada.com/2015/07/02/vila-itororo/>. Acessado em 22 fev, 2019

GUILHERME, Caroline Akemi Kikukawa; ISSAYAMA, Eric Catelan Yano; FEITAL, Wallace Sabino de Souza; SILVA, Cristiane Aparecida da. Estado e Cultura - Uma análise jurídica à Lei Rouanet. In **Revista Juris UniToledo.** Araçatuba, SP. v. 03, n. 04. out./dez., 2018.

HIKIJI, Rose S. G.; SILVA, Adriana de Oliveira(orgs.) **Bixiga em Artes e Ofícios**. São Paulo: Edusp, 2014.

IPHAN. **Bens Tombados**. c2014. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 27 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, São Paulo. **Censo Populacional Município de São Paulo 2010**. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm. Acessado em: 16 jul. 2016.

INSTITUTO PEDRA. **Histórico e organização**. São Paulo: s.n. 9 nov. 2016.
Disponível em:
https://prosas.com.br/uploads/system/arquivos/arquivos/000/023/875/original/Hist%C3%B3rico_Instituto_Pedra.pdf?1495805701. Acesso em 14 set. 2017.

LAGENEST, H. D. Barruel de. Os cortiços de São Paulo. in **Revista Anhembi**, ano XII, n. 139, vol. XLVII, jun. 1962, p. 5-17.

LIMA, Jorge da Cunha. **Cultura pública: a organização política Do Sonho**. São Paulo: Senac, 2002.

LORENTE, Jesus Pedro. **Focos “artísticos” de revitalización urbana, espacios para el sincretismo**. Espanha: Ed. Universidad de Zaragoza, 1997.

LUCENA, Célia Toledo. **Bairro do Bexiga. A Sobrevivência Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LUCENA, Célia Toledo. **Bixiga revisitado**. São Paulo: IBRASA, 2013.

MARZOLA, Nádia. **Bela Vista**. Prefeitura Do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 1979.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer e grupos sociais: concepção e método** (dissertação de mestrado). Campinas Faculdade de Educação Física/ universidade Estadual de Campinas, 2000.

MENESES, Ulpiano Bezerra de, 1985. Governo de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura. **Tombamento da Vila Itororó** – Capital acessado em
<http://vilaitororo.org.br/historias-em-construcao/ler/parecer-de-ulpiano-bezerra-de-meneses/>

MENESES, U. T. B. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. In **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, São Paulo, n. 33, 2007.

MORAES, Camila. Lei Rouanet explicada: como funciona, quais as vantagens e quais as críticas. **El País Brasil**. São Paulo: 29 jun. 2016. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/cultura/1467151863_473583.html. Acesso em 2 set. 2018.

MOSAICO. **GT Vila Itororó: 2006 à 2009**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2015/05/13/vila-itororo-canteiro-aberto-para-novas-formas-de-morar/>. Acesso em: 2 set. 2017.

NEVES, Renata Ribeiro. Centro Cultural a Cultura à promoção da Arquitetura. in **Revista Especialize On-line IPOG**. Goiânia: 5ª Edição nº 005 Vol.01/2013 – jul. 2013. Disponível em: <https://www.ipog.edu.br/download-arquivo-site.sp?arquivo=centro-cultural-a-cultura-a-promocao-da-arquitetura-31715112.pdf>. Acesso em 22 abr. 2018.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O Bexiga e sua origem multicultural**. c2018. Disponível em: <http://patrimoniohistorico.prefeitura.sp.gov.br/index.php/o-bexiga-e-sua-origem-multicultural/>. Acesso em 12 fev. 2017.

PICOLO, Camila. **Jornada do Patrimônio na Vila Itororó**. 2015. Disponível em <https://www.facebook.com/vilaitororo/photos/gm.493331690839840/1686227711613603/?type=3&theater>. Acesso em 14 mar. 2017.

PROACSP. **Adaptação da Casa 11 da Vila Itororó para criação de Residência Cultural**. 2015. Disponível em: <http://proac-icms.cultura.sp.gov.br/ConsultaPublicaImprimir/Create?IdProjeto=16693&IdUsuario=28450&IdConta=24104&Protocolo=9862451846&CodigoEmpresa=9326> . Acesso em 23 fev. 2019

PRONOVOST, Gilles. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.

KFOURI, Camila [rádio] **Rádio Saracura**, Canteiro Aberto e Canteiro Vivo. 2018. Disponível em: <https://soundcloud.com/radiosaracura/canteiro-aberto-e-canteiro-vivo>. Acesso em 28.fev.2019

RAUMLABOR. **Goethe na Vila**. Berlin, 2017. Disponível em: <http://raumlabor.net/goethe-na-vila/>. Acesso em 24 abr. 2019.

REBEL [blog]. **O que significa mutuário e qual sua relação com contratos mútuos?** São Paulo, 2018. Disponível em: <https://blog.rebel.com.br/o-que-significa-mutuuario-e-qual-sua-relacao-com-contratos-mutuos/>. Acessado em: 12 jul. 2019.

REGO, Mauro Lopez. **A responsabilidade social como resposta do sistema s ao ambiente institucional brasileiro pós-década de 1990: o caso do SESC**. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

REIS, Ana Carla F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri: Manole, 2007.

RIVOL, Sergi Martínez. **El retorn al centre de la ciutat. La reestructuració entre la renovació i la gentrificació.** Tese (Doutorado em pensamento Geográfico e Organização do Território). Barcelona-Espanha: DGH-UB, 2000.

ROUANET CULTURA. **O que é a Lei Rouanet?** 200-. Disponível em: <http://rouanet.cultura.gov.br/o-que-e/>. Acesso em 20 nov. 2018

SACONI, Rose. Como era São Paulo sem SESC Pompéia. In **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 1º nov. 2013. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-era-sao-paulosem-Sesc-pompeia,9353,0.htm>. Acesso em jan. 2019.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

SALIC. **Consultar projeto 1310741**. [201-]. Disponível em: http://sistemas.cultura.gov.br/tmp/sc_pdf_20190501155841_929_slide_DadosBasicos_Projeto.pdf e <http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>. Acessado em: 02 jan. 2019.

SANT'ANNA, Emilio; LOPES JUNIOR, Moacir. Última moradora da Vila Itororó busca lugar para viver em São Paulo. **Folha de São Paulo**. 09 mar. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/03/1243503-ultima-moradora-da-vila-itororo-busca-lugar-para-viver-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em 21 maio 2017

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino americano. **Uma literatura nos trópicos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000

SÃO PAULO. **Despacho Autorizatório**. 2017b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/vila_itororo_canteiro_aberto_sei_6025_1507226925.2017_0008174_0. Acesso em 13 jan.2018

SÃO PAULO (Planeja Sampa). **Programa de Metas 2017-2020**. 2017a. Disponível em: http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/assets/Programa-de-Metas_2017-2020_Final.pdf. Acesso em 25 fev. 2018.

SÃO PAULO (Cidade). **Extrato de Termo de Contrato**. Publicado 9 dez. 2009, p.75. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/Certificacao/Certificador.aspx?link=%2f2009%2fdiario%2520oficial%2520cidade%2520de%2520sao%2520paulo%2fdezembro%2f09%2fpag_0075_3UI58CBSCB9C9eCHB72TOOJK39P.pdf&pagina=75&data=09/12/2009&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial%20Cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo. Acesso em 08 nov. 2017.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei Municipal nº 10928 de 8 de janeiro de 1991**. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10928-de-08-de-janeiro-de-1991/>. Acesso em 13 jan. 2018.

SÃO PAULO(Cidade). **Planta geral da cidade de São Paulo. São Paulo: 1905.**

Disponível em: Disponível em:

http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1905.jpg.

Acessado em: 14 set. 2017.

SÃO PAULO (Cidade). **PROCESSO/CONCORRÊNCIA 021120130.** Publicado 29 jun. 2012, p.71. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/39006211/dosp-cidade-26-07-2012-pg-71>. Acessado em 13 fev. 2019.

SÃO PAULO (Cidade). **Resolução 22, 10 de dezembro de 2002.** Tombamento do bairro da Bela Vista. 2002. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/49c99_22_T_Bairro_da_Bela_Vista.pdf. Acesso em 17 out. 2018.

SÃO PAULO (Cidade), Secretaria de Cultura. **Experimento Vila Itororó.** 2016. Disponível em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/2308/#> Acesso em 13 jan. 2018.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura [website]. C2017. Cultura.

Patrimônio Histórico. O Bexiga e sua origem multicultural. Disponível em:

<http://patrimoniohistorico.prefeitura.sp.gov.br/o-bexiga-e-sua-origem-multicultural/>

Acesso em: 12 jun. 2017

SÃO PAULO (Cidade), Secretaria de Cultura. **Termo de doação nº 002/2014 – SMC/G/AJ. Processo 2014-0.263,325-0.** 2014. Disponível em:

<http://www.institutopedra.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Contratos-Prefeitura-de-S%C3%A3o-Paulo.pdf>. Acesso em 3 fev. 2019.

SÃO PAULO (Cidade), Secretaria de Cultura. **Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram Prefeitura Municipal de São Paulo e o Instituto Pedra para o Projeto de Restauração da Vila Itororó São Paulo, SP.** 2013. Disponível em:

<http://www.institutopedra.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Contratos-Prefeitura-de-S%C3%A3o-Paulo.pdf>. Acesso em 3 fev. 2019.

SÃO PAULO (Cidade). **Termo de Cooperação.** 2015, p.46. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/100214479/dosp-cidade-17-09-2015-pg-46>.

Acesso em 24 jan. 2019

SÃO PAULO (Cidade). **Vila Itororó vai Virar Polo Cultural.** Publicado 24 jan. 2006, p.3. Disponível em:

<http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=BE9TJKIM07FETeDVG7KVL5RO89F&PalavraChave=Vila%20Itoror%C3%B3%20vai%20virar%20polo%20cultural%E2%80%9D>. Acesso em 13 jan. 2018.

SCHICCI, Maria C. S, Artigo em jornal canal PET: Restauração, Renovação, Revitalização, Requalificação, Reabilitação. **Jornal Interno do PROGRAMA PET da FAU/CEATEC.** 2003.

SCHNECK, Sheila. **Formação do Bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913).**

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCIFONI, Simone. **Tombamento e participação social: experiência da Vila Maria Zélia, São Paulo-SP**. Rev. CPC, São Paulo, n.22 especial, p.176-192, abr. 2017.

SEBRAE. **Economia Compartilhada – oportunidade para os pequenos negócios**. Cuiabá: Sebrae, 2017. Disponível em: <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/Sustentabilidade/Para%20sua%20empresa/Publica%C3%A7%C3%B5es/Economia-Compartilhada.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017

SEGALL, Maurício. **Controvérsias e dissonâncias**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SEHAB. **Plano Municipal de Habitação de São Paulo**. dez. 2016. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/20161221_PMH_PL_bxa.pdf. Acessado em 8 set. 2018.

SILVA, Helena Menna Barreto. Apresentação. In BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine **De volta à cidade: Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 7-19.

SILVA, Luis Octavio. Breve história do centro de São Paulo: Sua decadência e reabilitação. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio (org.). **Urbanismo: Dossiê São Paulo**. Rio de Janeiro: Oculum, 2003.

SILVA, M. C. S. de M. **Centro cultural: construção e reconstrução de conceitos**. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SITE VILA ITORORÓ. **Arquivo Milu Leite**. [201-]a. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/historias-em-construcao/ver/arquivo-milu-leite/>. Acesso em 14 set. 2017.

SITE VILA ITORORÓ. **Centro cultural temporário**. [201-]b. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/centro-cultural-temporario/>. Acesso em 14 set. 2017.

SITE VILA ITORORÓ. **Em obras**. [201-]c. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/em-obras/>. Acesso em 14 set. 2017.

SITE VILA ITORORÓ. **Mapeamento cultural da Bela Vista**. São Paulo, [201-]d. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/historias-em-construcao/ver/mapeamento-cultural-da-vila-itororo-a-partir-do-territorio-da-bela-vista/>. Acesso em 14 set. 2017.

SITE VILA ITORORÓ. **O Direito à Cidade Psíquica: A Clínica Pública de Psicanálise, ou a Psicanálise como canteiro aberto por Guimarães Daniel**. GUIMAERÃES, Daniel. 2017. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/em-obras/clinica-publica-de-psicanalise/o-direito-a-cidade-psiquica-por-daniel-guimaraes/>. Acesso em 14 fev. 2019.

SITE VILA ITORORÓ. **Parecer de Ulpiano Bezerra de Meneses sobre o processo de tombamento da Vila Itororó para o CONDEPHAAT**. [201-]e. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/historias-em-construcao/ler/parecer-de-ulpiano-bezerra-de-meneses/>. Acesso em: 14 set. 2017.

SITE VILA ITORORÓ. **Vila Itororó Patterns – Mônica Nador**. 2015. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/en/em-obras/monicanador/>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SITE VILA ITORORÓ. **Vila Itororó Fase 1**: mai-jun/ 2015: Relatório de Atividades Culturais. 2015. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2018/02/Relat%C3%B3rio-Bimestral-maio-junho-2015.pdf>. Acesso em 27 fev. 2019.

SITE VILA ITORORÓ. **Visitas e usos espontâneos**. 2015?. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/visitas-e-usos/>. Acessado em 23 jan 2017.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana local. In **De Volta à Cidade dos centros de gentrificação às políticas de revitalização do centro urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

SOCIEDADE DE MARIA ZÉLIA. **Quem Somos**. [201-]. Disponível em: <http://vilamariazelia.com.br/quem-somos.html>. Acessado em 23 dez. 2018.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens Culturais e sua Proteção Jurídica**. Curitiba: Juruá, 2008.

SPTV. **Instituto que cuida do Centro Cultural da Vila Itororó vai encerrar atividades**. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/videos/t/sptv-1-edicao/v/instituto-que-cuida-do-centro-cultural-da-vila-itororo-vai-encerrar-atividades/6529058/>. Acesso em 17 fev. 2018.

THROSBY, David. **Economics and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TOLILA, Paul. **Cultura e Economia: problemas, hipóteses, pistas**. São Paulo: Iluminuras Itaú cultural: 2007.

TOZZI, Decio. **Vila Itororó Recuperação urbana**. 1975. Disponível em: <https://www.deciotozzi.com/copia-fazenda-veneza>. Acesso em 12 set. 2018.

TV BOITEMPO, **Diálogos com Marx – Cidade | Stephanie Ribeiro, Mariana Fix, Amélia Damiani e João Whitaker**, 2018 (1h07min16seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vaPWoyIEJA8>. Acesso em 17 out. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **CPC apresenta resultados do “Bixiga em Artes e Ofícios: Percursos Audiovisuais”**. São Paulo: 2012. Disponível em : <http://www5.usp.br/14810/cpc-apresenta-resultados-AD-bixiga-em-artes-e-oficios-percursos-audiovisuais/>. Acesso em 12 jun. 2017.

VEIGA, Edison. **O Estado de S. Paulo**. 29 abr. 2017. Disponível em <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ouvidor-63-ha-3-anos-nas-maos-de-artistas,70001756912>. Acesso em 13 set. 2018.

VERSALIC. **Restauração da Vila Itororó**. 201-. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/1310741>

Vila Itororó Canteiro Aberto. Direção: Studio Zut, Realização: Instituto Pedra. 2016. (28min58seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y4rbmPf9VrQ> Acesso em: 17 jan. 2018

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

ZARAMORA, Miguel. **Memoria histórica para el proyecto de Rehabilitación del antiguo Matadero Municipal de Madrid**. Madrid: COAM, 2005.

APÊNDICE A — ENTREVISTA COM EDIVALDO DOS SANTOS

Morador da Vila por quatro anos, membro da AMAVila e do Coletivo Riacho.

PESQUISADORA: A Vila é uma mistura muito grande com todos os tipos de pessoas e várias culturas, moradores que moravam em um pedacinho com menos de 1 m de altura e ainda o dividia em dois andares e também pessoas com apartamentos bons, como era a relação de vocês?

EDIVALDO: Na Vila tinha gente com contrato de locação, senhoras com 80 anos de idade que guardam isso como relíquia e também o morador alcólatra que vivia nesse espaço pequeno, a nossa associação (AMAVila) se preocupava com ele, dizíamos pra ele que tinha outro jeito de morar, mas ele estava naquela que ninguém o tirava dali. A própria família dele morava na Vila Itororó, mas ele gostava de morar naquele espacinho. Hoje a mente dele está totalmente diferente, a irmã me pediu informação sobre um procedimento jurídico e apareceu com ele, ele me perguntou se eu não o reconhecia e disse “eu sou o Carioca”, estava totalmente transformado, tinha largado o vício, estava morando com a irmã e trabalhando, chego a arrepiar quando falo porque foi uma mudança e tanto, a irmã dele conseguiu a moradia da CDHU, graças a Deus, mas existia realmente várias culturas na Vila Itororó.

PESQUISADORA: Na associação AMAVila existia muitos desencontros de ideias?

EDIVALDO: No início tínhamos um foco com a AMAVila que era focar na moradia e permanecer, mas com o patrimônio tombado não teve jeito, veio a ideia de desapropriação e a nossa mudança seria para outros bairros da zona-leste e zona-sul e a nossa vida era na região central, pois aqui do lado tinha uma creche, uma escola e a nossa vida era toda aqui, então nós batemos de frente. Nesse momento alguns mudaram o foco que era lutar por um espaço dentro da região central e com isso me lembro que a Prefeitura assinou com o Governo um decreto de mutuário de trabalhar e residir na região central. Fomos amadurecendo as ideias, muitos prédios da região central estavam sendo reintegrados, um era aqui na Bela Vista a três quarteirões da Vila, outro ao lado da escola de samba Vai-Vai e outro próximo à Rua São Caetano, dentro dos requisitos da CDHU eles nos dividiram entre esses prédios. Então na associação a gente tinha a luta para permanecer, não permanecemos, vamos lutar pelo segundo objetivo. Chegou uma época que a associação teve que se desmembrar porque a gente observava que era muita violência dentro de uma desapropriação, a

gente sempre via isso na mídia, nos jornais, na televisão e isso, nas nossas reuniões aos domingos a cada 15 dias no pátio da Vila, sempre o pessoal abordava o lado da violência, como vamos sair? Nós temos crianças, adolescentes e idosos. E com essa situação, nós às vezes ficávamos dois ou três meses esperando por uma audiência pública e em até menos de 15 minutos acabava a reunião e não produzia nada porque nós moradores tínhamos várias ideias diferentes, a D. Cândido, presidente da associação, tinha a ideia de que a gente só ia sair quando a polícia nos tirasse e na audiência queriam que a gente assinasse um termo de conduta pra sair pacificamente e nós não assinamos nada, assim as nossas reuniões não davam em nada. Assim, eu falo por mim e por alguns colegas que compunham a associação, a gente já estava se cansando, sempre estavam tentando nos retirar e a gente tinha mandato de segurança pra poder permanecer e chegou uma hora que eu falei que não ia participar mais, eu não iria mais agir dessa forma.

A presidente começou a ficar chateada dizendo que eu e outros éramos traíras, mas daquela forma eu não queria mais. Então comecei a ir em audiências e levava dois ou três pessoas comigo, dessa vez, com menos gente, a gente era ouvido. Às vezes quando você só quer se impor as pessoas já dizem não, os casos tem que ser estudados. Nisso as reuniões foram produzindo, até que chegou um dia que nos disseram que tinham um prédio pra nós da CDHU. Recebemos um telegrama pra assinar o contrato no sábado às dez da manhã e na noite da sexta-feira foi convocada uma reunião no pátio da Vila e essa reunião deu o que falar. Eu já tinha meu apartamento sorteado pra saber qual andar iria tirar, tirei o sétimo andar e troquei com um vizinho pelo primeiro porque ele queria ficar no apartamento ao lado da filha dele, só faltava a gente assinar os documentos. E nisso essa reunião deu o que falar, diziam que era pra ninguém ir assinar nada e tinha vários contatos fortes de estudantes e advogados que estavam do lado da presidente na reunião dizendo que não era pra ninguém ir no sábado, aí perguntaram “quem daqui vai amanhã?” e o pessoal olhando pra mim e eu parado. Eles diziam “você não pode assinar porque é um termo de concessão e uso e esse apartamento nunca vai ser de vocês” e eu disse “como não vai ser nosso?” a concessão e uso é um contrato válido por cinco anos que a gente paga uma mensalidade, eu pago R\$ 300,00 por um apartamento de dois quartos, com um acréscimo anual que não chega a cinco reais, no ano passado o contrato foi substituído por outro de compra e venda que pode ser quitado com as mensalidades. E aí queriam nos barrar de conseguir isso na reunião, os advogados envolvidos diziam

que não era pra gente assinar esse contrato, meia dúzia de pessoas penderam pra um lado da opinião, outra meia dúzia pendeu pro outro lado, outros fizeram no meio, resolveram me perguntar “Edivaldo, e você?”, respondi “eu estou indo amanhã, logo cedo no primeiro horário”, pra que eu falei isso? As pessoas vieram pra cima de mim e eu disse “Quem quiser vai comigo na hora tal” aí uma doutora advogada disse que eu não podia fazer isso que o contrato não era certo, respondi que eu já tinha um pouco de conhecimento do contrato e queria conhecer melhor o contrato, perguntei “a senhora vai conosco pra ler o contrato pra gente amanhã?” sabe o que ela me respondeu? “Eu não trabalho sábado” e eu respondi “então a senhora não serve para nos representar”, pois uma vez dada a procuração, não importa se é sábado ou feriado. Eu estava estudando direito e falei que poderia ajudar o pessoal pelo o que eu conhecia de contrato e disse “está decidido” e me retirei da reunião. No dia seguinte a sala estava lotada, cheia de gente em pé, mas a presidente não estava, nem a família dela, nem a advogada, nem outros três ou quatro moradores que depois foram.

A presidente só saiu da Vila quando a polícia a retirou, ela ficou morando com a Vila totalmente fechada, pra ela foi uma vitória, eu não vejo dessa forma, ela ficou morando aqui com os ratos, baratas e escorpiões que a Vila era cheio, eu não queria ver a minha família morando assim, nós saímos com dignidade, com moradia agendada, caminhão, transporte, tudo bonitinho. A presidente resistiu e resistiu, ofereceram moradia pra ela e ela não quis, depois ofereceram de novo com um prazo, no último dia ela assinou.

Nós movemos uma ação de Lei da Usucapião, que está em processo até hoje. A Secretaria de Cultura pagou o valor de R\$ 8.000.000,00, avaliado pelo perito, para a Fundação Santa Casa de Indaiatuba, o juiz negou o pagamento por causa da nossa Lei de Usucapião, a gente quer indenização no valor de R\$ 50.000,00 e eles queriam dar R\$ 5.000,00, o acordo ainda está em negociação e o dinheiro ainda está parado.

PESQUISADORA: Como era a situação da moradia na Vila Itororó?

EDIVALDO: Pra mim eu não tinha tanto problema, morava no segundo andar, então eu só tinha que mexer no telhado quando chovia, mas quem morava no térreo tinha bastante problema com esgoto, rato, barata, escorpiões, tinha que ter muito cuidado pra capturar o escorpião. Além do que era patrimônio tombado, então a gente não podia mexer muito na estrutura da Vila. Do jeito que estava principalmente na parte térrea não tinha como continuar, tinha vez que a água batia no meu joelho e eu tinha que carregar senhoras e crianças, a Vila Itororó fica numa parte baixa e a água

escorria pela escadaria. Não dava pra residir. Quando saímos tinha morador que chorava porque não queria deixar a Vila e tinha morador dando “Graças a Deus”. Eu mesmo disse “Graças a Deus” porque a polícia batia na minha porta atrás de pessoas que faziam coisa errada dentro da Vila e quando a polícia chega, ela não quer saber, quer ir atrás da pessoa e você tem que responder com jeitinho que ali você está com sua mulher e seu filho, se você recebesse eles de forma agressiva, eles arrebatavam sua porta. Era muito roubo que acontecia aqui na região, mas dentro da Vila nenhuma casa era furtada, pelo menos na época em que eu morei não. O problema era estar aberto, porque aqui era refúgio de quem fazia coisa errada, tem entrada por quatro quarteirões e dava pra se esconder.

PESQUISADORA: Você pagava aluguel para alguém?

EDIVALDO: Ninguém pagava aluguel, só há muitos e muitos anos atrás. Depois que ficou abandonada, ninguém pagava mais. A Vila Itororó estava no nome dos ex-proprietários que deviam IPTU e a pessoa que vinha cobrar teve alguns problemas e pararam de cobrar. A minha casa era da terceira geração, um passando para o outro. A família da minha cunhada, os primeiros locatários, na década de 1970 moraram cerca de 20 anos e se mudaram porque compraram um apartamento, aí colocaram a irmã que morava de aluguel, nessa época já não se pagava mais para morar na Vila, essa irmã conseguiu comprar uma casa e colocou o sobrinho que veio do Amazonas, esse moço casou com a minha cunhada que também comprou um apartamento no bairro Jabaquara, eu morava no bairro Cachoeirinha, na Zona Norte e ele cedeu a casa pra mim durante quatro anos. Tinha gente que vendia a casa da Vila Itororó pra sair, vendia só através da palavra porque não tinha documento nem nada, no valor de R\$ 5.000,00 mais ou menos e outros pagavam aluguel para pessoas que sublocavam suas casas, fazia divisa de quartinhos e alugava. As pessoas que saíram da Vila queriam voltar pra ter atendimento da CDHU, mas o atendimento já tinha passado.

PESQUISADORA: Como era morar na Vila e morar na CDHU?

EDIVALDO: A maior diferença é a segurança, morar em prédio tem mais segurança, nós temos um regulamento interno que deve ser cumprido, senão gera multa. Na Vila cada um fazia sua lei, então era muito barulho, som alto, muita música, então não tinha aquela lei de um condomínio fechado. Na questão do lazer é o que deixa a desejar e na Vila tinha, mas os jovens, idosos, todo mundo vai pro Canteiro Aberto usar como lazer, meu prédio fica a quatro quarteirões da Vila e o pessoal vem, faz capoeira, jogos, dança de salão, várias recreações, não só para os ex-moradores,

mas para todo o bairro. A gente ainda faz festa junina no Canteiro Aberto com a participação dos ex-moradores, nada é pago, tudo é gratuito, a gente mobiliza doações e é aberto para toda a população, convidamos as pessoas pra participar por internet e maioria não chega de mão vazia, é muita comida, tem quadrilha, dança, é uma festa bem comunitária.

PESQUISADORA: A festa junina já era famosa na Vila Itororó?

EDIVALDO: Sim, todo ano acontecia, com no mínimo uma fogueira e umas 30 pessoas em volta assando milho, aí quando o Instituto Pedra chegou nós trouxemos a ideia de continuar a festa junina, pois não podia acabar, era algo que fazia parte da nossa cultura e hoje, como nós estamos em prédio, não temos espaço para fazer esse tipo de festa. Nós montamos o Coletivo Riacho por whatsapp para discutir as ideias que podiam ser implantadas na Vila, pois a gente tinha uma vida bem comunitária, bem família e queria continuar. Eu cheguei a presenciar moradores que moravam no térreo gritando para outro que morava no segundo andar: “desce o açúcar, que o meu acabou” e um jogando para o outro o alimento, parecia uma cidade do interior. A gente não deixa acabar a festa. Através do Coletivo Riacho a gente conseguiu implementar na Vila uma cozinha coletiva e inauguramos com uma feijoada vegana com um monte de comida, só há algumas normas para agendar a cozinha, mas pode passar o dia todo no Canteiro Aberto.

PESQUISADORA: Como funciona o Coletivo Riacho? O que vocês já organizaram juntos?

EDIVALDO: Através do grupo de whatsapp, quando alguém tem alguma ideia de festa ou algo para a Vila a gente se encontra no Canteiro Aberto e discutimos as possibilidades. Nós conseguimos a cozinha e atividades de dança, atividade de culinária.

PESQUISADORA: Você teria interesse em voltar a morar na Vila?

EDIVALDO: Eu até voltaria, mas com muitas mudanças, com regulamento, se fosse uma vila fechada como um condomínio. Poderia ter um Centro Cultural junto, desde que não incomodasse e que a noite fechasse para livre circulação. Eu sou a favor de fazer algo com essas casas. Vamos atender a demanda populacional que precisa de habitação, sou a favor de moradia também na Vila, pois cultura também é moradia.

PESQUISADORA: Você frequenta o Canteiro Aberto?

EDIVALDO: Sim, frequento, ultimamente nem tanto porque estou trabalhando muito e aos domingos é fechado o Canteiro, mas aos sábados que estou mais tranquilo frequento também. Ficamos com medo da saída do Instituto Pedra na gerência do projeto Canteiro Aberto, ficamos com medo de esse espaço fechar porque o bairro e as pessoas iriam sentir muito, vários moradores em situação de rua são habitados aqui na Vila, estavam almoçando agora na cozinha comunitária, aqui cabe vários tipos de cultura, tem que ser habitado por todo mundo, o Canteiro Aberto é um local que tem que continuar. Eu apoio este Centro Cultural e o melhoramento daqui porque ideias para melhorar nós temos, só resta viabilizar.

PESQUISADORA: O Bairro pra você é Bexiga ou Bela Vista?

EDIVALDO: É Bela Vista, porque estamos na divisa entre Liberdade e Bela Vista, o Bexiga é na Rua 13 de Maio para baixo.

[Nesse momento chegam algumas crianças perguntando pelo filho do Edivaldo, que responde “Está na aula” e as crianças enviam um “oi” para o amigo. Edivaldo diz que aquelas crianças moram no Bexiga, na Praça 14 BIS, e caminham até a Vila Itororó para brincar.]

PESQUISADORA: A sua família cresceu desde que moravam na Vila?

EDIVALDO: Não, sempre foi só eu, minha mulher e meu filho.

PESQUISADORA: Você sente falta de algo no Canteiro Aberto Vila Itororó?

EDIVALDO: Falta recreações e lazer para a terceira idade, na Bela Vista quase não há. Inclusive eu coloquei no Coletivo Riacho e no Laboratório Vila Itororó: Experimentos de uma vida em comum, o qual você [a pesquisadora] até participou para ter encontros e palestras sobre direitos da terceira idade, para eles saberem que o direito do idoso não é só assento no metrô. Pra mim essas casas que já estão prontas já deveriam ser destinadas ao lazer e estúdios para artistas, esses artistas que estiveram conosco desde o começo que inclusive apresentaram obras sobre lutas por moradia ou espaço para ensaio.

APÊNDICE B — ENTREVISTA COM ALICE DE FREITAS MOURA

PESQUISADORA: Dona Alice, quanto tempo a senhora morou na Vila Itororó?

ALICE: 40 anos.

PESQUISADORA: Como era a Vila antes e depois?

ALICE: Antes, para morar lá tinha que ser indicado por um morador para a imobiliária. Eu fui indicada por um amigo, eu, meu marido e minha filha ficamos por lá, mas não morei sempre na mesma casa lá, acabei me mudando por lá dentro, também.

PESQUISADORA: Como era a Vila há quarenta anos?

ALICE: Era muito divertido, a gente era muito festeira. Era Natal, tinha gente vestido de Papai-noel pra entregar os presentes, chegava Cosme e Damião a gente fazia festa, festa junina, menina, era uma delícia, a gente ficava a noite toda fazendo quentão. Tinha um casal de dentistas que moravam no palacete e todo dia eles molhavam as plantinhas na sacada, eu achava tão bonito isso. Depois começou a invasão e não era como antes.

PESQUISADORA: Há quarenta anos a Vila Itororó era de um jeito e há 10 anos era de outro jeito. Como foi ver essa diferença?

ALICE: Quando eu me mudei lá, eu pagava aluguel, condomínio, até guardei uns recibos, isso é relíquia. Lá era bom, cheio de família, não podia sublocar para ninguém. Antes a gente dava o dinheiro para um hospital, no banco, tudo direitinho. Depois quando se passaram os anos, não tinha mais imobiliária. Uma pessoa dizia lá pra gente que era provedora ou algo assim da Vila e a gente pagava o aluguel pra ela, ela saiu derrubando casas e tudo mais, colocou os outros pra fora, por isso que eu mudei de uma casa pra outra, eu era viúva e a casa tava no nome do meu marido. Foi nessa época que começou a bagunça da Vila, começou a invasão, daí acabou a Vila. A invasão eram as casas que iam desocupando, os outros invadiam. Essa mulher que se dizia provedora começou a derrubar as casas em cima das pessoas, tinha um bebê no berço e caiu um pedaço do teto do lado do bebê, não aconteceu nada com ele, mas poderia ter acontecido, a mãe do bebê foi na delegacia dar queixa, ela não foi presa, mas parou de demolir as casas aqui e de receber o aluguel. Nós ficamos em torno de 16 anos sem pagar aluguel, não tinha para quem pagar.

PESQUISADORA: A senhora tinha medo da sua casa ser invadida por algum assaltante?

ALICE: Não, isso nunca. Eles roubavam na rua e passavam correndo ali no meio da Vila, roubavam bolsa e depois jogava no quintal da gente. Depois que fiquei viúva, sempre morei sozinha, nunca ninguém me perturbou, quanto a isso a gente vivia tranquilo ali, mesmo com as bandidagens.

PESQUISADORA: Como foi o processo da saída da Vila?

ALICE: Esse processo foi doído que eles queriam mandar a gente pra lugares afastados e a gente não queria, finalmente conseguimos estes espaços. A Antônia não queria que a gente saísse de jeito nenhum porque iam fazer uns triplex, eu dizia, “você já viu pobre morar em triplex?, Não vamos ter nem móvel pra colocar e nem poder pagar”. Era melhor a gente garantir algo mais modesto, diziam que eu era bocuda. Mas eu senti muito porque minha casa era grande e agora vivo neste espaço pequenininho, faz sete anos que estou aqui.

Eu nunca lutei contra a saída, eu achava a Vila muito linda, mas não tava arrumada, dentro de casa era arrumadinho, mas fora estava caindo os pedaços. A gente já sabia desde 1988 ou 1990 que tinha um projeto de Centro Cultural pro espaço e a gente tinha que sair dali, iria ter teatro como nos outros países ao ar livre, aproveitaria as escadarias, tem tanta gente que nunca foi num teatro, pelo menos senta ali e vê um, a gente achou bonito esse projeto. Um dia a gente tava combinando sobre o projeto e um rapaz me falou “Dona Alice, vai ficar bonita a Vila, vou trazer a senhora pra gente tomar um café aqui” e eu respondi “quem disse que eu quero vir aqui tomar café, eu quero tomar cerveja” e ele respondeu “mas vai ter muita escada depois pra senhora subir”, mas agora dizem que está tudo diferente e eles nem sabem o que vão fazer ali.

Eu entendi que a gente tinha que sair dali, aquele lugar está muito feio, mas era muito bonito, era bem cuidadinho, tinha zelador quando estava na imobiliária. Foi triste depois que saí, não queria voltar mais lá, quando voltei chorei tanto que eu achei tão triste, não tinha vida. Antes a Vila tinha vida, era criança correndo, mãe chamando, depois que saímos de lá e não tinha ninguém, me bateu uma tristeza tão grande. Até hoje choro.

Aos domingos a gente sentava nas escadas, fazia crochê, uma ensinava ponto pra outro, era divertido, todo mundo era amigo, parecia uma família só. Quando a gente queria fazer alguma coisa era na base na vaquinha, tudo era na base da vaquinha, um doava uma coisa, outro doava outra coisa, nem parecia que a gente tava em São Paulo, parecia um pedacinho do interior. Tinha piscina, eu frequentava.

Tinha aniversário, casamento, depois virou bagunça, acabou. Eu não gostava muito das pessoas que invadiram, para ser honesta, tinha gente honesta, mas também tinha ladrão.

PESQUISADORA: O que a senhora acha do Canteiro Aberto?

ALICE: Acho uma boa, pelo menos ocupa espaço. De vez em quando eu vou lá. Eu vou uma vez por mês quando tem comida vegana, antes eu não gostava. Um dia fui comer lá feijoada, quando eu vi só legumes eu pensei “saí da minha casa pra comer legume?”, aí peguei pouquinho pra não ficar feio, mas menina, gostei tanto que daí voltei lá e peguei bastante, muito bom, era feijão com legumes, suco, adorei a farofa com amendoim, uma delícia. Então, de vez em quando vou lá, mais pros eventos de almoço.

Eu queria ir lá e aprender a fazer móveis, mas depois eu perdi a matrícula e não podia fazer, mas qualquer dia eu vou voltar lá tentar fazer a matrícula. Eu gosto de lá, tem dança, né. É muito bom lá.

No começo eu não queria mais entrar na Vila, quando vi daquele jeito todo estropiado. Agora tem as casas reformadas todas bonitinhas, eu fui ver a casa que eu morava lá embaixo.

PESQUISADORA: O que a senhora gostaria de ver no Canteiro Aberto?

ALICE: Um dia para as crianças se divertirem, está faltando, as crianças aqui não têm pra onde ir, as que foram criadas lá, nasceram livres, leves e soltas, mas as crianças dos outros lugares não têm pra onde ir.

PESQUISADORA: Como é morar no prédio da CDHU?

ALICE, Aqui eu conheço todo mundo, me acostumei já, é bom, eu gosto. No começo foi terrível porque eu não conhecia ninguém, só as pessoas que já eram moradores da Vila, mas nunca calhou da gente morar perto uma da outra, a maioria foi pro Bloco A, são quatro blocos.

Lá na Vila tinha muito mais espaço, a gente fazia as festinha que começava às oito horas da noite e terminava às oito da manhã do outro dia e aqui tem horário pra tudo e tem reclamação de barulho. Festa é bom a noite toda, eu não sou criança pra ir em matinê.

Ganhei uma panela pra fazer quentão, tô pensando em fazer uma festinha de São João aqui pra durar a noite toda, convido todo mundo e aí ninguém vai reclamar porque vai estar na festa, passo de apartamento em apartamento pedindo, “quanto

você vai dar?” Lá na Vila era assim, eu passava com a listinha pedindo as coisas pras pessoas, depois todo mundo se reunia e fazia.

PESQUISADORA: A senhora teria interesse em voltar pra Vila Itororó?

ALICE: Não. Teria se pudesse alugar o da CDHU e morar lá, mas não posso, eu teria que devolver o meu da CDHU, este eu tô pagando a prestação pra ser meu e lá nunca seria meu, só um aluguel social, nunca seria meu o apartamento. A hora que eu morrer, minha filha terá direito a este apartamento e lá quando morrer vai colocar outro velho lá. Lá na Vila se voltar a ter moradia não vai ser o que era antes. Mas se tiver, acho que os moradores antigos que quiserem morar lá deveriam ter preferência.

PESQUISADORA: A cultura da CDHU e a cultura da Vila eram diferentes. Quais seriam essas diferenças?

ALICE: Pra começar seriam as amizades, eu vi criança nascer, gente casar, era muito diferente e a gente não brigava. Então era isso que eu mais sentia falta.

À noite tinha futebol de salão, a gente jogava dominó, ia dançar. Aqui não têm essas coisas, só aniversário de criança e eu não vou, eles vêm me trazer pratinho de salgadinho.

Mas eu não paro, saio pra tudo quanto é canto fazer curso, se a gente não fizer a cabeça fica louca. Eu pinto quadro na Igreja da Querupita que a gente paga um pouquinho e eles deixam a gente pintar lá numa sala, a gente fofoca e pintando, você não vê nem a hora passar. Minha vida continua bastante ativa que nem na Vila, eu não sei ficar parada. Já tenho 81 anos, se eu parar a cabeça pira. E vez em quando vou na Rua 13 de Maio no samba lá, fica uns três quarteirões daqui.

PESQUISADORA: A Vila Itororó é Bexiga ou Bela Vista?

ALICE: Bela Vista.

APÊNDICE C — ENTREVISTA COM PAULO GOYA

PESQUISADORA: Qual é a história do Casarão do Belvedere?

PAULO: Esta casa foi construída pelo meu bisavô, avô da minha mãe que são imigrantes franceses, tem um problema pra sabermos datas de chegadas, meu avô nasceu em Poços de Caldas porque quando meu bisavô veio para o Brasil ele foi gerenciar um hotel em Poços de Caldas, toda a história é um pouco complicada, enfim, em 1898 eles estavam morando em São Paulo. Meu bisavô era comerciante, ficaram mais ricos, em 1927 eles compraram um lote de terreno ao lado do casarão Belvedere e mandam construir esta casa que não foi acabada porque não deu o dinheiro, a planta mostra que teria mais um sótão, uma torre. Quatro gerações moram aqui, na morte da minha tia em 1999, irmã da minha mãe a casa ficou fechada durante um ano. Em setembro de 2001, organizou-se uma venda dos móveis que tinham aqui, era aquela casa dos anos 1920 empanturrada de coisas meio *art nouveau*. Nessa venda a minha prima tinha mais ou menos a ideia de se desfazer do imóvel, demolir e vender o terreno, depenaram a casa, de janelas, vitrais, escada, portas, que eram absolutamente suntuosas, em setembro de 2001 ela pede um alvará de demolição que é negado, em 2002 ela pede outro alvará que também, o terceiro foi em agosto de 2002 e dizem não porque a casa está em processo de tombamento, era uma casa estava toda meio em ruínas, a casa é tombada no tombamento da Bela Vista como um território isolado. Em janeiro de 2003, eu faço uma reunião de família e digo que me interessa recuperar o móvel e fazer um espaço cultural na casa, aí meus primos concordaram comigo. Então começo a trabalhar, tinha um monte de entulho nessa casa, fiz essas janelas com as minhas próprias mãos e em 2004 o Newton Moreno queria fazer “Assombrações do Recife Velho”, que tinha Lei de Fomento, em 2004 fizemos a peça, foi o ano da saída da Marta Suplicy para a entrada do Serra na Prefeitura de São Paulo e o dinheiro demorou para sair, mas em agosto de 2005 abre o Casarão com essa peça.

A partir daí eu começo a pensar em projetos culturais, desde muito cedo arquitetura me interessou, mas eu nunca tinha trabalhado com isso, aos poucos vou me interessando pelo bairro porque eu tinha saído daqui nos anos 1970, na ditadura eu acabei me exilando e fui para Paris, acabei fazendo uma carreira em Paris e só voltei para o Brasil em 1990, aconteceu a eleição do Collor e mil coisas, e como uma coisa vai puxando a outra e eu volto para cá e vejo as coisas de perto, vou me

interessando pelo Bairro. Nos anos 1970, abertura do metrô e com a Avenida 23 de Maio, o bairro sofre uma modificação radical, é abandonado pelos seus moradores, é uma área central, quem trabalha nessa área começa a ocupar essas casas que são bem grandes, me interessei sobre as pessoas que ocuparam a Vila Itororó, eu a conhecia nos anos 1950 e vi a degradação que tinha sofrido.

Um dia, na casa das Carrancas, a Marta, que era enfermeira e morava lá, eu conhecia ela e seus filhos, ela me disse que estavam indo embora e que tinha oferecido um dinheiro e eu disse “Hãn?”. Obrigamos a Secretaria a fazer o cadastramento de todos os moradores, saber realmente como funcionava, era óbvio que tinha um monte de bandido, invasor, mas a ideia era não deixar acontecer assim.

Reuni todos os moradores da Vila Itororó e fizemos a grande reunião que deu origem à Associação AMAVila, participei do movimento, era uma coisa muito complicada, tinha interesses deles, poder público do outro lado, interesses políticos do outro, movimento de moradia, movimento de cortiço, direitos humanos, todo mundo se metendo no meio do negócio, todos querendo ajudar, foi uma excelente escola que termina numa reunião com os movimentos sociais me acusando de querer transformar a Vila Itororó num espaço cultural de elite, alguma coisa assim, respondi “Olha, gente, tchau! A Vila é de vocês, façam o que vocês quiserem”.

As famosas 70 famílias de lá eram uma confusão, é claro. Tinha gente que estava lá e tinha gente que não estava lá, que era filha, mas que juntou na hora que viu discutir a atribuição dos dois prédios de moradia para eles.

A Vila acaba, as pessoas acabaram saindo por mil razões, cada vez mais eu vou me ligando a processos artísticos do Casarão, fiz um projeto de música, final de 2012 eu estava deprimido no Natal e aí eu entendi que, por causa de toda essa vivência, eu entendi que estava discutindo um projeto cultural, o casarão e, sobretudo todas essas coisas estavam inseridas dentro da cidade. Uma coisa leva à outra e eu acabei me metendo em política, foi a eleição do Fernando Haddad, primeiro estava envolvido no meio ambiente e depois, objetivamente, fiquei elaborando o plano diretor na parte que chama Territórios de Interesse na Cultura e Paisagem, que ajudei a elaborar, ser votada e ser inserida.

Eu discuti sobre esse tema dentro da Câmara, em audiências públicas e a partir de 2013, 2014 e 2015, momento que o Canteiro Aberto Vila Itororó começa a funcionar. Eu fui eleito conselheiro participativo, Juca Ferreira era o Secretário, ainda não era o Nabil, eu abro a agenda do Haddad e está lá que ele recebeu a empreiteira,

o Banco Itaú que eles tinham dado R\$ 3.000.000,00. Ligo para o chefe de gabinete do Juca e perguntei o que era esse dinheiro para a Vila Itororó e ele me respondeu que não sabia o que eu estava falando e que não era da minha conta. O que era isso, até hoje não descobri. O que é que se está fazendo disso eu não sei.

O prédio do Canteiro Aberto, número 238, era a primeira Oficina Mecânica de São Paulo, era inglesa, eu tenho fotos da fachada e tudo do início do século XX. Como esse prédio passou para a Prefeitura é um mistério insondável, acho que o Kassab, para tirar uma dívida monumental do proprietário, coisa de venda de sentenças, algo dessa ordem de política, ele deve ter dito “dá isso para a Prefeitura e eu vou fazer as coisas aparecerem”. Como são milhões envolvidos nessa história, o presidente do CONPRESA que esteve aqui, deu a entender que queriam fazer uma espécie de shopping que ligava com a Vila Itororó, algo que eu imagino que seja o projeto do Hospital Matarazzo, essas coisas top, com galerias de arte internacionais, pelo menos é um delírio da minha cabeça, mas mais ou menos acho que é a verdade.

Bom, aí, Luiz Fernando, o Instituto Pedra é criado e Luiz Fernando, que era Presidente do IPHAN, assume isso, ele vem pra São Paulo junto com o Juca e aí começa esse restauro da Vila, um belo dia abre o Canteiro Aberto e eu vou me seduzindo por ele e você vai entender qual é a minha posição com esse objeto.

Há dois anos atrás, num evento aqui no Casarão, eu vejo o Benjamin e toda a galera da Vila Itororó no meio do evento, eu digo “boa noite” e Benjamin me responde “é horrível ter inimigos” e eu respondi “inimigos, Benjamin? Não. Eu simplesmente discordo de A a Z do que você faz, mas você não é meu inimigo” e ele respondeu “mas você não vem na Vila?”, “eu discordo de A a Z. A única coisa que te peço é que você deveria melhorar um pouco o visual disso aí porque todo mundo que vem na Vila Itororó vem tocar o meu interfone porque ninguém sabe que uma coisa que tem uma plaquinha linda com um super designer escrito Canteiro Aberto é um espaço cultural”.

Aí tem todos os projetos que eles desenvolvem, festival internacional de teatro, enfim, projetos Benjamin como ele faz na Casa do Povo que a gente sabe que não tem demérito nenhum.

Tem um cara que eu absolutamente amo, Guto Aneas, fez a Rádio Saracura, lá vou eu, aquelas coisas hilárias, então eu ouço o pessoal da psicanálise dizer “Estamos salvando os moradores da Vila Itororó”.

Nunca vi aberturas de conversas democráticas, elas sempre vinham verticalmente. Não sei com quem você conversou de ex-morador, mas as opiniões delas não tem nada que ver, são completamente distintas.

Cidade é conflito, não é pra acabar com conflito, é pra gerenciar conflito. Qualquer projeto que vem no sentido de amenizar as coisas está errado. A minha forma que eu tenho, com dificuldade porque eu tenho um espaço e tento fazer isso, é fazer a apropriação desse espaço. A questão do patrimônio pra mim é claríssima, dá até um item de tese para fazer, está na questão da apropriação e do uso cultural.

Se você pega qualquer comunidade, o projeto do Cultura Viva, dos Pontos de Cultura, quando você pega a comunidade que está trabalhando aquele negócio e dá R\$ 500,00 pra eles, eles fazem um puta de um trabalho em cima do negócio, não é uma questão financeira, não é Lei Rouanet, nada. As pessoas se apropriam daquilo e elas desenvolvem o trabalho delas. Tudo isso que está aí não quer dizer nada. É cheio de boas intenções. Os projetos deveriam abordar a apropriação pela população, mas na verdade vem todo mundo como salvador da pátria e isso é mentira.

Eu venho denunciando isso já faz uns sete, oito anos, eu já previa a eleição desse palhaço, cretino, autoritário [Presidente eleito em 2019], vem justamente disso. Não precisa ter estudado Adorno, temos um problema cultural gravíssimo, esse Ministério é de chorar, mas os agentes culturais estão em cima disso. É super legal, mas todo mundo está fazendo tudo errado. O LabFab é lindo, fabricar móvel é lindo, mas a gente vê todos os resultados disso. O Largo da Batata está lá, é lindo o negócio, mas está lá abandonado. O que tinha que acontecer é parar, analisar o que fizemos e rever os próximos passos.

PESQUISADORA: E como fazer pra ter isso?

PAULO: Não sei, se eu tivesse a fórmula seria genial. Mas a gente tem que pensar nisso e ninguém está interessado. Criamos uma política de editais, prêmios e ninguém fez o que precisava fazer. Precisamos rever por onde vamos começar e isso é um processo de 30, 40 anos. Isso resulta em processos loucos, as duas casinhas que dão pra Rua Martiniano faz meses que estão prontas, mas estão fechadas.

Todo o trecho de casas está ficando lindo, mas o que vai acontecer lá ninguém sabe. Não sou contra o restauro da Vila, mas devíamos estar pensando o que vamos fazer com tudo isso.

PESQUISADORA: A proposta do Canteiro aberto é de discutir moradia e a cultura como moradia, essa forma não foi uma tentativa de começar uma discussão e pensar o que vai ser?

PAULO: Segundo que modelo? Eu te pego um outro exemplo. Fiquei um pouco ligado às periferias, a história da Fábrica de Cimento e por acaso na Comunidade você precisa de decreto pra fazer festa na laje? A gente precisa. Judith Butler, quando deu aquele rolo com ela aqui, eu não a conhecia, eu fui até ler pra saber quem era ela. Ela diz assim lógico que sou a favor de fabricar lei, decretos, todo um arcabouço. Quem faz com que essas leis sejam cumpridas, a polícia, então vamos pensar?

Eu fui aluno infelizmente de dois professores malditos do século XX, porque eu trabalhei literatura, então eu fui aluno do Barthes e do Foucault, que passaram os dois o tempo inteiro me dizendo “cuidado com o poder”. Nós temos que pensar muito o que a gente está fazendo.

Ficou claro pra mim que durante a reunião que foi dito que eu estava armando um golpe contra eles, eles não sabiam o que eu estava falando, a questão de moradia é lógico que é capital, importante, mas e o resto? Só tem um único objetivo, o lucro. Não se importam com o social. Estamos em um conflito complicadíssimo, nasci na metade do século XX, farei 68 anos e da pra entender historicamente e poder afirmar categoricamente que está tudo errado, mas ninguém está pensando nisso.

Estou com um projeto aqui dentro com as meninas da favela do moinho, mas não se houve as meninas, vêm com um projeto e diz que será assim que é pra fazer. Ou seja, você não está conversando com as pessoas, não vai funcionar.

A pessoa só participa, elas não usam.

Quem usa é o César(morador em situação de rua que frequenta a Vila Itororó)! O morador de rua que fica na Vila, toma banho, joga xadrez, guarda o resto do iogurte na geladeira, ele usa a Vila, a lição está ali, o resto não é isso que tem que ser feito.

PESQUISADORA: Pra mim é complicado porque já vi as falas do Benjamin, mas discutimos possibilidades para a Vila não fechar e a fala do Benjamin é muito parecida com a sua. Ele dizia que é importante que o espaço aconteça pelo próprio uso.

PAULO: Sim, mas quais projetos você vai desenvolver nisso? Te dou um exemplo: em 2005, a garotada queria um lugar pra jogar futebol, depois de tanto falarem, libero o estacionamento, 10 minutos depois não tinha nenhuma lâmpada e eu pensei, “para, que você não está fazendo algo que vai funcionar”.

É isso, cada um faz o seu trabalho, com as características do Bairro e qual é a nossa função?

PESQUISADORA: Você pensa em algo para Vila Itororó?

PAULO: Não consigo nem tocar o Casarão do Belvedere, você acha que consigo pensar pra lá? Quero estar presente. Agora com o Diogo, converso com ele para saber como estão as coisas.

É um longuíssimo processo. As pessoas não estão interessadas em saber o que vai ter lá, só querem saber se haverá uma vista bonita da Vila. É como o parque minhocão, será uma vista lindíssima para quem mora nos prédios, mas quem está embaixo sempre vai ficar à margem.

Pra voltar a ser moradia, você vai fazer a pessoa morar numa coisa que é um condomínio de luxo, com um restaurantezinho embaixo e ela mora na casa de cima e fica olhando pra baixo, o que quer dizer isso? Isso só faz parte de alguém que acha lindo morar num lugar desses, como alguém que foi morar às margens do Highline em Nova Iorque porque corresponde ao desejo dele. Qual é o nosso desejo? O que queremos?

Pega um projeto como o Cultura Viva e os Pontos de Cultura, hoje o Papa Francisco resolveu implementar isso no mundo porque é o que funciona.

Tem umas coisas que não acredito: “vamos reproduzir a Festa Junina na Vila Itororó”, isso é uma festa reorganizada. Tinha piscina, vamos recriar a piscina, restaurar aquele espaço e fazer uma piscina pública? Não sei. O que eu vejo é algo que as pessoas usem aquele prédio e briguem para usar. Que não seja apenas um uso e vire as costas e vai embora.

Fazer política para que os ex-moradores se apropriem da Vila, mas se apropriem do quê? De um espaço suntuoso, como ele vai manter isso?

PESQUISADORA: Como podemos pensar? Você é a favor do restauro?

PAULO: Claro, precisamos de referências, saber onde passou a infância, onde estudou, não podemos destruir a cidade e deixá-la em ruínas. Destruir a cidade é gravíssimo. Não é apenas a beleza arquitetura, é louca, é tão bom quanto Gaudí²².

PESQUISADORA: E depois do restauro, como as pessoas vão voltar para esse espaço?

²² Antoni Gaudí, artista e arquiteto catalão.

PAULO: Voltar para quê? Elas vão visitar objeto do Circo, olhar a Vila Itororó e ficar olhando para cara delas? Quando fizemos uma reunião no Mackenzie, a Antônia começa a insultar o Tozzi, ele levantou e foi embora.

Pensei em um projeto que você esvaziava o quarteirão inteirinho, tive a ideia de nas esquinas construir dois prédios e os moradores viveriam ali e a Vila Itororó ficaria no centro, como um parque.

PESQUISADORA: Onde houve algo que realmente se fez e foi se transformando?

PAULO: Nada aconteceu, ela continua tão vazia quanto sempre esteve, eu estou sofrendo com isso o meu próprio Casarão, se o resultado é contrário daquilo que sonho, está errado. Erundina disse para mim “o que está acontecendo com o Casarão?”, respondi que não tinha dinheiro para o telhado e que não queria dinheiro público, ela reclamou pra mim que eu era o presidente da Associação e que faria uma emenda parlamentar para eu fazer o telhado, faz dois anos que estou brigando com o IPHAN tentando fazer o telhado, mas é muita burocracia e tudo é caríssimo. Faz quatro dias, finalmente, depois de 15 anos, que tenho o projeto de restauro do Casarão.

Não estamos nos ouvindo, estamos falando na bolha, enquanto isso não mudar, não vai acontecer nada. Eu preciso das relações para a gente evoluir e dizer o que vai virar, de antemão, francamente não dará nada.

Em uma conversa minha, antes da eleição do Lula, na calçada de um restaurante ele dizia “precisamos acabar com a desigualdade, precisamos acabar com a miséria...”, na hora que eu consigo um buraco para falar, pergunto “Lula, e as questões culturais e de educação?”, ele me respondeu “isto virá depois”, “não, Lula, é junto”, “não, o fundamental é a fome, o problema social”, pelo amor de Deus, não sou anti-PT, muito pelo contrário. É uma questão enorme, não dá pra se ater e não ousa de forma nenhuma dar uma solução imediata para ver o que fazer.

Eu sou obrigado a ser honesto e coerente para dizer que discordo do que está sendo feito na Vila Itororó, “mas você precisa me ajudar a fazer”, sim, claro que sim, mas precisa também tirar os egos, somos seres humanos. Precisamos de autocríticas sinceras.

A sociedade é algo vivo que acontece e vai fazendo junto. Penso o que que eu fiz de errado quando passo e olho os tapumes da Vila Itororó, está horrível aquilo.

PESQUISADORA: Aqui é a Bexiga ou Bela Vista?

PAULO: Essa é minha outra grande briga, a Sheila Schneck fez uma tese sobre aqui, e eu pedi pra ela explicar que a ocupação da Estrada de Santo Amaro do lado de lá é uma coisa e do lado de cá é outra coisa. Que lá tem um rio e aqui tem outro rio. O vídeo do Adoniran Barbosa com a Elis Regina caminhando pelo Bexiga e aí aparece os dois na Vila Itororó não está certo. Aqui ocuparam, meu objeto também de pesquisa, a colônia de franceses que era bem pequenininha. Trazem uma missão francesa militar, para arrumar o corpo de bombeiros, é a criação da polícia militar aqui, houveram conflitos que um francês acaba matando um brasileiro, enfim, histórias impressionantes dessas grandes missões que estavam morando na Liberdade, depois Bela Vista e que se incorporou o Bexiga.

APÊNCIDE D — ENTREVISTA COM DIGA (DIOGO RIOS)

PESQUISADORA: Poderia explicar um pouco sobre o Mapa Xilográfico?

DIGA: É uma longa história, ele foi concebido a partir de uma intervenção urbana que tinha o objetivo de ser só uma intervenção pontual, a principio quem constrói essa intervenção é a Milene [Valentir, artista plástica].

A intervenção constituía em tratar troncos de árvores cortadas pela cidade como se fossem matrizes de xilogravura a céu aberto, a ideia disso era constituir um mapa com diversas questões e, a partir dessa proposta poética, eclodissem diversas naturezas, tanto a relação do espaço urbano com a questão da arborização, com a questão mais estritamente ligada a uma ideia mais ampla de meio ambiente, mas é muito mais profunda a discussão, que é essa questão de como as cidades são planejadas, são concebidas, sendo até possível fazer uma reflexão sobre as marcas de corte numa árvore que são geralmente retilíneas, ou por machado ou por serra-elétrica e o que significa essa marca no processo orgânico e circular de uma árvore e o que significa isso no ponto de vista filosófico inclusive de projetos de Cidade e civilização, a ideia é um pouco essa.

A ideia da intervenção que nasceu com a Milene, quando a gente se encontra a gente percebe que o que estávamos fazendo ali é a criação de um portal porque, ao imprimir o tronco das árvores, vinham pessoas entender o que é que a gente estava fazendo, porque você chega, tem uma árvore cortada, abandonada, apodrecendo e aí você limpa, põe tinta e imprime e dá um nome da árvore, daquela rua e constitui o mapa. Aquilo começou a virar um mapa afetivo porque começava a juntar gente na rua e o Seu Zé vem dizer que o pai dele que plantou aquela árvore, o pai dele já morreu, aquela rua era de outra forma, as relações eram de outra forma, era um mapa psicogeográfico e a partir desse mapeamento, quando a gente se dá conta do que está acontecendo, a gente falou “isso aqui é de fato um portal”. Isso é uma característica da intervenção urbana, ela tem esse potencial, ela consegue quebrar o ritmo [a gravação por áudio fica ruim nesse momento] e ela cria um acontecimento que é outro tempo, outro espaço e propõe um agenciamento que é autônomo, um agenciamento onde as pessoas chegam e vão trocar saberes e a partir dali a gente foi desdobrando.

O Coletivo nasce desse acontecimento que era para ser pontual, com uma certa dose de efemeridade, a gente percebe que é possível trabalhar de maneira

processual, então a gente trabalha nas duas facetas, consegue intervenção urbana com a sua efemeridade com a potência, mas também com uma potência processual. O Coletivo foi criado em 2006, então já são 13 anos de muita caminhada, muita deriva, muito corpo a corpo, muito fluxo, muito jogo com as cidades.

Nós tomamos contato com a Vila Itororó numa pesquisa do Mapa Xilo, ficamos um ano pesquisando o Bixiga, a gente escreveu um projeto, ganhamos o VAI (Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais) e começamos com os milagres que a gente faz, o VAI tem recursos baixíssimos e conseguimos fazer um trabalho de um ano, que deu resultado num documentário que é quase inteiro filmado pelos alunos da escola Maria José²³ e dois documentários que na verdade são registros com um caráter bem etnográfico, um é sobre a questão africana no Bixiga²⁴, como bairro negro, bairro quilombola que por motivos higienistas é obviamente ocultado da construção do Bixiga somente italiano, Bixiga Broadway, e o segundo documentário apresenta a questão da moradia no Bixiga²⁵, a questão do cortiço, a questão de formação e do Bairro Bixiga, por que era Bixiga e o que significa Bixiga no jogo especulativo imobiliário, quais são as entradas, as mais de mil casas tombadas e como isso também acaba seguindo barreiras do processo especulativo imobiliário.

Então é assim que a gente entra em contato com a Vila, a gente conhece a Vila em 2009 e já acontece uma luta por parte dos moradores e a gente se dá conta de que era uma luta legítima e que o Coletivo poderia somar junto àquela luta dos moradores e aí começa essa relação com a Vila Itororó que dura de 2009 até 2013 que é o ano onde os últimos moradores são despejados. É assim que a gente entra nessa história da Vila e que não acabou ainda, a Vila é talvez uma síntese de uma série de coisas que acontecem na cidade.

PESQUISADORA: Está no YouTube esse conteúdo?

DIGA: Está. O mapa sempre tenta equilibrar a dimensão do fazer artístico e a dimensão educativa e as coisas se confundem, se misturam e é ótimo que se misturem, então esse documentário que fizemos, da escola Maria José, o ponto de vista estético não é nossa preocupação, a nossa preocupação é ao contrário, é

²³ Vídeo Mapa Xilografico Bixiga. Disponível em: <https://vimeo.com/9839963>. Acessado em 06.abr. 2019

²⁴ Documentário “O Bixiga Afro Italiano” disponível no link <https://vimeo.com/9856195>. Acessado em 06 abr. 2019

²⁵ Documentário “A Moradia no Bixiga” disponível no link <https://vimeo.com/11181652>. Acessado em 06 abr. 2019

justamente ser um exercício de registro audiovisual por parte dos estudantes da 6ª, 7ª e 8ª série. Então é muito legal, os zooms rápidos, a câmera que treme, tem de tudo e o processo nós montamos um set de filmagem dentro da escola, então quem operava o set de filmagem eram os estudantes. A gente recebia pessoas do bairro e fazíamos um rodízio, dividíamos a sala em quatro grupos, enquanto um grupo operava o maquinário: microfone fotografia, luz, filmagens; Os outros três grupos faziam as perguntas, dava 15 minutos, trocava e quem estava filmando ensinava o amigo a filmar. Então a gente fazia esse trabalho que era processual e o empoderamento da técnica, retificação da produção audiovisual e a gente gosta muito disso como coletivo, importa muito o micro, as produções audiovisuais, para nós, são uma forte ferramenta de fortalecimento das narrativas que estão apagadas nos lugares. Para nós, é muito mais importante e interessante que uma produção audiovisual retorne para aquela comunidade que produziu para que ela se veja na obra e que ela consiga ter essa experiência de autovalorização da sua história, da sua luta, da sua memória do que entrar em grandes circuitos.

Vai para a internet, YouTube, as pessoas podem assistir, mas o nosso foco e preocupação é essa coisa funcionar no sentido da resistência ao apagamento.

Bem, vou te contar da Vila Itororó... Ela é uma questão bastante complexa, como você deve ter visto, deve ter recebido diversas narrativas. Narrativas que de alguma maneira exaltam o que acontece lá; de outra maneira, exaltam, mas com a ponderação de que é o melhor que é possível ser feito; uma outra narrativa que não vai dizer que é preciso ser feito, mas vai exaltar e ao mesmo tempo fazer a crítica enquanto exalta, também torna muitas vezes a crítica “sequestrada”, vou usar bastante essa palavra, que uma coisa é quando faço a crítica e levo às últimas consequências, tenho o peso ético com a crítica, preciso transformar essa crítica em mudança de atitude e mudança de rumo, quando faço a crítica apenas para mostrar que eu também faço a crítica, mas não implica em mudança de rumo, tem alguma coisa muito errada e isso acontece bastante na Vila. Mas vou explicar melhor.

Vou tentar fazer bem brevemente um histórico, a Vila sofre um processo de desapropriação em 2006, já vinha correndo como ameaça, os moradores da Vila naquele momento já tinham direito à usucapião da Vila, historicamente a Vila sempre foi uma espaço de moradia, foi concebido para esse fim, a Vila era uma dobra [falha no áudio] do centro da cidade, porque as características até topográficas da Vila, aquele vale, a questão das nascentes do Itororó, era bem baixo, a Cidade cresceu,

explodiu, se agigantou e aquele vale ficou ali, com uma outra funcionalidade, com um pátio sem catracas, com outras maneiras de viver de reprodução da própria vida na região central da cidade. Naquele momento, onde ela foi construída, não era ainda a região central, os desdobramentos da antiga Chácara do Bexiga, o espaço vai crescendo e ela se torna uma região muito próxima ao centro velho, então a cidade cresce, a cidade engole tudo e todos, menos a Vila, ela não é engolida, a Vila segue.

O que significa isso? Que toda a discussão sobre a importância histórica, tombamento da Vila etc., isso, infelizmente é muito poderoso, sempre esteve atrelado à sua construção, do seu ecletismo, da sua magnitude, dos elementos do Teatro São José e muito menos ao patrimônio imaterial que é como a Vila se produzia ali dentro.

Em 2006, vem a decisão de desapropriação com a finalidade de tornar um espaço do município, no caso do Estado, a desapropriação foi do Estado, para proteger o bem etc. No mesmo ano, os moradores entram com a ação de usucapião, por uma questão de morosidade e até documental, a força jurídica que atuava na Vila naquele momento, cometeu o erro de não entrar com a ação antes da desapropriação, o que já abriu um buraco muito sério na defesa dos interesses dos moradores porque existe uma interpretação legal de que não existe usucapião para bens públicos, essa interpretação pode ser questionada, existem brechas, mas essa questão enfraqueceu a ação de usucapião. Nessa luta, em 2009, começamos a perceber quais são os interesses em retirar os moradores de lá, os interesses são: corpos de pessoas que não têm poder aquisitivo, do ponto de vista de uma cidade espetacular que quer criar o novo centro de embelezamento urbano, são corpos que não coadunam com isso, são comportamentos de uma sociabilidade que não interessam aos vizinhos nem aos especuladores imobiliários.

Se você fizer uma rápida pesquisa na memória do Google Maps você vai conseguir ver que no momento que tiram os moradores de lá há uma explosão de verticalização do entorno, no momento em que os moradores estavam lá tinham vários estacionamentos no entorno, galpões de concessionárias de automóveis, havia ali todo um conjunto de atividades apenas aguardando a retirada dos moradores para concluir um processo de gentrificação, um processo que tira as pessoas que não contemplam os interesses do capital [falha no áudio], o que aconteceu na Vila e na Cidade inteira é mais um processo de especulação imobiliária, no caso da Vila Itororó é um processo de gentrificação através de um centro cultural.

Não precisa dizer que a Vila Itororó antes disso já era um Centro Cultural, 1- pelos modos de vida; 2- pelas organizações comunitárias que aconteciam ali dentro; 3- pelo conjunto de atividades que aconteciam ali, porque a Vila sempre foi aberta a quem chegasse ali, historicamente a quantidade de atividades que aconteciam ali, desde filmagens de cinema, clipe da Elis Regina e Adoniram Barbosa, quem chegasse com uma proposta era recebido pela comunidade e aquilo virava atividades educativas e atividades culturais. A Vila Itororó já era um centro de cultura em todos os sentidos que o termo cultura, que é complexo, possa representar, a Vila tinha essa percepção de cultura em diversos sentidos.

O que acontece ali com essa pressão toda, os moradores organizam uma associação, a AMAVila, que organiza a comunidade, o objetivo inicial é permanecer na Vila porque, afinal de contas, eles têm direito à usucapião, isso não é pouca coisa, estamos falando de pessoas que morava há 40 anos na Vila Itororó, são pessoas que sempre pagaram o aluguel e deixaram de pagar apenas no momento em que os proprietários entregam ao Estado, “Isso aqui não nos pertence mais”, as pessoas deixam de pagar o aluguel porque deixam de ser cobradas e aí é muito claro do ponto de vista jurídico mesmo – posse pacífica e ininterrupta do espaço urbano – acabou, caso clássico da usucapião, não tem quem cobre o aluguel, deixou de pagar, passou de cinco anos, acabou, não se discute, no caso da Vila isso foi atropelado.

Existe um projeto feito pelo MoSlco, que é um projeto de um centro cultural com os moradores, ele foi feito e jamais foi avaliado ou levado em consideração, obviamente que ele é um projeto que tinha como premissa a manutenção desses corpos indesejáveis e dessa vida indesejável ali, o que obviamente feria o interesse dos patrocinadores do despejo.

A história se desenha, os moradores são tirados em dois momentos, há uma pressão, uma disputa que trouxe a realocação de alguns moradores próximos de lá, outros um pouco mais distantes no Bom Retiro. A gente sabe o que significa isso, os moradores saem de um local onde têm direito ao tipo de propriedade que é deles para entrarem numa dívida junto à DCHU, para entrarem numa situação onde se paga condomínio, para entrarem numa situação pra você conseguir efetivar a dívida, nos próximos cinco anos você não pode atrasar o pagamento, posso dizer que muitos não conseguiram, não deram conta dessa mudança na vida e perderam e se perderam na vida, muita gente saiu, não alcançou isso.

Nesse cenário, a Vila é trabalhada como cortiço, isso aconteceu em várias situações, já na gestão do Kassab, o Carlos Calil, Secretário de Cultura, estufava o peito para dizer que a Vila era um cortiço que é a tradicional estratégia gentrificadora de criminalizar e de invisibilizar a expulsão das pessoas, isso aconteceu no Edifício São Vito, Edifício Mercúrio, Vila Itororó e acontece frequentemente em qualquer ocupação de moradia. O fato é que a Vila é um cenário heterogêneo, então no segundo andar do chamado Castelinho [nomeado como Palacete nesta dissertação] era a casa do Seu Jair com o filho e a esposa, todo aquele segundo andar era tratado de maneira impecável, você entrava ali e tinha cera na madeira do chão, inacreditavelmente mantido. Depois que tiraram a vida de lá, as pessoas, o Seu Jair, eu tive a chance de entrar na Vila e esse pavimento estava todo deteriorado, completamente abandonado porque o que mantém os lugares, ao contrário do discurso criminalizante, é a vida, é a vida que mantém os lugares, “as pessoas destruíram a Vila!”, é ao contrário, na verdade as pessoas que não têm condições econômicas para manter a Vila, vão manter da maneira que é possível, mas a vida mantém porque se você mora ali percebe a goteira, a rachadura, vai pintar a parede, você fará do seu lugar o melhor lugar possível, então é ao contrário do discurso de que as pessoas estão deteriorando um bem público, a Vila se deteriorou de maneira vertiginosa quando as pessoas foram tiradas de lá. Isso eu pude averiguar porque depois da primeira saída dos moradores, ficaram ainda algumas famílias que resistiram até final, saíram por força policial, a gente viu o mato crescer, ratos, escorpiões porque tiraram a vida de lá. Isso se aprofunda em 2013 com a retirada por meio da força policial.

Bem, em resumo o meu ponto de vista sobre a Vila e isso que é importante.

A Vila quando é esvaziada a gente já tinha ali um projeto delineado do que seria feito ali, então, o projeto que foi concebido para a Vila, nunca foi um projeto aberto ao diálogo, à reflexão pública, é ao contrário, o que foi feito ali foi um projeto fechadinho bastante pré-determinado, isso é possível você ver, vou te dar a fonte disso, se você for à Prefeitura e evocar a Lei de Acesso a Informação você consegue pegar todo o procedimento administrativo da Vila Itororó do processo de restauro dela.

PESQUISADORA: Já estou com todos esses documentos.

DIGA: Ótimo, você vai descobrir que está tudo decidido lá, incluindo no plano inclusive uma fala que me chamou muita atenção que é a Vila Itororó como residência artística para artistas internacionais, então veja, um espaço que era de moradia em um patrimônio material em que as pessoas tinham suas vidas, seus laços, suas

histórias, suas memórias e que estava em curso uma ação de usucapião, foram retiradas de lá para construção de um centro de cultura para residência artística de artistas estrangeiros? Que tipo de proposta artística ou centro cultural é esse que está nascendo aí dentro?

Aí você vai investigar que o proponente desse projeto é o Instituto Pedra, ele foi fundado poucos meses antes de firmar um convênio com a Prefeitura. Outra investigação, vai ver o CNPJ. Poucos meses antes de ele firmar um convênio com a Prefeitura de parceria para estudar a viabilidade do restauro, esse convênio que é firmado mais ou menos um ano antes do momento que o Pedra efetiva a doação do projeto do restauro. O que aconteceu ali então? Um convênio firmado e uma doação subsequente, você simplesmente esvaziou qualquer possibilidade de audiência pública, esvaziou concurso público para discutir aquele lugar, você simplesmente driblou a possibilidade de se discutir se o lugar poderia manter a moradia junto com eventualmente o espaço cultural.

PESQUISADORA: Mas quando eles fizeram a doação ficou aberto durante pouquíssimo tempo, cinco dias úteis, para receber propostas de projeto para a Vila.

DIGA: Exatamente, mas quem é que fez um ano antes um termo de parceria com a Prefeitura? Então veja, isso é para forma, percebe, se eu tenho só cinco dias para apresentar um projeto alternativo, ele vai ter alguma chance diante de um projeto que já fez um termo de parceria ao longo de um ano profundamente aquilo? Não. A única maneira de parar esse processo era ter judicializado, era ter entrado com uma ação oficial demonstrando que aquilo era uma manobra que esvaziou qualquer tipo de discussão pública. O que acontece ali não é discussão pública alguma nesse projeto. Muito bem, ele passa.

Ele vai a partir de financiamento de Lei Rouanet, uma construtora, um banco e uma empresa de informática que a princípio financiam ali, o que significa dizer que se está financiado por esses segmentos do capital, a própria discussão de se fazer ali um Centro de Cultura e que se mantenha os moradores, que era a proposta defendida pelos moradores, não vai ter a menor chance de vingar por um motivo muito simples, quem financia não quer. Se ele retornassem, toda a especulação imobiliária que foi gerada no entorno, o que viria ser quatro *xis*, seria dois *xis*. As cartas já estavam bastante marcadas.

Aí vem uma sofisticação, se eu fizer só o restauro, eu posso eventualmente dar esse passo para que uma outra narrativa comece a questionar e a reivindicar esse

lugar, porque o destino vazio, só, não é restauro. Então eu antecipo o exercício do Centro Cultural, uma manobra muito sofisticada, eu crio um centro cultural associado às obras de restauro para que eu possa criar novos afetos, novos agenciamentos [falha no áudio], chamar pessoas, chamar artistas que não conhecem essa história, que não sabem o que aconteceu antes.

As pessoas vão criar coisas que são muito legais, novos afetos vão ser reproduzidos, e vai se apagar aquela memória dizendo que se defende aquela memória. Vai se projetar na parede fotos, vão chamar ex-moradores para fazer a Festa Junina da Vila Itororó, por favor, tenham respeito, os caras foram massacrados e ainda vão fazer isso? Não sejam obscenos, é um nível de cinismo extraordinário.

Então a gente percebe que quando acontece esse tipo de coisa acontece uma sofisticação que é a gentrificação via Centro Cultural. Quem é contra um Centro Cultural? Ninguém. É muito legal, é um lugar [que] se for bem concebido vai fazer algumas coisas interessantes e tal, agora você fazer essa manobra pra passar a ideia de que os moradores estão aprovando, estão felizes, que aquelas pessoas que brincavam no pátio com as crianças correndo no pátio, agora têm família com 6 pessoas morando num apartamento de 1 dormitório na CDHU, isso é legal? Quando eles tinham o direito de permanecer ali? Tem alguma coisa muito errada.

Aí tem uma questão que eu tenho que te dizer, a gente pode pensar que as pessoas não perceberam isso, mas elas perceberam porque logo depois que o Pedra monta no galpão, se instala naquele espaço, foi chamado uma reunião com alguns ex-moradores e com pessoas que atuavam lá, nós fomos nessa reunião, era a primeira reunião. A nossa pauta era muito clara, era uma maneira de aquilo ser corrigido, é simples, vocês, no caso Luiz Fernando, ex-presidente do IPHAN, tem toda a condição acadêmica e política, vou ressaltar o política, de rever o projeto e dizer que é necessário para a proteção do patrimônio imaterial repensar uma maneira de ex-moradores retornarem e morarem na quadra e propor algum tipo de ação e integração, um centro cultural cogido com os ex-moradores, seria incrível.

A gente chega à reunião, na parte de cima do galpão e a gente olha pela janela e vê que todos os puxadinhos tinham sido demolidos sem consulta de ninguém e aí a gente pergunta “mas que canteiro aberto é esse que já demoliram todos os puxadinhos sem consultar ninguém?” - “é que não tem valor histórico”. A casa da Cida e do Eber não tem valor histórico, a casa da Madalena não tem valor histórico e foi isso que foi feito. Histórico pra quem? Histórico de quem? História pra quem? Caixa

de bombons? Qual é o objetivo? Qual é o projeto? E aí a gente diz “desculpa, vocês estão chamando a gente pra conversar, mas vocês já fizeram o estrago, já derrubaram um monte de coisa, que conversa é essa? Que papo esse que vocês querem ter?” E foi colocado na mesa que só tinha uma maneira disso ser revisto, os moradores retornarem, os que desejarem e puderem, muitos talvez já nem possam mais.

Aí marcamos uma segunda reunião com a presença do Nabil Bonduki. Ah, é muito importante lembrar que o segundo despejo dos moradores aconteceu na gestão de Fernando Haddad com o senhor Juca Ferreira como Secretário de Cultura, eles ganharam a eleição, podia ter outro tipo de postura e repensar a questão, mas até porque a gente sabe de onde veio o acerto do Pedra e quais foram os canais deles que foram feitos na gestão do Haddad. Então marcamos a segunda reunião, falamos disso, todo mundo falou, tinha outros coletivos, ex-moradores, grupo de teatro, e a fala estava batendo nessa tecla e eles diziam “isso não é possível”, “é complicado”, Bonduki ficou de estudar a possibilidade de falar com a Prefeitura. A violência que foi ativada ali, só tinha um jeito de ser minimizada, era retomar o patrimônio imaterial, a vida das pessoas da Vila, não tem outra maneira; ou é retomar ou é ficar um espaço marcado para todo o sempre a gentrificação marcada via centro cultural, feito pelo Instituto Pedra e é isso que ele têm que assumir, o Pedra optou por isso, foi o caminho que ele escolheu e vamos assumir gente, senão a gente fica louco, não adianta dizer “ah, mas isso é muito radical”, não é radicalismo, estamos falando de violência, história de muita gente que foi varrido do mapa, não é radicalismo, é simplesmente perceber como se dá o processo histórico. Havia proposições alternativas, só que o capital não existe e aí a gente entende como a coisa se dá.

O que aconteceu é que transformaram, fizeram uma proposta e eu pensei “nunca mais volto aqui”, nesse dia eu percebi o que aconteceria e aconteceu. Fizeram uma oficina, chamaram arquitetos, pessoas pra se pensar em alternativas, a proposição virou atividades do centro cultural, no final enquanto as pessoas apresentavam seus projetos, tinha gente que não estava nem ouvindo. A crítica virou uma atividade no hall de atividades do novo centro cultural, é assim que funciona gentrificação via centro cultural. “Ah, vem conversar, tem que dialogar, nós somos abertos”, não tem conversa, já está decidido, porque Camargo Corrêa, o Itaú e a IBM não desejam outro desfecho e vocês fecharam com esses patrocinadores. Esses patrocinadores também patrocinam campanhas eleitorais, e os patrocinadores também fomentaram a campanha eleitoral vencedora. Vamos jogar a real? Não

adianta dizer que meu papo é antigo e eu sou um dinossauro. A real é que vocês foram executores de um projeto sofisticado de gentrificação via centro cultural, criando novos afetos, novos acontecimentos e novas aproximações para apagar uma discussão que ainda era fértil e possível de retorno dos ex-moradores para aquele lugar. Simples.

Então qual é a minha visão do Canteiro Aberto? Um caso de sucesso de gentrificação via centro cultural. É isso que é, muito bem sucedido, sofisticados, os seus realizadores são bastante sofisticados, todas as vezes que você conversa com o Benjamin é muito sofisticado, e sempre revertendo “não, vamos conversar, é mais complexo, há mais complexidade”, sem dúvida que é muito complexo, mas está claro que há um lado e ele foi escolhido. Isso determina o espaço. Nós, como Coletivo Mapa Xilográfico, não participamos disso, não cedemos nenhum material, nenhuma imagem, jamais cederíamos, não vendemos os nossos contatos junto aos moradores pra que eles sejam agenciados, não fazemos isso, tem gente que faz. E a Vila está aí e ela é pra prefeitura um grande elefante branco.

PESQUISADORA: Ainda tenho algumas dúvidas, Diga, o restauro era necessário, certo? E como fazer o restauro com dinheiro público que demora muito mais tempo que o normal, já vai fazer sete anos que o Pedra está lá, e nisso as pessoas já não querem mais voltar, como a Dona Alice que já se acostumou e já refez sua vida em outros lugares, onde essas pessoas ficariam enquanto aconteceria o restauro?

DIGA: Certo, o projeto alternativo do MoSalco previa onde é o galpão teria a construção de um prédio e os moradores estariam alocados ali. A Vila seria um centro cultural com os moradores integrados à vila, mantendo elementos da sua sociabilidade ali, apesar da mudança que geraria com a forma de verticalização, mas você tem o espaço todo restaurado e exercitado pelas memórias que estão ali.

PESQUISADORA: Paulo Goya me perguntou se será que aquelas pessoas com os seus mais distintos estilos de vida se sentiriam parte desse centro cultural. Alguém que não pode comprar um café fica olhando os outros tomarem.

DIGA: Agora você colocou exatamente pra mim um ponto que é muito importante e pouco discutido. Qual é a dimensão político pedagógica dos centros culturais que estão sendo criados em São Paulo? A visão é para justamente eu trazer um novo público com potencial de consumo para consumir nos espaços reformados, revitalizados, caixinhas de bombom? Aí está a grande discussão, porque se eu tenho

uma moradia, um projeto que mantém os moradores na quadra, o projeto de cogestão do espaço de cultura, eu conseguiria integrar tanto a manutenção do patrimônio imaterial com as festas, com todos os acontecimentos que foram criados naquela Vila com outras iniciativas que já acontecia também, mas isso implica numa concepção de projeto cultural, uma concepção não bandeirante, não colonizadora de cultura porque o centro de cultura, muitas vezes, e esse é o grande poder desses processos de gentrificação via centro de cultural, que é você construir um espaço que não diz nada as pessoas do entorno, é como uma bandeira que chega ali, se instala e traz novos usos e costumes e aos pouquinhos, mesmo aqueles que escaparam ao primeiro movimento de gentrificação, estão começando a ver que o café ficou caro, a padaria está cara, o Pão de Açúcar encaixou melhor ali, subiu já três, quatro prédios ali, a coisa já não é mais pra mim, é assim que se dá a gentrificação.

A gentrificação tem vários movimentos, tem os movimentos explícitos que é o movimento tropa de choque, despejo, polícia e tem o movimento silencioso que demora cinco, dez, 15, 20 anos, que é justamente a pessoa que não consegue mais permanecer ali. A gente sabe que nesse processo de desindustrialização da cidade, nessa nova fase do capitalismo, o que conta na reprodução do capital é justamente a construção de arquiteturas para uma vida consumista. No estatuto da Cidadania, onde você tem lá os direitos e deveres do cidadão e você esvazia esse elenco e dá força ao elenco de quem tem poder de compra, poder de consumo, e é assim que funciona. A padaria que ficava na Rua da Vila Itororó está reformada, está chique, é outra padaria porque isso valorizou e já é outro lugar. Na hora que o centro cultural acontecer com mais intensidade, será fantástico para quem investiu.

O que era a Vila ocupada, era um centro de cultural com um exercício cultural de morar, aberto, sem segurança, sem câmeras de vigilância, sem catraca e gratuito, vai virar o quê? Um centro de cultura restaurado, com seguranças de terno, com seu radinhos devidamente instalados, com um curador que vai dizer o que acontece e o que não acontece, com seus edifícios [falha no áudio] e talvez com um bistrô e chefe de cozinha internacional para fazer risoto alho poró. Vai acontecer, acho que ali, pode ampliar a Vila para um grande elefante branco.

PESQUISADORA: Essas empresas mecenas, como o Itaú, são as que oferecem o mecenato, como faremos sem essas empresas, financeiramente como seria possível manter um projeto desse tamanho sem uma empresa que tenha uma relação muito forte com o capital, política?

DIGA: A sua pergunta me joga uma reflexão de dois personagens do mesmo partido, mas com um lapso temporal significativo, Luiza Erundina de 88-92 e Fernando Haddad de 2013-2016.

Talvez a Luiza Erundina tenha sido o último exemplo sem a chave público privado, quando ela assume a Prefeitura é herdada do Jânio da Silva Quadros que era uma Prefeitura cheia de obras viárias, com túneis embaixo de rio, com gastos e obras superfaturadas etc., quando digo isso é obra civil, contratos com empreiteiras. O que faz a Erundina, na administração pública ela cancela esses contratos e vai realocar esses recursos em iniciativas voltadas de fato para o interesse público como, por exemplo, o programa de mutirão de habitação popular, esse programa simplesmente não trabalha com a lógica das empreiteiras, estou dando só um exemplo, de lá pra cá vimos um elogio sistemático e acrítico as políticas neoliberais, e o que a gente vê é uma certa naturalização das parcerias público-privado que na verdade é o capital se agigantando de todo e qualquer discussão urbanística da cidade porque ,como dizia antes, nas cidades que se desindustrializam, a nova forma de se conduzir o espaço urbano está atrelada ao uso da terra e está atrelada a construção de redes de agenciamento e de sequestro para vidas consumistas, por exemplo, vou morar numa *kitnet* de 20 m² no centro, é caríssimo, vou morar numa gaveta, eu não vou ter onde lavar minha roupa, não tem problema porque vai ter uma lavanderia super legal e transada do outro lado da rua, é isso, é uma sociedade toda tramada e entranhada pela lógica do consumo, eu não vou conseguir lavar minha roupa autonomamente, então essa arquitetura é pensada nos mínimos detalhes.

Voltando para a comparação Erundina e Haddad, depois da Erundina, a situação passou por sequelas gerenciamento e agenciamento do público pela parceria público privada, é como se não houvesse uma outra alternativa, caminho, a não ser pegar recursos da iniciativa privada e isso na verdade é só uma escolha política porque do ponto de vista de arrecadação o município de São Paulo é o que mais arrecada no país, existe recurso, a questão é como vou orientar esse recurso. Esse discurso parece fácil da minha parte, mas temos exemplos, olhar a gestão da Luiza Erundina, está lá, foi feito, então não estou indo contra a iniciativa privada, só que eu posso, como gestor — uso essa palavra porque eles gostam — posso criar barreiras em determinados segmentos sociais e impedir que certas atrocidades aconteçam, mas isso demanda clareza política.

A Vila Itororó precisa de restauro? Precisa. Vamos discutir restauro para quem? Qual é o projeto?

O exemplo que está muito fresco na memória, é o caso do São Vito [falha no áudio], em 2003 a prefeitura da Marta propõe que os moradores saiam do São Vito, tudo documentado e assinado, na época o Secretário de Habitação era o Paulo Teixeira, deputado federal do PT e o combinado era o seguinte, eles saíam, vamos reformar o prédio e os moradores retornam com prioridade após a reforma, o que aconteceu? A eleição veio, a Marta não foi reeleita, a gestão do Serra rasgou os termos de compromissos e o prédio foi demolido. O custo da reforma era R\$ 8.000.000, a demolição, que foi de pavimento por pavimento para proteger o patrimônio material em detrimento do patrimônio imaterial, custou R\$ 20.000.000,00. Quem pagou formalmente [foi] a prefeitura e isso aconteceu em 2011, é uma questão política.

No caso do Pedra, a escolha é do caminho pela Lei Rouanet, e isso é Camargo Corrêa, Itaú e IBM, ponto.

PESQUISADORA: A escolha desses mecenas é uma posição política do Pedra?

DIGA: Sem dúvida, é legal a gente se colocar e entender que o sistema é super complexo e demanda exercício ético e tem erro, as pessoas erram porque a teia é muito complexa, mas há dimensões de erros, [falha no áudio] fazer a crítica e não deixa a crítica transbordar porque isso vai comprometer com coisas que não pode voltar atrás, ou você sequestra a crítica ou abafa ou acusa a crítica de radicalismo, também é bastante comum.

Itaú Cultural não tem um tostão furado de dinheiro do Itaú para o Itaú Cultural, tudo dinheiro captado, lei de incentivo à cultura, aí você escreve seu projeto no Rumos e autoriza e transfere o direito da sua obra ao Itaú Cultural, legal né? É uma escolha. Estou falando isso como pertencente a um coletivo que está aí há 13 anos não aceitando financiamento de determinados segmentos e sobrevivendo, muito difícil, muito complicado, tem que vender a força de trabalho em lugares que às vezes não são legais, não vou comprometer o trabalho do Coletivo com isso daqui.

PESQUISADORA: Você se compromete trabalhando em lugares que não são legais, mas pelo Coletivo você não faria isso?

DIGA: Eu vendo minha força de trabalho, estamos todos no sistema de opressão onde nossa única maneira de sobreviver é a venda da força de trabalho e o

Coletivo e qualquer iniciativa deve ter a reflexão ética, ou eu justifico todas as barbaridades na minha condição de não ter saída, faço atrocidades porque se eu não fizer outro faz, e aí a história fica como? E a luta fica como? E a transformação do mundo via cultura fica como? E o papel da arte fica como?

PESQUISADORA: Esse ponto eu acho muito complicado porque conversando com alguns ex-moradores, entre ficar e sair da Vila, eles preferiram sair por causa das condições deles e as famílias deles, não aguentavam mais brigar.

DIGA: Isso faz parte da estratégia, tem um personagem que não vou dizer o nome e trabalha na SEHAB, fala mansa, tem *know-how*, ele foi no São Vito e ele vai com objetivo de dividir as comunidades, oferece pra um uma coisinha, e vai rachando e pressionando a comunidade de tal maneira que “ou vocês aceitam ou vão sair daqui escorraçados, é melhor vocês aceitarem, olha como estamos sendo legais” [falha no áudio] “vocês não são invasores”, criando uma distinção entre os moradores que lutavam para permanecer que um dia pagaram aluguel e são legítimos possuidores para a condição de proprietários com aqueles que são ocupantes de movimentos de moradia, ali você vai criando divisões e rachas, é assim que se dá e as pessoas vão cansando e ficando exaustas porque se eu vou ser despejado amanhã [falha no áudio] ela meio que paralisa o lugar porque não vou mais apostar num espaço que amanhã serei despejado, segundo problema é que pra investir num lugar que é tombado é um outro problema. Isso vai sendo jogado nas costas dos moradores, que são os grupos responsáveis.

Agora é tudo obviamente no campo das expectativas, eu mantenho contato com alguns moradores e com os que mantenho contato, tenho gravado vários dizendo que é claro que voltariam na Vila, a resposta é uníssona porque tenho saudades da vizinhança, dos casamentos, das festas, do pomar. Então são formas e formas de enfrentar e teve gente que desiste de brigar porque foram anos de idas e vindas e de ameaças [falha no áudio]. Ao ponto que ameaça você larga a luta de direito a propriedade por medo, por exaustão, totalmente compreensiva e você aceita virar um devedor num apartamento para habitar sua família, isso foi escolha? Não, ou é ou é.

Nossa visão é essa, reconhecendo a complexidade. O Walter Benjamin diz²⁶ que na história nada está acabado até que seja esquecido, é um pouco isso, o que era aquela Vila cheia de morador é muito sério, como eu disse, é raro encontrar na

²⁶ BENJAMIN, Walter. Das passagen-Werk. In: **Gesammelte Schriften**. Band V. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.

cidade de São Paulo aquela proposta de sociabilidade e vamos ver o que vai acontecer daqui pra frente, acho legal que as forças dessa luta e disputa façam exercício crítico honesto, assim como a gente tem que fazer sempre e agente erra, senão fica muito complicado e fazemos uso da arte, educação, cultura para apagar e invisibilizar é bastante sério, pra mim a educação e a arte não podem fazer esse papel, é outra coisa, isso é um desvio do papel dessas experiências humanas.

APÊNDICE E — ENTREVISTA COM DIÓGENES SOUZA

PESQUISADORA: Onde você mora?

DIÓGENES: Tucuruvi.

PESQUISADORA: O que é o Bloco Fluvial do Peixe Seco?

DIÓGENES: O embrião dele surge em novembro de 2013 como uma intervenção do Coletivo Mapa Xilográfico que foi feito na casa da Dona Yayá, no CPC. O Coletivo propôs que nós fizéssemos um cortejo pelo Bairro do Bexiga e conhecer um pouco das histórias dos rios Saracura, Itororó e Japurá, eles já tinham feito essa experiência no Jardim Pantanal e algumas outras localidades percorrendo num barco sobre rodas e faz mais ou menos o caminho que o rio percorria. Resolvemos fazer isso no Bexiga.

O grupo foi dividido, uma equipe responsável para captar os materiais para construir o barco, outra equipe responsável na criação das músicas que é a qual participei e tinha outra para ver o trajeto e talvez algum outro que não me lembro bem, e tivemos quatro encontros, um para a confecção do barco com material encontrado pelas ruas, e os outros três para fazer o cortejo percorrendo o trajeto de cada um dos rios, durante o trajeto as pessoas do bairro iam até o microfone e contavam algumas histórias, foi uma experiência maravilhosa, é muito bom dar a voz para essas pessoas principalmente no meu caso que não sou daqui, mas tenho uma relação muito forte com a região central. No último cortejo a gente estava chegando na Dona Yayá e alguém sugeriu de sairmos no Carnaval, isso ficou fermentando na cabeça da galera, em janeiro de 2014 a gente se reuniu no Vale do Anhangabaú e Praça Roosevelt para fazer as reuniões e ensaiar as músicas, a gente não tem nenhum músico profissional, o que sabia mais ensinava pro que não sabia e todo mundo foi meio que aprendendo junto e acho que essa é uma das características interessantes do bloco que é uma construção coletiva e horizontal tanto que estou respondendo pelo bloco, mas poderia ter vindo outra pessoa. No pós-carnaval decidimos sair pelo trajeto do Rio Saracura que passa na Avenida 9 de Julho, paramos uma das faixas, saímos ali perto da Vai-Vai que é bem onde nasce o Rio Saracura e fomos pela Avenida 9 de Julho até chegar no Vale do Anhangabaú, tinha umas 400 pessoas logo no primeiro ano. No ano passado fizemos uma ação no SESC Itaquera, falamos sobre o Rio Aricanduva e foi muito legal.

PESQUISADORA: Qual seria a relação do Bloco Fluvial do Peixe Seco com a Vila Itororó?

DIÓGENES: Tem alguns integrantes do bloco que têm uma relação um pouco mais intrínseca com a Vila Itororó, muito antes do Instituto Pedra, que participaram mais ativamente na desapropriação, sei que as críticas são muito grandes ao que está acontecendo hoje, principalmente porque a gente pensa muito na gentrificação e como a cultura engloba a gentrificação como um pano de fundo, oferecer um polo cultural para qual população? Era para quem morava na Vila antes? Fica essa questão.

PESQUISADORA: Vocês discutiam a Vila Itororó no Bloco?

DIÓGENES: O cerne do bloco é relacionado à questão de como a cidade enxerga os seus rios e como isso repercute no nosso dia-a-dia e isso acaba englobando todas as outras questões como a moradia, as outras ações que fizemos, Jardim Pantanal, Jardim Santa Helena próximo ao Rio Tietê e todo o começo de ano, com as chuvas afeta a população que mora ali. Na Vila Itororó, nós entramos na Vila durante o cortejo, conversamos com uma moradora, ela contou sobre a história dela. Nós temos essa preocupação de políticas públicas e decidimos falar sobre ela de uma maneira mais lúdica, escolhemos rios que não são tão “badalados”, digamos assim, mas que tem uma história muito importante.

Em 2017, fizemos o cortejo celebrando 100 anos da greve geral, escolhemos o Rio Cassandoca, na Mooca e todo ano compomos uma música falando do Rio que a gente vai homenagear, este ano fizemos uma música homenageando as operárias comentando a greve e trazendo as questões políticas.

PESQUISADORA: Você tinha alguma relação com a Vila Itororó antes de ser desapropriada?

DIÓGENES: As casas já estavam num processo de degradação muito forte, eu me faço um questionamento como urbanista. Por que tirar a função original da Vila sendo que a gente tem um déficit habitacional tão grande como na Cidade de São Paulo? O projeto de “revitalização”, nem gosto muito de usar esse termo, já que eles escolheram isso, será que restaurar a Vila para continuar sendo Vila não seria mais vantajoso? Ou talvez um uso misto de polo cultural sem perder essa característica, teria que pensar direito no projeto, mas excluir de vez a questão de moradia não sei se é o mais ideal a se fazer.

PESQUISADORA: Existe algum posicionamento do Bloco Fluvial do Peixe Seco com relação à Vila?

DIÓGENES: A gente discute bastante e achamos por bem, até como uma questão mais crítica, de esperar um pouco o restauro passar para ver o que vai acontecer. Queremos ficar fora da espetacularização do patrimônio.

PESQUISADORA: Você já participou de algo na Vila Itororó?

DIÓGENES: Separadamente do Bloco Fluvial, eu participei de uma equipe de pesquisa chefiada pela Professora Sarah Feldman para fazer um livro sobre a Vila Itororó, foi aí que eu tive o contato mais íntimo com a história da Vila, era a Sarah, a Ana Castro, eu e mais dois colegas pesquisávamos muitos arquivos.

PESQUISADORA: Aqui é Bela Vista ou Bexiga?

DIÓGENES: É um dilema, na documentação, quando pesquisamos caímos nessa dúvida também, pra definir o que é uma coisa e o que é outra. A gente achava que o nome oficial era Bela Vista e a galera chamava de Bexiga. Têm várias informações sobre por que o nome Bexiga, parece que o proprietário tinha varíola e era todo bexiguento, não tem uma resposta única sobre isso. Aí fica nesse dilema que vai muito da própria memória afetiva para decifrar o que é uma coisa e o que é outra. É a mesma dúvida que estou sobre o Pari, às vezes é Canindé, às vezes é sem nome.

PESQUISADORA: Com relação ao Centro Cultural, você tem algum parecer sobre o que é feito?

DIÓGENES: Da época que eu pude acompanhar, as atividades foram muito proveitosas porque trouxeram várias pessoas para o espaço que se valeram das atividades. Lembro da cozinha aberta, eu vim no Lançamento do livro e em outra fala da Sarah Feldman, em momentos bem pontuais. Eu participei do projeto Rádio Saracura, me convidaram para fazer uma entrevista, junto comigo estava um senhor que falava sobre uma fábrica de cimento em Perus que está em processo de tombamento ou já foi tombada e uma outra moça que fez um documentário, Débora Pinto o nome dela, era sobre o Bexiga.

PESQUISADORA: Você pensaria em algo diferente para a Vila?

DIÓGENES: Respondendo de bate pronto, diria que um restauro que desse voz para as pessoas que já habitavam a região, pois você cria uma memória afetiva com o espaço e depois é mandado embora, é muito ruim a política de preservação do patrimônio que não preserva as pessoas que também são compostas pelo patrimônio. Então seria algo no sentido de promover a melhoria das casas de modo que as

peças que ali estiveram pudessem ocupar novamente. Acho que pode ter sim a questão cultural, uma coisa não é excludente da outra, mas fazer de uma maneira que elas possam coabitar entre si. Não adianta só mandar os ex-moradores embora para valorizar o lugar. Lembro que na época de discussão sobre o tombamento, havia muita discussão de demolição para construção de shopping e estacionamento.

Não só a Vila Itooró, mas outras localidades na Cidade de São Paulo precisam ter políticas públicas que tentem escutar os dois lados, não só o lucro e empresariado e usar a cultura como pano de fundo.

Um exemplo é da Cia Tática, na Mooca, um complexo industrial gigantesco, “o que vamos fazer lá?” “Construir Museu!”. É a primeira coisa que se pensa quando pensa em restauro, mas tem uma série de possibilidades para se fazer naquele espaço, ainda estamos engatinhando muito nessa questão de patrimônio.

PESQUISADORA: Quem iria manter esse espaço?

DIÓGENES: No caso da população de baixa renda que já habitava esses espaços, acredito que seja o Estado, investimento do poder público, até para poder diminuir um pouco o déficit habitacional que temos na cidade. A gente tem esses edifícios que foi o caso do Edifício Wilton Paes de Almeida que estava ocupado, mas sem nenhuma condição, não sabe quem é o dono, espera cair para depois tomar alguma providência.

APÊNDICE F — ENTREVISTA COM GUTO (GUSTAVO VIEIRA DOS SANTOS)

PESQUISADORA: Onde você morava?

GUTO: Eu morava na Santa Madalena e agora estou morando na rua de baixo, Artur Prado, morava na Bahia, mas me mudei pra cá.

PESQUISADORA: Qual é sua relação com a Vila Itororó?

GUTO: Em torno do ano 2006, 2007 eu fiz um curso que não era de catequese, era um curso de música, mas não era esse nome, não vou me lembrar do nome porque já faz tempo, era na Igreja do Carmo totalmente voltada para os jovens, o propósito era ensinar a tocar instrumentos pros jovens da região da Bela Vista e nisso eu acabei conhecendo uma galera que era da Vila Itororó que tinha a mesma idade, entre 15, 16, 17 anos. O curso era duas vezes na semana e a maior intenção deles era reunir e aproximar os jovens dentro da Igreja. Na época foi de grande interesse pros jovens porque o celular não era essa coisa toda e era o meio de fazer amizade também.

Depois de começar a frequentar esse curso que eu comecei a frequentar a Vila, indo na casa de amigo pra fazer trabalho pro curso, obviamente teve aquelas pessoas com quem eu me dei melhor, tive mais amizade, fui em festa de aniversário e festa junina.

Quando eu comecei a frequentar a Vila, alguns amigos meus começaram a falar sobre a desocupação, até então era um boato de que a Prefeitura queria o local, parecia grave, mas até então muita gente não acreditava, quando começou a surgir a ideia de que seria um shopping a galera começou a acreditar e aí ficou sério.

PESQUISADORA: Como é que foi quando isso ficou sério?

GUTO: Quando ficou sério muita gente saiu porque viu que não dava pra bater de frente, outras foram expulsas, outras — não tenho a propriedade para dizer isso — foram ameaçadas. Então quando eles quiseram se apropriar do espaço rolou aquela coisa de “você têm que sair de qualquer maneira, não vamos jogar você na rua, mas aqui você também não podem ficar”, foi isso o que aconteceu, então obviamente muita gente não queria mudar, principalmente quem morava na Vila há muitos anos, senhoras e senhores que praticamente fizeram sua vida. É diferente conversar com uma pessoa e dizer “vamos mudar” e você expulsar ela.

A Vila tinha muitas coisas, festas, comemorações de aniversário, então existia uma liberdade na Vila, que obviamente quando falaram “você precisam sair, vamos

mandar vocês para outro lugar” a primeira coisa que a pessoa pensou foi “aonde vão me colocar? Eu vou ter a liberdade que tenho aqui? Eu moro aqui há anos, nunca ninguém veio me falar nada, sempre paguei direitinho e de repente alguém diz pra eu ir pra outro lugar, nem sei como vai ser nesse outro lugar, a dinâmica nem como funciona. Com quem vou dividir o espaço? Quem são os meus vizinhos?”. Então muita gente ficou desesperada, extremamente desesperadas.

As pessoas saíram da Vila com muita mágoa, muito chateadas.

PESQUISADORA: Você viu as pessoas saindo da Vila?

GUTO: Algumas sim, eu tinha um amigo que morava na Vila e quando eu acabei de chegar de um curso minha mãe me falou que ele tinha ligado, ela disse “Vamos descer na Vila, acho que está acontecendo algum problema” e a gente ajudou na mudança dele.

PESQUISADORA: E qual é a sua relação com o Canteiro Aberto?

GUTO: Durante um tempo eu fiquei afastado porque precisava me formar, mas sabia um pouco das coisas que aconteciam na Vila, lá pelo ano de 2014, 2015, tinha amigos que trabalhavam na Prefeitura de São Paulo e me contaram das propostas para a Vila e pensei “nossa, que legal, interessante”, achei isso diante da situação que em 2013 não vivia ninguém na Vila e o espaço ficou em desuso durante muitos anos. Isso era algo que incomodava os moradores, “tiram a gente da Vila para agora não fazerem nada?”. Então quando me disseram qual era a proposta eu fiquei até um pouco feliz, achei legal fazerem algo artístico naquele Bairro.

Depois eu tinha conversado muito com Paulo Goya do Casarão do Belvedere [Paulo Goya também foi entrevistado para esta pesquisa, apêndice C] que há anos atrás foi onde eu comecei a fazer teatro e conversando com ele e com o pessoal que tinha escrito a proposta para a Lei Rouanet me contaram da proposta do Canteiro Aberto, no momento não me interessei muito. Um dia, passando pela rua vi este espaço aberto [o Canteiro Aberto] e tinha uma menina sentada e resolvi conversar com ela, que era a Grazi [Graziela Kunsch, formadora de público do Instituto Pedra] a qual me contou qual era a proposta e que tinham interesse em pessoas que conheciam os ex-moradores da Vila Itororó, eu respondi que sim, eles também queriam trazer o Casarão Belvedere para fazer projetos junto com a Vila Itororó, respondi que era amigo do Paulo e que poderia tentar conversar com ele, mas eu já conhecia o posicionamento dele, o Paulo Goya tem uma ideia totalmente diferente sobre o espaço.

Eu comecei a frequentar o Canteiro Aberto pra entender o espaço, o ambiente, entender o que eles queriam fazer. A Grazi me chamou para montar um coletivo, junto com o Edivaldo [entrevistado para esta pesquisa, apêndice A] e outras pessoas, fundamos o Coletivo Riacho, o qual tinha propostas de atividades voltadas para os ex-moradores da Vila Itororó. Os ex-moradores não vinham no Canteiro Aberto, obviamente por todos os motivos do mundo, então eles não conheciam o espaço e a gente tinha a intenção de fazer qualquer tipo de atividade. Conversamos durante muitos meses e falando muito com o Edivaldo, pois ele é que seria o carro-chefe e que conhecia a maioria das pessoas.

O Edivaldo foi muito claro com todas as propostas que a gente planejava, nenhuma das atividades que não tivessem alguma coisa, fosse um prêmio ou outra coisa as pessoas não se interessariam no começo. Talvez seja interessante você convidar e dar algo para que as pessoas se interessem mais.

A primeira atividade que a gente montou foi a Festa Junina que já existia antes, mas a intenção foi diferente porque o foco seria outro, então começamos a montar as atividades e as brincadeiras que fossem interessantes para as pessoas da Vila, então seriam brincadeiras que as crianças iriam gostar de participar e coisas que as pessoas iriam se interessar. A gente se surpreendeu que os ex-moradores começaram a participar da festa ajudando a fazer quentão, ajudaram a fazer pipoca, a arrumar a mesa compartilhada que tava uma bagunça cheia de comida. A mesa de comida era compartilhada, poderia levar e pegar a comida do outro, todo mundo poderia trazer algo e ela ficava numa localização central, a comida era um convite, era interessante para as pessoas. Fizemos uma mobilização para conseguir prêmios para um bingo e as pessoas gostaram bastante, foi bem atrativo para elas.

No meio dessa festa a Grazi e o Benjamim conversaram com o pessoal, quem tivesse interesse poderia ir conhecer um pouco da obra que estava sendo feita, foi tudo planejado para que as pessoas pudessem talvez tirar essa mágoa que ficou, pudessem entender melhor como é que funcionava o espaço e tirar algumas dúvidas. Foi bem aberto e bem respeitado, as pessoas não se incomodaram. Eu percebi na hora que as pessoas separaram uma coisa da outra, a parte do Canteiro Aberto era uma e a da Vila é outra, não por maldade, mas assim: o que é a Vila e o que eu morei fica na Vila, no Canteiro Aberto tem outra proposta. No começo era esse pensamento que eles precisavam ter para tirar a dor do passado, foi válido. O projeto do Canteiro

Aberto é para todos do bairro com a intenção de trazer mais cultura e conhecimento sobre o bairro. Mas tudo foi trabalho de formiguinha.

Depois propusemos outras atividades também com relação à dança, à alimentação e aí foi indo mais para o lado da alimentação. “Vamos fazer almoços na Vila e convidamos o pessoal para vir”, foi uma proposta legal, mas que no começo algumas coisas eu gostei e outras não, eu até expliquei isso no Coletivo Riacho. Nos almoços era feito comidas saudáveis ou de xepa que é um gosto totalmente diferente do que eles já estavam acostumados, eu conversei muito sobre isso com Edivaldo e ele respondeu “realmente, precisamos de comida popular”, não que as pessoas fossem achar ruim, mas é um gosto diferente, é um arroz diferente que é bom, mas para chamar os outros é mais difícil.

Uma vez teve uma xepa com reaproveitamento de legumes e tudo, uma proposta bem legal e foi aberto a todos, mas não era o paladar. Quando você vai fazer um almoço, tem que fazer algo que as pessoas reconheçam, vai chamando as pessoas e aí sim vai fazendo comidas diferentes.

O Edivaldo sempre reforçava que para as pessoas da Vila frequentarem o espaço tem que dar algo, tem ser algo mais interessante.

Além disso, no Coletivo Riacho surgiu a proposta de uso espontâneo com futebol. Aqui perto, na Avenida 9 de Julho, tem um futebol embaixo do pontilhão, que hoje em dia está um espaço maravilhoso, mas antes não era assim e a nossa proposta era trazer as crianças que jogavam bola no pontilhão e as que moravam na Vila para jogarem futebol no Canteiro Aberto. Funcionou durante uns dois meses porque o Canteiro Aberto tinha espaço limitado, perigo de a bola sair na rua e a criança sair correndo, perigo da bola bater e quebrar algo, perigo da bola ir parar na parte onde os engenheiros faziam a reunião ou ir parar na obra, então as crianças se sentiram limitadas e elas voltaram para a [Avenida] 9 de Julho, onde tinham muito mais espaço e liberdade do que no Canteiro.

Outra proposta do Coletivo foi o Natal com um almoço coletivo e doação de roupas e foi bem legal, conseguimos muita comida, muitos perus. O Instituto Pedra sempre ajudava a gente, conseguíamos muito patrocínio com comida, às vezes, dependendo do que eles tinham de verba ajudavam a gente, outras vezes a gente tirava do próprio bolso pra comprar algo.

Durante a residência do Instituto Goethe na Vila, muitos artistas se interessaram pela história da Vila, começaram a explorar a história dos moradores

sem conhecer nada, os moradores até se afastaram um pouco. Depois foi feito um curta contando essas histórias, justamente para lembrar que a história deles era muito bonita e importante. Depois de um tempo foi feito algo que os moradores desceram para contar sobre o espaço “Era casa de tal esta daqui”, chegou um tempo que os moradores ficaram mais abertos e viram a Vila de outra forma, óbvio que mesmo com tudo isso, fica a mágoa que eu acredito que será eterna, onde eles moram agora não é um lugar que eles curtem, perderam a liberdade que tinham aqui.

PESQUISADORA: Como está o Coletivo Riacho hoje em dia?

GUTO: Algumas pessoas saíram do Coletivo Riacho percebendo que projetos que eles queriam fazer, não ia funcionar, principalmente a Grazi, que respeito muito e que deu muito valor e tentou muitas propostas, recebeu um monte de não e lutou muito, depois de um tempo ela disse “não tem mais o que eu fazer” aí ela deixou o Coletivo.

Quando teve a mudança para a prefeitura do Dória, a Vila quase fechou e os ex-moradores questionaram muito sobre por que que a Vila ainda não estava pronta, foi explicado que é um processo demorado e tudo mais. Isso cansou bastante e as pessoas do Coletivo Riacho foram se dissipando. Era difícil, a gente fazia com muito amor e carinho, mas cada um tinha sua vida e coisas para resolver.

Um dia a Grazi, Michele e Flávio chamaram a gente pra conversar e colocaram um pouco às claras, disseram que havia grandes chances do projeto Canteiro Aberto fechar e porque não havia interesse da Prefeitura de manter esse local Canteiro Aberto, na época do prefeito João Dória, eles correram atrás de apoio de todos os jeitos, da imprensa para não fechar e era mais importante do que nunca de ter o apoio do Paulo Goya que tinha bastante influência, a gente precisava de uma união para falar sobre a importância desse espaço, chegamos até a pensar em dormir na Vila para ocupar o espaço e resistirmos para mantê-lo aberto. Acabou não precisando.

Logo depois acabou o período de manutenção do Canteiro Aberto pelo Instituto Pedra, eles só continuariam a fazer o restauro e não gerenciariam mais o centro cultural, e entrou no lugar deles o Novolhar, mantivemos o Coletivo Riacho para continuar com as nossas propostas e tentar trazer os ex-moradores, porque havia grande chances do Novolhar não conhecer essa história que o espaço já teve e acabar com tudo. Nós nos apresentamos para o Novolhar, eles demonstraram interesse, mas nós estávamos cansados em começar tudo de novo e as reuniões foram difíceis de acontecer e sem muitas propostas.

Atualmente, com a gestão da Prefeitura, o Diogo, o qual gerenciava a Galeria Olido, é quem toma conta aqui e ele reforçou o uso da Vila Itororó, ele faz as coisas acontecerem. Com o Instituto Pedra a lógica de uso do espaço era mais da conversa, do psicológico, do entendimento.

Quanto ao Coletivo, nós não nos reunimos mais, estamos muito ocupados, está um pouco mais difícil.

PESQUISADORA: Quais foram as atividades que você fez na Vila Itororó como artista?

GUTO: Eu fiz duas apresentações de palhaço e de teatro e uma oficina. A oficina foi sem verba e a apresentação uma foi remunerada pelo Instituto Pedra e a outra foi gratuita para gravarmos a apresentação e vendermos para SESC.

PESQUISADORA: Você acha que falta algo para o Canteiro Aberto?

GUTO: Aqui eu acho que tem tudo e vem bastante gente, principalmente de outros lugares do que pessoas do Bairro, a divulgação que o Diogo faz agora pelo Instagram é muito boa pra haver interesse nas pessoas em frequentarem aqui. O próprio pessoal do bairro não frequenta tanto, não sei exatamente o porquê, talvez seja por conta da Bela Vista ter muita atividade, a própria Vai-Vai faz isso, a Igreja da Querupita, o teatro do Zé Celso.

Também acho que os horários das oficinas é complicado e limitado para as pessoas que trabalham, uma pena porque as oficinas são muito boas. A oficina do FabLab foram eles que mostraram o cenário da minha peça.

PESQUISADORA: Você frequenta o Canteiro Aberto?

GUTO: Sim, nunca parei de frequentar aqui, conheço o pessoal das oficinas, sempre ajudo o que posso por aqui. Eu gosto do espaço, acho que o projeto tá demorando pra ficar pronto, mas espero que seja um espaço que a gente possa usar, principalmente os ex-moradores.

PESQUISADORA: Aqui é Bela Vista ou Bexiga pra você?

GUTO: Bela Vista total.

ANEXO A — LISTA DE APARELHOS CULTURAIS DA BELA VISTA

1. Associação Novolhar: programa que oferece às famílias suporte e que tem por objetivo a educação integral e inclusiva com a finalidade de contribuir para a inclusão social de crianças, jovens, família e comunidade.
2. Bloco da Abolição (concentração): bloco de carnaval com características rebeldes e inconformadas que se pauta na história da abolição da escravatura.
3. Bloco dos Esfarrapados: bloco mais antigo de São Paulo que ainda participa do Carnaval, nasceu em 1943 no Bexiga.
4. Bloco Ilú Obá de Min (concentração): bloco de Carnaval composto exclusivamente por mulheres enaltecendo a cultura afro-brasileira, também é uma associação com cursos e projetos de educação da arte-negra.
5. Canteiro Aberto Vila Itororó: patrimônio cultural e espaço dedicado à formação e fruição artística estudado nesta dissertação.
6. Casa 1 — Centro Cultural e Acolhimento LGBTs: o sobrado é a residência de 12 moradores em uma república de acolhimento, e também um Centro Cultural composto de salão de exposição, sala de cursos, palestras e *workshops* e uma biblioteca aberta ao público.
7. Casa das Rosas — Espaço Haroldo de Campos de Poesia e literatura: oferece à população: cursos, oficinas de criação e críticas literárias, ciclos de debates, apresentações literárias, musicais e saraus.
8. Casa de Cultura Africana Osumare Dele: templo de religião tradicional Iorubá, com o objetivo do resgate cultural africano.
9. Casa Mestre Ananias: é um espaço de vivência, transmissão oral e difusão do Patrimônio Cultural Nacional e da Humanidade. Tem base nas tradições populares afro-brasileiras onde a capoeira é o regente do espaço.
10. Casarão do Belvedere: construção datada do início do século XX, espaço cultural em formação.
11. Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Educação e Trabalho: foi constituído como um espaço de discussão e implementação de ações multissetoriais voltadas para a população em situação de rua do Município de São Paulo.
12. Centro de Memória do Bixiga: possui registros das peculiaridades do Bairro ítalo-afro-nordestino.

13. Centro de Pesquisa e Formação/SESC: centro do SESC destinado às pesquisas culturais.
14. CPC/USP: é o Centro de Preservação Cultural da USP na Casa de Dona Yayá, com o papel de promover ações de comunicação museológica, educação patrimonial, através de oficinas, cursos, palestras, simpósios.
15. Dia do Graffiti no Bexiga: criado em 1988 em homenagem a Alex Vallauri (pioneiro na arte de rua). Anualmente é pintado um mural de 12 m x 7 m na Rua 13 de Maio por vários artistas.
16. Escadaria do Jazz: localizado na escadaria do Bexiga em frente à Praça Don Orione, o evento ao ar livre ocorre todo segundo sábado do mês trazendo shows e novos nomes do jazz.
17. Espaço de Convivência para Adulto — Bela Vista: espaço de acolhida para usuários que estiverem em condições de maior fragilidade e vulnerabilidade pessoal e social.
18. Espaço de Cultura Bela Vista: espaço da Prefeitura para a valorização cultural e social do Distrito, envolvendo artes, culinária, educação.
19. Espaço dos Fofos Encenam: sede de grupo de teatro com um espaço multiuso que permite experimentações das pesquisas do grupo.
20. Estúdio de Treinamento Artístico: escola de teatro profissionalizante.
21. Estúdio Teatro X-Arte Cultura: sede do grupo de teatro.
22. Estúdio Traquitana e Livraria Suburbano Convicto: estúdio de áudio para música independente, já gravou álbuns como o da banda que faz homenagem ao Bairro “Bixiga 70” e divide espaço com uma livraria onde acontece o Sarau Suburbano destinado à leitura de poesias.
23. Feira de Antiguidades Don Orione: a feira que acontece todo domingo, reúne peças restauradas e colecionadas pelos ateliês espalhados pelo Bexiga.
24. Festa da Achirópita: entre os dias 5 agosto e 3 de setembro a festa em Louvor a Nossa Senhora da Achirópita conta com mais de 30 barracas de comida italiana, divididas em 3 ruas: R. 13 de Maio, R. São Vicente e R. Doutor Luís Barreto.
25. Instituto Bixiga de Pesquisa, Formação e Cultura Popular: espaço com experiência interdisciplinar que contempla uma ampla pesquisa sobre a realidade brasileira e latino-americana, bem como a transmissão e popularização dessa produção científica, tecnológica e artística, com grande destaque para a cultura popular.

26. Instituto Cultural Capobianco: a OSCIP Instituto Capobianco propõe-se à difusão da cultura, defesa de patrimônio histórico e artístico e a promoção do desenvolvimento sustentável.
27. Mundo Pensante: um espaço cultural que integra eventos de música, artes visuais, artes do corpo e filosofia. A estrutura acolhe desde espetáculos, eventos, ensaios de grupos artísticos, *workshops*, exposições de arte e exibição de filmes.
28. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand: Ícone arquitetônico projetado por Lina Bo Bardi localizado na Av. Paulista.
29. Museu do Óculos: o museu é um casarão da década de 1920 que conserva uma coleção de aproximadamente 700 exemplares de óculos, originários do Brasil e de outro países.
30. Núcleo Pedro Costa: núcleo Artístico referência ao estudo da dança, unindo tradição e inovação, atento à diversidade cultural.
31. Praia Urbana: entre os prédios da região, está o espaço com areia, cadeiras e guarda-sol. Uma feirinha acontece aos fins de semana com produtos orgânicos e artesanais.
32. Quilombolas de Luz: espaço destinado à formação e graduação da Capoeira.
33. Rede Social Bela Vista: promove um modelo de desenvolvimento sustentável da região em prol da comunidade local.
34. Teatro Ágora: caracteriza-se não apenas pela produção e apresentação de montagens, mas também por organizar ciclos de debates, seminários, pesquisas, leituras e promover a publicação de obras que documentam esses encontros.
35. Teatro Bibi Ferreira: é um teatro com café e livraria com acomodação para 300 lugares.
36. Teatro Brigadeiro: teatro na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 884.
37. Teatro de Narradores: sede do grupo de teatro que tem aproximações teóricas com o trabalho de Bertold Brecht.
38. Teatro Denoy de Oliveira: teatro localizado na sede da Bela Vista da União Municipal dos Estudantes Secundaristas — UMES. Possui aulas de capoeira e teatro.
39. Teatro Frei Caneca: um dos maiores teatros do Brasil, localizado no Shopping Frei Caneca
40. Teatro Gazeta: prédio icônico da Avenida Paulista, reconhecido pela sua grande escadaria.

41. Teatro Maria Della Costa: inaugurado em 1954, o espaço que era da própria atriz que o teatro leva o nome. Depois de ficar fechado por vários anos por ser inapropriado para apresentações, o teatro reinaugura em 1996.
42. Teatro Nair Bello: é uma homenagem à atriz Nair Bello, se localiza na escola de atores Wolf Maia.
43. Teatro Oficina: sede do Grupo de Teatro Oficina, internacionalmente conhecido, o espaço é um projeto arquitetônico de Lina Bo Bardi e Edson Elito, aberto em 1993.
44. Teatro Raul Cortez: o teatro é uma homenagem ao ator, conta com mais de 500 lugares.
45. Teatro Renault: prédio em estilo arquitetônico *Art Nouveau* com capacidade para mais de 1.200 lugares na plateia.
46. Teatro Ruth Escobar: propriedade da atriz Ruth Escobar, inaugurado em 1963, que graças à colônia portuguesa conseguiu levantar o espaço.
47. Teatro Sérgio Cardoso: fundado em 1980, o espaço teatral tem duas salas de apresentação na Rua Rui Barbosa, 153.
48. Teatro SP-Produções Artísticas: Av. Brigadeiro Luís Antônio, 931.
49. Teatro X de Novembro: organização sem fins lucrativos que atua nas áreas de artes cênicas, dança e cinema.
50. Top Teatro: teatro na Rua Rui Barbosa, 201. Capacidade para 50 pessoas
51. Vai-Vai: escola de Samba com mais de 15 títulos, formada em 1930 com um cordão carnavalesco chamado Cai-Cai. Um grupo de amigos, liderados por Livinho e Benedito Sardinha eram sempre vistos como penetras e bagunceiros, sendo apelidados de modo jocoso como “a turma do Vae-Vae”, o que posteriormente apelidou a escola de samba, Vai-Vai.

ANEXO B — ATIVIDADES CULTURAIS NO CANTEIRO ABERTO VILA ITORORÓ

Janeiro, fevereiro de 2015

- Vinda de ConstructLab, França, para montagem de exposição em meados de abril
- Elaboração do projeto “Adaptação da Casa 11 da Vila Tororó para criação de residência cultural”.

Março, abril de 2015

- Workshop com ConstructLab: construção de suportes expositivos e recreativos para centro cultural temporário
- Festa de Abertura de 10 a 12/abr: inauguração de centro cultural, com programação de educação patrimonial, apresentação do Projeto de Restauração, e atividades musicais e artísticas
- Visitas monitoradas para grupos escolares e visitantes espontâneos, às quartas, quintas e sextas-feiras, desde a Abertura do centro cultural

Maior, junho de 2015

- Workshop com Monica Nador: padrões da Vila Itororó
- Festa de Junina: inauguração de centro cultural, com programação de educação patrimonial,
- apresentação do Projeto de Restauração, e atividades musicais e artísticas
- Visitas monitoradas para grupos escolares e visitantes espontâneos, às quartas, quintas e sextas-feiras,
- no último fim de semana de maio (dias 30 e 31) na Virada Cultural (dia 21) festival de cultura africana organizado pela sociedade africana do Brasil

Julho, agosto de 2015

- Pesquisas, Publicações e Atividades Culturais:
- Visitas monitoradas para grupos escolares, grupos universitários e visitantes espontâneos, realizadas durante todas as quartas, quintas e sextas-feiras, bem como nos últimos fins de semana de cada mês (durante o bimestre foram realizadas 42 visitas);

- Pesquisa a respeito da história recente da Vila Itooró, buscando frequentadores da Vila, agentes envolvidos com a área de patrimônio cultural e pesquisadores;
- Início da segunda fase da pesquisa histórica em andamento em arquivos públicos e privados realizada por Sarah Feldman e Ana Castro;
- Continuidade da realização de entrevistas para confecção de Audioguia sobre a história da Vila Itooró, da qual se ocupa Estúdio ZUT;
- Primeira fase da realização de um curta-documentário sobre o trabalho de restauro, incluindo
 - entrevistas com pessoas cujas histórias se vinculam a da Vila Itooró, realizado pelo Espaço Húmus;
- Início do projeto “Cinema sem fio”, onde um filme é exibido a cada 15 dias e o público decide a partir da discussão gerada, qual será o próximo filme a ser exibido. (Foram realizadas 5 sessões, exibidos 6 filmes, público total de 55 pessoas);
- Acolhimento e visita monitorada com participantes da Caminhada Noturna no Centro de São Paulo, organizada por Carlos Beutel com 180 participantes;
- Acolhimento de 160 fotógrafos participantes do encontro da Jornada Fotográfica, organizada por André Douek, fotojornalista e coordenador da Supervisão de Pesquisa e Difusão do Arquivo Histórico de São Paulo da Secretaria Municipal de Cultura;
- Início das oficinas em parceria com o CoCidade (Festival de Iniciativas Colaborativas): “Oficina Multirão/Vivência em Agrofloresta” ministrada por Gilberto Machel; “Oficina de Habitação mínima” por Rodrigo Agostini; “Oficina de Mobiliário urbano Temporário” ministrada pelo coletivo Batatas Construtoras; e “Oficina Marcenaria com reuso de materiais” ministrada pelo coletivo GAMB;
- Workshop “A cultura da moradia” conduzida pelo escritório modelo Mosaico da Universidade Mackenzie. Encerramento do workshop contou com a presença do secretário de Cultura Nabil Bonduki;
- Projeto Mutirão com a artista Graziela Kunsch, integrando o seminário Liminaridade, organizado pelas companhias de dança Núcleo Tríade e Coletivo Cartográfico pela Lei Municipal de Fomento à Dança;

- Realização de experimentos em brincadeira livre aos sábados, idealizados pela artista Graziela Kunsch;
- Acolhimento do espetáculo circense “Retirantes”, organizado e realizado pela dupla “Trupe Baião de Dois” para público espontâneo de 40 pessoas;
- Início da montagem da cenografia do espetáculo “O Filho”, da companhia Teatro da Vertigem que ficará em cartaz de 17 de setembro a 01 de novembro na marcenaria do Canteiro Aberto;
- Atividade de encerramento do curso “Narrativas Fotográficas: Tratamentos discursivos no patrimônio histórico”, ministrado por Eduardo Costa e organizado pela Casa de Dona Yayá;
- Acolhimento de Festa de lançamento do samba enredo da Escola de Samba Primeira da Aclimação e apresentação do grupo de samba Madeira de Lei, original do bairro da Bela Vista-Bexiga, organizadas e realizadas de forma independente pelos grupos;

Setembro, outubro de 2015

- Visitas monitoradas para grupos escolares, grupos universitários e visitantes espontâneos, realizadas durante todas as quartas, quintas e sextas-feiras, bem como nos últimos fins de semana de cada mês. (durante o bimestre foram realizadas 39 visitas);
- Pesquisa a respeito da história da Vila Itororó, buscando frequentadores da Vila, agentes envolvidos com a área de patrimônio cultural e pesquisadores;
- Continuidade da realização de entrevistas para confecção de Audioguia sobre a história da Vila Itororó, da qual se ocupa Estúdio ZUT;
- Realização de um curto documentário sobre o trabalho de restauro, incluindo entrevistas com pessoas cujas histórias se vinculam a da Vila Itororó, realizado pelo Espaço Humus;
- Continuidade do projeto “Cinema sem fio”, no qual um filme é exibido mensalmente e o público decide a partir da discussão gerada qual será o próximo filme a ser exibido;
- Conclusão das oficinas em parceria com o CoCidade (Festival de Iniciativas Colaborativas): “Oficina de Habitação mínima” por Rodrigo Agostini; “Oficina de Mobiliário urbano Temporário” ministrada pelo coletivo Batatas

Construtoras; e “Oficina Marcenaria com reuso de materiais” ministrada pelo coletivo GAMB;

- Continuidade da oficina em parceria com o CoCidade (Festival de Iniciativas Colaborativas): “Oficina Multirão/Vivência em Agrofloresta” ministrada por Gilberto Machel. Início do trabalho no local, limpeza da terra e plantio.
- Realização de experimentos em brincadeira livre e usos espontâneos aos sábados, idealizados pela artista Graziela Kunsch;
- Acolhimento do espetáculo “O Filho”, da companhia Teatro da Vertigem que ficou em cartaz de 17 de setembro a 01 de novembro na marcenaria do Canteiro Aberto (28 espetáculos, público estimado total de 1.120 pessoas);
- Acolhimento do lançamento das obras produzidas durante o projeto “Quatro Pontos”, financiado pelo ProAC. A atividade foi composta por discussões e projeções de vídeo mediadas e organizadas pelo coletivo Contracouchê dentro da proposta de usos espontâneos;
- Acolhimento da disciplina “Lugares de Memória e consciência: teoria e intervenção”, ministrada pelo Prof. Dr. Renato Cymbalista, no Programa de Pós Graduação da FAU-USP (aproximadamente 15 alunos de 14 a 25 de setembro);
- Acolhimento do espetáculo circense “Entra no meu sonho”, organizada e realizada pela cia “Nós, Palhaços!” (3 espetáculos, público estimado total de 110 pessoas);
- Oficina de acrobacia para crianças no final de semana do dia das crianças com a dupla circense “Trupe Baião de 2”;
- Mostra de filmes do cineasta alemão Harum Farocki em parceria com o Terreyro Coreográfico e Goethe-Institut São Paulo;
- Acolhimento da “Oficina de Catarse”, ministrada pelo grupo Cidade para Pessoas (aproximadamente 30 participantes, 3 dias de oficina).
- Acolhimento de festa de aniversário da Associação Novolhar, com oficina para crianças e apresentações de dança e capoeira, organizadas e realizadas de forma independente pela associação;

Frequência de público estimado nessas atividades: 2.432 pessoas

Novembro, dezembro de 2015

- Formação de público: Pesquisa a respeito da história da Vila Itororó, buscando frequentadores da Vila, agentes envolvidos com a área de patrimônio cultural e pesquisadores;
- Livros: Finalização do livro *Vila Itororó* de Benedito Lima de Toledo e edição (em andamento) do livro *Uma história social da Vila Itororó* (título provisório) de Sarah Feldman e Ana Castro.
- Audioguia: Continuidade da realização de entrevistas para confecção de Audioguia sobre a história da Vila Itororó, da qual se ocupa Estúdio ZUT;
- Vídeo: Realização (em andamento) de um curto documentário sobre o trabalho de restauro, incluindo entrevistas com pessoas cujas histórias se vinculam a da Vila Itororó, realizado pelo Espaço Humus;
- Visitas monitoradas: quartas, quintas e sextas-feiras, e últimos finais de semana do mês: visitas monitoradas para grupos escolares, grupos universitários e visitantes espontâneos. Durante o bimestre foram realizadas 39 visitas;
- Brincadeiras: Realização de experimentos em brincadeira livre e usos espontâneos aos sábados, idealizados pela artista Graziela Kunsch;
- Cinema: Continuidade do projeto “Cinema sem fio”, no qual um filme é exibido mensalmente e o público decide a partir da discussão gerada qual será o próximo filme a ser exibido. Em novembro foi exibido *Na Quebrada*, Fernando Grostein Andrade. Em dezembro foi exibido *Faroeste Caboclo*, de René Sampaio.
- Marcenaria aberta: Toda obra da construção civil precisa de máquinas de carpintaria/marcenaria. Obras de patrimônio precisam dessas máquinas para restaurar janelas, portas, pisos e outros objetos de madeira, entre outros usos. No projeto Vila Itororó Canteiro Aberto essa área de marcenaria não fica restrita à obra de restauro, estando aberta para a cidade, ela está aberta para quem precisar desenvolver objetos em madeira todas as quintas-feiras e todos os sábados, com exceção do terceiro sábado de dezembro, dia 19. Com Filipe Vaz e Plínio Calil.
- Oficinas: Conclusão das oficinas em parceria com o CoCidade (Festival de Iniciativas Colaborativas): “Oficina Multirão/Vivência em Agrofloresta”

ministrada por Gilberto Machel. Início do trabalho no local, limpeza da terra e plantio.

- Teatro: peça “Cidade Subermas”, de IMPULSO Coletivo (dias 12, 13, 19 e 20/12), no canteiro de obras. Entrada Gratuita (público estimado em 140 pessoas)
- Lançamento do “Goethe na Vila” (08/12): espaço de projetos no canteiro de obras da Vila Itororó. Na ocasião, Roberto Michelino apresentou uma instalação sonora concebida para o espaço. O espaço funcionará por meio de convites e de uma chamada aberta a partir de 2016.
- Jornada do Patrimônio: Sábado (12/12): 11h Vila Itororó: construção, permanências e impasses – com Sarah Feldman e Ana Castro: As urbanistas Sarah Feldman e Ana Castro apresentam os resultados de uma pesquisa histórica a respeito da Vila Itororó; 13h Almoço coletivo; 15h Cotidiano e resistência na Vila Itororó na última década – com Cida Santana, Elaine Santana, Graziela Kunsch e Jaqueline Santana: A conversa tem como ponto de partida a apresentação de registros em vídeo realizados pela artista. Graziela Kunsch na Vila Itororó em 2006; 17h Peça Cidade Submersa, de IMPULSO Coletivo. Domingo (13/12); 12h Visita ao pátio de casas da Vila; 13h Thobias da Vai Vai; 14h Visita ao pátio de casas da Vila; 14h Oficina de Conservação em Portas de e Janelas de Madeira com Clark dos Santos Alves com 2 horas de duração. 20 vagas; 15h Coral Paulistano; 16h Visita ao pátio de casas da Vila; 19h Peça Cidade Submersa, de IMPULSO Coletivo.
- Cultura e Pensamento: Roda de conversa com movimentos sociais “A cidade que queremos é a cidade que quisermos”, organizada pelo Ministério da Cultura, dia 04/11
- Panorama sobre o Patrimônio Cultural Ibero-Americano: Debate com representantes da área de patrimônio no Brasil, na Colômbia, na Espanha e no México, composta por representantes - atuais ou ex-diretores - das políticas públicas de patrimônio em seus respectivos países. Com: Francisco Javier López Morales - Diretor de Patrimônio Mundial do Instituto Nacional de Antropologia e História (México), Juan Luis Isaza Londoño - Ex-Diretor de Patrimônio do Ministério da Cultura (Colômbia), Román Fernández-Baca Casares - Diretor do Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (Espanha), Luiz

Fernando de Almeida - Diretor do Instituto Pedra e Ex-Presidente do Iphan (Brasil), dia 16/11.

Usos espontâneos (destaques):

- Ocupações e Comunidades na Luta contra os Despejos: Organizado por Periferia Ativa e MTST, o encontro reúne líderes e participantes de ocupações ameaçadas de despejos para debates, dia 19/11; Encontro do CCAs do Bexiga: Realização de peças teatrais e apresentações de
- dança e teatro de alunos frequentadores do Centro para Crianças e Adolescentes, dia 03/12.

Frequência de público estimado nessas atividades: 2.742 pessoas

Janeiro, fevereiro de 2016

- Visitas: Quartas, quintas e sextas-feiras, e últimos finais de semana do mês: visitas monitoradas para grupos escolares, grupos universitários e visitantes espontâneos. Durante o bimestre foram realizadas 39 visitas;
- Brincadeiras: Realização de experimentos em brincadeira livre e usos espontâneos aos sábados, idealizados pela artista Graziela Kunsch;
- Cinema: Continuidade do projeto “Cinema sem fio”, no qual um filme é exibido mensalmente e o público decide a partir da discussão gerada qual será o próximo filme a ser exibido. Em janeiro foi exibido *Viajo Porque Preciso, Volto Porque te Amo*, de Marcelo Gomes e Karim Aïnouz. Em fevereiro, *Iracema - Uma Transa Amazônica*, de Jorge Bodanzky e Orlando Senna.
- Marcenaria aberta: Toda obra da construção civil precisa de máquinas de carpintaria/marcenaria. Obras de patrimônio precisam dessas máquinas para restaurar janelas, portas, pisos e outros objetos de madeira, entre outros usos. No projeto Vila Itororó Canteiro Aberto essa área de marcenaria não fica restrita à obra de restauro: o uso é livre para pessoas com conhecimento prévio de maquinário de marcenaria (8 vagas, por ordem de chegada) - Quintas-feiras, das 13h às 17h30
- Oficinas gratuitas de iniciação à marcenaria com GAMB (Filipe Vaz, Plínio Calil e Pablo Lastra): Descrição: Capacitar o público para o manuseio de ferramentas e técnicas básicas de marcenaria, a fim de habilitar a autonomia no

processo construtivo de um objeto. Quintas-feiras, das 18h45 às 21h45;
Sábados, das 13h às 17h.

- Oficinas: iniciadas em fevereiro, abertas para participantes do bairro, com duração prevista até o final de março:
 - Improvisação Musical, com Luiz Galvão e Thiago Salas. Quartas-feiras, das 15h às 17h;
 - Introdução Tai-Chi, com Eduardo Fukushima. Quintas-feiras, das 18h às 20h;
 - Capoeira, com Peroba. Sextas-feiras, das 15h às 17h;
 - Circo: acrobacias e perna de pau, com Trupe Baião de Dois. Sábados, das 15h às 17h;

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL – Aniversário de São Paulo

- Uma pequena contra-história de São Paulo: Toda história oficial celebra uma certa narrativa, mas o aniversário de São Paulo pode também colocar em questão diferentes perspectivas sobre a cidade. A programação da Vila Itororó Canteiro Aberto no último fim de semana de janeiro propõe uma reflexão sobre as tensões e contradições vivenciadas na cidade de São Paulo, tanto hoje quanto em uma perspectiva histórica, na expectativa de dar maior visibilidade a narrativas fundamentais na formação da cidade, porém muitas vezes silenciadas. As atividades apontam para outras histórias paulistanas - histórias afro-brasileiras, indígenas e de seus imigrantes - e para outras formas de se viver na cidade, com o objetivo de pensar uma outra cidade possível. Serão abordados temas diversos como o genocídio indígena e da população negra, cuidados com cabelos afro, a São Paulo vista por seus mais recentes imigrantes e as intensas transformações pelas quais vem passando o bairro do Bexiga, do qual a Vila Itororó é parte. Sábado, 30 de janeiro
 - 12h - O mundo no black power de Tayó: Contação de história e encenação seguida de conversa, com a escritora Kiusam de Oliveira e a artesã Luciene Campos;
 - 13h - Almoço coletivo; 14h - Nosso cabelo não é ruim; ruim é o racismo: Oficina sobre feminismo e cuidados com cabelos afro/crespos/cacheados e penteados (black power, tranças, dreads, turbantes, tiaras etc.), com o coletivo Abayomi Cabelereiras;

- 15h - Outras fundações: São Paulo, além dos bandeirantes: Palestras da educadora Poty Guarani e do artista Jaime Lauriano;

- 16h - A cidade como campo de tensões: o Bixiga e suas transformações: Projeção do super-8 “A Pequena Ilha da Sicília”, de Flavio Império, 1975. Apresentação de Yuri Quevedo e conversa pós-projeção com o arquiteto e urbanista José Lira.

Todas as atividades são gratuitas.

Frequência de público estimado jan-fev: 2.742 pessoas

Março, abril de 2016

Programação cultural contínua

- Visitas / Quartas, quintas e sextas-feiras, e últimos finais de semana do mês: visitas monitoradas para grupos escolares, grupos universitários e visitantes espontâneos. Durante o bimestre foram realizadas 32 visitas;
- Brincadeiras / Realização de experimentos em brincadeira livre e usos espontâneos aos sábados, idealizados pela artista Graziela Kunsch;
- Cinema / Continuidade do projeto “Cinema sem fio”, no qual um filme é exibido mensalmente e o público decide a partir da discussão gerada qual será o próximo filme a ser exibido. Em março foi exibido *A Noite do Espantalho*, de Sérgio Ricardo. Em abril *Tatuagem*, de Hilton Lacerda, com a presença do diretor.
- Marcenaria aberta / Toda obra da construção civil precisa de máquinas de carpintaria/marcenaria. Obras de patrimônio precisam dessas máquinas para restaurar janelas, portas, pisos e outros objetos de madeira, entre outros usos. No projeto Vila Itororó Canteiro Aberto essa área de marcenaria não fica restrita à obra de restauro: O uso é livre para pessoas com conhecimento prévio de maquinário de marcenaria (8 vagas, por ordem de chegada). Quintas-feiras, das 13h às 17h30. Oficinas gratuitas de iniciação à marcenaria. Descrição: Capacitar o público para o manuseio de ferramentas e técnicas básicas de marcenaria, a fim de habilitar a autonomia no processo construtivo de um objeto. Quintas-feiras, das 18h45 às 21h45. Sábados, das 13h às 17h. Com GAMB (Filipe Vaz, Plínio Calil e Pablo Lastra)

- Oficinas livres abertas para participantes do bairro: Improvisação Musical, com Luiz Galvão e Thiago Salas. Quartas-feiras, das 15h às 17h; Introdução Tai-Chi, com Eduardo Fukushima. Quintas-feiras, das 18h às 20h; Laboratório de Performance para Crianças, com Rita Cavassana e Vicente Martos;
- Capoeira, com Peroba. Sextas-feiras, das 15h às 17h; Circo: acrobacias e perna de pau, com Trupe Baião de Dois. Sábados, das 15h às 17h;
- FabLab Livre. No dia 22/03 foi inaugurado um FabLab, laboratório de impressão digital, na Vila Itororó, compondo a rede de FabLabs públicos da prefeitura da Cidade de São Paulo. Aberto para todos, são ministrados cursos que capacitam o usuário nas técnicas digitais de criação de objetos. Terça à sexta-feira: das 09h às 17h; Sábado: das 09h às 13h;
- Peça: Cidade-Vodu. Criação do Teatro de Narradores, a peça Cidade Vodou aborda temas como a trajetória de haitianos até o Brasil; cenas da ocupação militar no Haiti, comandada pelo Brasil; irrupções da cordialidade brasileira diante da presença haitiana; insurgências versus “gestão da vida”; narrativas da Revolução: “esclarecimento” europeu versus Revolução Negra; e escravidão moderna como pressuposto da liberdade europeia. As apresentações começaram no quadro da Mostra Internacional de Teatro de São Paulo (MIT/SP), e a peça Cidade Vodou entrou em cartaz no dia 26/03, com duração prevista até 15/05. De quinta à domingo, as 19h.

Programação especial

- Trabalho e Trabalho Livre: em função das comemorações do Dia do Trabalho. O crescente lugar que o trabalho ocupa na vida é objeto de reflexões as mais diversas. Se historicamente o dia do trabalhador, 1º de maio, está relacionado a um momento de luta por direitos trabalhistas, o seu sentido combativo parece ter se esvaziado na medida em que se torna um momento de celebração do próprio trabalho e do consumo. Assim, a programação da Vila Itororó Canteiro Aberto no último fim de semana de abril propõe atividades diversas e espaços de reflexão sobre o trabalho hoje, sem perder a dimensão prazerosa do estar e fazer junto. Partindo do próprio contexto da Vila, mas extrapolando-o, serão abordados temas como o trabalho invisível do artesão de restauro, as relações de trabalho em um canteiro de obras, o trabalho doméstico

tornado público, a indústria da comida e seus desperdícios, as novas formas de exploração e os conceitos de trabalho, atividade e lazer para povos ameríndios.

- SEXTA-FEIRA, 29/04

11h às 16h Oficina Disco Xepa - Parte 1: Ir à feira, coletar e preparar alimentos. Com Daniela Lisboa e Fabiana Sanches (Rede Jovem do Slow Food e Escola Como Como de Ecogastronomia), Raquel Blaque (Freeganismo Brasil e Creative Commes) e Ingrid Cuestas (La Buena Chepa- Sol de Noite)

16h Visita ao pátio de casas da Vila Itororó

19h Ofícios do restauro - Parte 1: Introdução teórica

- SÁBADO, 30/04

11h às 17h Ofícios do restauro - Parte 2: Oficina prática de restauro de ornamentos da Vila Itororó. Com Weneilson Santos do Carmo, restaurador (Concrejato Obras Especiais)

12h, 14h e 16h Visita ao pátio de casas da Vila Itororó*

13h às 18h Disco Xepa - Parte 2: Cozinhar coletivamente:

14h às 16h Livre criação por crianças. Oficina com Maria Elisa Arruk e André Lom Russo, projeto Piparia

17h Perspectivas sobre trabalho e lazer. Debate com Jean Tible, cientista político e Marina Vanzolini, antropóloga

18h Disco Xepa - Parte 3: Comer junto / Banquete coletivo

18h30 Relações de trabalho em canteiros de obra: Exibição do filme *Capacetes coloridos*, Paula Constante, 2010 (38min)

- Workshop *Além de nós: Transational Dialogues*. Reflexões sobre o fenômeno da colaboração e seu surgimento como um modelo promissor de inovação econômica e social de atores sociais da China, Brasil e Europa. De 10 a 12 de Março, das 11h às 18h
- Fronteiras Permeáveis: Laboratório Interdisciplinar do Espaço à Cena. Criado pela diretora de arte Vera Hamburger, tem por objetivo investigar o desenho do espaço como linguagem, assim como os mecanismos de percepção e criação do espetáculo, seja ele performativo, visual, audiovisual ou a própria arquitetura, em acordo à prática artística contemporânea. De 11 a 22 de abril, das 11h às 18h

Público estimado do Canteiro Abeto: 4.630 pessoas

Julho, agosto de 2016

Pesquisas:

- Formação de público / Pesquisa a respeito da história da Vila Itororó, buscando frequentadores da Vila, agentes envolvidos com a área de patrimônio cultural e pesquisadores;
- Livros/ Distribuição pública do livro *Vila Itororó* de Benedito Lima de Toledo e edição (em andamento) do livro *Vila Itororó: Uma história em três atos* (título provisório) de Sarah Feldman e Ana Castro;
- Audioguia/ Finalização da produção de um audioguia da Vila Itororó, realizado pelo Estúdio ZUT disponibilizado no próprio espaço, e vinculado a um banco de vozes - conjunto de 12 entrevistas realizadas com arquitetos, operários, vigias, ativistas, artistas, curadores, moradores do entorno e ex-moradores da Vila.
- Filme / Disponibilização on-line do documentário *Vila Itororó: um Canteiro Aberto*, sobre o trabalho de restauro, incluindo entrevistas com pessoas cujas histórias se vinculam a da Vila Itororó. O filme foi realizado pelo Instituto Pedra em parceria com o Estúdio ZUT, e contou com apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP)

Projetos hospedados

- FabLab Livre /com Secretária Municipal de Serviços/O laboratório de impressão digital da Vila Itororó compõe a rede de FabLabs públicos da Prefeitura da Municipal de São Paulo. Aberto para todos, são ministrados cursos que capacitam o usuário nas técnicas digitais de criação de objetos. Funciona de terça à sexta-feira: das 09h às 17h e nos sábados: das 09h às 13h;
- Goethe na Vila/ Em fase de implementação, o termo de parceria entre a SMC e o Goethe Institut envolve o térreo da Casa 8 da Vila Itororó. Entre as atividades realizadas nos últimos meses, estão: reforma estrutural do espaço; abertura de uma chamada para projetos acontecerem ao longo de 2017 já com recebimento de mais de 400 inscrições; preparação do comitê de seleção; preparação da vinda o grupo alemão Raumlabor para implementar uma reforma na casa.

- Marcenaria aberta/ Operada em parceria com o grupo GAMB (Filipe Vaz, Plínio Calil e Pablo Lastra). Toda obra da construção civil precisa de máquinas de carpintaria/marcenaria. Obras de patrimônio precisam dessas máquinas para restaurar janelas, portas, pisos e outros objetos de madeira, entre outros usos. No projeto Vila Itororó Canteiro Aberto, nos horários que as máquinas ficam ociosas, elas podem ser utilizadas pelo público:
 - Uso livre. o uso é livre para todos os interessados em desenvolver projetos de marcenaria (até 5 projetos/grupos por dia, por ordem de chegada). Quintas-feiras, das 13h às 18h00 e Sábados 12h30 às 16h.
 - Oficinas gratuitas de iniciação à marcenaria: capacitar o público para o manuseio de ferramentas e técnicas básicas de marcenaria, a fim de habilitar a autonomia no processo construtivo de um objeto. Sábados, das 09h às 12h.

Projetos/Em obras

- Éden, ConstructLab (desde abril de 2015) Como primeira atividade realizada no galpão da Vila Itororó, o coletivo ConstructLab foi convidado para construir módulos e equipamentos básicos para o local, tendo realizado uma oficina com aproximadamente 50 participantes na marcenaria do canteiro. Todas as mesas, cadeiras, arquibancadas e demais estruturas que hoje estão no galpão cumprem um programa de usos debatido na oficina - assembleias, descanso, brincadeira, estudos, leitura, entre outros.
- Padrões da Vila, Mônica Nador (desde junho de 2015) / Fotografia, máscara de estêncil, parede, tecido e agora papel impresso; são alguns dos meios e suportes da prática expandida de pintura desenvolvida por Mônica Nador. Desde 2003, essa prática se desdobra numa diversidade de ações que ela vem realizando no Jardim Miriam Arte Club (JAMAC). O processo envolveu ex-moradores do local moradores do Bexiga e interessados em geral. A Vila se transforma e se reinventa a partir dela mesma Esse delicado trabalho, que dá uma espessura maior ao presente, continua na publicação, impressa a mão, em Risograph, e se encerrou no contexto de uma festa junina organizada por ex-moradores da Vila Itororó, com participação de músicos do Jardim Miriam. As máscaras de estêncil ficam disponíveis na Vila Itororó para quem quiser adentrar os processos de trabalho do canteiro aberto.

- Clínica Pública de Psicanálise, Graziela Kunsch (iniciada em junho de 2016) / A experiência piloto de ma Clínica Pública de Psicanálise partiu da artista Graziela Kunsch, responsável pela formação de público da Vila Itororó, junto aos psicanalistas Tales Ab'Sáber e Daniel Guimarães. A clínica surgiu de uma reflexão acerca das transformações radicais - internas e externas - pelas quais a Vila passou ao longo da sua história. As interessadas e os interessados em ser atendidos na clínica só precisam comparecer no galpão nas manhãs de sábado. Serão atendidas até quatro pessoas em cada plantão, por ordem de chegada, com a possibilidade de agendamento de retornos.
- *Excertos da Vila Itororó* (título provisório), Graziela Kunsch (iniciado em 2006 e retomado em 2015, em andamento) / A artista veio acompanhar os movimentos de resistência dos então moradores da Vila Itororó, desde 2006. A partir de 2015, trabalhando no projeto Vila Itororó Canteiro Aberto, a artista voltou a filmar no local, desta vez o canteiro e suas transformações, tentando desta forma colocar os acontecimentos em curso dentro de uma narrativa maior de luta, resistência, vitórias e fracassos. Em breve, um conjunto de cerca de 32 vídeos serão colocados on-line, numa tentativa de tornar pública essa pesquisa na forma de um arquivo aberto, incompleto e em constante construção.
- Panapanã, Carla Zaccagnini (inaugurada em agosto de 2016) A instalação consiste em um jardim aberto atrativo de borboletas que funciona como disparador para abordar a história das transformações da Vila Itororó e suas múltiplas narrativas.

Programação contínua

- Visitas/O público é estimulado a imaginar, debater e tomar parte nas discussões sobre os usos futuros da Vila, de modo que o sentido da preservação de um patrimônio público seja apropriado coletivamente. Quartas, quintas e sextas-feiras, e últimos finais de semana do mês: visitas monitoradas para grupos escolares, grupos universitários e visitantes espontâneos. Durante o bimestre foram realizadas 31 visitas;
- Brincadeiras/Realização de experimentos em brincadeira livre e usos espontâneos aos sábados, idealizados pela artista Graziela Kunsch;

- Cinema/ Continuidade do projeto "Cinema sem fio", no qual um filme é exibido mensalmente e o público decide a partir da discussão gerada qual será o próximo filme a ser exibido. Em julho foi exibido As Hiper Mulheres, de Carlos Fausto, Leonardo Sette e Takumã Kuikuro; em agosto Terra Deu Terra Come, com uma conversa da qual participou o realizador Rodrigo Siqueira
- Oficinas / Oficinas livres abertas para participantes do bairro e da cidade.
 - Ginástica Laboral, com instrutor Peroba. Quartas, quintas e sextas-feiras, das 12h às 12h15;
 - Idosxs, Dança e Cidade, com Danielli Mendes e Jerônimo Bittencourt. Quintas-feiras, das 10h às 11h30;
 - Soltem os Moves! Oficina de Danças de Ruas, com Natasha Vergílio. Quintas-feiras, das 16h às 18h
 - Yoga, com Márcia Pavão. Sextas-feiras, das 09h30 as 11h
 - Capoeira, com Peroba. Sextas-feiras, das 15h às 17h;
 - Circo: acrobacias e perna de pau, com Trupe Baião de Dois. Sábados, das 15h às 17h.

Programação nos últimos finais de semana de cada mês

- .Sábado, 30 de Julho/Arte, gentrificação e resistência Nos debates recentes sobre as transformações das cidades, artistas e centros culturais são muitas vezes apontados como corresponsáveis dos processos de gentrificação. Porém, outros entendimentos de cultura são possíveis - e outras práticas artísticas também. No próprio bairro da Bela Vista há iniciativas, como as do Teatro Oficina, que estão à frente da resistência à gentrificação em curso na região. Contra processos de gentrificação, a programação deste dia coloca em discussão o papel da arte e o lugar da cultura nas transformações urbanas em curso. Simultaneamente, dando continuidade à programação da própria Vila Itororó canteiro Aberto, as atividades do dia colocam em prática o modo como um espaço cultural pode fazer frente a tais processos de usos da cultura através da sua própria estruturação.
 - 10h, 11h, 12h, 13h Clínica Pública de Psicanálise: até quatro atendimentos individuais gratuitos, por ordem de chegada 12h30 às 16h Marcenaria aberta
 - 14h Visita ao pátio de casas da Vila Itororó
 - 14h30 às 17h30 Oficina de circo

- 15h Conversa "Arte, gentrificação e resistência" com Cibele Lucena e Joana Zatz Mussi pelo coletivo Contrafilé e Julio Dojcsar, integrante da Casa Rodante; "Tamales que vem para bem", lanche coletivo com Tamales preparado por Kadija de Paula

- Sábado e domingo, 27 e 28 de agosto /Jornada do Patrimônio / Acompanhando a programação da cidade de São Paulo ao redor da Jornada do Patrimônio - organizada pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria Municipal de Cultura - as atividades organizadas buscam refletir sobre os significados e tensões sociais ao redor do patrimônio, com enfoque no bairro do Bexiga. Nesta mesma ocasião aconteceu o Festival de Cultura do Haiti, em parceria com a União Social dos Imigrantes Haitianos, trazendo para o canteiro a riqueza da cultura haitiana que, com as novas levas migratórias em São Paulo, veem tornando a cidade palco de manifestações culturais cada vez mais diversas.

- Sábado 14h Visita ao Pátio de Casas da Vila Itororó

- Sábado 16h Debate: Patrimônio e Transformações Sociais no Bixiga; O Patrimônio Não Existe: A Vila Itororó em Disputa, com Vivian Barbour, advogada e urbanista; Teat(r)o Oficina - A Prática

- Teat(r)al como Paradigma dos Discursos sobre Patrimônio Cultural, com Marília Gallmeister,

- arquiteta cênica e urbanista; Mediação: Ilan Szklo, arquiteto e atualmente responsável pela seção de projetos do DPH.

- Sábado 17h Festival de Cultura do Haiti

- Domingo 14h e 16h visita ao Pátio de Casas da Vila Itororó

Programação pontual

- A Moradia como Cultura: conversa com o arquiteto italiano Francesco Careri (05/07) / Após palestra realizada no Centro de Formação e Pesquisa (CPF-SESC) e caminhada pelo bairro do Bexiga com parada no icônico Teatro Oficina, os participantes seguiram até o Canteiro Aberto da Vila Itororó onde houve uma fala com Careri. Metropoliz é o nome dado à ocupação existente na Zona Leste de Roma, na qual vivem dezenas de famílias provenientes de diferentes partes do mundo. A partir da experiência de Francesco Careri neste

projeto, a proposta dessa conversa foi de lançar um outro olhar sobre as tensões entre moradia e cultura que atravessam a história da Vila Itororó

- **Jardinalidades:** Oficina gratuita de plantio em jardineiras móveis - ação e conversa com Peter Webb (22/07)/Oficina de plantio em jardineiras móveis. Conversa sobre plantios e cultivos de hortas e jardins em espaço urbano. Como preparar a terra, quais espécies utilizar e como ocupar espaços na cidade com flores e PANCs (plantas alimentícias não convencionais) sem problemas com gatos e ratos. As jardineiras podem ser previamente construídas e/ou recicladas, para a oficina foram utilizadas as jardineiras feitas no curso gratuito de iniciação à marcenaria na Vila Itororó sob orientação do coletivo GAMB.

Destaques de Usos Espontâneos

- O galpão da Vila Itororó Canteiro Aberto costuma funcionar como uma grande praça aberta que qualquer um pode vir e usar, respeito uma série de regras construídas a partir dos próprios usos do espaços. Grupos de circo vêm ensaiar, estudantes do entorno vêm se reunir, moradores de rua vêm usar o banheiro, curiosos vêm buscar livros de referência sobre o trabalho em curso na biblioteca do canteiro, transeuntes vêm descansar e muitos outros possíveis públicos da Vila aproveitam livremente dessa grande praça. Abaixo algumas novidades
 - Cartas da Terra do Futuro/Obra seriada de oito episódios documentais e ensaísticos que imerge nas impressões e no sentimento sobre a nova terra pelo olhar de grupos sociais que chegaram ao país como refugiados políticos, flagelados ou deslocados por necessidade de inserção na economia. Uma série audiovisual sobre o Brasil através do olhar dos imigrantes. Série de encontros, iniciada na terça-feira, 19/07.
 - Modernismos: conceitos - contextos – circulações. Série de três debates organizados pelo Goethe-Institut São Paulo, que, a partir de uma perspectiva transregional, pretende articular os debates sobre modernismo na América Latina com aqueles da África, Ásia, Europa e América do Norte. Com Tadeu Chiarelli, Ivo Mesquita, Vinicius Spricigo, Claudia Mattos, entre outros. Sábado, 23/07, das 11h às 18h.

- Gincana do Serviço de Assistência Social à Família Bela Vista (SASF-Bela Vista) / Atividades esportivas e recreativas com cerca de 20 jovens do bairro. Terça, 26/07, a partir das 12h.
- Grupos que ensaiam semanalmente no galpão/ Circo, acordeão, grupo que dança jazz, apresentações e debates sobre dança.

Setembro, outubro de 2016

Pesquisas formação de público

- Pesquisa a respeito da história da Vila Itororó, buscando frequentadores da Vila, agentes envolvidos com a área de patrimônio cultural e pesquisadores;
- Livros / Distribuição pública do livro *Vila Itororó* de Benedito Lima de Toledo e edição (em andamento) do livro *Vila Itororó: Uma história em três atos* (título provisório) de Sarah Feldman e Ana Castro;
- Audioguia / Disponibilização do audioguia da Vila Itororó, realizado pelo Estúdio ZUT, disponibilizado no próprio espaço, e vinculado a um banco de vozes - conjunto de 12 entrevistas realizadas com arquitetos, operários, vigias, ativistas, artistas, curadores, moradores do entorno e ex-moradores da Vila.

Projetos hospedados

- FabLab Livre / com Secretária Municipal de Serviços / O laboratório de impressão digital da Vila Itororó compõe a rede de FabLabs públicos da Prefeitura da Municipal de São Paulo. Aberto para todos, são ministrados cursos que capacitam o usuário nas técnicas digitais de criação de objetos. Funciona de terça à sexta-feira: das 09h às 17h e nos sábados: das 09h às 13h;
- Goethe na Vila / Em fase de implementação, o termo de parceria entre a SMC e o Goethe Institut envolve o térreo da Casa 8 da Vila Itororó. A partir de chamada aberta, foram escolhidos 10 projetos para ocupar por um mês o espaço.
- Marcenaria aberta / Operada em parceria com o grupo GAMB (Filipe Vaz, Plínio Calil e Pablo Lastra). Toda obra da construção civil precisa de máquinas de carpintaria/marcenaria. Obras de patrimônio precisam dessas máquinas para restaurar janelas, portas, pisos e outros objetos de madeira, entre outros usos. No

projeto Vila Itororó Canteiro Aberto, nos horários que as máquinas ficam ociosas, elas podem ser utilizadas pelo público:

- Uso livre: o uso é livre para todos os interessados em desenvolver projetos de marcenaria (até 5 projetos/grupos por dia, por ordem de chegada). Quintas-feiras, das 13h às 18h00 e Sábados – _12h30 às 16h.
- Oficinas gratuitas de iniciação à marcenaria: capacitar o público para o manuseio de ferramentas e técnicas básicas de marcenaria, a fim de habilitar a autonomia no processo construtivo de um objeto. Sábados, das 09h às 12h

Projetos/Em obras

- Panapanã, Carla Zaccagnini (inaugurada em agosto de 2016) / A instalação consiste em um jardim aberto atrativo de borboletas que funciona como disparador para abordar a história das transformações da Vila Itororó e suas múltiplas narrativas.

Programação contínua

- Visitas / O público é estimulado a imaginar, debater e tomar parte nas discussões sobre os usos futuros da Vila, de modo que o sentido da preservação de um patrimônio público seja apropriado coletivamente. Quartas, quintas e sextas-feiras, e últimos finais de semana do mês: visitas monitoradas para grupos escolares, grupos universitários e visitantes espontâneos. Durante o bimestre foram realizadas 31 visitas;
- Brincadeiras / Realização de experimentos em brincadeira livre e usos espontâneos aos sábados, idealizados pela artista Graziela Kunsch;
- Cinema / Continuidade do projeto "Cinema sem fio", no qual um filme é exibido mensalmente e o público decide a partir da discussão gerada qual será o próximo filme a ser exibido.

Oficinas / Oficinas livres abertas para participantes do bairro e da cidade.

- Ginástica Laboral, com instrutor Peroba. Quartas, quintas e sextas-feiras, das 12h às 12h15;
- Yoga, com Márcia Pavão. Sextas-feiras, das 09h30 as 11h.
- Capoeira, com Peroba. Sextas-feiras, das 15h às 17h;
- Circo: acrobacias e perna de pau, com Trupe Baião de Dois. Sábados das 15h às 17h.

Destaques de Usos Espontâneos

- Gincana do Serviço de Assistência Social à Família Bela Vista (SASF-Bela Vista) / Atividades esportivas e recreativas com cerca de 20 jovens do bairro. Terça, 26/07, a partir das 12h.
- Grupos que ensaiam semanalmente no galpão / Circo, acordeão, grupo que dança jazz, apresentações e debates sobre dança.

Novembro, dezembro de 2016

- Livros / Distribuição pública do livro *Vila Itororó* de Benedito Lima de Toledo e edição (em andamento) do livro *Vila Itororó: Uma história em três atos* (título provisório) de Sarah Feldman e Ana Castro;
- Audioguia / Disponibilização do audioguia da Vila Itororó, realizado pelo Estúdio ZUT, disponibilizado no próprio espaço, e vinculado a um banco de vozes - conjunto de 12 entrevistas realizadas com arquitetos, operários, vigias, ativistas, artistas, curadores, moradores do entorno e ex-moradores da Vila.

Projetos hospedados

- FabLab Livre / com Secretária Municipal de Serviços / O laboratório de impressão digital da Vila Itororó compõe a rede de FabLabs públicos da Prefeitura da Municipal de São Paulo. Aberto para todos, são ministrados cursos que capacitam o usuário nas técnicas digitais de criação de objetos. Funciona de terça à sexta-feira: das 09h às 17h e nos sábados: das 09h às 13h;
- Goethe na Vila / Em fase de implementação, o termo de parceria entre a SMC e o Goethe Institut envolve a adaptação do piso térreo da Casa 8 da Vila Itororó. A partir de chamada aberta, foram escolhidos 10 projetos para ocupar por um mês o espaço, de fevereiro a dezembro de 2017.
- Marcenaria aberta / Operada em parceria com o grupo GAMB (Filipe Vaz, Plínio Calil e Pablo Lastra). Toda obra da construção civil precisa de máquinas de carpintaria/marcenaria. Obras de patrimônio precisam dessas máquinas para restaurar janelas, portas, pisos e outros objetos de madeira, entre outros usos. No projeto Vila Itororó Canteiro Aberto, nos horários que as máquinas ficam ociosas, elas podem ser utilizadas pelo público.

Programação contínua

- Visitas / O público é estimulado a imaginar, debater e tomar parte nas discussões sobre os usos futuros da Vila, de modo que o sentido da preservação de um patrimônio público seja apropriado coletivamente. Quartas, quintas e sextas-feiras, e últimos finais de semana do mês: visitas monitoradas para grupos escolares, grupos universitários e visitantes espontâneos. Durante o bimestre foram realizadas 31 visitas;
- Brincadeiras / Realização de experimentos em brincadeira livre e usos espontâneos aos sábados, idealizados pela artista Graziela Kunsch;
- Cinema / Continuidade do projeto "Cinema sem fio", no qual um filme é exibido mensalmente e o público decide a partir da discussão gerada qual será o próximo filme a ser exibido.

Destaques de Usos Espontâneos

- Gincana do Serviço de Assistência Social à Família Bela Vista (SASF-Bela Vista) / Atividades esportivas e recreativas com cerca de 20 jovens do bairro. Terça, 26/07, a partir das 12h.
- Grupos que ensaiam semanalmente no galpão / Circo, acordeão, grupo que dança jazz, apresentações e debates sobre dança.
- Primeiro Festival de Circo do Bexiga / organizado pelos grupos de circo que diariamente ou semanalmente ensaiam no galpão, realizado dia 17/12 a partir das 14h.
- Gestão do centro cultural Vila Itororó Canteiro Aberto
- De acordo com Edital lançado pelo Secretaria Municipal de Cultura, a Associação Novolhar (associação do bairro da Bela Vista) foi contemplada para dar continuidade à gestão da programação do centro cultural.

Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto de 2017

Associação Novolhar (associação do bairro da Bela Vista) foi contemplada para dar continuidade à gestão da programação do centro cultural. O instituto Pedra continua com:

- Revisão, tradução e editoração de livro de autoria de Sarah Feldman e Ana Castro sobre a história da Vila Itororó
- Distribuição de exemplares do livro “Vila Itororó” de Benedito Lima de Toledo a instituições culturais e visitantes do Canteiro Aberto.

Setembro.2017 - despacho autorizatório para o Instituto Pedra continuar com a programação cultural

Setembro, outubro de 2017

- Canteiro Aberto – Convênio SMC
- Oficinas culturais
- Oficina de defesa pessoal para mulheres
- Aulas de yoga
- Aulas de dança
- Cinema sem fio
- Visitas Guiadas ao Canteiro de Obras

Novembro, dezembro de 2017

- Canteiro Aberto – Convênio SMC
- Oficinas culturais
- Oficina de defesa pessoal para mulheres
- Aulas de yoga
- Aulas de dança
- Cinema sem fio
- Visitas Guiadas ao Canteiro de Obras

ANEXO C — FALA DE BENJAMIN SEROUSSI

Benjamin Seroussi em conversa no Laboratório da Vila Itororó, 2018
A Cultura em Obras: Trocando Ferramentas.

O espaço público, para ser um espaço de todos é construído a partir de uma ideia de um ser humano genérico, ou seja, que não existe, enquanto o comum, para mim, parte de um pressuposto ao contrário, do singular. De fato a política pública nunca é tratada no singular, do que cada pessoa está a fim, ela tem que ser uma coisa mediana, para o ser humano médio que não existe em nenhum lugar e a partir disso criar um espaço, ou seja um espaço sem vida. A grande questão é: o que é uma política do comum? Como que a gente pensa uma política que possa pensar a singularidade, para pensar o que cada um precisa? Por isso que o comum muitas vezes vêm como um terceiro termo, não é privado, nem público, é comum.

Quando cheguei ao Brasil há muitos anos atrás, as pessoas falavam que aqui não era igual à França, o público tem um pouco do privado, o privado tem um pouco do público, mas quando conversamos, continuamos a manter esses termos, “o espaço é público então eu posso usar”, “ah, mas isso é privado” é um ideia muito clara de que o público e o privado não dão conta do que precisamos, mas na experiência está sendo uma dificuldade enorme em instituir o comum.

Isso é um pouco da ideia para embasar a minha fala da cultura em obras, pois estamos de fato em um canteiro de obras e aqui a cultura está sendo construída.

O Jean [outro palestrante no evento] terminou sua fala dizendo que precisamos fazer um exercício de imaginação política, sobre o que queremos. Eu gosto também de pensar sobre o que não queremos. Nunca basta falar o que a gente não quer, mas também não basta falar o que queremos. Vamos pensar, pensar, pensar com mais de 30 pessoas que estão aqui e acabaremos reinventando a roda. É legal ver as rodas que já existem. O SESC, qual é o porquê de não quisermos um SESC aqui? Queremos um CEU? Qual é o por quê de não quisermos um CEU? O CEU é legal, o SESC é legal e isso é muito mais fácil, podemos ir até a Prefeitura para fazer um CEU no espaço da Vila Itororó, ou podemos fazer o mesmo com o SESC. Por que estamos aqui quebrando a cabeça? Mesmo considerando quão incrível é essa experiência, o que no SESC não nos agrada? O que no CEU não nos agrada? É importante quando formos pensar nesse “como” e nesse “o que”, de nos lembrarmos do que não queremos. As minhas respostas são muito simples para o SESC, ele é um lugar que

foi feito em 1946 para a Carta da Paz Social, basicamente é para os trabalhadores ficarem felizes e trabalharem melhor, são os patrões que resolvem criar um lugar para os trabalhadores ficarem contentes. É legal, mas a questão é: se os trabalhadores se organizassem para pensar um espaço, fariam o SESC? Se o SESC [é] construído a partir dessa ideia de paz social como lidaria com o conflito? O CEU é lindo, mas é uma política pública e não do comum. A Marta Suplicy, numa sala, pensou num projeto depois de uma conceituação muito ampla, de fato, é um projeto bonito, mas vamos dar um passo a mais? É esse lugar que não deixa ser construído de cima para baixo, o que seria um lugar construído de baixo para cima?

Estamos aqui numa contradição porque a Vila Itororó é um espaço público, como *hackeamos* [Jean, em sua fala, disse sobre *hackear*, conhecer todos os procedimentos visíveis e invisíveis do espaço, conhecer as matérias, o encanamento, o esgoto, ter conhecimento total de um lugar] o espaço público? Uma vez que estamos aqui, como assumimos essa contradição que estamos trabalhando, pensando um lugar que foi criado com uma intenção muito clara de matar a vida coletiva que aqui existia. Não podemos fugir dessa questão. Como partiremos dessa ideia? Se não iremos acabar tentando pensar mil coisas e apenas aperfeiçoar o que criticamos.

Tem um história muito bonita que uma vez eu ouvi sobre as ciclovias em Nova Iorque, durante 30 anos as pessoas lutaram para ter ciclovias, mas elas não foram implementadas por *hippies* que queriam menos carros e uma qualidade de vida melhor, foram implementadas pelo Bloomberg, o prefeito da cidade, não precisava expulsar os pobres, é só colocar a ciclovia, a qualidade do ar e de vida melhoram e, portanto pessoas mais ricas vão querer morar nesses lugares e os pobres não terão como pagar o aluguel. Ou seja, a ciclovia chegou, mas não como foi desejada. Temos que ter isso muito claro em mente, podemos planejar uma creche, no final será uma creche grátis de troca parental, o Estado e a Prefeitura se gabarão de um ótimo projeto que não custará nada ao cofre público, o público será de pessoas que poderão ter apartamentos na região, ou seja, mais rico, os quais conseguirão atendimento grátis sem custo para a Prefeitura. Precisamos ter em mente a todo o tempo que não basta ter uma creche parental para cumprirmos com os nossos objetivos. Precisamos pensar para quem fazemos? Para que fazemos? Como funciona? Como o dinheiro circula? É necessário pensar em todos esses elementos. Desta maneira chego ao meu primeiro ponto.

Outro ponto é a ideia da cultura em constante transformação e construção, isto me pareceu interessante porque devemos resgatar uma ideia de cultura, a qual não é o que estamos acostumados. Quando dizemos cultura, pensamos em quê? Pensamos na ideia de roda de capoeira em tal lugar e tal hora, numa peça de teatro em tal lugar e tal hora, veremos uma exposição de arte. Para mim isso soa estranho, é como se a cultura tivesse lugar e horário. Se resgatarmos a origem da palavra cultura poderemos resgatar algo potente para esta conversa. A cultura vem obviamente, da raiz da palavra, do cultivo, cultivo da terra. Há três séculos atrás virou cultivo do espírito, o qual não deixou de ser uma ação, cultivarei o espírito, assim como cultivo a terra, só que aos poucos a cultura que era uma ação, algo vivo, um verbo se torna substantivo, uma essência estática, algo tem cultura ou não a tem, Ouvimos muito isso: “as pessoas não sabem cuidar porque não tem cultura”. O que significa alguém que não tem cultura? A cultura foi segregada das outras esferas da vida, como se morar não fosse cultura, como se a maneira que organizamos nossa vida no espaço, cozinhar, trabalhar não fizessem parte disso. Devemos resgatar essa noção de cultura de ser uma ação.

Desta maneira há duas perguntas aqui na Vila Itororó que [nós, do Instituto Pedra] sempre escutamos, mas que é sempre interessante ter em mente. O que será a Vila? Quando ficará pronta? Queria que não falássemos o que será a Vila, pois isto, para mim, é um discurso ufanista, um discurso que tenta projetar o que queremos para o futuro, o qual sabemos que não existe. Se relebrássemos o que o jornal dizia em 2007 sobre a Vila, ela estaria como Nova Iorque, teria metrô aberto aqui, habitação social em todas as esquinas. Vivemos de uma promessa de futuro que nunca acontece. Então devemos descartar a ideia do que a Vila será, ou seja, resolvemos abrir o canteiro de obras daqui, abrimos essa caixa preta, normalmente teria tapumes aqui e ninguém estaria aqui dentro. Estariam neste espaço os “ditos” especialistas discutindo entre ele o que será de Itororó.

Poderiam fazer uma consulta pública: O que vocês (população) querem? Criando essa fronteira entre vocês e o nós, nós especialistas e vocês querem o quê? Uma *coisinhazinha*? Um lugar para passear com o cachorro? Faremos algo muito mais legal porque vocês não sabem bem o que é bom para a Cidade. Quando abrimos o Canteiro, quebramos esse distanciamento para colocar na mesma negociação pessoas que usam o espaço. O “Coletivo Riacho” foi uma construção de dois, três anos e hoje se alguém quer implementar algo para a Vila, o Coletivo Riacho faz essa

mesa de negociação. É uma conversa entre Prefeitura, arquitetos, empreiteira, vizinhos, ex-moradores, frequentadores, artistas, movimentos sociais. Quando a caixa preta era fechada, havia apenas conversa entre poucas pessoas, aqui nós conseguimos fazer uma conversa com mais pessoas.

Defendo a ideia de não o que será, mas a ideia de já está sendo, a ideia do Canteiro permanente. Quando a Vila Itororó ficará pronta? Nunca! Quando São Paulo estará pronto? Vamos esperar a Cidade ficar pronta para usá-la? As coisas não ficam prontas e elas não vão ser elas já estão sendo, elas já estão prontas e nunca estarão prontas. Não estamos presentes para pensar no Futuro da Vila, mas o que ela agora pode ser a mais. Ao caminhar pela Vila, percebemos que já tem muito espaço para usar, o borboletário, as casas reformadas, o pátio, o Canteiro Aberto.

Volto com o conceito de ampliar a noção de cultura para dizer que não é porque é um Centro Cultural que tem que ter pintura na parede, escultura e dança no palco italiano. A Vila já tem as próprias marcas artísticas que acho bom enfatizar o que já existe neste espaço, exemplo esse trabalho [aponta para os tecidos pendurados, figura 48] da Mônica Nador, o qual tenta a partir da história criar uma nova iconografia para a Vila, não gentrifica, ao contrário, todo o trabalho dessa artista é um trabalho contra a gentrificação.

Figura 48 — Padrões da Vila Itororó



Fonte: SITE VILA ITORORÓ, 2015.

O trabalho da artista Graziela Kunsch que esteve com os moradores na luta desde os anos 2000 e participou com o Instituto Pedra para a formação de público, resultou na proposição da Clínica Pública de Psicanálise, não como uma convidada que participa e vai embora, mas que transforma a Instituição. Podemos também pensar nos usos espontâneos, pessoas que vem aqui para dançar, para curar sem curadoria, queremos eliminar o curador, o intermediário, aquele que agencia para deixar as pessoas fazerem o que elas querem sem ter alguém que diz o que ela tem que fazer. Um último ponto desta minha fala sobre ampliação da cultura é que todos

sabem da marcenaria [espaço com os maquinários utilizados para o restauro da Vila e aberto para o público usá-lo espontaneamente ou em oficinas], todos sabem da cozinha [cozinha aberta para o público preparar suas refeições], mas temos que pensar que elas não estão aqui só porque são interessantes, mas elas substituem algo que estava previsto. Em 2014 estava previsto um restaurante italiano aqui porque estamos em um bairro italiano. Quem é italiano aqui? [ninguém levanta a mão]. Um restaurante italiano, uma loja de design, nós quisemos não apenas desconstruir essa ideia, mas propor outra coisa. No lugar do restaurante, a cozinha, no lugar da loja de design, a marcenaria. Há uma troca muito clara no projeto, não basta só substituir, mas temos que proliferar e mostrar que funciona.

Último ponto que quero discorrer é sobre as missões do canteiro, aprendemos muito neste espaço, a primeira coisa é que as práticas mudam. Não adianta fazer propostas fixas, permanentes, elas não funcionarão. O temporário talvez seja o melhor permanente, pois ele pode sempre se adaptar, este imobiliário [apontando para onde estávamos sentados, figura 41] pode ser flexível, hoje é uma arquibancada e amanhã pode ser um espelho para dançar na frente, tudo é temporário.

Outra lição do canteiro é o investimento em pessoas e não em pedras, não em construção. Gastaremos 40 milhões para reformar uma Vila? Se reformamos a Vila com 40 milhões e que não funciona, em 10 anos temos um elefante branco arruinado. Temos que gastar o mínimo possível em reforma e não precisamos tornar tudo novo em folha. Não precisamos reformar tudo perfeitamente. A casa 8 [Figuras 43 a 45], reformada minimamente, custou 150 mil reais, dá pra usar, tem banheiro, cozinha, sem infiltração, está *ok*. Outra lição é focar no modelo de negócio, de gestão. Como que as coisas funcionam? Como que o dinheiro circula? Há uma armadilha aqui, o lugar do comum não precisa do estado e nem do mercado, mas continuamente é necessário solicitar o Estado para recursos, pedir o dinheiro para a Prefeitura e construir um lugar comum em uma prefeitura neoliberal, há uma tensão aí, pois a Prefeitura sonha com um lugar que não custe nada, mas como fazemos isso sem deixar de ter uma manobra crítica? É importante criarmos uma massa crítica, aqui temos mais de 30 pessoas, se tivéssemos feito essa convocação em 2014, teríamos três pessoas. Hoje, sábado de manhã tem mais de 30 pessoas prontas para talvez perderem o seu tempo de pensarem em algo que não sabemos até que ponto será implementado. Isso é fantástico porque é massa crítica, daqui a dois anos podemos ter 100 pessoas e se o lugar é fechado, podemos fazer uma petição, ficar na frente,

derrubar os tapumes. Alianças também são importantes, de quem queremos depender?


Fizemos o Goethe na Vila [Ação da instituição alemã Goethe-Institut que abriu edital para residências artísticas na Vila Itororó. Mais informações no subitem 5.1.3] não porque achamos legal as residências artísticas, recebemos muitas críticas de que somos gentrificadores, mas nossa aliança foi por uma razão simples, pode trocar a Prefeitura, podem tirar os trabalhadores, pode até jogar uma polícia militar contra a massa crítica ou o coletivo, mas aposto que a Prefeitura não tirará o Goethe, não criará um problema diplomático com a Alemanha. Ter o Goethe na Vila é uma estratégia muito clara de que nós não sairemos daqui, se há algum problema que falem com a Alemanha porque a Prefeitura não defenderá os nossos interesses. Insisto que não há futuro, a ideia é como faremos algo agora e que dê espessura para o presente, que permita que a gente consiga criar condições de ter o amanhã, temos que trabalhar agora para criar as condições de criar o espaço comum dentro do espaço público e as contradições que isso significa.

[Neste momento, abriu-se para perguntas e houve o depoimento de uma ex-moradora, a qual disse que a primeira vez que voltou para a Vila desabitada, ela chorou ao ver aquele lugar vazio, achando que não haveria mais esperança. Benjamim continuou sua fala:]

Temos que botar pessoas para ver no que vai dar, devemos separar bem o devir e o porvir. O porvir é quando “se um dia der certo poderá ser assim” e o devir é “se vê aqui um potencial, o que pode ser o que pode acontecer”, o porvir é um futuro que está lá na frente e o devir é o que poderemos fazer agora e cuidar constantemente desse presente, não há uma estratégia, são táticas. Há um outro projeto que eu trabalho que se chama Casa do Povo, situado no bairro Bom Retiro, Rua Três Rios, 252, havia só algumas pessoas de 90 anos cantando na língua ídiche o hino paquistanês no térreo, não podiam nem subir a escada porque não havia elevador. Eu poderia ter chamado um arquiteto bacana, fazer uma reforma no espaço, levantar 10 milhões de reais, essa é uma ideia de futuro. O que fizemos foi usar o espaço sem alvará. Se alguém pedir o alvará vamos conseguir, mas antes vamos resolver os problemas e não criar obstáculos. Usando, pessoas vieram, com pessoas tivemos um projeto, com projeto entrou dinheiro, com dinheiro conseguimos o hidrante para ter o alvará do bombeiro. Não pensamos no futuro para fazer algo, nós fizemos.

ANEXO D — READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA SEM ALTERAÇÃO DO VALOR APROVADO

São Paulo, 3 de setembro de 2015



Ao
Ministério da Cultura / SEFC
Coordenação Geral de Acomanhamento e Avaliação

Assunto: Restauração da Vila Ipororó – PRONAC 1310741
Readequação orçamentária sem alteração do valor aprovado.

Prezados Senhores,

Vimos, por meio deste documento, solicitar a readequação orçamentária do projeto cultural "Restauração da Vila Ipororó – Pronac 1310741", sem alteração de valor aprovado.

De acordo com o Ofício nº 0.733/2015 – COAF/CGAIV/DIC/SEFC/MINC referente às decisões tomadas na 229ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), realizada em fevereiro de 2015, aprovou-se a readequação proposta pelo Instituto Pedra do projeto cultural mencionado, definindo-se o seu escopo principal:

Produto: Bem Imóvel: Restauração / Preservação

1. Instalação de canteiro de obras para limpeza, demolições, drenagem e eliminação de vegetação invasora do conjunto arquitetônico, com o intuito de retardar o processo de degradação e permitir levantamentos arquitetônicos com alto grau de detalhamento;
2. Elaboração de Projetos de Restauração, Conservação e Adequação das 11 edificações pertencentes à Vila Ipororó e às áreas comuns que as articulam e unificam como conjunto arquitetônico;
3. Execução das obras de restauração relativas às edificações denominadas Casas 5, 6, 7 e 11

Produto: Curso / Oficina

4. Programação cultural no período anexo à Vila Ipororó, com visitas monitoradas ao canteiro de obras e atividades de educação patrimonial e artísticas;

Produto Livro

5. Pesquisa e publicação de livros sobre a história da Vila Ipororó e o seu processo de recuperação

Conforme apresentados os Produtos, integrantes do Projeto, Cultura, assaltamos que a readequação orçamentária solicitada, por este documento de respeito somente ao Produto Bem Imóvel: Restauração / Preservação — não havendo qualquer alteração nos Produtos Curso/Oficina e Livro e dos Catálogos Administrativos e Recorridamentos.

De acordo com a readequação realizada (fevereiro/2015), a restauração das Casas 5, 6 e 7, que compõem o mesmo eixo de edificações, seria realizada de acordo com o projeto "Restauração, Conservação e Adequação", aprovado pelos órgãos de preservação estadual – Condophaat – e municipal – Compasp – em 2010, e entregue juntamente com o projeto cultural em novembro de 2013; e a Casa 11, por sua vez, seguiria o projeto anexo à readequação mencionada.

Instituto Pedra
Rua Ernest Friedrich José de, Pinheiros, São Paulo-SP – CEP 05428-070
CNPJ: 17.443.364/0001-92

Maria

série de estudos e ações para a viabilização de uma estratégia compatível e adequada às principais demandas de curto prazo para preservação do complexo da Vila Ipororó e, consequentemente, o início das obras civis. O complexo é composto de 11 edificações além de áreas comuns, e como consequência da avaliação empreendida, estabelecemos que a 1ª Etapa compreenderá as seguintes ações:

1. Preparo para entrada na obra: devido à deterioração da Vila, em função de décadas de manutenção falha e anos de abandono, se fazem necessárias ações como troca de tapumes, retirada de lixo acumulado, retirada de vegetação infestante e drenagem do solo em partes ao redor do antigo rancho Ipororó;
2. Acesso: para possibilitar a realização de levantamentos de casas lacradas com tipos de cimento, se fazem necessárias uma série de intervenções e estabilizações;
3. Instalação de canteiro de obras: devido à complexidade dos partidos e serem adotados para o restauro da Vila Ipororó, faz-se necessário o acompanhamento diário de uma ampla equipe técnica do Instituto Pedra e da construtora contratada. Para isso, o canteiro de obras tomará o espaço do galpão com entrada à Rua Pedroso 238 e acesso à Vila, por ser amplo – 1875m², coberto, em bom estado de conservação e com instalações elétricas e hidráulicas que exigem adaptações plausíveis dentro do orçamento deste Projeto;
4. Recuperação da Vila Ipororó: além de reativar a Vila Ipororó como espaço público e como novo equipamento de uso cultural, definiu-se que a 1ª Etapa visará restaurar o maior número possível de casas, para que já sejam abertas à população e tenham um uso definido, que colaborará na atração de público e consolidação do Projeto;
5. Definição das casas a serem restauradas na 1ª Etapa: As casas escolhidas são aquelas que podem ter acesso sem interferir ou prejudicar a circulação necessária para o desenvolvimento da obra e que o uso seja igual ou semelhante ao previsto no projeto do Arquiteto Décio Tozzi. Com essas premissas, foram definidas as Casas 5, 6, 7 e 11 a serem restauradas e entregues nessa 1ª Etapa. As Casas 5, 6 e 7, por terem, dentro do projeto do Arquiteto Décio Tozzi, usos equivalentes aos atuais: lojas e escritórios de gestão colaborativa e ateliês como espaços expositivos; já a Casa 11, teve seu projeto escrito em função da alteração de Biblioteca para Alojamentos, que servirá a uma demanda crescente na cidade, que é a de receber temporariamente pesquisadores, acadêmicos, artistas e curadores, de tal forma que o projeto revisado em 2014 prevê menor intervenção, por se adaptar melhor à tipologia residencial da Casa 11;
6. Levantamentos arquitetônicos e revisão de Projetos: assim como definido para a Casa 11, que já passou por uma revisão e atualização do seu uso, as Casas 1, 2, 3, 4, 8, 9 e 10 passaram pelo mesmo processo, uma vez realizados seus levantamentos e definidos seus programas de uso junto à Prefeitura Municipal de São Paulo;
7. Projetos Executivos de Arquitetura e Restauração: execução dos respectivos projetos para as Casas 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10 e 11 - o Projeto da Casa 11 já foi realizado dentro deste Projeto Cultural e aprovado dentro de suas duas instâncias de tombamento: municipal e estadual, e está sendo entregue agora;
8. Projetos Executivos e Complementares de Obras Civis: execução de projetos de elétrica, hidráulica, luminotécnica, SPDA, Combate a Incêndio e Gás para todas as Casas - os Projetos das Casas 5, 6, 7 e 11 já foram realizados dentro deste Projeto Cultural e estão sendo entregues juntamente com este documento;
9. Projetos de drenagem, paisagismo e comunicação visual para as áreas comuns;
10. Estratégia de intervenção para 2ª Etapa: finalizados os Projetos Executivos e Complementares, será elaborado um cronograma estratégico para as intervenções previstas para a 2ª Etapa, de modo que

Instituto Pedra
Rua Ernest Friedrich José de, Pinheiros, São Paulo-SP – CEP 05428-070

Maria


ANEXO E — TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS


TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Luiz Carlos Santos, RG 36.532.244-5, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Luisa Certoni Souto Vilhena do projeto de pesquisa intitulado "A História de um Centro Cultural em Experiência – Vila Iporó Cantleiro Aberto – São Paulo, SP" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

São Paulo, 13 de maio de 2019


 Pesquisador responsável pelo projeto


 Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Diogo Rios, RG 241599180, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Luisa Certoni Souto Vilhena do projeto de pesquisa intitulado "A História de um Centro Cultural em Experiência – Vila Iporó Cantleiro Aberto – São Paulo, SP" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

São Paulo, 06 de abril de 2019


 Pesquisador responsável pelo projeto


 Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu DIAGNÓSTICOS ROXKIMES DE SOUSA
CPF 955520061-00, RG 59158419-0, depois de
conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da
pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou
depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Luisa Cerioni Souto Vilhena do
projeto de pesquisa intitulado "A História de um Centro Cultural em Experiência - Vila
Ilororó Canteiro Aberto - São Paulo, SP" a realizar as fotos que se façam necessárias
e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou
depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em
favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está
previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da
Criança e do Adolescente - ECA, Lei N.º 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei
N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo
Decreto N.º 5.296/2004).

São Paulo, 19 de março de 20 19


Pesquisador responsável pelo projeto


Sujeito da Pesquisa


TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Alice de Freitas Moura
CPF 22791918-74, RG 28097560-0, depois de
conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da
pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou
depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Luisa Cerioni Souto Vilhena do
projeto de pesquisa intitulado "A História de um Centro Cultural em Experiência - Vila
Ilororó Canteiro Aberto - São Paulo, SP" a realizar as fotos que se façam necessárias
e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou
depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em
favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está
previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da
Criança e do Adolescente - ECA, Lei N.º 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei
N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo
Decreto N.º 5.296/2004).

São Paulo, 20 de março de 20 18


Pesquisador responsável pelo projeto


Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu PAULO ANTONIO GUEDES (2ter Paul Goyz),
CPF 406.546.908-97, RG 6.759.293-7, depois de
conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da
pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou
depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Luisa Cerioni Souto Vilhena do
projeto de pesquisa intitulado "A História de um Centro Cultural em Experiência – Vila
Ilororó Canteiro Aberto – São Paulo, SP" a realizar as fotos que se façam necessárias
e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou
depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em
favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está
previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da
Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei
N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo
Decreto N.º 5.296/2004).

São Paulo, 26 de 11 de 20 19.

[Assinatura]
Pesquisador responsável pelo projeto

[Assinatura]
Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Gustavo Dering dos Santos,
 CPF 228.417438-88, RG 33.263.426-4, depois de
 conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da
 pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou
 depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
 AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Luisa Cerioni Souto Vilhena do
 projeto de pesquisa intitulado "A História de um Centro Cultural em Experiência – Vila
 Iitororó Canteiro Aberto – São Paulo, SP" a realizar as fotos que se façam necessárias
 e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou
 depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em
 favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está
 previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da
 Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei
 N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo
 Decreto N.º 5.296/2004).

São Paulo, 4 de maio de 20

[Assinatura]

Pesquisador responsável pelo projeto

[Assinatura]

Sujeito da Pesquisa

ANEXO F — E-MAIL COM PROFESSORA LIZETE MARIA RUBANO. 2019

De: Luisa V <luisavilhenara@gmail.com>
 Enviada em: domingo, 7 de abril de 2019 12:14
 Para: LIZETE MARIA RUBANO <lizetemaria.rubano@mackenzie.br>
 Assunto: Re: Vila Itororó

Luisa, respondi, ainda que rapidamente. Espero que sirva.

Abs

Lizete

Professora, primeiramente muito obrigada pelo contato.

Farei algumas perguntas pontuais e a senhora pode decidir como queria me responder, se preferir por aqui, por telefone, skype, presencialmente.

- O Projeto Mosaiço visava a permanência dos moradores junto de um polo cultural e comercial, certo? Esse projeto nasceu a partir de qual ideia? Os ex-moradores estavam presentes nessa organização? A partir de qual necessidade esse projeto foi feito? Luisa, nossa atuação na vila Itororó foi muito intensa. Primeiro, o mosaico (emau da faumack) fez um levantamento preciso (temos as fichas) de todas as unidades habitacionais ocupadas, utilizadas, inventadas, produzidas, acrescidas, subdivididas, etc, que os moradores ocupavam na vila. Identificamos qualitativa e quantitativamente.

Também registramos, pelas conversas, muitas das histórias da vila ao longo dos anos, para além da que já se sabia, porque pública.

Depois discutimos – com moradores - bons projetos de habitação, levantamos necessidades, ajudamos nas festas, acompanhamos (algumas poucas vezes) o pessoal de direito que coletava documentação das pessoas com perspectiva de abertura de um processo de usucapião coletivo.

Por fim, desenvolvemos um projeto de arquitetura que contemplava espaços públicos, diversidade de unidades habitacionais, possibilidade de se adentrar a vila- e a quadra – por ele e com número de unidades igual aos dos moradores da vila (considerávamos a hipótese de o casarão vir a ser um SESC, utilizando, inclusive, a piscina).

O projeto se apresentava como um início de discussão para ser levada junto aos moradores. Não seria uma definição final do que se faria ali, mas um instrumento de debate voltado à permanência das pessoas na vila. Acabou servindo como um instrumento de contribuição ao processo judicial de resistência na área.

- O Mosaiço alguma vez foi levado para os órgãos públicos (Prefeitura) e Instituto Pedra? Eu queria entender como ele foi recebido e na sua opinião qual seria o porquê dele não ter seguido adiante?

O trabalho do mosaico foi divulgado em diversas universidades e junto ao Instituto Pedra quando de uma workshop organizado para se discutir – e propor – possibilidades da permanência do galpão da cultura associado a novas moradias (propostas pelos grupos).

Foi um workshop que teve a participação do Instituto Pedra na preparação, acompanhamento e discussões das propostas elaboradas.

- Gostaria de conhecer também, se possível, a opinião da senhora sobre o Instituto Pedra atuando nesse espaço que é cheio de complexidades.

Não conheço o trabalho do Instituto Pedra. Entretanto, achava muito bom estarem com o canteiro/escritório na vila abrindo às visitas e ao trabalho de reconstrução de algumas edificações. Também achava importante não terem a definição final do que seria aquele lugar, o que abrigaria, e constituiriam discussões sobre esse futuro...

Entretanto, o Instituto Pedra chegou em um momento em que os moradores já tinham sido retirados pelo poder público e isso significou uma fragilização, na minha opinião, de tudo o que veio depois. Aquela lugar já tinha um destino e pessoas que o habitavam. Esvaziado, perdeu o sentido... sentido esse que não se recuperou mais.

Imagino que as respostas também sejam complexas, Professora, por isso aguardo a escolha da senhora para responder essas questões.

Muito obrigada novamente,
 abraços,
 Luisa